

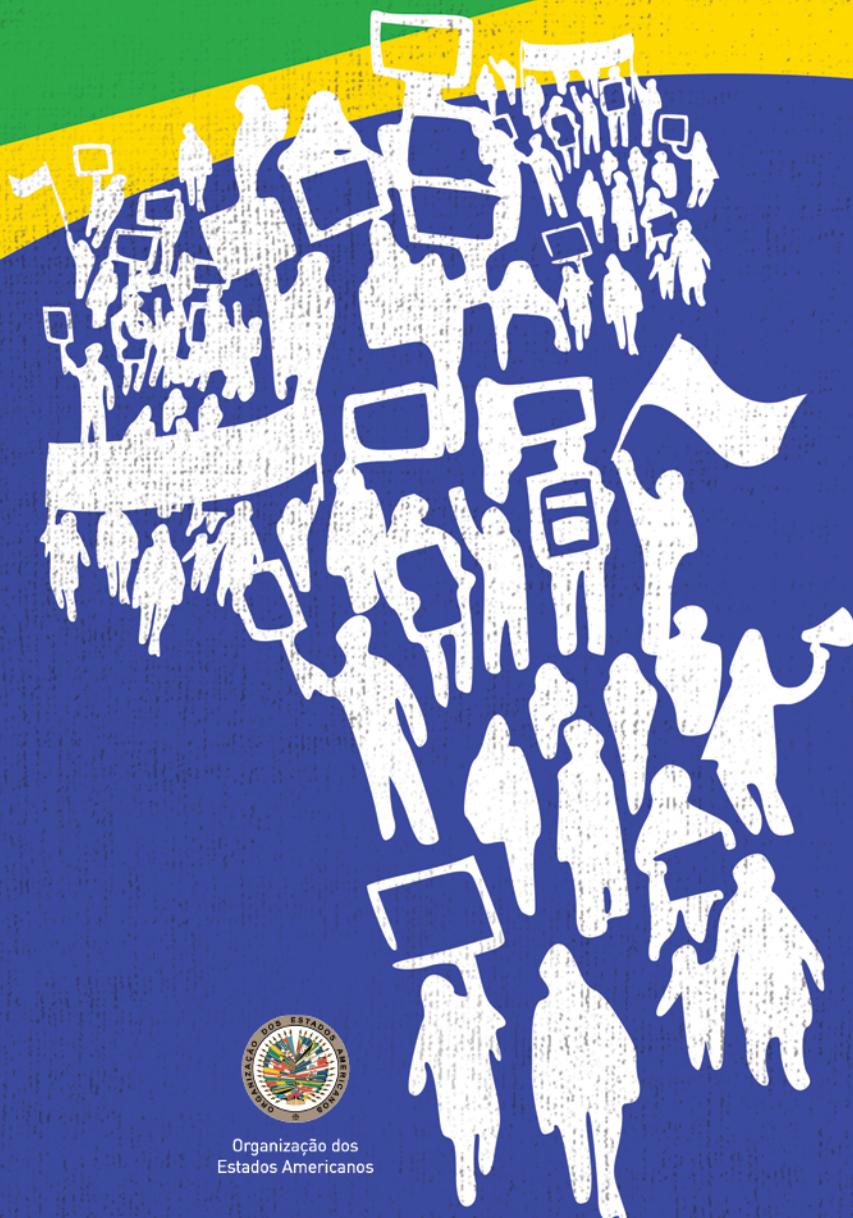
R | E | L | E

Relatoria Especial para a
Liberdade de Expressão

CIDH Comissão
Interamericana de
Direitos Humanos

Liberdade de Expressão no Brasil

Relatórios Anuais da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH
2005 - 2015



Organização dos
Estados Americanos



OAS/Ser.L/V/II.
CIDH/RELE/INF.15/16
Dezembro 2015
Original: Espanhol

Liberdade de expressão no Brasil Compilação de relatórios de 2005 a 2015

Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão
Interamericana de Direitos Humanos

R | E | L | E
Relatoria Especial para a
Liberdade de Expressão

2016
cidh.org/expressao

OAS Cataloging-in-Publication Data

Inter-American Commission on Human Rights. Office of the Special Rapporteur for Freedom of Expression.

Liberdade de expressão no Brasil : Relatórios anuais da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH 2005-2015 / Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais ; OEA/Ser.L)

ISBN 978-0-8270-6566-6

1. Freedom of expression--Brazil. 2. Freedom of speech--Brazil.

I. Lanza, Edison. II. Title. III. Series; OEA/Ser.L

OEA/Ser.L/V/II CIDH/RELE/INF.15/16

Edison Lanza Relator Especial para a Liberdade de Expressão



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Documento elaborado e publicado graças à Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional e aos governos da Suíça, da Costa Rica, dos Estados Unidos, da França, da Finlândia, e do Uruguai.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Tracy Robinson

Rose-Marie Belle Antoine

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

Rosa María Ortiz

Paulo Vannuchi

James L. Cavallaro

Secretário Executivo

Emilio Álvarez-Icaza Longoria

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2015	17
A. Avanços	23
B. Assassinatos	25
C. Ataques, ameaças e intimidações a jornalistas e meios de comunicação	33
D. Protesto social	38
E. Responsabilidades ulteriores	46
F. Sigilo de fontes de informação	47
G. Acesso à informação pública	48
H. Internet e liberdade de expressão	49
I. Concentração dos meios de comunicação	53
J. Radiodifusão comunitária	54
K. Outras situações relevantes	56
CAPÍTULO II AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2014	57
A. Avanços	61
B. Assassinatos	66
C. Agressões, intimidações, ameaças e detenções de jornalistas e ataques a meios de comunicação	68
D. Manifestações sociais	72
E. Outras responsabilidades	87
F. Rádios comunitárias	90
G. Outras situações relevantes	92
CAPÍTULO III AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2013	95

A.	Avanços.....	99
B.	Marco Civil da Internet	103
C.	Assassinatos.....	103
D.	Agressões, detenções e ameaças contra meios de comunicação e jornalistas durante manifestações sociais	105
E.	Outras agressões e ameaças contra meios de comunicação e jornalistas.....	111
F.	Responsabilidades ulteriores.....	112
G.	Rádios comunitárias.....	117
H.	Outras situações relevantes.....	118
CAPÍTULO IV AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2012		121
A.	Avanços.....	125
B.	Assassinatos.....	128
C.	Agressões e ameaças contra jornalistas e meios de comunicação	129
D.	Responsabilidades ulteriores.....	132
E.	Reformas legais	134
F.	Internet e liberdade de expressão	134
CAPÍTULO V AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2011		137
A.	Avanços.....	141
B.	Assassinatos.....	142
C.	Agressões e ameaças a meios de comunicação e jornalistas	144
D.	Responsabilidades ulteriores.....	147
E.	Condicionamentos prévios.....	147
F.	Reformas legais	148
CAPÍTULO VI AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2010		151
CAPÍTULO VII AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2009		165
CAPÍTULO VIII AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2008		177
CAPÍTULO IX AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2007		189

**CAPÍTULO X AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
NO BRASIL EM 2006 195**

- A. Princípio 5 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Censura prévia, interferência, pressões diretas ou indiretas)199
- B. Princípio 8 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Direito de todo comunicador social de manter a confidencialidade de suas fontes, notas e arquivos pessoais e profissionais)200
- C. Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Homicídio, sequestro, intimidação e/ou ameaças a comunicadores sociais e destruição material dos meios de comunicação)200
- D. Princípios 10 e 11 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Uso das leis sobre difamação por funcionários públicos e leis sobre desacato)201

**CAPÍTULO XI AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
NO BRASIL EM 2005 203**

- A. Princípio 5 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Censura prévia, interferência e pressões diretas ou indiretas)207
- B. Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Homicídio, sequestro, intimidação e/ou ameaças a comunicadores sociais e destruição material dos meios de comunicação)208
- C. Princípios 10 e 11 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Uso das leis sobre difamação por funcionários públicos e leis sobre desacato)212
- D. Avanços213

PREFÁCIO

Lídia Brito¹

Não há dúvidas quanto as características centrais dos direitos humanos: eles são universais, indivisíveis, interdependentes, e inter-relacionados. É igualmente certo que existem alguns direitos humanos que são dotados de uma característica particular, a de contribuir com a proteção e promoção de outros direitos.

É claramente o caso da liberdade de expressão, o direito à informação e seu corolário, a liberdade de imprensa. Vozes silenciadas não denunciam violações de direitos, não vigiam os governos, não conclamam mais e melhores políticas públicas, não estimulam a boa governança.

Não por outra razão, os sistemas de monitoramento criados pelo sistema internacional e pelos sistemas regionais de direitos humanos trazem em seu núcleo as figuras dos Relatores Especiais de Liberdade de Expressão.

Esses homens e mulheres de profundo conhecimento acerca dos padrões internacionais em liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de imprensa e segurança de jornalistas estão 24x7 com as antenas alertas, em permanente contato com stakeholders locais e regionais, denunciando violações à liberdade de expressão, mas também identificando boas práticas, modificações positivas nos marcos regulatórios, mudanças que podem consolidar a proteção e proteção da liberdade de expressão ou lastimá-la.

Esse olhar atento e constante sobre a realidade das nossas democracias é fundamental. É central para que governantes, legisladores e magistrados, figuras nucleares dos sistemas de freios-e-contrapesos desses regimes, possam agir, dentro de suas competências, para consolidar as democracias, proteger e promover a liberdade de expressão, o acesso a informação pública, a liberdade de imprensa e a segurança dos jornalistas seja no desenvolvimento de suas atividade cotidianas seja na discussão, aprovação e implementação de políticas de médio e longo prazo que busquem um horizonte comum: mais liberdade de expressão para todos e todas e não menos. Desnecessário dizer que a sociedade civil organizada, jornalistas, empresas de mídia, acadêmicos e a sociedade como um todo também se beneficiam enormemente destas informações diligentemente coletadas, processadas e trazidas à luz do sol pelos escritórios dos Relatores Especiais.

E não estamos somente abordando um necessário apontar de dedos, para o mal o para o bem. Estamos falando da construção da chamada *soft law*, de princípios, orientações, enfim, de um conjunto de pistas que ajudam a compor o mapa do tesouro para sistemas nacionais em linha com os melhores padrões internacionais em liberdade de expressão.

O relatório que o estimado leitor ou a estimada leitora tem em mãos é um claríssimo exemplo dessa útil contribuição dos Relatores Especiais ao fortalecimento e consolidação da garantia do direito à expressão, à informação e a uma imprensa livre, independente e plural.

O documento traz a sistematização de anos de observação atenta da Relatoria em relação à situação da liberdade de expressão em uma das mais complexas e multiculturais democracias das Américas: o Brasil.

Caberá, por certo, ao leitor ou a leitora julgar com atenção a evolução da proteção e promoção da liberdade de expressão dentro das fronteiras continentais brasileiras.

¹ Lídia Brito é Diretora do Escritório Regional de Ciências da UNESCO para América Latina e Caribe.

Contudo, não há dúvidas que o relatório oferece os insumos necessários para que esse julgamento seja um julgamento informado, o qual, como consequência, pode (e deve, eu diria) gerar um debate informado com a solidificação daquilo que vai bem e com as modificações necessárias em relação àqueles pontos que não se encontram em linha com os padrões internacionais de garantia da liberdade de expressão.

Eu não poderia deixar de sublinhar que muito do que é analisado nas páginas que se seguem guarda particular semelhança com os desafios que a UNESCO identificou para a proteção e promoção da liberdade de expressão no contexto da região latino americana e caribenha, por exemplo, através de relatórios tais como Tendências Mundiais em Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia².

Se não há dúvida de que a região avançou de maneira positiva em incluir o direito à liberdade de expressão em suas constituições nacionais, em aprovar leis de acesso à informação pública (hoje presentes em mais de 20 países), em ampliar o acesso à Internet e a pluralidade de vozes nesse meio (incluindo de mulheres e outros grupos historicamente excluídos dos debates públicos, como pessoas com deficiência, grupos étnicos específicos, etc.), em reconhecer a legalidade dos meios comunitários ... também não resta dúvida de que há muito ainda por fazer.

A violência contra jornalistas (incluindo características preocupantes relacionadas à violência contra jornalistas mulheres) segue sendo um obstáculo crucial para a geração de um ambiente que realmente permita a existência de uma mídia livre, independente e plural; as leis de acesso à informação, em muitos países, carecem de uma adequada implementação do marco regulatório; são escassos os órgãos regulatórios independentes de regulação da radiodifusão; falta meios claros, justos e transparentes de financiamento e sustentabilidade da mídia comunitária; em muitas nações os meios públicos são mais governamentais que realmente públicos; são elevadíssimos os níveis de concentração da propriedade dos meios em muitas nações; é particularmente urgente uma regulação adequada da publicidade oficial; a proteção de grupos vulneráveis (como crianças e adolescentes) ainda é um desafio por equacionar e as políticas públicas para a Internet seguem demandando aprimoramento para estar em consonância com o conceito de universalidade da Internet aprovado pela Conferência Geral da UNESCO – uma Internet baseada em direitos humanos, aberta, acessível e de governança multistakeholder.

São tarefas de potente envergadura. Por isso mesmo, a UNESCO e a Relatoria têm unido esforços para cooperar com nossos Estados Membros em robustas iniciativas regionais, entre elas: colaborando com o fortalecimento dos sistemas de justiça no que se refere à proteção e promoção da liberdade de expressão, do acesso à informação pública e da segurança de jornalistas, assessorando governos que assim o solicitam, apoiando a pujante comunidade de jornalistas de investigação, avançando no central debate do pluralismo da mídia e da boa regulação.

Esse Relatório é, sem sombra de dúvida, uma ferramenta de particular utilidade para enfrentar esses desafios no contexto brasileiro.

Boa leitura!
Montevideu, Outono, 2016

² Unesco. Tendências Mundiais em Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia. Disponível para consulta em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002290/229042s.pdf>

INTRODUÇÃO

1. A Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (doravante, a “Relatoria Especial”) tem a satisfação de publicar a presente compilação, que apresenta, de forma sistematizada e traduzida ao português, a sua avaliação da situação da liberdade de expressão no Brasil na década recente, contida nos relatórios anuais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ao longo desses anos, a Relatoria Especial recebeu informações de múltiplas fontes relativas às situações com o potencial de prejudicar o exercício da liberdade de expressão e os avanços nas garantias deste direito no Brasil. Seguindo uma metodologia estrita e rigorosa, esses dados foram avaliados à luz da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (doravante, a “Declaração de Princípios”), aprovada pela CIDH no ano 2000, e de outros padrões internacionais que compõem o marco jurídico interamericano sobre o direito à liberdade de expressão.
2. A partir da análise das situações reportadas no Brasil, a Relatoria Especial ressalta os avanços registrados em matéria de liberdade de expressão e acesso à informação, juntamente com os desafios enfrentados pelo país. Em particular, a cada ano, os Relatórios cobriram a adoção de decisões judiciais nacionais e a aprovação de marcos regulatórios que representam avanços ou geram preocupações em relação ao reconhecimento e à proteção do direito à liberdade de expressão. Assim, por exemplo, a Relatoria Especial identificou reiteradamente avanços no trabalho de investigar, processar e punir os responsáveis por crimes cometidos contra jornalistas, a criação do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil e diferentes sentenças que declaram como improcedentes os crimes de desacato, difamação ou danos morais, além da aprovação do Marco Civil da Internet. Por outro lado, a Relatoria Especial manifestou sua preocupação com os desafios persistentes e as restrições ao direito de liberdade de expressão no Brasil, como, por exemplo, a persistência de agressões e assassinatos de jornalistas em diferentes regiões do país, juntamente com a situação de impunidade de muitos desses crimes, que leva a uma situação extrema de censura nos seus casos.
3. Do mesmo modo, continuaram recorrentes a utilização do poder punitivo do Estado para criminalizar a manifestação social pacífica, e os desafios que ainda persistem no país em relação à consolidação de um sistema de meios de comunicação capaz de promover a diversidade de fontes e o pluralismo nos meios de comunicação.
4. Este relatório também retrata os esforços envidados pela Relatoria Especial para transversalizar o direito à liberdade de expressão e o acesso à informação com o exercício de outros direitos humanos – em especial, por parte de pessoas que pertencem a grupos historicamente discriminados, dentro do entendimento de que a liberdade de expressão e o acesso à informação pública contribuem como poucos outros fatores para garantir os direitos de todos os grupos discriminados, reafirmar a igualdade de todas as pessoas e efetivar o respeito à dignidade humana.
5. Espera-se que os fatos aqui registrados e os padrões a eles relacionados constituam uma ferramenta útil tanto para órgãos estatais como para integrantes da sociedade civil e comunicadores sociais do país interessados em contribuir e avançar rumo a um ambiente melhor para a liberdade de expressão.
6. O Relator Especial, Edison Lanza, também destaca o trabalho de seus predecessores na produção dos Relatórios Anuais anteriores, ora incluídos neste volume. O fato de

que a presente compilação reúne os relatórios produzidos durante uma década sobre a situação da liberdade de expressão no Brasil também é uma prova tangível do processo de consolidação da Relatoria Especial. O Relator também externa sua gratidão à equipe de trabalho deste escritório pelo trabalho comprometido e exemplar que realizou para publicar esta compilação.

7. A Relatoria Especial foi criada pela CIDH em outubro de 1997, durante seu 97º Período de Sessões. Desde a sua criação, a Relatoria Especial contou com o respaldo dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos (doravante, a “OEA”), Estados Observadores, as organizações da sociedade civil, os meios de comunicação, os jornalistas e, principalmente, as vítimas de violações do direito à liberdade de expressão. Com efeito, as pessoas que buscaram o Sistema Interamericano de Direitos Humanos como mecanismo de proteção e garantia da liberdade de expressão têm visto a Relatoria Especial como um apoio decisivo para restabelecer as garantias necessárias ao exercício dos seus direitos e assegurar a reparação das consequências ocasionadas pela sua violação.

CAPÍTULO I
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2015

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Tracy Robinson

Rose-Marie Belle Antoine

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

Rosa María Ortiz

Paulo Vannuchi

James L. Cavallaro

Secretário Executivo

Emilio Álvarez-Icaza Longoria

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 9 de março de 2016

A. Avanços

1. Em 9 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou medida cautelar para suspender uma decisão da 4ª Vara Federal de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, que autorizava a quebra do sigilo telefônico do jornalista Allan de Abreu Aio e do jornal Diário da Região, onde ele trabalhava. O jornalista e o jornal foram acusados pelo Ministério Público de divulgar informações confidenciais de uma operação da Polícia Federal denominada “Tamburutaca”. No decorrer das investigações, o Ministério Público solicitou a quebra do sigilo das comunicações do jornalista e do jornal. A 4ª Vara Federal de São José do Rio Preto aceitou a solicitação e a decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região⁴. A Associação Nacional dos Jornais apresentou uma ação judicial para suspender a decisão, alegando que ela não considerou as conclusões do STF relativas à Lei de Imprensa em uma ação de inconstitucionalidade anterior⁵. Em sua decisão, o STF apontou que estava “resguardando uma das principais garantias constitucionais, a liberdade de imprensa, e, reflexamente, a própria democracia”.
2. Em decisão publicada em 2 de fevereiro de 2015, o STF suspendeu a decisão do Tribunal de Justiça do Ceará, que condenava a *Rede União de Rádio e Televisão* a pagar uma indenização por danos morais no valor de 250 mil reais (cerca de 75 mil dólares) à agência *Novo Tempo Propaganda e Publicidade* e ao seu proprietário. A ministra Rosa Weber, relatora do caso, ressaltou que a liberdade de expressão engloba o direito de criticar e opinar. A agência e o seu proprietário processaram a *Rede União de Rádio e Televisão* por três reportagens veiculadas a respeito da campanha “Ceará Doa Troco”, que coletava recursos para entidades assistenciais. Os demandantes afirmaram que foram acusados de se apropriar de 400.000 reais (cerca de 120 mil dólares) da campanha. A estação de televisão afirmou que as reportagens mostraram que a campanha havia sido um “fracasso” e que solicitou a sua prestação de contas, mas esta não foi apresentada. A 19ª Vara Cível de Fortaleza havia condenado a *Rede União de Rádio e Televisão* a pagar uma indenização de 600 mil reais (cerca de 180 mil dólares) com base no artigo 49 da Lei de Imprensa (Lei 5.250/1967). Ao julgar a apelação, o Tribunal de Justiça do Ceará confirmou a condenação, mas reduziu o montante dos danos para 250 mil reais (cerca de 75 mil dólares)⁶.
3. Em 17 de março, o juiz Alexandre Moraes da Rosa da 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital de Santa Catarina julgou improcedente a denúncia apresentada pelo Ministério Público contra Alex Sandro dos Santos Ferraz pelo crime de desacato. De

⁴ Portal Imprensa. 12 de janeiro de 2015. [STF suspende decisão que determinava quebra de sigilo telefônico de jornalista de São Paulo](#); Folha de São Paulo. 9 de janeiro de 2015. [Presidente do STF suspende quebra de sigilo telefônico de jornal e jornalista](#); O Expresso. 12 de janeiro de 2015. [Supremo garante direito do jornalista de não revelar suas fontes](#); G1. 9 de janeiro de 2015. [STF suspende quebra de sigilo de repórter e jornal de Rio Preto](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 12 de janeiro de 2015. [STF suspende quebra de sigilo de repórter e jornal](#); Estadão. 9 de janeiro de 2015. [STF suspende quebra de sigilo de jornalista do interior de São Paulo](#); Supremo Tribunal Federal. Reclamação 19.464 MC/SP. [Decisão de 8 de janeiro de 2015, publicada em 4 de fevereiro de 2015](#).

⁵ Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 130. Distrito Federal. [Decisão de 30 de abril de 2009](#).

⁶ Portal Imprensa. 6 de janeiro de 2015. [STF suspende condenação de emissora por fazer críticas a agência em reportagem](#); Supremo Tribunal Federal. Reclamação 16.329 MC/CE. [Decisão de 17 de dezembro de 2014, publicada em 2 de fevereiro de 2015](#); Consultor Jurídico (Conjur). 5 de janeiro de 2015. [Emissora de TV não pode ser condenada por fazer críticas em reportagem](#).

acordo com a sentença, Ferraz disse aos policiais que intervieram em uma briga da qual ele participava que “não gostava de polícia, e que eram todos lotes de bichos arrogantes e que não serviam para nada”. O juiz reconheceu a inexistência do crime de desacato em um ambiente democrático e apontou que no ano 2000, a CIDH adotou a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, que em seu princípio 11 afirma que “as leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como “leis de desacato”, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”. O juiz também indicou que, considerando “a prevalência do art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos sobre os dispositivos do Código Penal, é inarredável a conclusão de [Bruno Haddad] Galvão de que ‘a condenação de alguém pelo Poder Judiciário brasileiro pelo crime de desacato viola o artigo 13 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, consoante a interpretação que lhe deu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. O Ministério Público apelou e o recurso continuava aguardando decisão no momento do fechamento do presente relatório⁷.

4. A Relatoria Especial toma nota dos avanços no processo penal relativo ao assassinato do jornalista esportivo Valério Luiz de Oliveira. Em 30 de abril, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás confirmou a decisão da 2ª Vara dos Crimes Dolosos de Goiânia, que em agosto de 2014 decidiu submeter cinco pessoas a um processo perante o Tribunal do Júri. Entre os acusados, estava o presidente da equipe de futebol Atlético – GO, acusado pelo Ministério Público de ser o autor intelectual do crime. Valério de Oliveira trabalhava na *Rádio Jornal 820 AM* e no canal *PUC-TV* na cidade de Goiânia, e foi assassinado em 5 de julho de 2012 nessa mesma cidade. Como resultado de seus comentários críticos a uma equipe de futebol do estado de Goiás, o jornalista havia recebido ameaças de morte e foi proibido de entrar nas instalações do seu clube⁸.
5. Em 18 de maio, o juiz Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, concedeu uma medida cautelar que suspendeu o processo contra 23 ativistas que participaram dos protestos de 2013 e 2014, acusados de associação criminosa e atos violentos. Entre os envolvidos, estava a líder ativista Elisa de Quadros, conhecida pelo pseudônimo de “Sininho”. A decisão está mantida até que a

⁷ Empório do Direito. Sem data. [Desacato não é crime, diz juiz em controle de convencionalidade](#); Poder Judiciário de Santa Catarina. 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital de Santa Catarina. Processo Nº 0067370-64.2012.8.24.0023. Disponível para consulta em: <http://www.tjsc.jus.br/>.

⁸ Portal Imprensa. 4 de maio de 2015. [Presidente do Atlético-GO irá a júri popular sob acusação de ordenar assassinato de jornalista](#); Globo Esporte. 5 de janeiro de 2015. [Maurício Sampaio é aclamado como presidente e retorna ao Atlético-GO](#); G1. 30 de abril de 2015. [Justiça mantém júri de empresário acusado de mandar matar radialista](#); CIDH. [Relatório Anual 2012. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação do Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II.147. Doc. 1. 5 de março de 2013. § 74; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 11 de julho de 2012. [Comunicado de Imprensa R 86/12. Relatoria Especial condena assassinato de comentarista esportivo no Brasil](#); CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação do Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 89; CIDH. [Relatório Anual 2014. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação do Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 13. 9 de março de 2015 § 129; Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 30 de abril de 2015. [Mantida decisão que mandou os envolvidos no caso Valério Luiz a júri popular](#); Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 2ª Vara dos Crimes Dolosos. Processo Nº 273311-41.2012.8.09.0051. Sentença de Pronúncia de 12 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.tjgo.jus.br/index.php/consulta-processual>.

7ª Câmara Criminal julgue a acusação adicional de “corrupção de menores” presente nas alegações finais do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro⁹.

6. Em 24 de agosto, o STF aprovou a extradição ao Paraguai de Vilmar Acosta Marques, ex-prefeito paraguaio foragido no Brasil graças à sua dupla nacionalidade e acusado de ser autor intelectual do homicídio do comunicador Pablo Medina em outubro de 2014¹⁰. De acordo com as informações disponíveis, o ministro do STF Dias Toffoli “resumiu seu voto citando numerosos elementos de prova que reforçam a certeza de que o acusado Vilmar Acosta Marques nasceu em solo paraguaio, e que por isso a proteção proporcionada pela Constituição Nacional do Brasil, que proíbe a extradição de cidadãos brasileiros, não o alcança”¹¹. Em 30 de março, o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai entregou no Brasil o pedido pelo qual solicitou manter a prisão preventiva e, posteriormente, ordenar a extradição de Acosta Marques¹².
7. Em relação à radiodifusão comunitária, a Relatoria Especial toma nota dos avanços na desburocratização do processo de outorga de novas concessões de rádios comunitárias e de emissoras educativas no Brasil. De acordo com informações do Ministério das Comunicações do país, os documentos exigidos para a obtenção de uma concessão de rádio comunitária diminuíram de 33 para sete, e, no caso das emissoras educativas, de 18 para quatro. Esta melhoria iniciou com a criação do Grupo de Trabalho de Desburocratização e Simplificação dos Processos de Outorga e Pós-Outorga de Serviços de Radiodifusão (GTDS), em março de 2015¹³.

B. Assassinatos

8. O radialista Ivanildo Viana da Silva, de 51 anos de idade, foi assassinado em 27 de fevereiro no município de Santa Rita, na região metropolitana de João Pessoa, no estado da Paraíba. De acordo com as informações de conhecimento público, Viana da Silva conduzia sua motocicleta quando foi atingido por quatro disparos. Segundo testemunhas, pelo menos dois homens em uma motocicleta foram os responsáveis. Ivanildo da Silva trabalhava na *Rádio 100.5 Líder FM* e também era assessor de imprensa do deputado federal Damião Feliciano¹⁴.

⁹ G1. 18 de maio de 2015. [Desembarçador suspende processo contra 23 ativistas no Rio](#); Exame.com. 19 de maio de 2015. [Processo contra 23 ativistas é suspenso no Rio de Janeiro](#).

¹⁰ Última Hora. 25 de agosto de 2015. [Brasil decide conceder extradição de Vilmar "Neneco" Acosta](#); La Nación. 25 de agosto de 2015. [Brasil aprueba extraditar a Vilmar Acosta](#); Reuters. 25 de agosto de 2015. [Ex alcalde paraguayo será extraditado desde Brasil por crimen de periodista: canciller](#); Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. 25 de agosto de 2015. [Supremo Tribunal Federal del Brasil concede por unanimidad la extradición de Vilmar Acosta Márques](#); El Confidencial/EFE. 4 de novembro de 2014. [Miembro de la Corte Suprema paraguaya carga contra periodista asesinado](#); Paraguay.com. 4 de novembro de 2014. [Núñez: "Negocian sobre el cadáver de Pablo Medina para perjudicarme"](#); ABC TV/YouTube. 4 de novembro de 2014. [Núñez cuestiona labor de Medina y se aferra al cargo](#).

¹¹ Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. 25 de agosto de 2015. [Supremo Tribunal Federal del Brasil concede por unanimidad la extradición de Vilmar Acosta Márques](#).

¹² Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. 30 de março de 2015. [Exhorto que solicita la extradición de Acosta Márquez fue entregado hoy en Brasilia](#).

¹³ Ministério das Comunicações do Brasil. 18 de setembro de 2015. [MC reduz burocracia para comunitárias e educativas](#).

¹⁴ Paraíba.com.br. 27 de fevereiro de 2015. [Execução de radialista teve participação de 3 assassinos em moto com apoio de carro branco](#); G1. 27 de fevereiro de 2015. [Radialista é assassinado em trecho da BR-101 na Paraíba, diz polícia](#); PB Agora. 27 de fevereiro de 2015. [Radialista é assassinado com vários tiros na BR 230, em JP](#);

9. Em 5 de março, Gerardo Servián, jornalista paraguaio da rádio comunitária *Ciudad Nueva FM* de Zanja Pytã, foi assassinado em Ponta Porã, um pequeno povoado fronteiriço no estado do Mato Grosso do Sul. De acordo com as informações disponíveis, Servián foi baleado a cerca de 200 metros da fronteira por dois homens que se locomoviam em uma motocicleta, enquanto ele também se deslocava com sua motocicleta. O jornalista, de 45 anos de idade, recebeu numerosos disparos. Servián apresentava um noticiário em língua guarani. Esse foi o segundo assassinato em menos de um ano na área da cidade de Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay, Paraguai, que faz fronteira com Ponta Porã. Em maio de 2014, o jornalista Fausto Gabriel Alcaraz foi assassinado nessa mesma localidade paraguaia¹⁵.
10. O radialista e repórter policial José Patrício Oliveira foi assassinado em 30 de março na cidade de Brejo Santo, no estado do Ceará. De acordo com os meios de comunicação, Oliveira informou durante o seu programa que recebeu ameaças de morte em ligações telefônicas, como consequência de denúncias que havia feito em seu programa. Posteriormente, o suspeito de ser o autor material do crime foi detido pela Polícia Militar (PM)¹⁶.
11. Em 18 de maio, o corpo do jornalista e blogueiro Evany José Metzker foi encontrado com marcas de violência física e suas mãos amarradas na zona rural de Pioneira, localizada a cerca de 800 quilômetros ao norte do Rio de Janeiro, após a polícia ter recebido uma denúncia anônima. Metzker, de 67 anos, publicava um blog chamado "Coruja do Vale" no qual denunciava crimes ocorridos em sua região. Os relatos também indicam que ele estava investigando uma rede de exploração sexual infantil. Após o assassinato, a Polícia Civil informou que estava trabalhando com duas linhas de investigação para esse crime, uma das quais associava o ocorrido ao seu trabalho jornalístico¹⁷.

MaisPB. 27 de fevereiro de 2015. [Damião se emociona ao saber da morte do radialista Ivanildo Viana](#); Senhor Cariri. 28 de fevereiro de 2015. [PRIMEIRAS PISTAS: Execução de radialista teve participação de 3 assassinos em moto com apoio de carro branco](#).

¹⁵ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 23 de março de 2015. [Comunicado de Imprensa R 34/15. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista paraguaio no Brasil](#); Correio do Estado. 5 de março de 2015. [Jornalista é executado a tiros por pistoleiros em Ponta Porã](#); Observatório da Imprensa. 10 de março de 2015. [Morte de radialista expõe riscos na fronteira entre Brasil e Paraguai](#); CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 19 de maio de 2014. [Comunicado de Imprensa R 59/14. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Paraguai](#).

¹⁶ Artigo 19. 9 de agosto de 2015. [Assassinado o terceiro radialista cearense em 2015](#); Na Rota das Notícias. Maio de 2015. [Brejo Santo-CE: Polícia elucida assassinato do radialista Patrício Oliveira e acusado de pistolagem está preso. Veja o vídeo](#); Diário do Nordeste. 31 de março de 2015. [Radialista é executado a tiros em Brejo Santo](#); G1. 30 de março de 2015. [Radialista é assassinado a tiros em Brejo Santo, no interior do Ceará](#); Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRATEL). 13 de agosto de 2015. [Conselho de Comunicação do Congresso repudia aumento de assassinatos de jornalistas](#).

¹⁷ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 21 de maio de 2015. [Comunicado de Imprensa R 55/15. A Relatoria Especial manifesta sua preocupação pelo assassinato de jornalista no Brasil](#); Época. 19 de maio de 2015. [Jornalista investigativo é encontrado decapitado em Minas Gerais](#); La Nación/AFP. 20 de maio de 2015. [Investigam el crimen de un periodista que fue decapitado en Brasil](#); Jornalistas de Minas. Maio de 2015. [Sindicato pede apuração rigorosa do assassinato do jornalista Evany José Metzker](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 20 de maio de 2015. [Bloqueiro brasileiro encontrado decapitado no estado de Minas Gerais](#); Extra. 19 de maio de 2015. [Jornalista investigativo é encontrado decapitado em Minas Gerais](#); Vicente Alvez/YouTube. 18 de maio de 2015. [Jornalista investigativo é decapitado no Vale do Jequitinhonha](#); G1. 19 de maio de 2015. [Jornalista decapitado é enterrado em Medina, no Vale do Jequitinhonha](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 20 de maio de

12. Em 23 de maio, foi encontrado morto o jornalista Djalma Santos da Conceição, com 15 disparos e marcas de tortura em uma zona rural de Conceição da Feira, a 110 quilômetros da cidade de Salvador, estado da Bahia. De acordo com as informações disponíveis, Santos da Conceição era o apresentador do programa “Acorda Cidade” da rádio comunitária *RCA FM*, onde fazia comentários polêmicos e reportava a respeito de corrupção e crimes locais. O jornalista era popular e recebeu ameaças de morte em diversas ocasiões. Os relatórios também descrevem que Santos da Conceição foi ameaçado em 22 de maio – o mesmo dia em que, horas mais tarde, foi sequestrado em um bar por três homens encapuzados¹⁸.
13. O radialista Francisco Rodrigues de Lima, da rádio *FM Monte Mor*, foi assassinado em 9 de junho na cidade de Pacajus, estado do Ceará. O radialista apresentava diariamente o programa “Mude sua mente, mude sua vida”. Pelas informações apresentadas por meios de comunicação e organizações da sociedade civil, Francisco de Lima havia avisado publicamente a respeito das ameaças que estava recebendo¹⁹.
14. Em 6 de agosto, o jornalista Gleydson Carvalho foi assassinado na localidade de Camocim, estado do Ceará. Carvalho era o diretor geral da *Rádio Liberdade FM 90.3*, onde apresentava um programa no qual denunciava casos de corrupção política local, e recebeu ameaças de morte previamente. No dia do crime, duas pessoas entraram no estúdio enquanto Carvalho estava no ar, dispararam em sua cabeça e fugiram. De acordo com os relatórios de imprensa, a PM deteve dois supostos cúmplices do homicídio²⁰.
15. Em 10 de novembro, o jornalista Israel Gonçalves Silva foi assassinado na localidade de Lagoa de Itaenga, no estado do Pernambuco. Silva foi assassinado a bala dentro de uma loja no centro da cidade. O jornalista dirigia o programa diário “Microfone Aberto” na rádio comunitária *Itaenga FM*, e também era guarda municipal. As informações disponíveis indicam que Silva havia denunciado as ameaças sofridas durante o seu programa de 9 de novembro. Duas pessoas eram suspeitas de ter cometido o crime. A Secretaria de Defesa Social ordenou que a Chefia da Polícia Civil designasse um delegado especial para investigar o assassinato do radialista e

2015. [RSF denuncia o odioso assassinato do jornalista Evany José Metzker](#); PEN International. 3 de junho de 2015. [PEN Brazil statement on the murder of journalist Evany José Metzker](#).

¹⁸ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 28 de maio de 2015. [Comunicado de Imprensa R 56/15. A Relatoria Especial condena o assassinato de um jornalista no Brasil, o terceiro no país neste ano](#); Época. 26 de maio de 2015. [Jornalista é morto na Bahia](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 26 de maio de 2015. [Segundo jornalista assassinado no Brasil em menos de uma semana](#); A Tarde. 23 de maio de 2015. [Radialista é sequestrado e executado em Conceição da Feira](#); O Globo. 23 de maio de 2015. [Radialista é sequestrado e morto no interior da Bahia](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 27 de maio de 2015. [La SIP condena otro asesinato en Brasil](#); Artigo 19. 27 de maio de 2015. [ARTIGO 19 condena assassinato de radialista baiano](#).

¹⁹ O Povo. 10 de junho de 2015. [Radialista é assassinado no estacionamento da rádio em que trabalhava](#); Ceará Agora. 9 de junho de 2015. [Radialista é assassinado em Pacajus](#); Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRTEL). 13 de agosto de 2015. [Conselho de Comunicação do Congresso repudia aumento de assassinatos de jornalistas](#); Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). 13 de agosto de 2015. [Entidades pedem medidas para conter violência contra profissionais de comunicação](#); Artigo 19. 9 de agosto de 2015. [Assassinado o terceiro radialista cearense em 2015](#).

²⁰ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 10 de agosto de 2015. [Comunicado de Imprensa R 88/15. A Relatoria Especial condena novo assassinato de um jornalista no Brasil](#); Folha do Sertão. 6 de agosto de 2015. [Radialista é executado a bala durante programa na Liberdade FM por dois elementos armados em uma Bras](#); Diário do Nordeste. 7 de agosto de 2015. [Radialista denunciou ameaça de morte em programa; escute o áudio](#).

encomendou à direção-geral da Polícia Científica a realização das perícias necessárias de forma completa e rápida²¹.

16. Em 13 de novembro, o jornalista Ítalo Eduardo Diniz Barros foi assassinado em Governador Nunes Freire, no estado do Maranhão. Diniz Barros era um blogueiro que reportava fatos locais. Foi assassinado com quatro disparos em frente a um centro comercial em sua cidade por dois homens em uma motocicleta. De acordo com a Polícia Militar do estado do Maranhão, o comunicador havia sido ameaçado em função de alguns artigos que publicou²².
17. Em 21 de novembro, o blogueiro Orislândio Timóteo Araújo, mais conhecido como Roberto Lano, foi assassinado na localidade de Buriticupu, no estado do Maranhão. Lano estava em sua motocicleta com sua esposa quando um homem em outra motocicleta disparou contra ele. O blogueiro cobria temas relacionados à política da localidade em que vivia e denunciava supostas irregularidades cometidas na gestão pública local. A última publicação em sua página na internet era uma denúncia contra o prefeito de Buriticupu. A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão informou que iniciou uma investigação a respeito do assassinato e que trabalharia com várias hipóteses quanto ao motivo do crime²³.
18. O décimo-primeiro crime do ano no Brasil ocorreu em 7 de dezembro na região de Ubá, no estado de Minas Gerais, quando o jornalista Luiz Manoel de Souza foi assassinado a tiros por um grupo de homens que dispararam nele de um caminhão enquanto ele conduzia um automóvel. Luiz Manoel de Souza trabalhava na *Rádio Cultura* em Visconde do Rio Branco e na *Rádio Educadora* em Ubá. A Polícia Civil afirmou que sua morte pode estar ligada ao exercício do direito de liberdade de expressão, pois ele denunciava crimes de corrupção. No momento do fechamento deste relatório, não havia novas informações relativas ao caso²⁴.

²¹ CPJ. 11 de novembro de 2015. [No Brasil, repórter de rádio é assassinado a tiros no estado de Pernambuco](#); Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. 13 de novembro de 2015. [Jornalista de rádio é assassinado em Pernambuco e se torna o quinto caso no Brasil em 2015](#); A Voz da Vitória. 12 de novembro de 2015. [ISRAEL SILVA: Multidão grita por justiça em Lagoa de Itaenga](#); Rede Brasil Atual. 22 de novembro de 2015. [Escritório das Nações Unidas pede proteção para profissionais brasileiros da comunicação](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 12 de novembro de 2015. [Asesinato de periodista en Brasil requiere investigación expedita](#); Artigo 19. 16 de novembro de 2015. [#ALERTA – Mais um radialista é assassinado no Brasil](#).

²² Rede Brasil Atual. 22 de novembro de 2015. [Escritório das Nações Unidas pede proteção para profissionais brasileiros da comunicação](#); Artigo 19. 26 de novembro de 2015. [#ALERTA – No interior do Maranhão, dois blogueiros assassinados](#); G1. 14 de novembro de 2015. [Blogueiro é assassinado a tiros em Governador Nunes Freire, MA](#); Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. 19 de novembro de 2015. [Blogueiro do Maranhão se torna o segundo comunicador assassinado no país em menos de uma semana](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 26 de novembro de 2015. [ABRAJI manifesta preocupação com assassinatos de comunicadores no MA](#).

²³ Artigo 19. 26 de novembro de 2015. [#ALERTA – No interior do Maranhão, dois blogueiros assassinados](#); G1. 22 de novembro de 2015. [Blogueiro é morto com um tiro na cabeça em Buriticupu, MA](#); Revista 30. 24 de novembro de 2015. [MAIS UM BLOGUEIRO É ASSASSINADO NO MARANHÃO, DESSA VEZ EM BURITICUPU](#); O Progresso Net. 24 de novembro de 2015. [Mais um blogueiro é assassinado no interior do Maranhão](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 26 de novembro de 2015. [ABRAJI manifesta preocupação com assassinatos de comunicadores no MA](#); Estadão. 22 de novembro de 2015. [Mais um blogueiro é assassinado no Maranhão](#); Blog do Roberto Lano. 18 de novembro de 2015. [Zé Gomes faz ponte que lixa nada a coisa nem uma](#).

²⁴ EM. 8 de dezembro de 2015. [Polícia apura morte de radialista na Zona da Mata](#); Guia Muriaé. 8 de dezembro de 2015. [Radialista é morto a tiros na cidade de Ubá](#); O Tempo. 9 de dezembro de 2015. [Morte de radialista em](#)

19. Na audiência relativa à situação da violência contra jornalistas no Brasil e no Paraguai, realizada em 23 de outubro durante o seu 156º Período de Sessões, a Comissão recebeu com preocupação a informação de que 87 comunicadores foram vítimas de graves violações no Brasil entre 2012 e 2014. As organizações participantes informaram que: i) 14 comunicadores foram assassinados nos três anos; ii) 18 comunicadores foram vítimas de atentados contra suas vidas; iii) 51 foram vítimas de ameaças de morte; iv) quatro foram vítimas de sequestro; e v) no primeiro semestre de 2015, três comunicadores foram assassinados por conta de suas atividades. Afirmaram também que esses tipos de violações ocorrem em todo o território nacional e não são exclusivas a contextos específicos. De acordo com essas organizações, as vítimas são jornalistas, repórteres, fotógrafos, apresentadores de televisão e blogueiros. Elas afirmaram que a maioria dos casos no Brasil envolve comunicadores que reportam ou fazem denúncias de informações de interesse público, como a corrupção e irregularidades na gestão pública, e que essas situações corresponderam a 83% dos casos entre 2012 e 2014. Nesse período, indicaram que 74% dos casos foram cometidos por agentes do Estado, como políticos eleitos, policiais e outros funcionários públicos²⁵.
20. As organizações participantes também informaram que entre maio de 2013 e maio de 2014, foram registrados 171 casos de violações dos direitos de comunicadores que cobriam manifestações, com agressões, situações de assédio e detenções. Informaram que 80% dos processos judiciais de crimes de calúnia, injúria, difamação e desacato foram movidos por pessoas com cargos políticos e judiciais²⁶.
21. As organizações participantes afirmaram que não existem medidas específicas de proteção para os comunicadores, e que estes frequentemente desconhecem a existência do mecanismo para atendê-los, que é o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Indicaram que os comunicadores não se veem como defensores de direitos humanos, e por isso são poucos os que buscam algum tipo de auxílio em programas de proteção. Também apontaram que a falta de estrutura e de recursos adequados para atender e proteger os defensores de direitos humanos pode tornar a simples inclusão de comunicadores uma solução ineficaz para a sua proteção. De acordo com as organizações, foi formado um grupo de trabalho especificamente dedicado à proteção de comunicadores no Brasil entre 2013 e 2014, composto por membros da sociedade civil e diferentes representantes do governo, entre outros atores. Apontaram que o grupo apresentou um relatório final do seu trabalho contendo diversas recomendações. Afirmaram que até a presente data, as suas recomendações não haviam sido implementadas²⁷. Por fim, afirmaram que outro fator agravante é a impunidade dos graves crimes sofridos pelos comunicadores. O Brasil é o décimo primeiro país no mundo e o segundo na América Latina em número de casos não solucionados de violência contra jornalistas. Entre 2012 e 2014, 70% dos comunicadores vítimas de homicídio ou tentativa de assassinato já haviam

[Ubá pode estar ligada à profissão, diz PC](#); G1. 9 de dezembro de 2015. [Policia Civil de Ubá investiga assassinato de radialista](#).

²⁵ CIDH. 154º Período de Sessões. Audiência “Protesto Social e Direitos Humanos na América”. 16 de março de 2015. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/sesiones/154/default.asp>.

²⁶ CIDH. 154º Período de Sessões. Audiência “Protesto Social e Direitos Humanos na América”. 16 de março de 2015. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/sesiones/154/default.asp>.

²⁷ CIDH. 154º Período de Sessões. Audiência “Protesto Social e Direitos Humanos na América”. 16 de março de 2015. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/sesiones/154/default.asp>.

- sofrido ameaças anteriores. Uma investigação a respeito dos casos ocorridos durante esse período demonstra que mais da metade dos casos já estão arquivados, com as investigações paradas ou nem sequer iniciadas. Sustentam que o poder econômico e político influencia essas investigações²⁸.
22. A Relatoria toma nota de que em 20 de maio, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou por maioria de votos um parecer contrário ao Projeto de Lei 191/2015, que federalizaria as investigações dos crimes contra jornalistas. O texto foi enviado à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, onde, até o fechamento deste relatório, aguardava a designação de um relator. Esse projeto modificaria a Lei 10.446/02, que prevê uma ação conjunta da Polícia Federal com outros órgãos de investigação para crimes como formação de cartel, violações de direitos humanos, sequestro, detenção ilegal e extorsão por motivos políticos, entre outros²⁹. O Projeto de Lei 191/2015 permitiria que a Polícia Federal participe das investigações dos crimes contra a atividade jornalística quando houver “omissão ou ineficiência” das esferas competentes dos estados e municípios após 90 dias de investigações³⁰.
23. 2015 foi um dos piores anos da década recente para o exercício do jornalismo no Brasil. Em algumas regiões do país, a violência e o assassinato de jornalistas se tornaram frequentes. A esse respeito, a Relatoria Especial lembra que os servidores estatais devem repudiar de forma inequívoca os ataques perpetrados como represália ao exercício da liberdade de expressão, e devem abster-se de fazer declarações que tenham o potencial de aumentar a vulnerabilidade das pessoas perseguidas por exercer o seu direito à liberdade de expressão. Os Estados devem refletir claramente em seus sistemas jurídicos e suas práticas que os crimes contra a liberdade de expressão têm especial gravidade, uma vez que representam um ataque direto contra todos os direitos fundamentais³¹.
24. A Relatoria reiterou que os Estados têm a obrigação de adotar medidas para prevenir a violência contra jornalistas e funcionários(as) dos meios de comunicação³². Essa obrigação é de particular importância em países onde há um risco desses atos ocorrerem e em situações concretas nas quais as autoridades sabem ou deveriam

²⁸ CIDH. 154º Período de Sessões. Audiência “Protesto Social e Direitos Humanos na América”. 16 de março de 2015. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/sesiones/154/default.asp>.

²⁹ Brasil. Presidência da República. [Lei 10.446](#) de 8 de maio de 2002.

³⁰ Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). 27 de maio de 2015. [Comissão rejeita federalização de crimes contra jornalistas. FENAJ pedirá aprovação da matéria na CC](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 21 de maio de 2015. [SISP repudia rejeição do projeto que federaliza crimes contra jornalistas](#); Coletiva.net. 22 de maio de 2015. [Comissão da Câmara rejeita federalização de crimes contra jornalistas](#); Câmara dos Deputados. [Projeto de Lei 191](#) datado de 3 de fevereiro de 2015 (apresentado em 4 de fevereiro de 2015); Ver também: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945893>.

³¹ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Liberdade de Opinião e de Expressão, Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, e Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. 25 de junho de 2012. [Declaração Conjunta sobre Delitos contra a Liberdade de Expressão](#).

³² CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 33.

saber que existe um risco real e imediato de que eles sejam cometidos³³. Nos países ou regiões onde jornalistas se encontrarem em uma situação de especial vulnerabilidade em função de um contexto de violência direcionada a esse grupo de pessoas, o Estado tem uma responsabilidade reforçada no seu dever de prevenção e proteção. Nessas situações, a ausência de uma política pública geral de prevenção pode resultar em uma falta do Estado no cumprimento do seu dever de prevenção³⁴.

25. A obrigação de prevenir a violência contra jornalistas inclui: a) adotar um discurso público que contribua para prevenir a violência contra jornalistas. A Corte Interamericana ressaltou que a obrigação de garantir os direitos à liberdade de expressão e à integridade pessoal requer que os funcionários públicos se abstenham de fazer declarações que exponham jornalistas e funcionários de meios de comunicação a um maior risco de atos de violência³⁵; b) instruir as forças de segurança no respeito aos meios de comunicação. Instruir adequadamente as forças de segurança do Estado quanto ao papel da imprensa em uma sociedade democrática constitui um passo importante para prevenir a violência contra jornalistas e funcionários dos meios de comunicação. Por esse motivo, a Relatoria Especial recomendou que os Estados adotem mecanismos de prevenção adequados para evitar a violência contra as pessoas que trabalham em meios de comunicação, incluindo a capacitação de funcionários públicos, em especial as forças policiais e de segurança, e, se necessário, a adoção de guias de conduta ou diretrizes relativas ao respeito à liberdade de expressão³⁶; c) a obrigação de respeitar o direito dos jornalistas ao sigilo de suas fontes de informações, anotações e arquivos pessoais e profissionais. A proteção das fontes confidenciais não apenas contribui ao papel fundamental de vigilância prestado pela imprensa, mas também auxilia a prevenir que os jornalistas sejam vítimas de atos de violência³⁷; d) a obrigação de punir a violência contra jornalistas. Para prevenir a violência contra jornalistas e funcionários dos meios de comunicação, é indispensável que o ordenamento jurídico puna essas condutas de forma proporcional ao dano cometido³⁸; e) a obrigação de manter estatísticas precisas a respeito da violência contra jornalistas. Compreender a magnitude e a modalidade dos atos de violência contra jornalistas e funcionários dos meios de

³³ Corte IDH. Caso Vélez Restrepo e Familiares Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 3 de setembro de 2012. Série C, Nº 248. § 194; Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Liberdade de Opinião e de Expressão, Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, e Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. 25 de junho de 2012. [Declaração Conjunta sobre Delitos contra a Liberdade de Expressão](#).

³⁴ Corte IDH. Caso González e outras (“Campo Algodoeiro”) Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 16 de novembro de 2009. Série C, Nº 205. § 282.

³⁵ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 34.

³⁶ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 47.

³⁷ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 54.

³⁸ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 55.

comunicação é uma condição fundamental para poder implementar políticas efetivas de prevenção, como, por exemplo, a elaboração de mapas de risco confiáveis. No contexto da violência contra jornalistas, a Relatoria Especial ressaltou a importância de compilar estatísticas detalhadas e desagregadas como uma condição essencial para desenhar, implementar e avaliar políticas públicas efetivas de prevenção, proteção e persecução penal da violência contra jornalistas³⁹.

26. Do mesmo modo, os Estados têm a obrigação de proteger os jornalistas e funcionários dos meios de comunicação em risco. De acordo com as normas de direitos humanos do Sistema Interamericano, os Estados têm uma obrigação de proteger as pessoas que estão expostas a um risco especial em relação aos seus direitos fundamentais. A obrigação de proteção a um jornalista em situação de risco pode ser cumprida por meio da aplicação individual das medidas necessárias para assegurar os direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade de expressão dos beneficiários, entre outros. Porém, quando em um determinado país existe uma situação estrutural sistemática e grave de violência contra os jornalistas e funcionários dos meios de comunicação, os Estados devem criar programas especiais de proteção para atender esses grupos. Em todo caso, as medidas adotadas devem adequar-se às circunstâncias individuais da pessoa em risco, incluindo o seu gênero, a necessidade ou o desejo de continuar realizando as mesmas atividades profissionais, e suas circunstâncias sociais e econômicas⁴⁰.
27. O terceiro e derradeiro elemento de uma política estatal integral para abordar a violência contra jornalistas é a investigação, persecução e punição dos indivíduos que cometerem atos de violência. Em reiteradas ocasiões, a Relatoria Especial instou os Estados a realizar investigações sérias, imparciais e efetivas de assassinatos, agressões, ameaças e atos de intimidação cometidos contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação social⁴¹. A Corte Interamericana ressaltou que a impunidade – entendida como a falta em seu conjunto de investigação, persecução, captura, processo judicial e condenação – propicia a repetição crônica de violações de direitos humanos e a total vulnerabilidade das vítimas e de seus familiares, enquanto que a Relatoria Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias manifestou que “em geral, reconhece-se que a impunidade é uma das principais causas da continuação dos assassinatos de jornalistas”⁴². Nesse sentido, o Relator Especial da ONU sobre a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão entendeu que a impunidade é um obstáculo fundamental para a proteção da vida e da integridade pessoal dos(as) jornalistas, “uma vez que incentiva indivíduos a atentar contra os(as) jornalistas por saberem que não haverá

³⁹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 59 e 60.

⁴⁰ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 62.

⁴¹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Violência contra jornalistas e funcionários de meios de comunicação: padrões interamericanos e práticas nacionais de prevenção, proteção e realização da justiça](#). OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 31 de dezembro de 2013. § 160.

⁴² Corte IDH. Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Mérito. Sentença de 25 de novembro de 2000. Série C, Nº 70. § 211; Nações Unidas. Assembleia Geral. [Relatório do Relator Especial sobre as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Christof Heyns](#) [em espanhol] A/HRC/20/22. 10 de abril de 2012. § 43.

consequências legais”⁴³. Tanto a Comissão quanto a Corte se referiram ao efeito intimidador que os crimes contra jornalistas têm para outros(as) profissionais dos meios de comunicação, e também para os cidadãos e cidadãs que pretendam denunciar abusos de poder ou atos ilícitos de qualquer natureza⁴⁴. Esse efeito intimidador só poderá ser evitado, segundo afirma a Comissão, “pela ação decisiva do Estado para punir os responsáveis por tais atos, no cumprimento de sua obrigação perante o direito internacional e o direito interno”⁴⁵.

28. O princípio 9 da Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão da CIDH ressalta que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

C. Ataques, ameaças e intimidações a jornalistas e meios de comunicação

29. Em 6 de janeiro, o jornalista Pedro Borges, da *Rede Meio Norte*, foi agredido enquanto fazia uma reportagem para o programa “Agora” a respeito de um tiroteio. O jornalista recebeu um chute nas costas da parte de um vizinho do bairro Parque Alvorada, na cidade de Teresina, estado do Piauí. Borges apresentou uma denúncia pela agressão sofrida à Delegacia do 7º Distrito Policial de Teresina⁴⁶.
30. Em 9 de janeiro, o jornalista Renato Vargas denunciou à polícia que sua casa em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, havia recebido quatro disparos. Vargas era apresentador de programas ligados a temas políticos e de polícia em diversas estações locais de rádio e TV até 2013. O jornalista apresentou duas testemunhas e afirmou que já tinha sido ameaçado de morte. De acordo com Vargas, o ataque

⁴³ Nações Unidas. Assembleia Geral. Relatório do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão, Frank La Rue [em espanhol] A/HRC/20/17. 4 de junho de 2012. § 65. Disponível para consulta em: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?m=85.

⁴⁴ Corte IDH. Caso Vélez Restrepo e Familiares Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 3 de setembro de 2012. Série C, Nº 248. § 148; CIDH. Relatório Nº 136/10. Caso 12.658. Luis Gonzalo “Richard” Vélez Restrepo e Família (Colômbia). 23 de outubro de 2010. § 136; CIDH. Relatório Nº 50/99. Caso 11.739. Héctor Félix Miranda (México). 13 de abril de 1999. § 52; CIDH. Relatório Nº 130/99. Caso Nº 11.740. Víctor Manuel Oropeza (México). 19 de novembro de 1999. § 58. Ver também, CIDH. [Relatório Anual 2010. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II: Avaliação do Estado da Liberdade de Expressão no Continente. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 5. 7 de março de 2011. § 716.

⁴⁵ CIDH. Relatório Nº 136/10. Caso 12.658. Luis Gonzalo “Richard” Vélez Restrepo e Família (Colômbia). 23 de outubro de 2010. § 136; CIDH. Relatório Nº 50/99. Caso 11.739. Héctor Félix Miranda (México). 13 de abril de 1999. § 52; CIDH. Relatório Nº 130/99. Caso Nº 11.740. Víctor Manuel Oropeza (México). 19 de novembro de 1999. § 58. Ver também, CIDH. [Relatório Anual 2010. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II: Relatório Especial sobre a Liberdade de Expressão no México 2010. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 5. 7 de março de 2011. § 716. Ver também, Corte IDH. Caso Vélez Restrepo e Familiares Vs. Colômbia. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 3 de setembro de 2012. Série C, Nº 248. § 211.

⁴⁶ Meio Norte. 6 de janeiro de 2015. [Pedro Borges, repórter da Rede Meio Norte, é agredido com 'voadora' em local de tiroteio](#); CanalWeb/YouTube. 7 de janeiro de 2015. [Repórter de TV nordestina é agredido com voadora](#); UOL. 6 de janeiro de 2015. [Jornalista leva voadora ao vivo no Piauí: "Ele deu um chute na imprensa"](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); Comunique-se. 6 de janeiro de 2015. [Jornalista é agredido durante gravação de reportagem no Piauí](#).

- poderia estar ligado a uma menção do Ministério Público para que ele declarasse em um processo penal sob sigilo judicial⁴⁷.
31. Em 11 de janeiro, o cinegrafista Kassem Said Naaman foi agredido com dois socos enquanto cobria um acidente de trânsito para a *Inter TV dos Vales*, afiliada da rede *Globo*, na cidade de Governador Valadares, estado de Minas Gerais. Naaman registrava imagens juntamente com a repórter Ana Carolina Magalhães, quando um dos envolvidos no acidente percebeu sua presença e o atingiu. A polícia deteve o agressor, que foi liberado após pagar fiança⁴⁸.
 32. Em 20 de janeiro, o repórter Iverson Vaz foi detido enquanto transmitia ao vivo para o “Programa 190”, do canal *CNT*, uma reportagem acerca dos roubos de caixas eletrônicos em Curitiba, estado do Paraná. Vaz foi detido por desobedecer e ultrapassar um cordão de segurança da PM. Inicialmente, foi permitido à imprensa entrar na zona restrita para registrar o caso. Porém, quando Vaz e o cinegrafista Júnior Guimarães começaram a transmitir, foram interrompidos pela polícia com o argumento de que estariam invadindo uma área restrita. Após permanecer entre os cordões de isolamento sob a ordem da polícia, o jornalista foi detido e enviado ao 6º Distrito Policial de Curitiba. Vaz afirmou que foi agredido enquanto se encontrava detido. No Boletim de Ocorrência, os policiais do caso afirmaram que o jornalista incorreu no delito de desacato⁴⁹.
 33. Em 27 de janeiro, o cinegrafista Gregori Flauzino, da *RBS TV*, foi ameaçado por policiais civis durante a reconstituição da morte do surfista Ricardo dos Santos em Palhoça, no estado de Santa Catarina. Flauzino filmava um local próximo à cena do crime e fora da área de isolamento determinada pela polícia, quando foi abordado por três membros da Central de Operações da Polícia. Os agentes alegadamente ameaçaram detê-lo e apreender o equipamento de gravação se ele se recusasse a apagar as imagens. O cinegrafista acatou e foi removido do local⁵⁰.
 34. Em 17 de fevereiro, o repórter gráfico José Wiles Carvalho Torres foi detido na última noite do Carnaval de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, após fotografar um policial durante uma operação. Pelas informações disponíveis, o agente pediu que Torres apagasse as fotos, pois não autorizava o uso de sua imagem, e, caso ele se negasse a

⁴⁷ Portal Imprensa. 12 de janeiro de 2015. [Jornalista do interior de São Paulo tem casa alvejada por quatro tiros](#); Folha da Região. 11 de janeiro de 2015. [Casa de jornalista do interior de São Paulo é alvo de 4 tiros](#); Folha de São Paulo. 11 de janeiro de 2015. [Casa de jornalista do interior de São Paulo é alvo de 4 tiros](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). Sem data. 2015 – Reunión de Medio Año-Panamá. [Brasil](#).

⁴⁸ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); Comunique-se. 13 de janeiro de 2015. [Cinegrafista de afiliada da Globo é agredido durante reportagem](#); G1. 12 de janeiro de 2015. [Equipe de reportagem da Inter TV dos Vales é agredida em Valadares](#).

⁴⁹ Portal Imprensa. 23 de janeiro de 2015. [ABRAJI critica prisão de repórter no Paraná e postura de Secretário de Segurança Pública](#); Gazeta do Povo. 20 de janeiro de 2015. [Repórter é preso durante transmissão ao vivo em Curitiba](#); Corrupção em Cheque/YouTube. 4 de março de 2015. [Repórter é preso pela Polícia Militar durante link ao vivo no Paraná](#); Bonde. 21 de janeiro de 2015. [Sindicato dos Jornalistas repudia prisão de repórter por "desacato" no Paraná](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR). 21 de janeiro de 2015. [Sindijor-PR repudia prisão de Iverson Vaz](#).

⁵⁰ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); G1. 27 de janeiro de 2015. ['Não houve legítima defesa alguma', diz advogado da família de Ricardinho](#); Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. 28 de janeiro de 2015. [Ação da polícia contra cinegrafista da RBS TV agride a liberdade de imprensa](#); Portal Imprensa. 28 de janeiro de 2015. [Policiais ameaçam cinegrafista da RBS na reconstituição da morte do surfista Ricardinho](#).

fazê-lo, iria levá-lo à Delegacia. Ao entrar na viatura, o oficial alegadamente tomou-lhe a câmara e apagou as fotos. Do mesmo modo, de acordo com Torres, após perguntar se os policiais haviam consumido álcool, eles o levaram a uma delegacia, onde ficou detido por sete horas. De acordo com o Sindicato dos Jornalistas do Acre, Torres “não fez mais do que seu trabalho” ao cobrir um agente público em serviço. Jornalistas de Cruzeiro do Sul fizeram um protesto em frente à Delegacia Geral do município para repudiar a detenção e exigir o direito à liberdade de expressão. A Corregedoria Geral da Polícia Civil iniciou uma investigação após o incidente⁵¹.

35. Em 2 de março, a casa do blogueiro Mário Luiz na praia de Carapibus na costa sul do estado da Paraíba foi baleada. Segundo Luiz, o ataque teve conotações políticas e poderia estar ligado ao fato de que ele havia aceitado trabalhar como assessor de imprensa da Câmara Municipal de Conde⁵².
36. Em 11 de março, uma equipe da *TV Candidés*, do estado de Minas Gerais, foi detida enquanto fazia uma reportagem em uma escola pública na cidade de Divinópolis. Os assessores da Secretaria de Educação do estado detiveram os jornalistas e lhes demandaram que apagassem a entrevista que estavam fazendo para a Secretária de Educação, Macaé Maria Evaristo dos Santos. De acordo com as informações disponíveis, o mal-estar surgiu diante da pergunta: “Quais os planos para o futuro da educação no país?” Os assessores teriam dito que a equipe só poderia sair da escola após apagar a entrevista. Por isso, a equipe foi impedida de sair por mais de uma hora, até que o diretor de jornalismo da emissora se apresentou na escola. A reportagem não foi apagada. Em nota oficial, a Secretaria Estadual de Educação apontou que reiterava o seu “reconhecimento e respeito ao trabalho da imprensa, com plena liberdade”⁵³. Em 30 de junho, o incidente foi discutido em uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais⁵⁴.
37. O jornalista James Alberti, produtor da *RPC*, afiliada da *Rede Globo* no Paraná, foi alegadamente ameaçado de morte em 9 de abril e, por motivos de segurança, precisou se mudar de estado. Alberti estava investigando denúncias de corrupção e pedofilia por agentes da Receita estadual do Paraná, que resultaram na detenção de pelo menos 20 pessoas. Segundo o Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Alberti estava trabalhando em Londrina, no norte do estado, quando recebeu uma ameaça pelo

⁵¹ A Gazeta do Acre. 19 de fevereiro de 2015. [Jornalista é preso em Cruzeiro do Sul e tem fotos apagadas de sua câmara por policial](#); G1. 20 de fevereiro de 2015. [Jornalistas protestam após prisão de cinegrafista em Cruzeiro do Sul, AC](#).

⁵² PB Agora. 2 de março de 2015. [Bloqueiro tem casa alvejada e diz que há conotação política](#); Diário do Sertão. 3 de março de 2015. [Após assassinato de radialista, imprensa da PB publica manifesto pela paz e liberdade de expressão](#); Portal Correio. 2 de março de 2015. [Bloqueiro tem casa alvejada no Litoral Sul da Paraíba e atribui tiros à conotação política](#).

⁵³ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); Associação Mineira de Rádio e Televisão. 12 de março de 2015. [AMIRT repudia censura contra a TV Candidés](#); G37. 13 de março de 2015. [Repórter e cinegrafista da TV Candidés são intimidados por assessores da Secretária Estadual de Educação](#); Sistema MPA. 12 de março de 2015. [Atitude de assessores da Sec. de Educação de MG repercute na Câmara](#); Jornal Belvedere. 10 de julho de 2015. [João Leite denuncia que jornalista foi cerceada por secretária de Educação](#).

⁵⁴ O Tempo. 30 de junho de 2015. [Audiência na ALMG discute ameaça de assessores à jornalistas de TV](#); Sistema MPA. 30 de junho de 2015. [Audiência pública debate caso de violação de liberdade de imprensa com jornalistas da TV Candidés](#); G37. 29 de junho de 2015. [Denúncia de repressão a equipe de TV em escola será debatida nesta terça \(30\)](#).

- telefone. O fato foi denunciado à Polícia Federal, ao Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado e ao governo do estado do Paraná⁵⁵.
38. Em 24 de abril, uma equipe da *TV Mirante*, afiliada da *TV Globo* no estado do Maranhão, foi intimidada por agentes penitenciários enquanto fazia uma reportagem sobre a fuga de um detento. De acordo com as informações disponíveis, os agentes penitenciários estavam “fortemente armados”, cercaram os profissionais e tomaram suas identificações. Um dos guardas de segurança chegou a tentar impedir a gravação. Por sua vez, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária informou que essa atuação foi um simples “procedimento de segurança”⁵⁶.
 39. Nesse mesmo dia, o jornalista Adolfo Pegoraro, da *Rádio Onda Sul FM*, foi ameaçado e agredido verbalmente dentro do estúdio da emissora pelo presidente do Francisco Beltrão Futebol Clube após fazer uma reportagem sobre os problemas que a equipe enfrentava na disputa do campeonato paranaense da segunda divisão. Pegoraro fez uma denúncia à polícia⁵⁷.
 40. Em 27 de abril, a casa do jornalista Renato Silva na cidade de Nova Odessa, no estado de São Paulo, onde também está localizada a sede do jornal *Varal de Notícias*, foi atacada com uma “bomba caseira”. O jornalista informou que estava sofrendo ameaças após ter publicado uma denúncia contra o prefeito e seus assessores de Nova Odessa alegando irregularidades na área da saúde⁵⁸.
 41. Em 28 de abril, um cinegrafista da *TV Globo* foi agredido na cidade de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, por um homem acusado de comércio ilegal de peixes, enquanto filmava uma operação de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis a respeito desse tema⁵⁹.
 42. Em 4 de julho, Marivaldo Filho, jornalista do *Bocão News* e assessor de imprensa da Câmara do Conselho da Cidade, foi alegadamente agredido por um policial militar após ter-se negado a apagar as fotos que havia feito de um veículo policial. De acordo com as informações disponíveis, o jornalista saía de um evento social quando viu policiais golpeando um amigo seu. Ao fotografar o automóvel, um dos policiais o abordou e ordenou que apagasse a foto. Ao se negar a fazê-lo, Marivaldo Filho foi

⁵⁵ Terra. 17 de abril de 2015. [PR: jornalista é ameaçado de morte e tem que deixar o estado](#); O Globo. 17 de abril de 2015. [Jornalistas que investigam denúncias de corrupção e pedofilia são ameaçados no Paraná](#); Brasil 247/Paraná 247. 18 de abril de 2015. [Jornalista é ameaçado por apurar corrupção no Paraná](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR). 17 de abril de 2015. [Ameaça de assassinato de jornalista no Paraná](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 23 de abril de 2015. [La SIP condena demandas contra medios venezolanos](#).

⁵⁶ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); G1. 24 de abril de 2015. [Sejap diz que abordagem à equipe de TV foi 'procedimento de segurança'](#); Blog do Gilberto Léda. 24 de abril de 2015. [Sejap constrange equipe da TV Mirante em Pedrinhas](#); Portal Imprensa. 24 de abril de 2015. [Equipe de afiliada da Globo no MA sofre intimidação de agentes penitenciários](#).

⁵⁷ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); RBJ. 25 de abril de 2015. [Jornalista é ameaçado nos estúdios da Rádio Onda Sul](#).

⁵⁸ Correio Popular. 28 de abril de 2015. [Jornalista sofre atentado a bomba após denúncias](#); Região Hoje. 26 de abril de 2015. [Casa de jornalista é atacada por bomba em Nova Odessa](#); Ataque aos Cofres Públicos. 28 de abril de 2015. [Jornalista que denuncia esquemas de corrupção entre OS e Prefeitura sofre atentado a bomba](#).

⁵⁹ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); G1. 29 de março de 2015. [Ibama apreende mais de mil animais marinhos em cinco estados e no DF](#).

detido por desacato e golpeado na cabeça com um objeto contundente. O governador do estado indicou que havia ordenado ao Secretário de Segurança e ao comandante da PM uma investigação “rigorosa” dos fatos⁶⁰.

43. Em 17 de julho, o repórter Alexandre Aprá, do blog *Isso É Notícia*, foi agredido a socos em Cuiabá, no estado do Mato Grosso. Segundo o jornalista, o ataque estava relacionado a uma investigação sobre política e corrupção que ele havia realizado em âmbito local. Reportagens publicadas em seu blog teriam motivado uma investigação da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) contra uma juíza. A polícia iniciou uma investigação após o ocorrido⁶¹.
44. Em 7 de maio, duas pessoas em uma motocicleta dispararam contra a casa do jornalista Luiz Aranha na cidade de Potirendaba, no estado de São Paulo. O repórter do jornal *Gazeta do Interior* e produtor do *SBT* afirmou que o atentado era para intimidá-lo pelas denúncias que estava fazendo em seus relatos⁶².
45. Todo tipo de ameaça, agressão ou assédio a jornalistas, funcionários(as) de meios de comunicação e aos próprios meios de comunicação deve ser investigado pela Justiça, e as autoridades não devem descartar o exercício do jornalismo como o motivo do crime antes que a investigação esteja completa. Os Estados têm a obrigação de adotar medidas efetivas para prevenir ataques contra jornalistas e outras pessoas que exercem o seu direito à liberdade de expressão, e devem combater a impunidade, especialmente ao condenar de forma enérgica tais ataques quando eles ocorrerem, por meio da pronta e efetiva investigação para punir devidamente os responsáveis, e proporcionando uma indenização às vítimas quando necessário. Os Estados também têm a obrigação de proteger os jornalistas e outras pessoas que exercem seu direito à liberdade de expressão e corram um alto risco de ser atacadas⁶³.
46. O princípio 9 da Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão da CIDH estabelece que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

⁶⁰ Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). 6 de julho de 2015. [Jornalista é agredido por PMs em Salvador](#); Bocão News. 6 de julho de 2015. [Repórter do Bocão News é espancado ao fotografar ação truculenta da PM](#); G1. 6 de julho de 2015. ["Tive que vencer o medo", diz jornalista](#); Blog Marcos Frahm. 6 de julho de 2015. [Governador determina investigação rigorosa de agressão de PM a repórter do Bocão News](#).

⁶¹ Portal Imprensa. 8 de agosto de 2015. [ABRAJI cobra apuração de ataque a repórter no MT; jornalista foi agredido com socos](#); Mídia News. 7 de agosto de 2015. [ABRAJI cobra apuração de ataque a repórter](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#).

⁶² Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). 15 de maio de 2015. [Casa de jornalista no interior de São Paulo é alvejada](#); Portal Imprensa. 9 de maio de 2015. [Casa de dono do jornal "Gazeta do Interior" é alvo de atentado a tiros](#); Região Noroeste. 8 de maio de 2015. [Casa de jornalista da região é alvo de atentado a tiros](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#).

⁶³ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão, Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, Relator Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, e Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) para a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. 4 de maio de 2015. [Declaração conjunta sobre a liberdade de expressão e as respostas às situações de conflito](#)

D. Protesto social

47. A Relatoria Especial recebeu informações a respeito de agressões e detenções contra manifestantes e jornalistas que faziam o seu trabalho informativo no contexto dos protestos sociais ocorridos durante o ano de 2015 em diversas cidades do país.
48. Em 9 de janeiro, a manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas do transporte público foi dispersada por agentes da PM com gás lacrimogêneo e balas de borracha. De acordo com o MPL, a atuação da PM foi violenta e pelo menos 50 pessoas foram detidas. De acordo com as informações da imprensa, um grupo de pessoas infiltradas denominadas *black blocs* quebrou janelas e destruiu três agências bancárias no centro de São Paulo. O fotógrafo *freelance* Matheus José Maria recebeu um golpe de cassetete, alegadamente após ter obedecido a ordem de um PM de deixar de fotografar os fatos. Os organizadores afirmaram que 30 mil pessoas participaram do protesto. A PM estimou que 2 mil pessoas estiveram presentes e disse que 800 policiais reforçaram a segurança no local⁶⁴.
49. Poucos dias depois, em 16 de janeiro, a segunda marcha do ano organizada pelo MPL contra o aumento das tarifas do transporte público foi dispersada pela PM com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e gás de pimenta. De acordo com a PM, pelo menos oito pessoas foram detidas. O fotojornalista Felipe Laroza, da revista *Vice*, foi agredido por um policial militar enquanto cobria o protesto. Juntamente com cerca de 20 manifestantes, Laroza foi instruído pela polícia a seguir por uma passagem estreita entre uma parede e uma banca de jornal, momento em que recebeu um golpe de cassetete. Thomas Dreux Miranda, do blog *Xadrez Verbal*, foi atingido no tornozelo por um estilhaço de bomba. A estimativa do MPL é de que 20 mil pessoas participaram da manifestação. A PM estimou que 3.000 pessoas estiveram presentes, e também informou que havia mobilizado pelo menos 800 policiais para acompanhar o evento⁶⁵.

⁶⁴ G1. 10 de janeiro de 2015. [Maioria dos detidos em ato contra aumento da tarifa é liberada em SP](#); Carta Capital. 9 de janeiro de 2015. [Protesto contra aumento de tarifa vira tumulto em São Paulo](#); BBC. 9 de janeiro de 2015. [Bombas de gás e destruição voltam a marcar protesto em SP](#); Jornal do Brasil. 16 de janeiro de 2015. [Rio e São Paulo: mais um dia de protestos contra aumento das passagens](#); El País. 9 de janeiro de 2015. [Manifestantes voltam às ruas de São Paulo e enfrentam repressão da polícia](#); Exame. 9 de janeiro de 2015. [51 pessoas são presas em protesto contra tarifa em SP](#); Estadão. 9 de janeiro de 2015. [Protesto em SP termina em depredação e mais de 50 detidos](#); UOL. 9 de janeiro de 2015. [Protesto contra aumento da tarifa tem confusão e 51 pessoas detidas](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 28 de janeiro de 2015. [Repórter do Estadão é alvo de bala de borracha em protesto; é a quinta ocorrência em 2015](#); Portal dos Jornalistas. 28 de janeiro de 2015. [Repórter do Estadão é alvo de bala de borracha em protesto](#).

⁶⁵ Estadão. 16 de janeiro de 2015. [Segundo ato contra tarifa em SP tem presos, tumulto e bombas](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 21 de janeiro de 2015. [ABRAJI repudia nova agressão da PM a repórter durante protesto](#); VICE. 21 de janeiro de 2015. [Um PM Bateu no Fotógrafo da VICE, Assista ao Vídeo](#); Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. 28 de janeiro de 2015. [Jornalista do Estadão é agredido por disparo de bala de borracha da PM](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). Sem data. [Brasil](#); G1. 16 de janeiro de 2015. [Bombas, depredação e detidos marcam 2º ato contra tarifa em SP](#); Brasil Post. 16 de janeiro de 2015. [Protesto contra aumento de passagem tem confusão e bombas de gás em São Paulo](#); Gama Livre. 19 de janeiro de 2015. [PM ataca manifestantes e mente nas redes sociais](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 28 de janeiro de 2015. [Repórter do Estadão é alvo de bala de borracha em protesto; é a quinta ocorrência em 2015](#); Portal dos Jornalistas. 28 de janeiro de 2015. [Repórter do Estadão é alvo de bala de borracha em protesto](#); Folha de São Paulo. Sem data. [Protesto contra as tarifas tem correria e bombas de gás no centro de SP](#).

50. Em 23 de janeiro, o quarto protesto do MPL na cidade de São Paulo também foi dispersado com balas de borracha e gás lacrimogêneo contra os manifestantes. O jornalista Edgar Maciel, do *Estado de São Paulo*, foi ferido na perna por uma bala de borracha enquanto cobria o ato. Outros dois manifestantes ficaram feridos e sete pessoas foram detidas. De acordo com a PM, 1.200 pessoas participaram da manifestação e 1.100 agentes a acompanharam. O MPL estimou em 5.000 o número de manifestantes nesse dia⁶⁶.
51. Em 27 de janeiro, foi realizado o quinto protesto contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo, que também foi dispersado pela PM com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O jornalista Fernando Otto, da *TV Estadão*, foi alegadamente atingido por uma bala de borracha enquanto cobria o ato. A PM afirmou que as imagens foram utilizadas em um procedimento interno para identificar e averiguar a conduta do policial responsável pelo disparo. Pelo menos duas pessoas foram detidas e três ficaram feridas, enquanto que outras foram alcançadas pelo gás lacrimogêneo. O MPL afirmou que 10.000 pessoas haviam participado do protesto. A PM disse que pelo menos 1.000 pessoas estavam presentes⁶⁷.
52. Em 29 de janeiro, aconteceu o sexto protesto do MPL em São Paulo. De acordo com as informações disponíveis, profissionais da imprensa, como o repórter fotográfico Gustavo Gerchmann, foram agredidos por um grupo de *black blocs* infiltrados no protesto⁶⁸.
53. Em 30 de janeiro, duas pessoas ficaram feridas durante o protesto contra o aumento das tarifas de ônibus no centro do Rio de Janeiro. Uma delas foi detida por desacato, enquanto que a outra pessoa ferida perdeu a consciência e foi levada ao hospital por bombeiros⁶⁹.
54. Em 23 de fevereiro, um protesto contra as ações do exército no Complexo da Maré – o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro – foi alegadamente reprimida com violência pela PM, que começou a disparar bombas não letais e gás lacrimogêneo, e

⁶⁶ G1. 23 de janeiro de 2015. [Quarto ato contra aumento da tarifa tem detidos e vandalismo no Centro](#); UOL. 23 de janeiro de 2015. [Ato contra tarifas em SP tem rojões, bombas de gás e balas de borracha](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#).

⁶⁷ Tribuna Hoje. 30 de janeiro de 2015. [Celular “salva” repórter de ser ferido por bala de borracha da PM](#); Estadão. 29 de janeiro de 2015. [Bala de borracha volta a ser discutida após jornalistas serem atingidos em protestos](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 28 de janeiro de 2015. [Repórter do Estado de S. Paulo é atingido por bala de borracha em manifestação](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 28 de janeiro de 2015. [Repórter do Estadão é alvo de bala de borracha em protesto; é a quinta ocorrência em 2015](#); Artigo 19. 28 de janeiro de 2015. [Bombas de gás no metrô](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); Jornal dia a dia. 6 de fevereiro de 2015. [Polícia precisa de “controle emocional”, diz ouvidor da PM](#); Rádio Voz da Rússia. 28 de janeiro de 2015. [Quinto ato contra tarifa em São Paulo terminou com tumulto no metrô](#); Brasil Post. 28 de janeiro de 2015. [Ato do MPL termina com confronto entre PM e manifestantes em estação da Linha 4 na zona oeste de SP](#); Folha de São Paulo. 27 de janeiro de 2015. [Grupo entra em confronto com PM no metrô ao final de ato contra tarifa](#).

⁶⁸ Último Segundo. 29 de janeiro de 2015. [Protesto do MPL é marcado por agressões, prisões e pichação de monumento](#); Veja. 29 de janeiro de 2015. [Black bloc ataca fotógrafo em protesto contra tarifa](#).

⁶⁹ Folha de São Paulo. 30 de janeiro de 2015. [Protesto contra tarifas termina com confronto e ao menos um ferido no Rio](#); G1. 30 de janeiro de 2015. [Protesto contra aumento da tarifa no Rio tem tumulto, feridos e preso](#); O Dia. 30 de janeiro de 2015. [Tumulto em protesto deixa duas pessoas feridas no Centro do Rio](#); Rio Alerta Notícias. 31 de janeiro de 2015. [Tumulto em protesto deixa duas pessoas feridas no Centro do Rio](#).

balas de borracha e de chumbo contra a população. De acordo com as informações disponíveis, militares do exército teriam disparado munição letal contra os manifestantes. A iniciativa, intitulada “Protesto em Favor da Vida no Complexo da Maré”, teve como motivo atos recentes de violência ocorridos no conjunto de favelas, alegadamente cometidos pela polícia⁷⁰.

55. No contexto da audiência sobre “Protesto Social e Direitos Humanos na América”, realizada em 16 de março durante o 154º Período de Sessões, a Comissão recebeu com preocupação a informação de que cerca de 21 iniciativas legislativas foram apresentadas no Brasil em 2013 nos níveis federal, estadual e municipal para regular os protestos e criminalizar condutas nesse contexto. As organizações solicitantes ressaltaram que um dos projetos visava a tipificar o crime de “vandalismo”, aumentando a pena de forma significativa quando os atos ocorressem durante manifestações públicas. Informaram também que a Associação de Protestos em Massa no Brasil havia sido duramente reprimida em São Paulo em 2013. Afirmaram que a atuação das forças de segurança no Brasil se caracterizava pelo uso indiscriminado de armamentos menos letais, e que está demonstrado que em alguns casos, esses armamentos produziram lesões graves e irreversíveis, incluindo a morte. Adicionaram que autoridades estavam voltando a aplicar leis que haviam caído em desuso, como a Lei de Segurança Nacional. E também apontaram que durante as manifestações de 2013 no Brasil, mais de 2.000 pessoas foram detidas de forma ilegal, muitas delas levadas à polícia e liberadas em seguida, sem qualquer imputação. Por fim, afirmaram que a repressão nas favelas foi ainda mais violenta e também prejudicou manifestações culturais, como festas de funk e rap, e não apenas as manifestações sociais e políticas⁷¹.
56. Em 3 de abril, no Complexo do Alemão da cidade do Rio de Janeiro, um grupo de pessoas saiu de suas casas para protestar pela morte de uma criança que foi vítima de um disparo no dia anterior. De acordo com as informações disponíveis, o protesto foi dispersado por agentes da polícia com bombas de gás lacrimogêneo e gás de pimenta⁷². No dia seguinte, uma equipe da *Globonews* foi cercada e assediada durante um protesto realizado por habitantes do Complexo. Os funcionários da emissora

⁷⁰ O Dia. 23 de fevereiro de 2015. [Protesto contra ocupação do Exército na Maré interdita a Linha Amarela](#); Jornal A Nova Democracia/YouTube. 24 de fevereiro de 2015. [Moradores do Complexo da Maré se insurgem contra a PM e o Exército](#); Coletivo DAR (Desentorpecendo a Razão). 26 de fevereiro de 2015. [Complexo da Maré: moradores se revoltam contra abusos da PM e exército, que reprime protesto pacífico com munição letal](#); Frente Independente Popular. 24 de fevereiro de 2015. [Informes sobre a Manifestação ocorrida ontem no Complexo da Maré](#); Central 3. 27 de fevereiro de 2015. [Central Autônoma #50](#); Portal Aprendiz. 11 de março de 2015. [Após um ano, ocupação militar da Maré não garante direitos à comunidade](#); A Nova Democracia. Março de 2015. [Rio: Maré se insurge contra a PM e o exército](#); Fiocruz. 27 de fevereiro de 2015. [Politécnica divulga nota de repúdio à violência policial no Complexo da Maré](#); CRP – RJ. 23 de fevereiro de 2015. [Nota da Comissão Regional de Direitos Humanos em relação às ações da Polícia Militar e da Força de Pacificação na Maré](#); Artigo 19. 25 de fevereiro de 2015. [Nota sobre a repressão policial a manifestação no Complexo da Maré](#); SBT Rio/YouTube. 24 de fevereiro de 2015. [Moradores do Complexo da Maré fecharam a Linha Amarela](#).

⁷¹ CIDH. 154º Período de Sessões. Audiência Protesto Social e Direitos Humanos na América. 16 de março de 2015. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/sesiones/154/default.asp>.

⁷² G1. 3 de abril de 2015. [Protesto contra morte de menino no Alemão tem confronto com a PM](#); Jornal do Brasil. 3 de abril de 2015. [Moradores do Complexo do Alemão fazem protesto contra morte de menino](#); Brasil 247. 3 de abril de 2015. [Bomba no protesto contra morte do menino Jesus](#).

foram cercados e vaiados por um grupo de pessoas que não viviam ali, e em seguida foram obrigados a deixar o local⁷³.

57. Em 24 de abril, um repórter do *SBT* e três repórteres da *TV Globo* foram agredidos de forma física e verbal durante um protesto de professores da rede pública de São Paulo. De acordo com os manifestantes e a PM, os agressores eram *black blocs*. O repórter do *SBT* foi arremessado no chão, recebeu chutes e socos, e sua câmera foi destruída. A equipe da *TV Globo* foi perseguida e teve que se esconder em um bar, enquanto que os equipamentos de dois cinegrafistas foram destruídos⁷⁴.
58. Em 29 de abril, a repressão policial do protesto de professores em frente à Assembleia Legislativa em Curitiba, estado do Paraná, deixou alegadamente 213 manifestantes feridos e outros 14 detidos, acusados de portar paus, pedras e explosivos. Os manifestantes protestavam pela votação de um projeto de lei que tentou modificar o regime de previdência social. Durante o protesto, alguns manifestantes tentaram ultrapassar o perímetro de segurança que a PM estabeleceu ao redor do edifício, perímetro este que foi determinado por uma decisão judicial. A partir desse momento, os 1.600 policiais que cercava a Assembleia Legislativa teriam utilizado gás lacrimogêneo, balas de borracha e canhões de água para dispersar os manifestantes estimados em pelo menos 20.000 pessoas⁷⁵. O repórter da *Bandeirantes* Luiz Carlos de Jesús foi mordido por um cão pit bull da PM⁷⁶. O efeito do gás lacrimogêneo, que foi alegadamente lançado de forma indiscriminada, chegou a uma escola infantil próxima do protesto e prejudicou a saúde de algumas crianças⁷⁷.
59. De acordo com a Defensoria Pública do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil, nenhum dos 14 detidos (12 adultos e dois adolescentes) foi encontrado em posse de objetos que indicassem o cometimento de algum crime de dano ao patrimônio público, ou seria um *black bloc*. Essas pessoas foram acusadas dos delitos de

⁷³ ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); UOL. 5 de abril de 2015. [Equipe da Globo News é hostilizada e expulsa em manifestação no Alemão](#); Comunique-se. 6 de abril de 2015. [Equipe da Globonews é expulsa do Complexo do Alemão](#); Terra. 5 de abril de 2015. [Equipe da GloboNews é hostilizada durante protesto no Rio](#); Na telinha. 6 de abril de 2015. [Equipe da Globo News é hostilizada em protesto no Complexo do Alemão](#).

⁷⁴ Estadão. 24 de abril de 2015. [Black blocs se infiltram em ato dos professores e agridem profissionais da imprensa](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 24 de abril de 2015. [Repórteres e cinegrafistas são agredidos em protesto em SP](#); Mundo Positivo. 25 de abril de 2015. [Black Blocs agridem jornalistas em protesto de professores](#); R7. 24 de abril 2015. [Jornalistas são agredidos em manifestação dos professores](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#).

⁷⁵ Época. 30 de abril de 2015. [A ação desastrosa da PM no protesto dos professores em Curitiba](#); G1. 30 de abril de 2015. [Após confronto, professores passam por exame de corpo de delito no IML](#); UOL. 4 de maio de 2015. [Protestos no PR: Entenda por que os professores estão em greve](#); Estadão. 29 de abril de 2015. [Confronto entre PM e professores no PR deixa cerca de 200 feridos](#); Anistia Internacional. Atualizada em 12 de maio de 2015. [AÇÃO URGENTE: Polícia Militar ataca professores em protesto](#); Gazeta do Povo. 6 de maio de 2015. [Coronéis da PM mandam carta a Richa repudiando declarações de Francischini](#); O Globo. 6 de maio de 2015. [Em carta, PM do Paraná diz que secretário de Segurança foi alertado sobre ação durante protesto](#); EBC. 29 de abril de 2015. [Sindicato de Professores do Paraná diz que ação da PM em protesto foi "truculenta"](#); Pragmatismo Político. 30 de abril de 2015. [Jornalista de Curitiba revela detalhes do massacre de 29 de abril](#).

⁷⁶ BAND. 29 de abril de 2015. [Cinegrafista da Band é atacado por pit bull da PM](#); Pragmatismo Político. 29 de abril de 2015. [Vídeo: Pitbull da PM do Paraná ataca cinegrafista da Band](#); G1. 29 de abril de 2015. [Repórter cinematográfico é atacado por cão da PM durante protesto](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#).

⁷⁷ G1. 30 de abril de 2015. [Creche prejudicada por cheiro de gás lacrimogêneo suspende aulas no PR](#); Época. 30 de abril de 2015. [A ação desastrosa da PM no protesto dos professores em Curitiba](#).

resistência, desacato e interrupção do trabalho ou do sossego alheio⁷⁸. Em uma nota pública, o governador do estado afirmou que a PM realizou uma “ação de defesa” contra “manifestantes estranhos ao movimento dos servidores estaduais”, e que uma investigação estava em curso⁷⁹. Em 13 de maio, o Ministério Público Federal informou que havia instaurado um processo para investigar possíveis violações de direitos humanos por parte do governo durante os protestos de 29 de abril⁸⁰. Do mesmo modo, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República divulgou uma nota pública informando que 12 denúncias foram recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), as quais foram remetidas aos “órgãos de controle da atividade policial e de defesa da cidadania e dos direitos humanos no Estado do Paraná, como a ouvidoria da Polícia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a corregedoria de Polícia”⁸¹.

60. Em 30 de junho, o Estado do Brasil enviou uma carta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos informando a respeito do protesto ocorrido no Paraná e das medidas adotadas posteriormente aos fatos ocorridos. O Estado informou que a ONDH registrou 22 denúncias relacionadas aos fatos ocorridos durante esse protesto e, posteriormente, recebeu denúncias de movimentos sociais e organizações da sociedade civil por meio do Comitê de Direitos Humanos 29 de Abril, criado para denunciar abusos da PM do Paraná, e por meio do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais. Segundo informou o Estado, essas denúncias recebidas foram remetidas aos órgãos públicos estaduais competentes, para que se averiguem as supostas violações denunciadas. Também informou que em 6 de maio, um representante da ONDH participou de uma audiência pública no Senado Federal convocada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, que contou com a presença de representantes da Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária do governo do Paraná. Ademais, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, em articulação com os conselhos municipais e estaduais de direitos humanos, realizou em 12 de junho uma audiência pública na cidade de Curitiba⁸².
61. O Estado também informou que em 29 de abril, o Ministério Público do estado do Paraná emitiu a Recomendação N^o 1/2015 com diretrizes a ser adotadas durante os protestos. Essa resolução foi entregue ao governador do Paraná, ao Secretário de Segurança Pública e ao Comandante Geral da PM do estado. Na mesma data, em função dos fatos reportados, o Ministério Público emitiu a Resolução PGJ N^o 1715/2015, que delegou poderes aos Procuradores de Justiça para que atuem no procedimento destinado a apurar “responsabilidades envolvendo as ações dos policiais e manifestantes, nas proximidades da Assembleia Legislativa do Paraná, bem como seus respectivos desdobramentos”. Em 30 de abril, o Ministério Público do

⁷⁸ G1. 1^o de maio de 2015. [Defensoria Pública nega prisões de 'black blocs' em protesto no Paraná](#); Gazeta do Povo. 1^o de maio de 2015. [Defensoria e OAB negam prisão de black blocs em confronto](#); UOL. 2 de maio de 2015. [Defensoria Pública do PR contraria Richa e nega black blocs em confronto](#).

⁷⁹ Carta Capital. 29 de abril de 2015. [Após 200 feridos, governo do Paraná culpa manifestantes](#); Época. 30 de abril de 2015. [Beto Richa culpa "black blocs" pela violência na manifestação de professores](#).

⁸⁰ Exame.com. 13 de maio de 2015. [MPF investigará se PR violou direitos humanos em protesto](#); EBC Agência Brasil. 13 de maio de 2015. [MPF investigará se governo do Paraná violou direito de professores em protestos](#).

⁸¹ Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 6 de maio de 2015. [Nota Pública sobre a violência contra professores no Paraná](#).

⁸² Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. N^o 180. 30 de junho de 2015. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

estado do Paraná instaurou procedimento preparatório de inquérito civil e procedimento investigatório criminal, anunciando que faria “uma investigação célere e independente sobre os fatos apurados”, além de criar um correio eletrônico para receber denúncias, documentos e imagens dos fatos ocorridos durante o protesto de 29 de abril. Em 4 de maio, a Vara de Auditoria Militar do estado foi instada a acompanhar as investigações relativas à Investigação Policial Militar Nº 250/15 – COGER. Em relação às medidas adotadas para as ações policiais, além da Recomendação Nº 1/2015, o Estado apontou que está em vigor a Portaria Interministerial Nº 4.226, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Também recordou a Resolução Nº 6 de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que regula a aplicação do princípio da não violência em contextos de protestos e eventos públicos. De acordo com o Estado, após os protestos, o governo do estado do Paraná publicou em 5 de maio o Decreto Nº 1.238, a fim de “aprimorar a normatização e padronizar o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo” e “reduzir os casos de uso da força física direta nas intervenções [policiais]”, entre outros objetivos⁸³. Por fim, em relação às detenções realizadas durante o protesto, o Estado informou que 12 pessoas foram detidas e postas em liberdade no mesmo dia. O Ministério Público informou que todas as pessoas foram assistidas por advogados. De acordo com o Estado, as pessoas detidas que apresentavam lesões foram trasladadas ao Instituto Médico Legal para a realização de exame forense⁸⁴.

62. Em 18 de maio, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) foi multado pela Justiça em um total de 300 mil reais (cerca de 100 mil dólares) por descumprimento da medida cautelar que proibia obstruções parciais ou totais de rodovias do estado durante seus protestos. A juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública afirmou que a APEOESP tinha conhecimento da medida cautelar de 22 de abril, que proibia o bloqueio parcial ou total de rodovias sob pena de multa de 100 mil reais. No final de abril, a Procuradoria Geral do estado de São Paulo interpôs uma solicitação para que a APEOESP fosse multada em 100 mil reais por descumprimento da medida cautelar. Assim, após três episódios distintos de obstruções de rodovias nos dias 7, 13 e 14 de maio, a juíza entendeu que houve um descumprimento da medida cautelar⁸⁵.
63. Em 29 de maio, ocorreram protestos em diversas cidades do Brasil contra a Lei de Terceirização. Durante a manifestação em São Paulo, o repórter fotográfico Danilo Verpa, da *Folha de São Paulo*, recebeu um golpe de cassetete por um policial enquanto cobria as ações de funcionários e estudantes da Universidade de São Paulo. Um vídeo do mesmo protesto, difundido pela internet, mostra uma manifestante caindo no chão após receber um golpe no rosto por um policial, e outro policial disparando balas de

⁸³ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nº 180. 30 de junho de 2015. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

⁸⁴ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nº 180. 30 de junho de 2015. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

⁸⁵ G1. 19 de maio de 2015. [Justiça multa Apeoesp em R\\$ 300 mil por bloqueio de rodovias em protestos](#); Agência Brasil. 19 de maio de 2015. [Justiça multa sindicato dos professores de SP por bloqueio de rodovias](#); Folha de São Paulo. 19 de maio de 2015. [Justiça multa em R\\$ 300 mil sindicato de docentes de SP por fechar rodovias](#); Portal do Governo de São Paulo. 19 de maio de 2015. [Justiça multa Apeoesp em R\\$ 300 mil por fechamento de rodovias](#); Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2ª Vara da Fazenda Pública. [Decisão de 18 de maio de 2015](#); Estadão. 30 de abril de 2015. [Governo vai a Justiça contra professores por obstrução de rodovias](#).

- borracha de dentro de um veículo policial contra os manifestantes. Esse policial foi alegadamente destituído de seu cargo por ordem do Secretário de Segurança Pública⁸⁶.
64. Em 12 de agosto, diversas pessoas se manifestaram em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, contra o aumento das tarifas do transporte público. De acordo com as informações disponíveis, a PM dispersou o protesto com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, e deteve cerca de 60 manifestantes. O governo do estado informou que o caso seria investigado⁸⁷.
65. A Relatoria Especial também recebeu informações relativas a projetos de lei em tramitação no Brasil que poderiam ter um impacto negativo para o exercício do direito à liberdade de expressão no contexto das manifestações. Nesse sentido, em 28 de outubro, o Senado aprovou o Projeto de Lei 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil e estabelece penas de até 24 anos de prisão em regime fechado. O texto aprovado no início de agosto pela Câmara dos Deputados sofreu modificações no Senado, com a eliminação de uma cláusula que excluía manifestantes e movimentos sociais da aplicação da lei. Por esse motivo, o texto voltou à Câmara para ser votado em regime de urgência. O PL 101/2015 aponta o “extremismo político” como uma das causas do crime, e prevê o crime de terrorismo contra coisas (transporte, embarcações e edificações, entre outras) e a “apologia ao terrorismo”⁸⁸.
66. A Relatoria Especial recebeu com preocupação informações relativas ao Projeto de Lei 6268/09, aprovado em 18 de agosto pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Esse projeto de lei prevê a tipificação do crime de obstrução indevida de vias públicas. Segundo o texto aprovado, a punição para quem bloquear uma via “indevidamente” será de um a dois anos de prisão e multa. Essa lei modificaria o Código de Trânsito brasileiro (Lei 9.503/97), que só prevê a aplicação de sanções administrativas para pessoas que obstruam uma via pública. Segundo o deputado Pedro Uczai, opositor a esse projeto de lei, a intenção da proposta é impedir que “o povo ocupe as ruas”. Na data de fechamento deste

⁸⁶ Folha de São Paulo. 29 de maio de 2015. [Fotógrafo da Folha é agredido por PM e impedido de registrar B.O.](#); TV Folha/YouTube. 29 de maio de 2015. [PM que atirou bala de borracha de dentro de viatura em ato é afastado](#); Folha de São Paulo. 29 de maio de 2015. [Protestos contra a lei da terceirização pelo Brasil](#); El País. 29 de maio de 2015. [Protestos contra terceirização e ajuste fiscal tomam as ruas do país](#); G1. 29 de maio de 2015. [Secretário da Segurança afasta PM que atirou em manifestantes na USP](#).

⁸⁷ Revista Fórum. 13 de agosto de 2015. [PM mineira agride manifestantes em ato contra aumento da tarifa de ônibus em BH](#); G1. 12 de agosto de 2015. [Ato contra aumento da tarifa de ônibus termina em confusão em BH](#); EM. 12 de agosto de 2015. [Conflito em manifestação contra tarifa de ônibus em BH termina com cerca de 60 presos](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Sem data. [Sindicato age contra violência a jornalistas](#); Portal Vermelho. 14 de agosto de 2015. [Estudantes cobram mudança de comando da PM após reação violenta em BH](#); Medium. 13 de agosto de 2015. [Ato contra tarifa sobre repressão brutal em BH](#); UOL. 13 de agosto de 2015. [Governo de MG diz que investigará violência em protesto; detidos são soltos](#).

⁸⁸ Portal Vermelho. 1º de novembro de 2015. [Projeto "antiterrorismo" aprovado no Senado sofre críticas](#); Folha de São Paulo. 28 de outubro de 2015. [Senado aprova lei antiterrorismo; proposta voltará à Câmara](#); Senado Federal. Projeto de Lei Nº 101/2015. Disponível para consulta em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122772>; UOL. 27 de outubro de 2015. [Lei antiterrorismo ameaça violar convenção, diz relator da OEA](#).

relatório, o texto estava aguardando votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados⁸⁹.

67. Em 26 de outubro, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre Alexandre Vannucchi Leme da Universidade de São Paulo foi condenado em uma Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público de São Paulo ao pagamento de mais de 170 mil reais (aproximadamente 50 mil dólares) por não ter comunicado com antecedência às autoridades competentes o protesto por ele organizado em 24 de novembro de 2011. Essa ação buscava uma indenização por danos materiais e morais como consequência da marcha que ocorreu na Avenida Paulista, organizada pelo DCE. Segundo a sentença do juiz da 37ª Vara Cível – Foro Central Cível, “o direito a reunião previsto na Constituição Federal não pode ser interpretado como um direito absoluto. Há necessidade de prévia comunicação não só à Polícia Militar, mas também à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para adequação do trânsito local e adjacências por ser área de tráfego intenso durante praticamente o dia inteiro”. O juiz argumentou que “ainda que se diga que o transtorno com a passeata não poderia ser eliminado com a prévia comunicação às autoridades competentes, o transtorno à população local e o trânsito na região sem dúvida poderiam ser mitigados”⁹⁰.
68. A CIDH reiterou que o protesto social é uma ferramenta fundamental para o trabalho de defesa dos direitos humanos e essencial para a expressão crítica política e social das atividades das autoridades. A Comissão apontou que “é a princípio inadmissível a penalização *per se* das demonstrações em vias públicas quando estas são realizadas no marco do direito à liberdade de expressão e do direito de reunião”⁹¹, e que “o exercício do direito de reunião por meio do protesto social não deve sujeitar-se a qualquer autorização por parte das autoridades, nem a requisitos excessivos que dificultem a sua realização”⁹².
69. Da mesma forma, é altamente preocupante a alegada utilização do poder punitivo do Estado para criminalizar os defensores e defensoras de direitos humanos e o protesto social pacífico, e a persecução penal dos indivíduos críticos ou dissidentes políticos⁹³. A Relatoria Especial recorda que o artigo 7.5 da Convenção Americana prevê como únicos fundamentos legítimos da prisão preventiva os riscos de que o(a) imputado(a) tente eludir o acionamento da justiça ou gerar obstáculos à investigação judicial. Segundo a CIDH, é contrário a essa norma e ao direito à presunção de inocência que uma prisão preventiva se justifique com argumentos como a periculosidade do(a) acusado(a) ou a possibilidade de que ele ou ela cometa crimes no futuro⁹⁴.

⁸⁹ Câmara dos Deputados. 18 de agosto de 2015. [CCJ aprova detenção para quem bloquear de forma indevida vias públicas](#); Folha de Vilhena. 20 de agosto de 2015. [Projeto de lei que proíbe manifestações em vias públicas é aprovado pelo CCJ](#); Consultor Jurídico. 19 de agosto de 2015. [Comissão da Câmara aprova pena de prisão para quem fechar rua em protesto](#).

⁹⁰ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 37ª Vara Cível - Foro Central Cível. [Processo Nº 0113198-89.2012.8.26.0100](#). Sentença de 26 de outubro de 2015.

⁹¹ CIDH. [Relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos](#). OEA/Ser.L/V/II.Doc.57. 31 de dezembro de 2009. § 197.

⁹² CIDH. [Segundo Relatório sobre a situação das defensoras e defensores dos direitos humanos nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 66. 31 de dezembro de 2011. § 139.

⁹³ CIDH. 21 de fevereiro de 2014. [Comunicado de Imprensa Nº 17/14. CIDH manifesta profunda preocupação com a situação do direito à manifestação pacífica, à associação e à liberdade de expressão na Venezuela](#).

⁹⁴ CIDH. [Relatório sobre o uso da prisão preventiva nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 46/13. 30 de dezembro de

70. Em sua Declaração Conjunta sobre violência contra os(as) jornalistas no contexto de manifestações sociais, adotada em 2013, os relatores especiais da ONU e da OEA para a liberdade de expressão indicam que os direitos de reunião e liberdade de expressão “são fundamentais e sua garantia é uma condição necessária para a existência e o funcionamento de uma sociedade democrática. Um Estado pode impor restrições razoáveis às manifestações com o objetivo de assegurar o desenvolvimento pacífico das mesmas ou dispersar aquelas que se tornarem violentas, sempre que tais restrições forem regidas pelos princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade. Ademais, a dispersão de uma manifestação deve ser justificada pelo dever de proteção das pessoas, e deve utilizar as medidas mais seguras e menos lesivas para os manifestantes. O uso da força em manifestações públicas deve ser excepcional e em circunstâncias estritamente necessárias, conforme os princípios internacionalmente reconhecidos”⁹⁵.
71. A Comissão Interamericana entendeu que qualquer tipo de ingerência arbitrária ou abusiva que prejudique a privacidade dos(as) defensores(as) de direitos humanos e suas organizações está proibido pela Declaração e pela Convenção Americanas⁹⁶.
72. Por fim, a Declaração Conjunta sobre liberdade de expressão e as respostas às situações de conflito, adotada em maio de 2015, indica que “[t]odas as restrições criminais sobre o conteúdo – incluindo aquelas relativas ao discurso de ódio, à segurança nacional, à ordem pública e ao terrorismo / extremismo – devem se conformar estritamente dentro dos padrões internacionais, o que inclui não proporcionar uma proteção especial a funcionários e não empregar termos vagos ou indevidamente amplos. [...] Em particular, os Estados devem se abster de aplicar restrições relacionadas ao ‘terrorismo’ de modo excessivamente amplo. A responsabilidade penal por expressões relacionadas ao terrorismo deve limitar-se àquelas que incitem a ações terroristas; conceitos vagos como os de ‘glorificar’, ‘justificar’ ou ‘fomentar’ o terrorismo não devem ser utilizados”.

E. Responsabilidades ulteriores

73. Em 13 de agosto, o palhaço Tico Bonito foi detido sob a alegação de desacato. De acordo com as informações disponíveis, o comediante foi detido após criticar a PM do estado do Paraná durante sua apresentação artística em um parque da cidade de Cascavel, após dizer que “os policiais só defendem os burgueses e o [governador] Beto Richa”. Um boletim de ocorrência foi redigido e uma data foi marcada para uma audiência com um juiz⁹⁷.
74. O princípio 11 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH estabelece que “[o]s funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da

2013. § 144.

⁹⁵ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão, e Relatora Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Liberdade de Expressão. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

⁹⁶ CIDH. [Segundo Relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 66. 31 de dezembro de 2011. § 58.

⁹⁷ G1. 14 de agosto de 2015. [Palhaço é preso pela PM durante apresentação no Centro de Cascavel](#); Gazeta do Povo. 15 de agosto de 2015. [Palhaço satiriza policiais e é preso em Cascavel; veja o vídeo](#).

sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como “leis de desacato”, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”.

F. Sigilo de fontes de informação

75. De acordo com uma denúncia apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná, no início de abril, quatro funcionários do jornal *Gazeta do Povo* estavam sendo pressionados pelas polícias civil e militar para revelar as fontes de uma série de reportagens que expunham alegadas irregularidades das duas instituições. O material, publicado em 2012, revelava que agentes utilizavam veículos policiais para fins privados. O jornal também publicou vídeos na internet com imagens de 12 agentes da polícia que teriam utilizado os carros para ir a supermercados e a um prostíbulo, e para buscar filhos na escola. Desde a publicação dessa série de reportagens, a polícia iniciou investigações para averiguar o caso. Os jornalistas Felipe Anibal, Diego Ribeiro, Albari Rosa e Mauri König foram chamados mais de 20 vezes desde 2013 a declarar como testemunhas. De acordo com a avaliação do Sindicato dos Jornalistas, a insistência tinha o objetivo de descobrir as fontes dos jornalistas, ao invés de punir os policiais suspeitos de ter cometido os excessos. Diversas organizações que representam os jornalistas no Brasil criticaram a restrição imposta aos profissionais. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) afirmou que “a ação atenta diretamente contra a imprensa brasileira”. E a Secretaria de Segurança Pública do Paraná afirmou que “repudia qualquer tentativa de intimidação e constrangimento a jornalistas e cidadãos que denunciem atos ilícitos”⁹⁸.
76. De acordo com informações de conhecimento público, a Polícia Civil do Paraná tentou descobrir as fontes da jornalista Lina Hamdar após ela ter publicado uma reportagem em 2013 sobre a investigação contra uma profissional de medicina acusada de matar os pacientes na unidade de terapia intensiva de um hospital da capital do estado do Paraná. Hamdar, que no momento da publicação do relatório trabalhava para o jornal *Metro de Curitiba*, foi chamada a prestar declarações na sede do Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial, grupo de elite da Polícia Civil do Paraná, e foi pressionada a revelar suas fontes. Os investigadores buscavam o responsável por ter-lhe tornado públicas as escutas telefônicas da médica. A ABRAJI afirmou que “repudia a tentativa das polícias Civil e Militar de romper um dos pilares da liberdade de imprensa e da própria democracia: o sigilo da fonte”⁹⁹.

⁹⁸ Portal Imprensa. 6 de abril de 2015. [Sindicato denuncia ameaça a direito de sigilo de fonte de jornalistas da "Gazeta do Povo"](#); G1. 9 de abril de 2015. [Sindicato dos jornalistas denuncia perseguição a profissionais no Paraná](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (SindJor-PR). 6 de abril de 2015. [Direito de sigilo de fonte ameaçado no Paraná](#); Gazeta do Povo. 7 de abril de 2015. [Um minuto de sua atenção: "Polícia para quem precisa"](#); Rádio Guarituba Mais. 14 de abril de 2015. [No Facebook, Richa diz que repudia pressão de polícias a jornalistas](#); Folha de São Paulo. 9 de abril de 2015. [Polícia pressiona jornalistas a abrir fontes](#); Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. 14 de abril de 2015. [Jornalistas do Paraná são pressionados pela polícia a revelar fontes de reportagens](#); ABERT. Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa 2014/2015](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 23 de abril de 2015. [La SIP condena demandas contra medios venezolanos](#).

⁹⁹ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 7 de abril de 2015. [Polícia do Paraná constrange jornalistas a revelarem suas fontes](#); Folha de São Paulo. 9 de abril de 2015. [Polícia pressiona jornalistas a abrir fontes](#); O Globo. 9 de abril de 2015. [Entidades criticam pressão da polícia contra jornalistas no Paraná](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 23 de abril de 2015. [La SIP condena demandas contra medios venezolanos](#).

77. O princípio 10 da Declaração de Princípios da CIDH afirma que “[a]s leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. A proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis, nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou uma pessoa pública ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Ademais, nesses casos, deve-se provar que, na divulgação das notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou que estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas”. Do mesmo modo, o princípio 11 da Declaração de Princípios da CIDH afirma que “[o]s funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade”.

G. Acesso à informação pública

78. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria Especial, Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo, decretou o sigilo das informações de dados técnicos da companhia de saneamento básico do estado e do metrô, juntamente com o sigilo de até 15 anos para 26 assuntos da PM. Essa restrição inclui informações administrativas e financeiras da PM. De acordo com uma nota publicada pela PM, “a classificação dos graus de sigilo dos documentos foi feita após criteriosa análise de uma comissão criada para esse fim, levando em consideração o conteúdo completo de cada expediente. Os critérios para a classificação levam em consideração diversos fatores, como, por exemplo, a segurança de pessoas e as estratégias operacionais”¹⁰⁰.
79. Além disso, por meio do Decreto Nº 61.559, de 15 de outubro, o governador de São Paulo revogou a confidencialidade da informação estatal e determinou que apenas o próprio governador, o vice, secretários de Estado e procuradores poderão decidir, no futuro, a respeito de novas restrições. De acordo com o decreto citado, os dados considerados reservados precisarão ser reclassificados¹⁰¹.
80. O princípio 4 da Declaração de Princípios da CIDH estabelece que “[o] acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. Este princípio só admite limitações excepcionais que devem estar previamente estabelecidas em lei para o caso de existência de perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas”. Do mesmo modo, em atenção ao princípio de máxima divulgação, a lei deve garantir que o acesso à informação pública seja efetivo e o mais amplo possível; e em caso de contemplar exceções, estas não devem se converter na prática na regra geral. Além disso, o regime de exceções deve ser interpretado de maneira restritiva, e qualquer dúvida deve ser resolvida a favor da transparência e do acesso.

¹⁰⁰ Estadão. 15 de outubro de 2015. [Estado impõe sigilo dado da PM e barra comparação entre crimes e policiamento](#); G1. 15 de outubro de 2015. [PM decreta sigilo de informações da corporação por até 15 anos](#); G1. 13 de outubro de 2015. [Sabesp determina sigilo de 15 anos sobre dados da rede de água e esgoto](#); Artigo 19. 13 de outubro de 2015. [Sigilo de documentos na Sabesp](#); Folha de São Paulo. 6 de outubro de 2015. [Alckmin impõe sigilo e só vai expor falhas no metrô de SP após 25 anos](#); Artigo 19. 6 de outubro de 2015. [Em São Paulo, transporte sem transparência](#).

¹⁰¹ Estadão. 16 de outubro de 2015. [‘Sigilo só para o que for realmente sigiloso’, diz secretário da SSP](#); Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. [Decreto Nº 61.559](#) de 15 de outubro de 2015; G1. 15 de outubro de 2015. [Governo de SP revoga sigilos e limita decisões a Alckmin, vice e secretários](#); A Tribuna. 16 de outubro de 2015. [Secretários e Comissão Estadual de acesso à Informação irão rever todas as tabelas de classificação de sigilo](#).

H. Internet e liberdade de expressão

81. O caso de censura na internet contra o ativista Ricardo Fraga está há dois anos sem resolução¹⁰². Como foi relatado por esta Relatoria, em 19 de setembro de 2014, a 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo confirmou em sentença de mérito a imposição de uma medida que proíbe o ativista Ricardo Fraga Oliveira de se manifestar na internet contra um empreendimento imobiliário ou participar de qualquer outra atividade próxima ao local de construção do imóvel. Oliveira mantinha no Facebook uma iniciativa chamada “O outro lado do muro – Intervenção coletiva”, para protestar contra a construção do projeto imobiliário¹⁰³. A decisão da 34ª Vara Cível também ordenou que Fraga retirasse da internet qualquer conteúdo relativo ao projeto, sob pena de multa de 10.000 reais por cada infração. Segundo a 34ª Vara Cível, essa medida estaria justificada em função do impacto das manifestações do ativista no exercício regular do direito à propriedade da empresa. De acordo com as informações prestadas, Oliveira recorreu da decisão¹⁰⁴.
82. Em 28 de janeiro, o Ministério da Justiça do Brasil lançou uma consulta pública para receber contribuições a respeito da regulamentação do Marco Civil da Internet. A consulta esteve aberta até 30 de abril, e entre os assuntos mais discutidos estava o das regras relativas à neutralidade da rede. Informou-se também que na mesma ocasião, foi publicado o debate do anteprojeto de lei relativo à proteção de dados, que realizou sua consulta pública até a data de 5 de julho¹⁰⁵. Em 20 de outubro, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, apresentou a versão do anteprojeto de lei durante o seminário internacional “Anteprojeto Brasileiro de Proteção de Dados Pessoais em Perspectiva Comparada”¹⁰⁶.
83. Por sua vez, a Agência Nacional de Telecomunicações informou a respeito de uma consulta pública entre 31 de março e 19 de maio, para receber opiniões relativas ao tema da neutralidade da rede. O objetivo da consulta era coletar insumos para preparar um posicionamento formal a ser enviado à Presidência da República no processo de regulamentação do Marco Civil da Internet¹⁰⁷.

¹⁰² Observatório da Imprensa. 24 de fevereiro de 2015. [Dois anos de censura digital](#); Artigo 19. 12 de fevereiro de 2015. [Caso Ricardo Fraga x Mofarrej Empreendimentos Imobiliários: Ricardo foi proibido de protestar presencialmente e pela internet](#).

¹⁰³ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação do Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 132; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. [Processo Nº 1008543-15.2013.8.26.0100](#). Sentença de 6 de março de 2013; Tribunal de Justiça de São Paulo. 5ª Câmara de Direito Privado. [Processo Nº 0051583-73.2013.8.26.0000](#). Sentença de 15 de maio de 2013.

¹⁰⁴ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. [Processo Nº 1008543-15.2013.8.26.0100](#). Sentença de 19 de setembro de 2014; Artigo 19. 13 de outubro de 2014. [A censura continua](#); Adital. 10 de outubro de 2014. [Ativista apelará decisão judicial que le proíbe protestar en internet contra emprendimiento inmobiliario](#).

¹⁰⁵ Pensando o Direito/Ministério da Justiça. 30 de abril de 2015. [Debate público sobre o Marco Civil termina nesta quinta-feira \(30\)](#); O Globo. 28 de janeiro de 2015. [Governo inicia consulta pública para regulamentar o Marco Civil da Internet](#).

¹⁰⁶ Ministério da Justiça do Brasil. 20 de outubro de 2015. [MJ apresenta nova versão do Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais](#); Ministério da Justiça do Brasil. [Anteprojeto de lei sobre o tratamento de dados pessoais](#).

¹⁰⁷ Canaltech. 3 de abril de 2015. [Marco Civil: Anatel abre consulta pública para discutir neutralidade de rede](#); Ministério das Comunicações. 29 de abril de 2015. [Anatel prorroga consulta pública sobre marco civil](#).

84. Em 11 de fevereiro, o juiz Luiz de Moura Correia, da Central de Inquiridos da Comarca de Teresina, no estado do Piauí, determinou que as companhias telefônicas deveriam suspender temporariamente no Brasil o acesso ao aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp. A ordem judicial foi emitida depois que a empresa se negou a cumprir decisões anteriores relativas a investigações realizadas pela Polícia Civil do estado. Parte da decisão judicial ordenava que se suspendesse “temporariamente até o cumprimento da ordem judicial, em todo território nacional, em caráter de urgência no prazo de 24 horas após o recebimento, o acesso através dos serviços da empresa aos domínios whatsapp.net e whatsapp.com bem como todos os seus subdomínios e todos os outros domínios que contenham whatsapp.net e whatsapp.com em seus nomes e ainda todos números de IP (Internet Protocol) vinculados aos domínios já acima citados”¹⁰⁸. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Piauí, os processos judiciais que culminaram nas decisões iniciaram-se em 2013, mas até fevereiro de 2015, os responsáveis pelo Whatsapp não haviam cumprido as ordens judiciais. A empresa alegou que não tinha escritório no Brasil e que poderia fazer algo a esse respeito se a solicitação fosse feita por meio de um acordo de cooperação jurídica internacional que existe entre Brasil e Estados Unidos. O juiz Correia afirmou que a decisão de punir o Whatsapp baseava-se no Marco Civil da Internet, que em seu artigo 11 ressalta que as empresas estrangeiras são regidas pelas leis brasileiras. Em 26 de fevereiro, o juiz Raimundo Nonato da Costa Alencar, do Tribunal de Justiça do Piauí, revogou os efeitos da decisão do juiz Correia. O juiz Alencar afirmou que a decisão não era razoável, uma vez que a suspensão do serviço afetaria milhares de pessoas em favor de uma investigação local. Contudo, o juiz do Tribunal de Justiça do Piauí manteve a intimação à empresa, para que esta proveja as informações solicitadas pela polícia civil¹⁰⁹.
85. De acordo com informações recebidas pela Relatoria Especial, em abril durante a Cúpula das Américas no Panamá, o CEO da rede social Facebook anunciou um acordo com o Brasil para oferecer conexão à internet gratuita para a população de baixa renda no país¹¹⁰. Segundo informações disponíveis na página *web* do projeto “internet.org”, agora denominado “Free Basics”, seu objetivo seria “reunir os líderes da tecnologia, organizações sem fins lucrativos e as comunidades locais para conectar os dois terços do mundo que não têm acesso à internet”¹¹¹. Segundo o sítio *web* da iniciativa, criada em julho de 2014, o projeto pressupõe uma “estreita colaboração

¹⁰⁸ Link. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz exige a suspensão do WhatsApp no Brasil](#); Extra. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz determina suspensão do WhatsApp no Brasil](#); O Globo. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz determina suspensão do WhatsApp no Brasil](#); Folha de São Paulo. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz do Piauí determina suspensão do WhatsApp no Brasil](#); G1. 25 de fevereiro de 2015. [Decisão de juiz do Piauí manda tirar WhatsApp do ar em todo o Brasil](#).

¹⁰⁹ Link. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz exige a suspensão do WhatsApp no Brasil](#); O Globo. 26 de fevereiro de 2015. [Desembargador anula decisão de juiz do Piauí que suspendia WhatsApp no país](#); Extra. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz determina suspensão do WhatsApp no Brasil](#); O Globo. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz determina suspensão do WhatsApp no Brasil](#); Folha de São Paulo. 25 de fevereiro de 2015. [Juiz do Piauí determina suspensão do WhatsApp no Brasil](#); G1. 26 de fevereiro de 2015. [Desembargador do PI derruba decisão que mandava tirar WhatsApp do ar](#); Estadão. 26 de fevereiro de 2015. [Desembargador derruba decisão de juiz sobre WhatsApp no Brasil](#); UOL. 26 de fevereiro de 2015. [Desembargador derruba decisão de juiz que queria suspender WhatsApp no país](#); G1. 25 de fevereiro de 2015. [Decisão de juiz do Piauí manda tirar WhatsApp do ar em todo o Brasil](#); Blog da IACL, AIDC. Sem data. [Cláudio de Oliveira Santos Colnaço: The Brazilian Civil Framework for the Internet and the issue of app removal](#).

¹¹⁰ El País. 16 de maio de 2015. [Internet brasileira reage ao plano do Facebook de oferecer acesso à web](#); Mobile time. 24 de agosto de 2015. [Proteste cobra do CGL.br posicionamento sobre Internet.org](#).

¹¹¹ Internet.org. Disponível para consulta em: <https://internet.org/about>.

com mais de uma dúzia de operadores de telefonia móvel em 17 países para dar às pessoas o acesso a serviços básicos de internet sem cobrar pelos dados¹¹². Por sua vez, o sítio ressalta que a iniciativa “Free Basics” não seria exclusiva de qualquer operadora, e que o Facebook estaria disposto a trabalhar com qualquer operadora que queira prestar serviços básicos gratuitos. Desse modo, a fim de fazer parte da plataforma do “Free Basics”, seria necessário que o desenvolvedor e o aplicativo cumpram dois critérios: que tenham um baixo consumo de dados e que se ajustem às especificações técnicas detalhadas nas suas diretrizes¹¹³.

86. Organizações da sociedade civil da região questionaram a iniciativa “internet.org” em relação, entre outros pontos, (1) ao impacto que ela teria sobre a neutralidade da rede; (2) ao acesso que o Facebook teria aos dados de uso dos sítios que estão no “Free Basics”; e (3) à suposta criação de um modelo injusto de acesso à internet. No Brasil, 33 organizações da sociedade civil enviaram uma carta à Presidente da República em 23 de abril, na qual indicaram que o citado projeto implementado pela rede social na América Latina, na África e na Ásia “viola direitos assegurados pelo Marco Civil da Internet, como a privacidade, a liberdade de expressão e a neutralidade da rede”. Ressaltaram também que “[e]sta prática que permite que apenas alguns aplicativos e serviços tenham privilégios na rede é conhecida internacionalmente como *zero-rating* (taxa zero) e, mesmo que possibilite o uso dos serviços mais populares, no longo prazo acaba gerando concentração da infraestrutura e monopólio sobre o tráfego de dados na rede”. De acordo com essa carta, isso reduz “tanto a disponibilidade de conteúdos, aplicativos e serviços na internet, quanto a liberdade de escolha do usuário”¹¹⁴. Por fim, de acordo com essas organizações, a plataforma não garantiria o acesso universal à internet, uma vez que o usuário somente teria acesso ao Facebook e a páginas *web* parceiras dessa empresa¹¹⁵.
87. Em resposta a esses questionamentos, a iniciativa difundiu que “o Facebook apoia a neutralidade da rede e tem trabalhado ao redor do mundo para assegurar que os serviços não possam ser bloqueados ou limitados, e para garantir a proibição de vias rápidas [*fast lanes*]”. Apontou também que o Facebook não armazenaria qualquer informação de navegação pessoal dentro do seu serviço por mais de 90 dias e informou que não compartilharia “qualquer informação de identificação pessoal com [os seus] parceiros de conteúdo e não [haveria] qualquer requisito de que esses parceiros enviem ao Facebook informações de seus usuários”. Por fim, informou que a iniciativa buscaria “aproximar o valor da internet e as pessoas, por meio de centenas de serviços básicos gratuitos, além do Facebook”¹¹⁶, e gerar “um impacto na vida [dos usuários] ao proporcionar informações gratuitas de saúde, educação e economia”¹¹⁷.

¹¹² Internet.org. 27 de julho de 2015. [One Year In: Internet.org Free Basic Services](#).

¹¹³ Internet.org. Free Basics. 19 de novembro de 2015. [Free Basics: Myths and Facts](#).

¹¹⁴ El País. 16 de maio de 2015. [Internet brasileira reage ao plano do Facebook de oferecer acesso à web](#); Mobile time. 24 de agosto de 2015. [Proteste cobra do CGI.br posicionamento sobre Internet.org](#).

¹¹⁵ Artigo 19. 27 de agosto de 2015. [Carta ao CGI.br sobre o Internet.org](#); Brasil de Fato. 14 de agosto de 2015. [Internet.org fere neutralidade da rede e quer aumentar público do Facebook, afirmam especialistas](#); Entrevzes. 24 de abril de 2015. [Entidades divulgam carta à Dilma Rousseff contra anúncio de acordo com Facebook](#); El País. 16 de maio de 2015. [Internet brasileira reage ao plano do Facebook de oferecer acesso à web](#); Mobile time. 24 de agosto de 2015. [Proteste cobra do CGI.br posicionamento sobre Internet.org](#).

¹¹⁶ Internet.org. Free Basics. 19 de novembro de 2015. [Free Basics: Myths and Facts](#).

¹¹⁷ Internet.org. 27 de julho de 2015. [One Year In: Internet.org Free Basic Services](#).

88. A Relatoria Especial também recebeu informações sobre o projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados do Brasil, que poderia ter um impacto negativo no exercício do direito à informação no país. Em 6 de outubro, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Nº 215/15, que garante o “direito ao esquecimento” no Brasil. O projeto de lei modificaria o artigo 19 do Marco Civil da Internet, incluindo um parágrafo (3º-A), que permite requerer judicialmente, a qualquer momento, a indisponibilização de conteúdos que associem o nome de uma pessoa ou a sua imagem a um crime do qual ela tenha sido absolvida mediante sentença proferida, ou a algum ato calunioso, difamatório ou injurioso. De acordo com as informações recebidas, o Conselho de Comunicação do Congresso Nacional e o Comitê Gestor da Internet no Brasil se posicionaram contra esse projeto. No momento do fechamento deste relatório, o projeto de lei aguardava votação pelo plenário da Câmara dos Deputados¹¹⁸.
89. Junto com o projeto de lei mencionado acima, foram apresentados os projetos de lei Nº 1.547/2015 e Nº 1.589/2015. Pelas informações prestadas, o Projeto de Lei Nº 1.547/2015 aumentaria a pena para crimes contra a honra em sítios ou meios de mensagens eletrônicas difundidas na internet¹¹⁹. Por sua vez, o Projeto de Lei Nº 1.589/2015 prevê o aumento da punição para crimes contra a honra cometidos mediante a postagem de conteúdos na internet, ou que motivem a prática de atos que causem a morte da vítima¹²⁰.
90. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria Especial, em outubro, a Justiça do estado do Acre intimou 133 blogueiros a registrar-se como pessoas jurídicas perante a Vara de Registros Públicos da comarca da capital. Essas pessoas teriam sido obrigadas a efetuar o registro, que pode chegar a custar 610 reais (cerca de 150 dólares)¹²¹.
91. A Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e Internet, adotada em 2011, aponta que, de acordo com o princípio de neutralidade da rede, “[o] tratamento dos dados e o tráfego de internet não devem ser objeto de qualquer tipo de discriminação em função de fatores como dispositivos, conteúdo, autor, origem e/ou destino do material, serviço ou aplicação”¹²². O propósito desse princípio é que a liberdade de acesso e escolha dos usuários para utilizar, enviar, receber ou oferecer qualquer conteúdo, aplicativo ou serviço legal por meio da internet não esteja condicionada,

¹¹⁸ IDGNOW!. 6 de outubro de 2015. [Projeto de Lei que altera o Marco Civil é aprovado na CCI](#); Olhar Digital. 7 de outubro de 2015. [Câmara aprova lei que institui 'direito ao esquecimento' na web brasileira](#); Câmara de Deputados do Brasil. [Projeto de Lei Nº 215/2015](#) de 5 de fevereiro de 2015.

¹¹⁹ Câmara de Deputados do Brasil. [Projeto de Lei Nº 1547/2015](#) de 14 de maio de 2015; Instituto Beta para Internet e a Democracia. 16 de setembro de 2015. [Honra, esquecimento, vigilância e punição da Internet: histórico de tramitação dos projetos de lei 215, 1.547 e 1.589 de 2015](#).

¹²⁰ Câmara de Deputados do Brasil. [Projeto de Lei Nº 1589/2015](#) de 19 de maio de 2015; Instituto Beta para Internet e a Democracia. 16 de setembro de 2015. [Honra, esquecimento, vigilância e punição da Internet: histórico de tramitação dos projetos de lei 215, 1.547 e 1.589 de 2015](#).

¹²¹ Artigo 19. 31 de outubro de 2015. [Ninguém precisa de registro para ter um blog](#); A Tribuna. 19 de outubro de 2015. [133 blogueiros são notificados a comparecer ao Fórum Barão do Rio Branco](#).

¹²² Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Liberdade de Opinião e de Expressão, Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, e Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. 1º de junho de 2011. [Declaração conjunta sobre liberdade de expressão e internet](#).

direcionada ou restringida por qualquer meio de bloqueio, filtragem ou interferência. Esta é uma condição necessária para exercer a liberdade de expressão na internet nos termos do artigo 13 da Convenção Americana.

92. A Declaração também dispõe que apesar de a liberdade de expressão, inclusive por meio da internet, não ter um caráter absoluto, devem-se formular abordagens específicas para responder a conteúdos ilícitos que, ao mesmo tempo, reconheçam as características singulares da internet e sua capacidade de promover o gozo da liberdade de expressão. A Declaração ressalta que não se deve exigir que os intermediários controlem o conteúdo gerado por usuários e enfatiza a necessidade de protegê-los contra qualquer responsabilização, a não ser que eles intervenham especificamente nos conteúdos ou se neguem a cumprir uma ordem judicial que exija a sua eliminação. Ademais, a Declaração expressa que a competência relativa às causas ligadas a conteúdos de internet deve caber exclusivamente aos Estados onde tais causas produzam impactos diretos e genuínos. Do mesmo modo, toda restrição à liberdade de expressão, incluindo as que afetem a expressão na internet, deve ser estabelecida por lei de forma clara e precisa, deve ser proporcional aos fins legítimos buscados e deve basear-se em uma decisão judicial fruto de um processo contraditório. Nesse sentido, a legislação relativa à internet não deve incluir definições amplas e vagas, tampouco deve afetar sítios *web* e serviços legítimos de forma desproporcional.

I. Concentração dos meios de comunicação

93. Durante a audiência a respeito de “Liberdade de expressão, diversidade, pluralismo e concentração dos meios de comunicação na América”, realizada em 16 de março durante o 154º Período de Sessões, a Comissão recebeu com preocupação a informação de que no Brasil, a *Rede Globo* detém 70% do mercado de publicidade comercial e 40% da audiência nacional. As organizações solicitantes também afirmaram que no país há o denominado “coronelismo eletrônico”, isto é, a influência de legisladores que são concessionários de rádio e televisão. E que apesar de haver uma proibição na Constituição do Brasil, esses legisladores ainda assim encontraram uma interpretação que lhes permitiu tornar-se donos de numerosas concessões de rádio e televisão, passando então a legislar para favorecer os interesses de suas empresas¹²³.
94. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria Especial, existem no Brasil poucas emissoras de televisão com alcance nacional, o que resultaria em uma oligopolização do setor. Segundo o levantamento feito pelo Grupo de Mídia São Paulo, a *Rede Globo* chega a 98,6% dos municípios brasileiros; o *SBT*, a 85,7%; a rede *Record*, a 79,3%; a rede *Bandeirantes*, a 64,1%; e a *Rede TV* a 56,7%. Segundo foi informado, nenhuma outra emissora chegaria “aos dois dígitos”¹²⁴.
95. O princípio 12 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH estabelece que “[o]s monopólios ou oligopólios na propriedade e controle dos meios

¹²³ CIDH. 154º Período de Sessões. Audiência Liberdade de expressão, diversidade, pluralismo e concentração dos meios de comunicação na América. 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/sesiones/154/default.asp>

¹²⁴ Grupo de Mídia São Paulo. Mídia Dados Brasil 2015. Disponível para consulta em: <http://gm.org.br/midia-dados/2015>

de comunicação devem estar sujeitos a leis antimonopólio, uma vez que conspiram contra a democracia ao restringirem a pluralidade e a diversidade que asseguram o pleno exercício do direito dos cidadãos à informação. Em nenhum caso essas leis devem ser exclusivas para os meios de comunicação. As concessões de rádio e televisão devem considerar critérios democráticos que garantam uma igualdade de oportunidades de acesso a todos os indivíduos”.

J. Radiodifusão comunitária

96. Na noite de 25 de fevereiro, a rádio comunitária *Alhambra FM* foi incendiada, o que resultou na destruição do seu transmissor, microfones, mesa de áudio e um caminhão de som. Com 15 anos de existência, a rádio se localiza na cidade de Alhambra, na costa sul do estado da Paraíba. A rádio comunitária foi criada por uma associação de moradores e todo o seu equipamento e o edifício onde ela funcionava haviam sido doados pelo deputado Branco Mendes, do Partido Ecológico Nacional. O deputado afirmou que esse pode ter sido um “ato de terrorismo contra a liberdade de expressão” e que iria requerer a investigação do caso¹²⁵.
97. Em 8 de março, Zacarias de Almeida Silva, conhecido como Piter Júnior, um dos responsáveis pela rádio comunitária *Coité Livre FM (Rádio Coité)*, foi condenado pela Justiça Federal da Bahia por manter a emissora no ar sem a permissão do Ministério das Comunicações. A sentença o condenou a dois anos de detenção, substituída por serviços à comunidade e ao pagamento de “10 dias-multa à razão de 1/30 do valor do maior salário mínimo vigente à época do fato”¹²⁶. O processo foi movido pelo Ministério Público Federal com base em uma investigação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de 2010, quando a Anatel afirmou que as atividades da *Rádio Coité* deveriam ser suspensas, uma vez que ela não tinha permissão para operar. Entretanto, a própria agência reconheceu que a rádio não causaria qualquer dano à sociedade¹²⁷. Foi informado que a rádio comunitária buscava obter sua regularização há mais de 15 anos e o Ministério das Comunicações tinha se omitido de resolver os pedidos de concessão da emissora desde 1999, alegadamente impondo “diversos” obstáculos para a obtenção da concessão. Em função da alegada omissão, a *Rádio Coité* havia começado a veicular sua programação sem a autorização do Ministério¹²⁸. Em 1999, a rádio enviou o primeiro pedido de concessão de operações

¹²⁵ Paraíba.com.br. 26 de fevereiro de 2015. [Incêndio destrói rádio comunitária em Alhambra e deputado exige apuração para ato criminoso](#); Portal Imprensa. 26 de fevereiro de 2015. [Rádio comunitária da Paraíba tem carro destruído e sede prejudicada após incêndio](#); Polêmica Paraíba. 26 de fevereiro de 2015. [VANDALISMO: Incêndio destrói rádio e carro de som do deputado Branco Mendes em Alhambra](#); Portal do Litoral PB. 26 de fevereiro de 2015. [Incêndio destrói equipamentos e veículo da rádio Alhambra FM](#).

¹²⁶ 1ª Vara da Subseção Judiciária de Feira de Santana. Processo Nº 358-25.2013.4.01.3304. Sentença datada de 6 de março de 2015. Disponível para consulta em: <https://processual.trf1.jus.br>

¹²⁷ Artigo 19. 11 de junho de 2015. [Ação criminal contra Zacarias da Rádio Comunitária Coité Livre FM por ausência de autorização para funcionamento](#); Bahia Notícias. 10 de abril de 2015. [Coité: Comunicador é condenado à prisão por manter rádio comunitária](#); Consultor Jurídico. 21 de junho de 2015. [Os desafios para a regularização das rádios comunitárias e a aplicação jurídica](#); Calila Notícias. 10 de abril de 2015. [Juíza federal condena radialista coiteense a 2 anos de prisão e multa de R\\$ 10 mil por manter rádio ilegalmente no ar](#); Observatório da Imprensa. 21 de abril de 2015. [Mais uma injustiça contra a Rádio Coité](#); Amarc Brasil. 13 de abril de 2015. [Não à perseguição à rádio comunitária Coité Livre FM e a Piter Junior](#).

¹²⁸ Planeta Osasco. 11 de abril de 2015. [Plano vai diminuir burocracia para concessão de rádios comunitárias, promete ministério](#); Bahia Notícias. 10 de abril de 2015. [Coité: Comunicador é condenado a prisão por manter rádio comunitária](#).

ao Ministério das Comunicações, e o Ministério teria arquivado o processo em 2009. Nesse mesmo ano, a rádio apresentou um novo pedido de concessão para operar, que foi arquivado em 2013 sob a justificativa de que a rádio estava no ar enquanto aguardava a autorização. Assim, apesar das tentativas de obter uma concessão, a rádio foi fechada diversas vezes e o seu equipamento foi apreendido pela Anatel e pela Polícia Federal¹²⁹.

98. Na noite de 6 de maio, a rádio comunitária *Nova Era* foi incendiada e alguns de seus equipamentos, como um televisor, foram roubados. A rádio funcionava desde 2012 na cidade de Bom Jesus da Penha, ao sul do estado de Minas Gerais. A rádio seria a única na cidade, e sua mantenedora seria a Associação Bonjuense de Radiodifusão. De acordo com as informações disponíveis, quatro pessoas foram detidas, prestaram seus depoimentos e posteriormente foram postas em liberdade por falta de provas. A polícia afirmou que investigaria o motivo do crime sem excluir qualquer alternativa, incluindo a política¹³⁰.
99. Em 1º de julho, Jerry de Oliveira, membro do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias da região de São Paulo, pagou 3.100 reais ao ser condenado pelo crime de calúnia, injúria e difamação contra dois agentes da Anatel. Jerry de Oliveira foi condenado pela 1ª Vara Criminal da Justiça Federal de Campinas em 22 de outubro de 2013, por interferir durante uma ação de fechamento de uma rádio comunitária na região. A pena de quatro meses e 21 dias em regime aberto foi convertida no pagamento de 3.100 reais (cerca de 1.000 dólares) a título de indenização aos dois funcionários públicos. Em caso de não pagamento da indenização, sua pena seria convertida em prisão de liberdade¹³¹.
100. Como foi indicado em outras oportunidades, o uso do direito penal para punir violações do regime de radiodifusão pode ser problemático à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesse sentido, a Relatoria Especial reitera que o estabelecimento de sanções criminais para a radiodifusão comercial ou comunitária por motivo de inexistência ou de mal uso de concessões é uma reação desproporcional¹³².

¹²⁹ Planeta Osasco. 11 de abril de 2015. [Plano vai diminuir burocracia para concessão de rádios comunitárias, promete ministério](#); Bahia Notícias. 10 de abril de 2015. [Coité: Comunicador é condenado à prisão por manter rádio comunitária](#).

¹³⁰ GI. 5 de maio de 2015. [Suspeitos são vistos saindo de rádio incendiada no Sul de Minas, diz polícia](#); Clic Folha. 6 de maio de 2015. [Empresário seria o mandante de incêndio em rádio de Bom Jesus](#); O Tempo. 6 de maio de 2015. [Empresário seria o mandante de incêndio em rádio de Bom Jesus da Penha](#); Só notícias FM. Sem data. [Rádio Comunitária é incendiada em Bom Jesus da Penha](#).

¹³¹ AMARC Brasil. 1º de julho de 2015. [Toda solidariedade a Jerry de Oliveira e a comunicadorxs criminalizadxs!](#); Federação dos Radialistas (FITERT). 11 de junho de 2015. [Contra a condenação de Jerry e contra a criminalização das rádios comunitárias!](#); G1. 1º de julho de 2015. [Radialista paga multa de R\\$ 3 mil com moedas para protestar em Campinas](#); Seção Judiciária de São Paulo. 1ª Vara Criminal da Justiça Federal de Campinas. Processo Nº 0004127-57.2012.403.6105. Sentença de 22 de outubro de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.ifsp.jus.br/foruns-federais/>; Artigo 19. 8 de novembro de 2013. [Dois casos, um pesado legado para a liberdade de expressão no Brasil](#).

¹³² CIDH. [Relatório Anual 2011. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação do Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 69. 30 de dezembro de 2011. § 467.

K. Outras situações relevantes

101. Em 12 de novembro, o Diário Oficial publicou a Lei 13.888, que regula o direito de resposta no Brasil. A lei foi sancionada pela Presidente da República com um veto. O texto sancionado determina o direito de réplica à pessoa (física ou jurídica) ofendida por “qualquer reportagem, nota ou notícia divulgada por veículo de comunicação social, independentemente do meio ou da plataforma de distribuição, publicação ou transmissão que utilize, cujo conteúdo atente, ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação”¹³³. A lei exclui dessa definição os comentários feitos pelos usuários da internet nas páginas eletrônicas dos meios de comunicação social¹³⁴. A Lei 13.888 também afirma que a resposta pode ser difundida, publicada ou transmitida no mesmo espaço, dia da semana e horário da ocorrência da lesão no prazo de 60 dias “contado da data de cada divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva”¹³⁵. O veto da Presidente da República referia-se ao parágrafo que dispunha que a vítima poderia requerer o direito de resposta ou retificação pessoal em rádio e televisão, que tornou-se motivo de desacordo entre a Câmara dos Deputados e o Senado. O trecho vetado pela Presidente permitia ao ofendido, em caso de meios de televisão ou rádio, requerer o direito de dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente. A Presidente alegou que essa disposição poderia desvirtuar o exercício do direito de resposta, uma vez que não estabelece critérios para a participação pessoal da vítima em um meio audiovisual. Ao mesmo tempo, apontou que “[o] projeto já prevê mecanismos para que tal direito seja devidamente garantido”¹³⁶.

¹³³ Brasil. Presidência da República. Lei [Nº 13.188](#) de 11 de novembro de 2015.

¹³⁴ ZH Notícias. 12 de novembro de 2015. [Dilma sanciona direito de resposta na imprensa com veto à retratação pessoal](#); Brasil. Presidência da República. Lei [Nº 13.188](#) de 11 de novembro de 2015; Agência Brasil. 12 de novembro de 2015. [Dilma sanciona com veto lei do direito de resposta na mídia](#).

¹³⁵ Agência Brasil. 12 de novembro de 2015. [Dilma sanciona com veto lei do direito de resposta na mídia](#); ZH Notícias. 12 de novembro de 2015. [Dilma sanciona direito de resposta na imprensa com veto à retratação pessoal](#); Brasil. Presidência da República. Lei [Nº 13.188](#) de 11 de novembro de 2015.

¹³⁶ Agência Brasil. 12 de novembro de 2015. [Dilma sanciona com veto lei do direito de resposta na mídia](#); ZH Notícias. 12 de novembro de 2015. [Dilma sanciona direito de resposta na imprensa com veto à retratação pessoal](#); Brasil. Presidência da República. Lei [Nº 13.188](#) de 11 de novembro de 2015; Brasil. Presidência da República. [Mensagem Nº 478](#) de 11 de novembro de 2015.

CAPÍTULO II
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2014**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Tracy Robinson

Rose-Marie Belle Antoine

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

Rosa María Ortiz

Paulo Vannuchi

James L. Cavallaro

Secretário Executivo

Emilio Álvarez-Icaza Longoria

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 9 de março de 2015

A. Avanços

102. Em 4 de fevereiro, um tribunal do júri no estado do Maranhão condenou duas pessoas pela autoria material e participação, respectivamente, no assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido na cidade de São Luís. Considerados culpados, eles terão de cumprir pena de prisão de 25 anos e três meses e 18 anos e três meses respectivamente¹³⁷. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 23 de abril de 2012, o jornalista estava em um restaurante quando um pistoleiro entrou no local e disparou diversas vezes em suas costas. Sá trabalhava como jornalista da editoria de política no jornal *O Estado do Maranhão* e tinha um blog – *Blog do Décio* –, em que fazia denúncias de casos de corrupção¹³⁸. Conforme o informado, o crime foi cometido por conta de reportagens publicadas no blog do jornalista sobre o assassinato de um empresário, envolvendo integrantes de um grupo de agiotas¹³⁹. Os dois condenados pelo assassinato de Sá apelaram da decisão do tribunal do júri. Outras nove pessoas, incluindo agentes das forças policiais e os supostos autores intelectuais, também estão sendo processadas pelo crime¹⁴⁰.
103. A Relatoria Especial observa com atenção os avanços no processo penal do assassinato do jornalista esportivo Valério Luiz de Oliveira. De acordo com o relatado, em 12 de agosto, a 2ª Vara de Crimes Dolosos de Goiânia decidiu submeter cinco pessoas a um processo diante de um tribunal do júri. Entre elas, estavam dois policiais e um ex-dirigente esportivo¹⁴¹. A Relatoria Especial também foi informada de que, na madrugada de 10 de setembro, a fechadura da entrada de um escritório do Ministério Público do Estado de Goiás foi arrombada. No local, havia pastas dos autos do processo penal relativo ao assassinato de Oliveira. O Ministério Público denunciou a invasão e informou que o incidente seria investigado¹⁴². Oliveira, que trabalhava na

¹³⁷ Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Processo N° 20550-43.2012.8.10.0001. Decisão de 4 de fevereiro de 2014. Disponível para consulta em: <http://jurisconsult.tjma.jus.br/>; G1. 5 de fevereiro de 2014. [Assassino do jornalista Décio Sá é condenado a 25 anos de prisão](#); Brasil 247. 5 de fevereiro de 2014. [Assassino de Décio Sá é condenado a 25 anos](#).

¹³⁸ CIDH. [Relatório Anual 2012. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.147. Doc. 1. 5 de março 2013. § 73; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 26 de abril de 2012. [Comunicado de Imprensa R40/12. Relatoria Especial repudia homicídio de jornalista e bloqueio político no Brasil](#); Reporteros Sin Fronteras (RSF). 24 de abril de 2012. [O Jornalista e bloqueio Décio Sá morto a tiros](#); Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. 27 de abril de 2012. [Preocupa a ACNUDH tendencia de asesinatos de periodistas que dañan el ejercicio de la libertad de expresión en Brasil](#).

¹³⁹ G1. 5 de fevereiro de 2014. [Assassino do jornalista Décio Sá é condenado a 25 anos de prisão](#); Agência Brasil. 3 de fevereiro de 2014. [Começa no Maranhão julgamento de acusados de matar jornalista Décio Sá](#).

¹⁴⁰ Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Processo N° 20550-43.2012.8.10.0001. Disponível para consulta em: <http://jurisconsult.tjma.jus.br/>; G1. 5 de fevereiro de 2014. [Assassino do jornalista Décio Sá é condenado a 25 anos de prisão](#); Agência Brasil. 3 de fevereiro de 2014. [Começa no Maranhão julgamento de acusados de matar jornalista Décio Sá](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). Sem data. [Caso Décio Sá: Policía pediu prisão de advogado, mas Justiça negou](#).

¹⁴¹ Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 2ª Vara dos Crimes Dolosos. Processo N° 273311-41.2012.8.09.0051. Sentença de Pronúncia de 12 de agosto de 2014. Disponível para consulta em: <http://www.tjgo.jus.br/index.php/consulta-processual>; Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 13 de agosto de 2014. [Acusados da morte de Valério Luiz vão a júri popular](#); CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 89.

¹⁴² G1. 10 de setembro de 2014. [MP registra ocorrência após suposto arrombamento de porta no Fórum](#); Jornal Opção. 10 de setembro de 2014. [Caso Valério Luiz: Verificada tentativa de arrombamento em sala do Fórum de Goiânia onde processo está guardado](#); Portal Imprensa. 10 de setembro de 2014. [Fórum de Goiânia \(GO\) é](#)

Rádio Jornal 820 AM e no canal *PUC-TV* de Goiânia, foi assassinado em 5 de julho de 2012 na mesma cidade. Em função de seus comentários críticos a uma equipe de futebol do estado de Goiás, o jornalista teria recebido ameaças de morte e estava proibido de entrar nas instalações desse clube¹⁴³.

104. Conforme informações recebidas, em 28 de agosto, um ex-policia civil foi condenado por um tribunal do júri da Vara de Justiça de Ipatinga, em Minas Gerais, a 12 anos de prisão pelo assassinato do jornalista Rodrigo Neto de Faria. Em 1º de agosto, o acusado também teria sido destituído da Polícia Civil devido a infrações disciplinares, entre elas, sua suposta participação no crime¹⁴⁴. Neto de Faria dirigia o programa “Plantão Policial” na *Rádio Vanguarda* e era repórter policial do jornal *Vale do Aço*, na cidade de Ipatinga. O jornalista foi assassinado, em 8 de março de 2013, por dois desconhecidos, que dispararam contra ele pelo menos duas vezes. Antes da tragédia, Faria já tinha recebido diversas ameaças relacionadas às suas reportagens sobre corrupção policial e crimes ocorridos na região¹⁴⁵. Conforme o relatado, outra pessoa também estaria sendo processada pelo assassinato de Faria. Investigações adicionais estavam em andamento para determinar a autoria intelectual do crime e o suposto grupo de extermínio ao qual os acusados pertenceriam¹⁴⁶. Além disso, de acordo com as informações disponíveis, em 17 de setembro, a Vara Criminal de Coronel Fabriciano decidiu submeter ao tribunal do júri uma das pessoas acusadas do assassinato de Faria. Desta vez, pela morte de Walgney Carvalho, ocorrida em 14 de abril de 2013. Carvalho era fotógrafo *freelance* e colaborava com o jornal *Vale do Aço*. A polícia concluiu que Carvalho foi assassinado por ter conhecimento de fatos relacionados ao assassinato do jornalista Rodrigo Neto de Faria¹⁴⁷.

[invadido e bandidos tentam levar processo do caso Valério Luiz.](#)

¹⁴³ CIDH. [Relatório Anual 2012. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.](#) Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.147. Doc. 1. 5 de março de 2013. § 74; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 11 de julho de 2012. [Comunicado de Imprensa R 86/12. Relatoria Especial condena assassinato de comentarista esportivo no Brasil;](#) Reporteros Sin Fronteras (RSF). 9 de julho de 2012. [Um comentarista esportivo abatido em Goiânia: A pista profissional equacionada;](#) Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 4 de fevereiro de 2012. [Polícia prende suspeitos de assassinar jornalista esportivo em Goiás;](#) GloboEsporte.com. 19 de março de 2013. [Morte na rádio, parte 1: o crime que levou um clube às páginas policiais.](#)

¹⁴⁴ Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Processo N° 0066365-79.2013.8.13.0313. Disponível para consulta em: http://www4.tjmg.ius.br/juridico/sf/proc_movimentacoes.jsp?comrCodigo=313&numero=1&listaProcessos=13006636; G1. 28 de agosto de 2014. [Ex-policia é condenado pela morte do jornalista Rodrigo Neto;](#) EM. 28 de agosto de 2014. [Ex-policia civil é condenado a 12 anos de prisão por morte de jornalista em Ipatinga;](#) Itabiranet.com. 11 de setembro de 2015. [Lúcio Lirio é expulso da Polícia Civil;](#) Diário do Aço. 9 de agosto de 2014. [Lúcio não é mais investigador da PC.](#)

¹⁴⁵ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.](#) Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 102; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 12 de março de 2013. [Comunicado de Imprensa R 18/13. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil;](#) International Press Institute (IPI). 11 de março de 2013. [Brazilian journalist gunned down in front of his home;](#) Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 8 de março de 2013. [Periodista brasileiro es asesinado a tiros convirtiéndose en el tercer comunicador del país ejecutado este año;](#) Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 8 de março de 2013. [Jornalista morto a tiros no Brasil, o segundo em duas semanas.](#)

¹⁴⁶ Aconteceu no Vale. 30 de agosto de 2014. [Promotor que acompanha o caso admite que assassinato não está esclarecido;](#) Portal Diário do Aço. 8 de março de 2014. [Um ano depois, como está o Caso Rodrigo Neto?;](#) EM. 28 de agosto de 2014. [Ex-policia civil é condenado a 12 anos de prisão por morte de jornalista em Ipatinga;](#) G1. 6 de maio de 2014. [Polícia Civil de BH volta a investigar motivação da morte de Rodrigo Neto.](#)

¹⁴⁷ Rádio Cidade 89.1 FM. 23 de setembro de 2014. [Justiça manda ‘Pitote’ a júri popular por morte de Walgney](#)

105. Em março, o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil apresentou o seu relatório final. Composto por autoridades do governo federal, do Ministério Público Federal e representantes de organizações e associações de jornalistas, o grupo foi criado em 2012 com as atribuições de propor a criação de um sistema de monitoramento de denúncias de violência contra comunicadores, o aprimoramento das políticas públicas voltadas para esse fim e a adoção de diretrizes para a segurança de comunicadores diante de situações de risco ocasionadas pelo exercício de sua profissão. Entre 2013 e 2014, o grupo realizou inúmeras atividades, incluindo reuniões e audiências públicas com o objetivo de receber informações sobre a situação da violência contra os jornalistas nos estados da federação. As reuniões de trabalho também contaram com a participação de autoridades da UNESCO, do Relator Especial das Nações Unidas sobre a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, e de especialistas que trabalham com o tema da proteção a jornalistas no México e na Colômbia¹⁴⁸. Em seu relatório, o grupo fez uma análise do contexto brasileiro da violência contra jornalistas e documentou 321 casos de crimes cometidos contra comunicadores relacionados ao exercício do seu direito à liberdade de expressão desde 2009 até fevereiro de 2014. Diante desse cenário, o Grupo fez as seguintes recomendações aos diferentes órgãos do Estado: ampliar o Sistema Nacional de Proteção, a fim de que inclua os jornalistas que sofrem ameaças – através de um Mecanismo de Proteção a Comunicadores, considerando as eventuais especificidades necessárias em sua proteção –, e englobar profissionais de comunicação e organizações da sociedade civil na Coordenação Nacional do Programa de Proteção; criar um Observatório da Violência contra Comunicadores, para registrar e monitorar os casos de agressões, que seja integrado ao fluxo do Sistema Nacional de Proteção; elaborar um protocolo padronizado de atuação da força pública em manifestações; e aprovar as iniciativas de lei que buscam aprimorar o sistema de federalização das investigações de crimes contra a liberdade de expressão em casos de omissão, ineficiência, descumprimento de prazos razoáveis ou suspeita de envolvimento de autoridades locais¹⁴⁹.

[Carvalho](#); G1. 19 de setembro de 2014. [Justiça manda 'Pitote' a júri popular por morte de Walney Carvalho](#); Itafatos. 18 de setembro de 2014. [Justiça manda "Pitote" ir a júri pelo assassinato de fotógrafo](#); CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 103; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 17 de abril de 2013. [Comunicado de Imprensa R 26/13. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). [Walney Assis Carvalho](#); Eu amo Ipatinga. 10 de setembro de 2013. [MP denuncia "Pitote" pela execução de fotógrafo](#); G1. 23 de julho de 2013. [Polícia apresenta provas que apontam executores de jornalistas](#); Diário Popular. 14 de agosto de 2013. [Inquéritos são concluídos e suspeitos têm prisão preventiva decretada pela Justiça](#); R7 Notícias. 23 de julho de 2013. ["Pitote" também matou Carvalho, conclui PC](#).

¹⁴⁸ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 92; Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. N° 129. 29 de maio de 2013. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão; Comunicação do Estado do Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. N° 301. 11 de novembro de 2013. Anexo XIV. Grupo de Trabalho "Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil" criado pela Resolução n° 07/2012 – Relatório Parcial. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão; Secretaria de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Grupo de Trabalho "Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil" criado pela Resolução n° 07/2012. [Relatório Final](#); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 11 de março de 2014. [GT Comunicadores apresenta relatório final e propõe a criação de observatório](#).

¹⁴⁹ Secretaria de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Grupo de Trabalho "Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil" criado pela Resolução n° 07/2012. [Relatório](#)

106. Em 23 de abril, foi promulgada a Lei 12.965/2014, também conhecida como “Marco Civil da Internet”. A normativa é produto de uma iniciativa liderada pelo Ministério da Justiça e o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas. Para a sua elaboração, foram feitas consultas amplas e públicas com a sociedade brasileira¹⁵⁰. A lei prevê a liberdade de expressão e a proteção da privacidade como princípios da regulação em matéria de Internet, e também conta com importantes garantias para salvaguardar esses direitos e o acesso das pessoas à Internet¹⁵¹. Nesse sentido, a norma garante a inviolabilidade das comunicações *on-line*, que só poderão ser reveladas a terceiros mediante ordem judicial, e proíbe a suspensão da conexão de usuários, salvo pela falta de pagamento do serviço¹⁵². A medida também garante o princípio da neutralidade da rede¹⁵³ e determina que os intermediários, em geral, não poderão ser responsabilizados por danos causados pelo conteúdo gerado por terceiros, sempre que adotarem as providências necessárias dentro de suas capacidades técnicas para tornar indisponível o conteúdo considerado nocivo por uma ordem judicial específica¹⁵⁴. Do mesmo modo, a lei contém disposições sobre a promoção do acesso à Internet e a alfabetização digital. Também determina que o desenvolvimento da Internet no país deve ser regido por uma governança multiparticipativa, transparente, com a participação do Estado, das empresas, da sociedade civil e da comunidade acadêmica¹⁵⁵.

[Final.](#)

¹⁵⁰ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 99; Fundação Getulio Vargas. 27 de setembro de 2011. [Civil Rights Framework for Internet in Brazil](#); IFEX/Article 19. 20 de setembro de 2013. [Internet bill in Brazil would guarantee network neutrality](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 7 de outubro de 2013. [Nuevo proyecto de ley en Brasil podría generar tanto protecciones como riesgos a la privacidad](#); Presidência da República. [Lei N° 12.965](#), de 23 de abril de 2014.

¹⁵¹ Presidência da República. [Lei N° 12.965](#), de 23 de abril de 2014. Artigo 3.

¹⁵² Presidência da República. [Lei N° 12.965](#), de 23 de abril de 2014. Artigo 7.

¹⁵³ Presidência da República. [Lei N° 12.965](#), de 23 de abril de 2014. Artigo 9. O artigo 9 da lei determina: “Art. 9º: O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. § 1º: A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de: I – requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e II – priorização de serviços de emergência”.

¹⁵⁴ Presidência da República. [Lei N° 12.965](#), de 23 de abril de 2014. Artigo 19. É importante ressaltar que essa disposição legal não se aplica a conteúdos relativos a direitos de autor. Nesse sentido, o artigo 19 determina: “Art. 19: Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. § 1º A ordem judicial de que trata o *caput* deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material. § 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal”. Do mesmo modo, o artigo 21 da lei determina que os intermediários poderão ser responsabilizados de forma subsidiária quando divulgarem conteúdo gerado por terceiros de imagens, vídeos ou outros materiais que contenham nudez ou atos sexuais de caráter privado, sempre que, após ser notificado pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos de seu serviço, a retirada de tais conteúdos.

¹⁵⁵ Presidência da República. [Lei N° 12.965](#), de 23 de abril de 2014. Artigos 24 a 27.

107. Em 5 de agosto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que os provedores de serviços de buscas não devem ser obrigados a eliminar de seu sistema resultados específicos relativos a uma determinada palavra. A decisão vale mesmo quando for indicado ao provedor o endereço exato da página que se busca eliminar. Nesse sentido, o Tribunal ressaltou que os serviços de buscas, por sua natureza, não incluem a filtragem prévia de conteúdos. O caso foi decidido no marco da solicitação de um juiz que havia sido absolvido em um processo administrativo disciplinar e requeria que as notícias sobre o tema fossem excluídas dos resultados de buscas ligados ao seu nome¹⁵⁶. O Superior Tribunal de Justiça também decidiu de modo similar em uma decisão judicial, publicada em 4 de junho, em um caso no qual um magistrado processou a empresa Google por não ter suspenso em seu serviço de buscas a associação entre o nome do juiz e reportagens sobre seu suposto envolvimento em atos ilícitos. Na ocasião, o STJ entendeu que os serviços de busca não podem ser responsabilizados pelo conteúdo dos resultados das pesquisas, mesmo quando estas forem ilegais. De acordo com o Tribunal, essa forma de censura imposta aos serviços de busca “dificulta sobremaneira a localização de qualquer página com a palavra ou expressão proibida, independentemente do seu conteúdo ser ou não ilegal, prejudicando o direito à informação”¹⁵⁷.
108. Em 17 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) deixou sem efeito uma medida cautelar que proibia a publicação de uma edição da revista *IstoÉ*. De acordo com as informações disponíveis, a decisão foi adotada no contexto de um recurso interposto pela editora da revista contra uma medida cautelar proferida na Comarca de Fortaleza, determinando que a editora deveria deixar de distribuir, comercializar e publicar qualquer notícia relacionada ao governador do Ceará e uma operação policial que investigava casos de lavagem de dinheiro e evasão fiscal. A medida cautelar impunha uma multa diária de R\$ 5 milhões de reais (cerca de US\$ 2 milhões) em caso de descumprimento. Em 17 de setembro, o STF suspendeu os efeitos da medida de primeira instância. A sentença se baseou na decisão judicial de 30 de abril de 2009, que declarou a incompatibilidade da Lei de Imprensa de 1967 com a Constituição Federal e reafirmou a proibição da censura prévia. O Tribunal entendeu, entre outros aspectos, que a informação tratava da atuação de um funcionário público; que a mesma não seria publicada com manifestação negligência, tampouco com o conhecimento de que se estavam difundindo informações falsas; e que, apesar de a notícia se referir a uma investigação sigilosa, os jornalistas que receberam tal informação não haviam violado a obrigação de sigilo, que cabia àqueles que a vazaram¹⁵⁸. Em uma decisão similar, de 3 de outubro, o Supremo Tribunal Federal deixou sem efeito uma medida cautelar que proibia a *Rede Globo* de publicar reportagens a respeito de supostas irregularidades cometidas em processos de adoção por um juiz do estado da Paraíba, que eram objeto de um inquérito parlamentar. Na sentença, o STF se baseou em sua decisão de 17 de setembro que,

¹⁵⁶ Superior Tribunal de Justiça. Reclamação 018685. [Decisão de 5 de agosto de 2014](#).

¹⁵⁷ Superior Tribunal de Justiça. Reclamação 5072-AC. [Decisão de 11 de dezembro de 2013](#). Publicada em 4 de junho de 2014.

¹⁵⁸ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 29 de setembro de 2014. [Comunicado de Imprensa R 109/14. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão expressa satisfação por recente Decisão do Supremo Tribunal Federal do Brasil](#); Supremo Tribunal Federal (STF). Medida Cautelar na [Reclamação 18.638](#) Ceará. Decisão de 17 de setembro de 2014.

entre outros elementos, reiterou a proibição geral da censura prévia no ordenamento jurídico brasileiro¹⁵⁹.

109. Em dezembro, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicou seu relatório final sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988. A comissão reconheceu o caráter generalizado e sistemático das detenções arbitrárias, atos de tortura, execuções e desaparecimentos forçados perpetrados pelo Estado contra opositores políticos – incluindo jornalistas –, especialmente nos 21 anos do regime ditatorial instaurado em 1964. A CNV reconheceu tais atos como crimes de lesa-humanidade e recomendou aos órgãos competentes julgar, no âmbito penal, civil e administrativo, os agentes públicos responsáveis, sem que fossem aplicadas medidas de anistia. A CNV também recomendou a continuidade e o fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar, em especial, aqueles que estavam nos órgãos de repressão. Pediu para que os mesmos fossem levados aos arquivos públicos, para receber tratamento técnico e serem publicados em um banco de dados no Arquivo Nacional. A CNV ressaltou, em especial, que deveriam “ser considerados de interesse público e social os arquivos privados de empresas e de pessoas, que possam contribuir para o aprofundamento da investigação sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil”¹⁶⁰.

B. Assassínatos

110. Em 10 de fevereiro, faleceu o jornalista Santiago Ilídio Andrade, operador de câmera da *Rede Bandeirantes* de televisão, em consequência de agressões sofridas durante a cobertura de manifestações realizadas no Rio de Janeiro. De acordo com as informações disponíveis, em 6 de fevereiro, enquanto cobria um protesto contra o aumento das passagens de ônibus na cidade, o jornalista foi atingido pelo impacto de um artefato explosivo, o que lhe causou um afundamento craniano. Desde que entrou no hospital, Andrade estava em coma induzido. Dias depois, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro informou que ele tinha sido diagnosticado com morte cerebral. Mais tarde, o jornalista faleceu. A presidente Dilma Rousseff condenou fortemente o ataque e determinou que a Polícia Federal apoiasse a apuração do caso. Segundo as investigações, a Polícia capturou duas pessoas supostamente envolvidas nos fatos¹⁶¹.

¹⁵⁹ Supremo Tribunal Federal (STF). Medida Cautelar na [Reclamação 18.746](#) Rio de Janeiro. Decisão de 3 de outubro de 2014; Supremo Tribunal Federal (STF). 3 de outubro de 2014. [Suspensa decisão que impedia TV Globo de exibir matéria sobre juiz](#); O Globo. 4 de outubro de 2014. [Gilmar Mendes libera veiculação de matéria da TV Globo sobre juiz da Paraíba](#).

¹⁶⁰ Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final da CNV. Volume 1. Disponível para consulta em: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571

¹⁶¹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 12 de fevereiro de 2014. [Comunicado de Imprensa R 11/14. Relatoria Especial condena morte de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPI). 7 de fevereiro de 2014. [Jornalista brasileiro em coma depois de ser atacado enquanto cobria protesto](#); Estadão. 10 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista atingido por rojão em protesto no Rio tem morte cerebral](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 10 de fevereiro de 2014. [Abraji lamenta morte de cinegrafista da Band](#); UOL. 10 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista atingido por explosivo em protesto no Rio tem morte encefálica](#); G1. 10 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista atingido por rojão em protesto no Rio tem morte cerebral](#); Centro Knight para Periodismo en las Américas. 10 de fevereiro de 2014. [Le declaran muerte cerebral al camarógrafo brasileño herido con una bengala durante una protesta en Brasil](#); O Tempo. 10 de fevereiro de 2014. [Dilma se diz 'revoltada' por morte de cinegrafista em protesto](#); Época. 10 de fevereiro de 2014. [Família autoriza doação de órgãos de cinegrafista morto em protesto](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 2014.

111. Na noite de 13 de fevereiro, o jornalista Pedro Palma, proprietário do semanário *Panorama Regional*, foi assassinado no município de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro. De acordo com as informações disponíveis, Palma foi morto em frente de sua casa por dois desconhecidos em uma motocicleta. Eles dispararam pelo menos três vezes contra o jornalista. O semanário *Panorama Regional* circulava em diversos municípios da região. Palma costumava denunciar irregularidades cometidas nos governos locais. Pessoas próximas ao jornalista indicaram que ele teria recebido ameaças antes de sua morte¹⁶².
112. Na noite de 27 de fevereiro, foi assassinado Geolino Lopes Xavier, diretor do portal N3 e apresentador de um noticiário na cidade de Teixeira de Freitas, no estado da Bahia. Conforme informações relatadas, após deixar um colega em sua casa, Xavier estava no carro do portal N3, quando desconhecidos dispararam contra ele a partir de outro veículo¹⁶³. O jornalista estava investigando irregularidades sobre empresas que prestam serviços à prefeitura do município¹⁶⁴.
113. De acordo com as informações disponíveis, na noite de 23 de dezembro, o jornalista e blogueiro Marcos de Barros Leopoldo Guerra foi assassinado em sua casa por dois desconhecidos, que dispararam contra ele e, em seguida, fugiram em uma motocicleta, na cidade de Ubatuba, estado de São Paulo. O jornalista escrevia em seu blog *Ubatuba Cobra*, no qual denunciava casos de corrupção e fazia críticas às autoridades locais. Conforme informações fornecidas por pessoas próximas a Leopoldo Guerra, o blogueiro estava recebendo ameaças de morte em função das publicações em seu blog¹⁶⁵.
114. Em relação à violência contra jornalistas e outras pessoas por motivo do exercício da liberdade de expressão, a Relatoria Especial destacou, com base na doutrina e na jurisprudência interamericana, a importância de três obrigações positivas que emanam dos direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade de expressão. São elas: a obrigação de prevenir, a obrigação de proteger e a obrigação de investigar,

[Brasil; O Globo. 19 de agosto de 2014. *Dupla presa pela morte do cinegrafista Santiago Andrade em fevereiro vai a júri popular.*](#)

¹⁶² CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 25 de fevereiro de 2014. [Comunicado de Imprensa R 20/14. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 14 de fevereiro de 2014. [Newspaper owner gunned down in Brazil](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 14 de fevereiro de 2014. [SIP manifesta consternação com novo assassinato no Brasil](#); O Globo. 13 de fevereiro de 2014. [Dono de jornal em Miguel Pereira é assassinado a tiros na porta de casa](#); G1. 13 de fevereiro de 2014. [Jornalista é assassinado a tiros na porta de casa, em Miguel Pereira, RJ.](#)

¹⁶³ A Tarde. 27 de fevereiro de 2014. [Jornalista Geo Lopes é morto a tiros em Teixeira de Freitas](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 10 de março de 2014. [Entidades repudiam assassinato de jornalista no interior da Bahia](#); Reporteros Sin Fronteras (RSF). 28 de fevereiro de 2014. [Quarto assassinato de um jornalista desde o início do ano](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 28 de fevereiro de 2014. [Diretor de portal de notícias é assassinado no interior da Bahia.](#)

¹⁶⁴ O Povo News. 29 de setembro de 2014. [Caso Gel Lopes completa 7 meses esquecido pelas autoridades](#); Bahia 40 Graus. 11 de maio de 2014. [Assassinato de Gel Lopes e o tal dossiê bomba](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 9 de maio de 2014. [Assassinato de Gel Lopes: Ex-deputado diz que jornalista fez dossiê antes de ser morto.](#)

¹⁶⁵ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 30 de dezembro de 2014. [Comunicado de Imprensa R 157/14. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 26 de dezembro de 2014. [Critical Brazilian blogger shot to death](#); Exame.com. 24 de dezembro de 2014. [Jornalista e blogueiro é executado a tiros em Ubatuba](#); Fox News Latino/EFE. 24 de dezembro de 2014. [Journalist who denounced corruption in Brazilian city slain](#); Folha de São Paulo. 24 de dezembro de 2014. [Jornalista é assassinado a tiros em Ubatuba \(SP\)](#); O Globo. 24 de dezembro de 2014. [Jornalista é morto a tiros dentro de casa no litoral norte de SP.](#)

julgar e punir penalmente os responsáveis pelos crimes¹⁶⁶. Como ressaltou a Relatoria Especial, essas obrigações se complementam reciprocamente. Para que haja um debate democrático livre, robusto e sem restrições, é necessário combater a violência contra jornalistas por meio de uma política integral de prevenção, proteção e realização da justiça¹⁶⁷.

115. O princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH, aprovada em 2000, estabelece que “[o] assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

C. Agressões, intimidações, ameaças e detenções de jornalistas e ataques a meios de comunicação

116. Em 22 de janeiro, o locutor e jornalista Delmiro Ribeiro Sousa, da rádio *Paiaí FM*, foi agredido por um advogado e outras duas pessoas na cidade de Saúde, no estado da Bahia. O jornalista também teria sido ameaçado. A agressão estaria relacionada a uma reportagem feita por Ribeiro Sousa sobre irregularidades cometidas pelo advogado em processos de aposentadorias¹⁶⁸.
117. Em 27 de fevereiro, Jackson Rodrigues, cinegrafista da *TV Band Amazonas*, foi detido enquanto cobria um duplo homicídio em Manaus, no estado do Amazonas. De acordo com as informações prestadas, o jornalista foi agredido e detido por um policial por desacato enquanto filmava o local. De acordo com o comandante da Polícia Militar do estado, um processo administrativo sobre o fato foi iniciado na Corregedoria da instituição¹⁶⁹.
118. Conforme o informado, em março, o jornalista Yassine Ahmad Hijazi, do portal *A Fronteira*, foi ameaçado pelo prefeito da cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. A

¹⁶⁶ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Liberdade de Opinião e de Expressão, Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão e Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. 25 de junho de 2012. [Declaração Conjunta sobre Delitos contra a Liberdade de Expressão](#).

¹⁶⁷ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo III (Violência contra jornalistas e funcionários dos meios de comunicação). OEA/Ser. L/V/II. 149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 31; Ver também: CIDH. [Relatório Anual 2010. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II: *Relatório Especial sobre a Liberdade de Expressão no México 2010*. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 5. 7 de março de 2011. § 541; CIDH. [Segundo relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II Doc. 66. 31 de dezembro de 2011. § 472.

¹⁶⁸ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 7 de fevereiro de 2014. [Radialista é agredido após denunciar esquema de cobrança ilegal de advogado](#); Rota Notícias/You Tube. 4 de fevereiro de 2014. [Radialista é agredido por advogado em Saúde-BA](#).

¹⁶⁹ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 27 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista da Band é agredido e preso](#); Fato Amazônico. 27 de fevereiro de 2014. [Corregedoria-Geral vai instaurar inquérito para apurar ocorrência envolvendo cinegrafista e oficial da PM](#); D24am. 27 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista da Band é detido e diz ter sido agredido por policial](#); Portal D24am/You Tube. 27 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista da Band é detido e diz ter sido agredido por policial em Manaus](#); Rede Tiradentes. 27 de fevereiro de 2014. [Cinegrafista da Band Amazonas é preso por policiais militares, em plena atividade, enquanto registrava homicídios](#).

agressão aconteceu depois de o jornalista ter questionado o político durante uma entrevista¹⁷⁰.

119. A sede da rádio comunitária *Pedra Branca FM 87.9* foi destruída por um incêndio, ocorrido em 8 de março, na cidade de Pedra Branca, no estado da Paraíba. De acordo com as investigações, dois desconhecidos arrombaram a janela da emissora durante a noite e incendiaram a rádio. O fogo destruiu todo o equipamento da *Pedra Branca FM 87.9*¹⁷¹.
120. Em 13 de março, Aníbal Ribas, proprietário e editor do *Jornal Pampeano*, foi ameaçado por oito agentes da polícia na sede do diário, na cidade de Jaguarão, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com as informações prestadas, os agentes ameaçaram prender o jornalista se ele não assinasse seis atas policiais que o acusavam de cometer os crimes de calúnia, difamação e injúria. A acusação se basearia em um relatório publicado no jornal no mesmo dia, contendo a transcrição de um suposto diálogo entre agentes das forças de segurança¹⁷².
121. Em 11 de abril, supostos agentes das forças de segurança imobilizaram e detiveram o repórter Bruno Amorim, do jornal *O Globo*. No momento da detenção, ele fotografava uma operação policial de desocupação na Favela da Telerj, na cidade do Rio de Janeiro. O jornalista foi acusado de desacato, incitação à violência e resistência. Agentes da polícia também teriam ameaçado deter o repórter Leonardo Barros, também do jornal *O Globo*, e a fotógrafa Ana Carolina Fernandes, que colaborava com a agência *Reuters*¹⁷³.
122. De acordo com as informações disponíveis, em 9 de maio, uma equipe do jornal *Extra*, formada pela jornalista Flávia Junqueira, o fotógrafo Fábio Guimarães e o motorista Bruno Guerra, estava cobrindo uma operação da Polícia Federal contra uma suposta fraude em um plano de saúde do serviço postal, quando uma pessoa, alegadamente, envolvida nos crimes bateu, intencionalmente, seu veículo no carro do jornal. Quando a equipe deixou o local, a pessoa voltou a tentar investir contra o veículo do *Extra* em alta velocidade, mas uma colisão foi evitada pelo motorista do jornal¹⁷⁴.

¹⁷⁰ Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 24 de março de 2014. [Jornalista é ameaçado pelo prefeito de Foz do Iguaçu em coletiva](#); Gazeta do Povo. 19 de março de 2014. [Prefeito de Foz perde a linha e xinga repórter](#); A Fronteira/You Tube. 19 de março de 2014. Publicado por AmigosDe Foz. [Reni Pereira agride verbalmente repórter](#).

¹⁷¹ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 11 de março de 2014. [Rádio comunitária é incendiada no interior da Paraíba](#); WSCOM Online. 10 de março de 2014. [Rádio Comunitária é incendiada em Pedra Branca](#).

¹⁷² Portal Comuniquê-se. 19 de março de 2014. [Dono de jornal relata ter sofrido ameaças de policiais que invadiram redação](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 2014. [Brasil](#).

¹⁷³ O Globo. 11 de abril de 2014. [Repórter do GLOBO é detido por fotografar ação da polícia na desocupação da Favela da Oj](#); Portal Imprensa. 11 de abril de 2014. [Repórter de "O Globo" é detido por fotografar ação da PM em desocupação de favela do RJ](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 11 de abril de 2014. [Abraji condena prisão de repórter no Rio de Janeiro](#); Portal Imprensa. 14 de abril de 2014. ["Estava exercendo meu direito de documentar uma ação da PM", diz fotógrafa agredida no RJ](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

¹⁷⁴ Extra. 13 de maio de 2014. [Janjão vai depor sobre ameaças](#); Extra. 10 de maio de 2014. [Abraji repudia agressão e intimidação à equipe do jornal Extra](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 15 de maio de 2014. [Jornal Extra denuncia agressão sofrida por seus repórteres durante investigação de esquema de fraude](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 14 de maio de 2014. [La SIP condena la intimidación judicial y física contra los](#)

123. Em 9 de maio, dois desconhecidos dispararam contra Dirceu Marques de Oliveira, diretor do jornal *Tribuna do Povo*, na cidade de Várzea de Palma, no estado de Minas Gerais. De acordo com as informações disponíveis, o diretor estava distribuindo seu jornal no centro da cidade quando foi atingido por um disparo no ombro. O jornal costuma fazer denúncias sobre temas políticos e criminais e sua sede foi incendiada em duas ocasiões nos anos recentes¹⁷⁵.
124. Em 15 de maio, os equipamentos de trabalho da jornalista Elaine Stepanki e do fotógrafo, do jornal *Notícias do Dia*, foram danificados por uma advogada e um vereador enquanto eles cobriam supostas irregularidades na Câmara de Vereadores da cidade de Biguaçu, no estado de Santa Catarina¹⁷⁶.
125. De acordo com as informações disponíveis, em 4 de junho, um cinegrafista do programa “Brasil Urgente”, da *TV Bandeirantes*, foi agredido por um policial enquanto cobria uma operação de despejo na cidade de São Paulo. O Secretário de Segurança Pública do estado pediu desculpas pelo ocorrido e informou que o policial foi identificado e conduzido à Corregedoria da instituição¹⁷⁷.
126. Vera Araújo, jornalista do jornal *O Globo*, foi detida por desacato em 15 de junho, após ter, supostamente, filmado a prisão de um torcedor argentino no Rio de Janeiro. De acordo com as informações prestadas, um sargento da polícia havia decidido que a jornalista deveria apagar os arquivos de sua câmera. Apesar de ter mostrado sua identificação de jornalista, ela acabou sendo detida. Depois de serem informadas sobre o caso, a Secretaria de Segurança e a Polícia Militar anunciaram que fariam uma investigação interna sobre a responsabilidade do policial. Além disso, a PM anunciou, em um comunicado, que o sargento seria encaminhado, preliminarmente, à prisão administrativa¹⁷⁸. Numa comunicação datada de 6 de novembro, o Estado informou que um processo administrativo disciplinar teria sido instaurado para investigar o fato¹⁷⁹.

[periodistas brasileiros.](#)

¹⁷⁵ R7. 9 de maio de 2014. [Diretor de jornal é baleado no ombro em atentado no norte de Minas](#); O Tempo. 9 de maio de 2014. [Diretor de jornal de Várzea da Palma é baleado em atentado](#); Aconteceu no Vale. 9 de maio de 2014. [Diretor de jornal do Norte de Minas é baleado em atentado](#); Hoje em Dia. 9 de maio de 2014. [Diretor de jornal do Norte de Minas sofre atentado](#); Comunique-se. 12 de maio de 2014. ["Não vou parar meu trabalho", diz diretor de jornal baleado em Minas Gerais](#); Gazeta Norte Mineira. 10 de maio de 2014. [POR UM FIO! Jornalista de Várzea da Palma sobrevive após levar tiro nas costas em emboscada](#).

¹⁷⁶ Portal Imprensa. 16 de maio de 2014. [Jornalista é agredida enquanto apurava denúncia em cidade do interior de SC](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 19 de maio de 2014. [Entidades denunciam novas agressões contra profissionais de imprensa](#).

¹⁷⁷ Tribuna Hoje. 5 de junho de 2014. [Cinegrafista da Band é agredido por Policial Militar](#); Bahia Notícias. 5 de junho de 2014. [Secretário se manifesta no Brasil Urgente sobre agressão de PM a cinegrafista da Band](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

¹⁷⁸ O Globo. 15 de junho de 2014. [PM prende jornalista do GLOBO que filmava prisão de torcedor argentino](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 16 de junho de 2014. [ABRAJI repudia prisão de repórter de O Globo, no Rio](#); El Economista/Agência Brasil. 16 de junho de 2014. [Jornalistas do Rio irão à Justiça em busca de proteção contra polícia](#); G1. 15 de junho de 2014. [PM prende repórter que filmava detenção de argentino no Rio](#); Portal Imprensa. 16 de junho de 2014. [Repórter do jornal "O Globo" é presa após filmar detenção de turista argentino](#).

¹⁷⁹ Comunicação da Missão Permanente do Brasil junto à OEA de 6 de novembro de 2014. N° 301. Informação sobre a situação dos direitos humanos durante protestos no Rio de Janeiro. Anexo III: Corregedoria Geral Unificada. Ref. Ofício SUPDH N° 315/2014 de 10 de agosto de 2014. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial

127. Em 9 de junho, o fotógrafo do *Estado de São Paulo*, André Liohn, foi agredido por desconhecidos enquanto fotografava um tumulto em uma assembleia dos funcionários do metrô de São Paulo. De acordo com as informações disponíveis, a agressão ocorreu após o assessor de imprensa do sindicato ter ameaçado impedir a entrada dos meios de comunicação em assembleias futuras se o fotógrafo não parasse de fotografar¹⁸⁰.
128. Em 17 de julho, o repórter Eduardo Faustini e o cinegrafista Luiz Cláudio Azevedo, da *Rede Globo*, foram vítimas de uma emboscada na cidade de Anapurus, no estado do Maranhão. De acordo com as informações disponíveis, a equipe jornalística estava trabalhando em uma reportagem sobre corrupção em prefeituras da região quando desconhecidos interceptaram seu veículo e roubaram a câmera e o equipamento de gravação. Quatro pessoas foram detidas pelo crime, incluindo um policial militar, sobrinho da prefeita da cidade, além do secretário de administração e do tesoureiro da prefeitura¹⁸¹.
129. Em 24 de julho, o cinegrafista Tiago Ramos, do canal *SBT*, foi agredido enquanto cobria a saída da prisão de três ativistas detidos. De acordo com as informações prestadas, um grupo de pessoas que esperava a saída dos ativistas agrediu o jornalista, que ficou ferido. Na mesma ocasião, o fotógrafo André Mello, do jornal *O Dia*, teve seu equipamento fotográfico danificado¹⁸².
130. Em 16 de setembro, a jornalista Marina Dias, do jornal *Folha de São Paulo*, foi agredida por um guarda-costas da Presidência da República na entrada de um local onde ocorreria um debate entre os candidatos à presidência do país¹⁸³. Assim como ela, em 26 de setembro, o fotógrafo André Penner, da *The Associated Press*, foi agredido por supostos guarda-costas da campanha de um candidato à Presidência da República. Penner estava cobrindo um evento, em Taboão da Serra, no estado de São Paulo, quando foi atacado com golpes e chutes. Ele também teve sua câmera roubada¹⁸⁴.

para a Liberdade de Expressão.

¹⁸⁰ Portal Imprensa. 10 de junho de 2014. [Fotógrafo do "Estadão" é agredido em assembleia dos metroviários de São Paulo](#); TV Estadão. 9 de junho de 2014. [Fotógrafo é agredido em assembleia dos metroviários](#).

¹⁸¹ G1. 18 de julho de 2014. [Equipe da Rede Globo é vítima de emboscada em Anapurus](#); Imirante. 21 de julho de 2014. [PM suspeito de participação em crime presta novo depoimento](#); G1. 18 de julho de 2014. [Preso PM suspeito de participar de emboscada à equipe da TV Globo](#); O Estado. 26 de julho de 2014. [Suspeitos de assaltar equipe do Fantástico presos](#); G1. 25 de julho de 2014. [Três suspeitos de emboscada a equipe do Fantástico são presos](#); TV Guará. 18 de julho de 2014. [Equipe do programa Fantástico é assaltada no interior do Maranhão](#); Blog do Gilberto Lima. 17 de julho de 2014. [Equipe do Fantástico tem equipamentos roubados em Anapurus](#); G1. 20 de julho de 2014. [Equipe do Fantástico é ameaçada e assaltada durante investigação](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 19 de julho de 2014. [Abraji repudia violência sofrida por equipe da Rede Globo no Maranhão](#).

¹⁸² Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 25 de julho de 2014. [Jornalistas são agredidos durante libertação de ativistas no Rio](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 1º de agosto de 2014. [FENAJ presta solidariedade a profissionais agredidos](#); O Dia. 25 de julho de 2014. [Cinegrafista do SBT acaba hospitalizado após agressões de grupo em Banqu](#); G1. 25 de julho de 2014. [Cinegrafista agredido no RJ enquanto trabalhava presta queixa na polícia](#).

¹⁸³ Associação Nacional de Jornais (ANJ). 17 de setembro de 2014. [Seguranças da Presidência agridem jornalistas em tumulto na entrada](#); Portal Imprensa. 17 de setembro de 2014. [Jornalistas são agredidos por seguranças em debate de presidenciais na CNBB](#).

¹⁸⁴ O Estado de São Paulo. 26 de setembro de 2014. [Passeata de tucanos termina em tumulto e agressão na Grande](#)

131. De acordo com as informações disponíveis, em outubro, uma equipe do *RCPTV* foi ameaçada em uma estrada pelo irmão do prefeito da cidade de Turvo, no interior do estado do Paraná. O grupo trabalhava em uma reportagem sobre irregularidades nas eleições municipais da cidade, quando o irmão do prefeito e pelo menos três desconhecidos ameaçaram os repórteres e ordenaram que eles apagassem as imagens. A Polícia Militar interveio na situação. No batalhão local, a equipe registrou uma denúncia de ameaças e deixou o local com a escolta da polícia. Por sua vez, o grupo do irmão do prefeito também denunciou a equipe por difamação¹⁸⁵.
132. O princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH, aprovada no ano 2000, estabelece que “[o] assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

D. Manifestações sociais

133. A Relatoria Especial recebeu informações sobre agressões e prisões de jornalistas enquanto eles realizavam seu trabalho informativo no contexto dos protestos sociais ocorridos durante o ano de 2014 em diversas cidades do país.
134. Nesse contexto, supostos agentes das forças de segurança agrediram diversos comunicadores e funcionários de meios de comunicação, entre eles: o fotógrafo Sebastião Moreira, da agência *EFE*¹⁸⁶; Gustavo Maia, do *UOL*¹⁸⁷; Mauro Donato, do *Diário do Centro do Mundo*¹⁸⁸; o fotógrafo Nelson Antoine, da *Fotoarena*¹⁸⁹; Sérgio Roxo, repórter do *O Globo*¹⁹⁰; Reynaldo Turollo Jr.¹⁹¹ e Zanone Fraissat¹⁹², da *Folha de*

¹⁸⁵ *SP*; Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo. 28 de setembro de 2014. [André Penner, repórter fotográfico da AP é agredido em SP](#); Portal Imprensa. 26 de setembro de 2014. [Fotógrafo da AP é agredido por seguranças durante carreta de Aécio Neves em SP](#).

¹⁸⁶ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 13 de outubro de 2014. [Equipe da RPCTV é ameaçada por irmão de prefeito no Paraná](#); Gazeta do Povo. 10 de outubro de 2014. [PF abre inquérito para apurar falsas denúncias de compra de voto em Turvo](#); G1. 10 de outubro de 2014. [PF investiga falsas denúncias de compra de voto no interior do Paraná](#).

¹⁸⁷ Alegadamente agredido no rosto pela polícia enquanto estava detido pela polícia. Metro Jornal. 29 de janeiro de 2014. [Assista: manifestantes e imprensa são agredidos por PMs](#); Resumo Fotográfico. 30 de janeiro de 2014. [Fotógrafo denuncia agressão policial durante manifestação](#).

¹⁸⁸ Alegadamente agredido com golpes de cacetete, apesar de ter se identificado como jornalista. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 7 de fevereiro de 2014. [Abraji repudia agressão a cinegrafista da Band no Rio](#); UOL. 6 de fevereiro de 2014. [Repórter do UOL é agredido por PMs em protesto no Rio](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

¹⁸⁹ Alegadamente agredido com golpes de cacetete. Terra. 25 de fevereiro de 2014. [SP: 14 jornalistas foram agredidos ou detidos em protesto, diz Abraji](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

¹⁹⁰ Alegadamente agredido com golpes de cacetete pelas costas. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de fevereiro de 2014. [Abraji atualiza levantamento de agressões e detenções de jornalistas durante protesto em São Paulo](#); Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agredidos durante manifestação](#).

¹⁹¹ Alegadamente agredido ao ser detido. R7. 23 de fevereiro de 2014. [Jornalistas são detidos e agredidos em protesto; ação é condenada](#); Terra. 25 de fevereiro de 2014. [SP: 14 jornalistas foram agredidos ou detidos em protesto, diz Abraji](#). Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

São Paulo; os fotógrafos Bruno Santos¹⁹³ e Mauro Pimentel¹⁹⁴ e o jornalista Daniel Favero¹⁹⁵, do *Terra*; Bárbara Ferreira Santos¹⁹⁶ e Evelson de Freitas¹⁹⁷, jornalistas do *Estado de São Paulo*; o fotógrafo Victor Moriyama, que colabora com a *Getty Images*¹⁹⁸; Amanda Previdelli, do *Brasil Post*¹⁹⁹; Tarek Mahammed, da *Rede de Fotógrafos Ativistas*²⁰⁰; Alice Martins, jornalista da *VICE*²⁰¹; Mário Bentes, do jornal *GGN*²⁰²; o fotógrafo Aloísio Mauricio, da *Brazil Photo Press*²⁰³; Diógenes Muniz²⁰⁴ e Adriano

- 191 Alegadamente agredido enquanto estava detido pela polícia. Folha de São Paulo. 22 de fevereiro de 2014. [Vídeo mostra cerco policial a manifestantes e jornalista em SP](#); UOL Mais. 22 de fevereiro de 2014. [PROTESTOS 22/2](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agredidos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#).
- 192 Alegadamente agredido por um agente de segurança de um centro médico municipal. Folha de São Paulo. 25 de abril de 2014. [Jornalista da Folha é agredido por segurança em entrada de AMA](#); Comunique-se. 25 de abril de 2014. [Fotógrafo da Folha é agredido por segurança de posto de saúde](#).
- 193 Alegadamente agredido com golpes de cacetete. Terra. 22 de fevereiro de 2014. [SP: ato contra Copa tem prisão de jornalistas; fotógrafo do Terra é ferido](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 24 de fevereiro de 2014. [Abraji lamenta agressões e detenções de jornalistas durante protesto em SP](#).
- 194 Alegadamente agredido com golpes de cacetete no rosto e chutes. Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agredido](#); G1. 14 de julho de 2014. [Vídeo mostra agressão a jornalista durante protesto na Tijuca, no Rio](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 15 de julho de 2014. [Polícia é responsável por 68% dos casos de violência contra jornalistas no RJ](#).
- 195 Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. G1. 18 de junho de 2014. ['Irresponsável', diz jornalista ferido por bomba da PM em protesto no RS](#); Terra. 18 de junho de 2014. [Repórter do Terra é ferido por bomba da PM durante protesto](#).
- 196 Alegadamente detida e agredida na cabeça com golpes de cacetete. Portal Imprensa. 24 de fevereiro de 2014. [Jornalistas são feridos e detidos pela Polícia Militar durante ato contra a Copa em SP](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- 197 Alegadamente agredido nas mãos com golpes de cacetete. Diário do Grande ABC. 23 de fevereiro de 2014. [Jornalistas são detidos e agredidos](#); Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agredidos durante manifestação](#).
- 198 Alegadamente agredido ao ser detido. Nota de Rodapé. 25 de fevereiro de 2014. [Relato do repórter fotográfico Victor Moriyama, detido pela PM no Ato contra a Copa do Mundo](#); Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agredidos durante manifestação](#).
- 199 Alegadamente agredida com golpes de escudo. Brasil Post. 23 de fevereiro de 2014. [Protesto em SP: pelo direito de fazer o meu trabalho](#); Jornal do Brasil. 24 de fevereiro de 2014. [Abraji lamenta agressões e detenções de jornalistas durante protesto em SP](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- 200 Alegadamente agredido com golpes de cacetete e chutes. El País. 23 de fevereiro de 2014. [Ativistas denunciam brutalidade policial durante o ato contra a Copa de São Paulo](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); Jornal do Brasil. 24 de fevereiro de 2014. [Abraji lamenta agressões e detenções de jornalistas durante protesto em SP](#).
- 201 Alegadamente agredida com golpes de cacetete. Rede Brasil Atual. 24 de fevereiro de 2014. [Pelo menos 14 jornalistas foram agredidos pela PM durante protesto contra Copa em SP](#); Sindicato dos Radialistas RS. 25 de fevereiro de 2014. [SISP apura 15 agressões a jornalistas na manifestação do dia 22](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- 202 Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agredidos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de fevereiro de 2014. [Abraji atualiza levantamento de agressões e detenções de jornalistas durante protesto em São Paulo](#).
- 203 Alegadamente golpeado com um chute aéreo e jogado no chão, além de ter sido detido temporariamente. Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agredidos durante manifestação](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agredidos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de fevereiro de

Conter²⁰⁵, da *VejaSP*; o cinegrafista Jairo Lopes, da *TV Liberal*²⁰⁶; as jornalistas Barbara Arvanitidis e Shasta Darlington, correspondentes da *CNN*²⁰⁷; Douglas Barbieri²⁰⁸ e Tiago Ramos²⁰⁹, do *SBT*; Rodrigo Abd, da *The Associated Press*²¹⁰; a repórter Nadini Carega e o jornalista Wilson Ventura Júnior²¹¹, bem como o fotógrafo Loloano Silva,²¹² do *Coletivo Mariachi*; o fotógrafo Ricardo Giusti, do jornal *Correio do Povo*²¹³; Rodrigo Carvalho²¹⁴, Felipe Peçanha²¹⁵ e Bernardo Guerreiro²¹⁶ da *Mídia Ninja*; Cristiano

-
2014. [Abraji atualiza levantamento de agressões e detenções de jornalistas durante protesto em São Paulo](#).
- 204 Alegadamente agredido nas mãos com golpes de cacetete. Rede Brasil Atual. 26 de fevereiro de 2014. [Sobe para 19 número de jornalistas vítimas da PM durante protesto em São Paulo](#); *VejaSP/You Tube*. 25 de fevereiro de 2014. [Antijogo](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agredidos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de fevereiro de 2014. [Abraji atualiza levantamento de agressões e detenções de jornalistas durante protesto em São Paulo](#).
- 205 Alegadamente agredido nas costas. Rede Brasil Atual. 26 de fevereiro de 2014. [Sobe para 19 número de jornalistas vítimas da PM durante protesto em São Paulo](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agredidos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#).
- 206 Alegadamente agredido por policiais que tentavam tirar-lhe a câmera. TvPA Start/You Tube. 8 de abril de 2014. [JL1 - Agressão ao Repórter Márcio Lins 05-04-14 Greve dos Policiais](#); G1. 5 de abril de 2014. [Imagens mostram homem que teria agredido repórter da TV Liberal, no PA](#); ORM News. 5 de abril de 2014. [Equipe da TV Liberal é agredida por policiais militares](#).
- 207 Alegadamente feridas por fragmentos de bombas não letais. O Globo. 12 de junho de 2014. [Black blocs enfrentam PMs em SP; no Rio, tumulto e bombas de gás](#); CNN em Español. 12 de junho de 2012. [Periodistas de CNN resultaron heridas durante protestas en Sao Paulo](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 12 de junho de 2014. [Abert repudia violência contra jornalistas no dia da abertura da Copa do Mundo](#).
- 208 Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. R7. 14 de julho de 2014. [Ao menos 36 jornalistas foram agredidos ou presos durante a Copa, diz Abraji](#); Sindicato dos Jornalistas do DF. 13 de junho de 2014. [Jornalistas são agredidos e equipe de TV tem carro depredado durante atos contra a Copa](#).
- 209 Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Sem data. [A violência contra jornalistas no Rio domingo 13/7](#); *Mídia Ninja*. 14 de julho de 2014. [Abuso de insanidade: As agressões sofridas por cada jornalista na final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro](#).
- 210 Alegadamente ferido na perna. G1. 12 de junho de 2014. [Jornalista da CNN é ferida em protesto contra a Copa em SP](#); Folha de São Paulo. 12 de junho de 2014. ['A gente não esperava', afirmou repórter da CNN ferida em protesto](#).
- 211 Ambos teriam sido agredidos por agentes da polícia e detidos. Coletivo Mariachi/You Tube. 14 de junho de 2014. [Rio: Em ato pacífico, PM salva carrinho de lixo, espanca e detém manifestantes](#); A Nova Democracia. Julho de 2014. [RJ: o povo diz não à farrá da Fifa](#).
- 212 Alegadamente teve seu braço fraturado após ser agredido com golpes de cacetete. Brasil de Fato. 14 de julho de 2014. [PM do Rio espanca, prende e rouba durante manifestação contra a Fifa](#); Folha de São Paulo. 13 de julho de 2014. [Jornalistas relatam agressões da polícia durante manifestação no Rio](#); Agência Brasil. 14 de julho de 2014. [Sindicato diz que 15 jornalistas ficaram feridos em protestos ontem, no Rio](#); *Mídia Ninja*. 14 de julho de 2014. [Abuso de insanidade: As agressões sofridas por cada jornalista na final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro](#).
- 213 Alegadamente ferido por fragmentos de um artefato explosivo. G1. 13 de junho de 2014. [Fotógrafo é atingido por explosivo durante protesto em Porto Alegre](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS. 13 de junho de 2014. [Sindicato lamenta episódio envolvendo repórter fotográfico do Correio do Povo](#).
- 214 Alegadamente agredido por agentes da polícia. REC Mídia Independente/You Tube. 13 de junho de 2014. [No Rio, protesto contra a Copa é marcado por descontrole de PMs e agressão a cinegrafista](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 20 de junho de 2014. [Com Copa do Mundo, número de violações contra jornalistas durante protestos chega a 190](#).
- 215 Alegadamente agredido por um grupo de pelo menos oito policiais. Front Line Defenders. 17 de julho de 2014. [Declaração Conjunta: Brasil - Dois defensores dos direitos humanos presos em meio a repressão policial violenta de protestos no Rio de Janeiro](#); Olhar Direto. 13 de julho de 2014. [Jornalista do Mídia Ninja é espancado pela polícia fora do estádio no Rio de Janeiro](#); *Mídia Informal/You Tube*. 14 de julho de 2014. [4º ATO - Fifa Go Home - Praça Saens Peña - Tijuca - Zona Norte do RJ - 13-07-2014](#).
- 216 Alegadamente agredido com spray de gás de pimenta. *Mídia Ninja*. 14 de julho de 2014. [Abuso de insanidade: As agressões sofridas por cada jornalista na final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro](#); Jornalistas da Web. 14 de

Soares, da *Rádio Guaíba*²¹⁷; o fotógrafo Bóris Mercado, do *Grupo Epensa*²¹⁸; o fotógrafo Oswaldo Ribeiro Filho, da *Demotix*²¹⁹; Augusto Lima, do *Coletivo Carranca*²²⁰; Eduardo Gudun, da *TV Cidade*²²¹; as equipes jornalísticas da *TV Gazeta* e da *TV Capixaba*²²², Paulo Alexandre²²³, Kátia Carvalho²²⁴, Alexandre Cavalcanti²²⁵, Jason O'Hara²²⁶, Leo Correa²²⁷ e Samuel Tosta²²⁸, todos jornalistas *freelance*, e a fotógrafa Ana Carolina Fernandes, da *Reuters*²²⁹.

135. Da mesma maneira, vários jornalistas foram detidos enquanto trabalhavam na cobertura de manifestações: o jornalista Sérgio Roxo, do *O Globo*²³⁰; Reynaldo Turollo

-
- 217 julho de 2014. [Sindjor Rio divulga lista de jornalistas agredidos pela polícia em manifestação no Tijuca](#). Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. Lance!Net. 18 de junho de 2014. [Três jornalistas ficam feridos por estilhaços em protesto contra a Copa](#); Terra. 18 de junho de 2014. [Repórter do Terra é ferido por bomba da PM durante protesto](#).
- 218 Alegadamente jogado ao chão ao fotografar agressões de policiais a manifestantes. Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agredido](#); Resumo Fotográfico. 14 de julho de 2014. [Polícia agride fotojornalistas durante manifestação no Rio](#); El Bócón. 14 de julho de 2014. [Mundial Brasil 2014: Unos celebraron y otros expresaron su malestar](#).
- 219 Alegadamente acertado por um projétil de gás lacrimogêneo no rosto. Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agredido](#); Resumo Fotográfico. 14 de julho de 2014. [Polícia agride fotojornalistas durante manifestação no Rio](#).
- 220 Alegadamente agredido com golpes de cacetete. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. 14 de julho de 2014. [Nota de repúdio à violência policial](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- 221 Alegadamente ferido por uma bala de borracha. Portal Imprensa. 23 de setembro de 2014. [Repórter é atingido por bala de borracha durante protesto no interior de SP](#); G1. 22 de setembro de 2014. [Repórter é atingido por bala de borracha durante protesto; veja vídeo](#).
- 222 Alegadamente agredidos com *spray* de gás de pimenta. G1. 4 de agosto de 2014. [Policial joça spray de pimenta em equipes de TV durante protesto no ES](#); OAB Espírito Santo. 6 de agosto de 2014. [OAB-ES condena ação violenta da Polícia Rodoviária Federal contra jornalistas](#).
- 223 Alegadamente agredido por membros da Guarda Municipal. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 7 de fevereiro de 2014. [Abraji repudia agressão a cinegrafista da Band no Rio](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- 224 Alegadamente ferida por fragmentos de uma bomba não letal. Comunique-se. 17 de junho de 2014. [Sindicato reclama de violência insustentável contra jornalistas](#); Conexão Jornalismo. 16 de junho de 2014. [Freixo e Sindicato de jornalistas vão prestar apoio a repórteres agredidas por PMs](#).
- 225 Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. Correio do Povo. 18 de junho de 2014. [Polícia dispersa manifestantes durante protesto contra Copa](#); Sul 21. 18 de junho de 2014. [Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre](#).
- 226 Alegadamente agredido e atingido por chutes no rosto. G1. 14 de julho de 2014. [Vídeo mostra agressão a jornalista durante protesto na Tijuca, no Rio](#); Brasil Post. 14 de julho de 2014. [#VergonhaNaCopa: jornalista canadense leva chute no rosto e diz ter sido roubado por PM durante ato no Rio \(VÍDEO\)](#); A Nova Democracia / YouTube. 13 de julho de 2014. [Flagrante de cineasta canadense sendo espancado e roubado por PMs no Rio](#).
- 227 Alegadamente agredido com *spray* de gás de pimenta. Folha de São Paulo. 13 de julho de 2014. [Polícia dispersa protesto no entorno do Maracanã momentos antes da final](#); Comunique-se. 14 de julho de 2014. [Violência: Manifestação no Rio de Janeiro acaba com agressão a jornalistas](#).
- 228 Alegadamente ferido por fragmentos de uma bomba não letal. O Globo. 13 de julho de 2014. [Protesto contra a Copa do Mundo termina com bombas e feridos na Tijuca](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agredido](#).
- 229 Alegadamente agredida com *spray* de gás de pimenta após ter sua máscara de gás arrancada à força. BBC Brasil. 13 de julho de 2014. [Polícia usa violência em protesto e fere ao menos 10 jornalistas no Rio](#); EBC Agência Brasil. 14 de julho de 2014. [Sindicato diz que 15 jornalistas ficaram feridos em protestos ontem, no Rio](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- 230 R7. 23 de fevereiro de 2014. [Jornalistas são detidos e agredidos em protesto; ação é condenada](#); Terra. 25 de fevereiro de 2014. [SP: 14 jornalistas foram agredidos ou detidos em protesto, diz Abraji](#); Associação Brasileira de

Jr., da *Folha de São Paulo*²³¹; Paulo Toledo Piza, do *G1*²³²; Bárbara Ferreira Santos e Fábio Leite, do *Estado de São Paulo*²³³; o fotógrafo Victor Moriyama, que colabora com a *Getty Images*²³⁴; Felipe Larozza, colaborador da *VICE*²³⁵; o fotógrafo Aloísio Mauricio, da *Brazil Photo Press*²³⁶; Felipe Peçanha²³⁷ e Bernardo Guerreiro²³⁸, da *Mídia Ninja*; a documentarista Aloyana Lemos²³⁹; Leo Correa, jornalista *freelance*²⁴⁰ e o fotojornalista Bóris Mercado, do *Grupo Epena*²⁴¹.

136. Segundos as informações disponíveis, pelo menos sete dos(das) jornalistas agredidos(as) por membros das forças de segurança tiveram seus equipamentos danificados em função das agressões sofridas²⁴². Do mesmo modo, conforme o

-
- Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- ²³¹ Folha de São Paulo. 22 de fevereiro de 2014. [Vídeo mostra cerco policial a manifestantes e jornalista em SP](#); UOL Mais. 22 de fevereiro de 2014. [PROTESTOS 22/2](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agrididos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#).
- ²³² Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 25 de fevereiro de 2014. [Polícia agridre y detiene a periodistas brasileños en manifestación en contra de la Copa Mundial](#); G1. 23 de fevereiro de 2014. [Detidos após manifestação contra Copa são liberados em SP, diz SSP](#).
- ²³³ Portal Imprensa. 24 de fevereiro de 2014. [Jornalistas são feridos e detidos pela Polícia Militar durante ato contra a Copa em SP](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 25 de fevereiro de 2014. [Polícia agridre y detiene a periodistas brasileños en manifestación en contra de la Copa Mundial](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 24 de fevereiro de 2014. [Abraji lamenta agressões e detenções de jornalistas durante protesto em SP](#).
- ²³⁴ Nota de Rodapé. 25 de fevereiro de 2014. [Relato do repórter fotográfico Victor Moriyama, detido pela PM no Ato contra a Copa do Mundo](#); Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agrididos durante manifestação](#).
- ²³⁵ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 24 de fevereiro de 2014. [Abraji lamenta agressões e detenções de jornalistas durante protesto em SP](#); Sindicato dos Radialistas RS. 25 de fevereiro de 2014. [SJSJ apura 15 agressões a jornalistas na manifestação do dia 22](#).
- ²³⁶ Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agrididos durante manifestação](#); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). 28 de fevereiro de 2014. [Profissionais de imprensa são agrididos em confronto entre manifestantes e policiais em SP](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de fevereiro de 2014. [Abraji atualiza levantamento de agressões e detenções de jornalistas durante protesto em São Paulo](#).
- ²³⁷ Foi alegadamente detido por portar um carregador de *notebook*, considerado pela polícia como um artefato explosivo. Mídia Ninja/You Tube. 20 de junho de 2014. [NINJA é preso por portar um carregador de notebook que a polícia considera como explosivo](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).
- ²³⁸ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); Mídia Ninja. 21 de junho de 2014. [Gás, bomba e detenções. 1 ano de violência da Polícia Militar nas manifestações do Rio de Janeiro](#).
- ²³⁹ Olhar Direto. 13 de julho de 2014. [Jornalista do Mídia Ninja é espancado pela polícia fora do estádio no Rio de Janeiro](#); Mídia Ninja. 14 de julho de 2014. [Abuso de insanidade: As agressões sofridas por cada jornalista na final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro](#).
- ²⁴⁰ Portal Imprensa. 14 de julho de 2014. [Jornalistas são agrididos por PMs durante manifestação contra a Copa no RJ](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 14 de julho de 2014. [Jornalistas relatam agressões da polícia durante manifestação no Rio](#).
- ²⁴¹ Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agridido](#); Resumo Fotográfico. 14 de julho de 2014. [Polícia agridre fotojornalistas durante manifestação no Rio](#); El Bócn. 14 de julho de 2014. [Mundial Brasil 2014: Unos celebraron y otros expresaron su malestar](#).
- ²⁴² São eles: Nelson Antoine, Sérgio Roxo, Bruno Santos, Victor Moriyama, Jason O'Hara, Bernardo Guerreiro e Mauro Pimentel. Do mesmo modo, o jornalista Marcos de Paula, do *O Estado de São Paulo*, teve seu equipamento fotográfico alegadamente danificado por membros das forças de segurança. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de fevereiro de 2014. [Abraji atualiza levantamento de agressões e](#)

informado, o jornalista Márcio Lins, da *TV Liberal*²⁴³, e o jornalista Alexandre Capozzoli, do *Grupo de Apoio ao Protesto Popular*²⁴⁴, ficaram inconscientes por conta de agressões cometidas contra eles por agentes de segurança, enquanto cobriam os protestos. Em 12 de junho, a jornalista Kariny de Magalhães, correspondente do coletivo de jornalismo alternativo *Mídia Ninja*, foi detida por membros da polícia enquanto transmitia ao vivo uma manifestação. Ela também foi agredida verbalmente, com adjetivos sexistas, e atacada fisicamente até perder a consciência. Aparentemente, o objetivo da polícia era conseguir a senha celular dela. A comunicadora permaneceu detida até 14 de junho pelo crime de dano ao patrimônio²⁴⁵. De acordo com as informações disponíveis, ao receber denúncia sobre esse episódio, o Ministério Público de Minas Gerais recomendou às forças de segurança do estado adotar as medidas necessárias para garantir o livre exercício do jornalismo em qualquer evento público - em especial, em contextos de possíveis manifestações, independentemente dos comunicadores contarem com uma credencial jornalística ou estarem ligados a uma empresa de comunicação²⁴⁶.

137. Por fim, de acordo com as informações disponíveis, Leonardo Martins, da agência *Frame*²⁴⁷, e Carla Rodeiro e Thomas Jefferson, da *TV Gazeta*²⁴⁸, foram agredidos por

[detenções de jornalistas durante protesto em São Paulo](#); Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). 24 de fevereiro de 2014. [Repórteres fotográficos identificados são agredidos durante manifestação](#); Último Segundo. 22 de fevereiro de 2014. [Protesto contra Copa no centro de SP tem quebra-quebra e confronto com a polícia](#); EBC. 23 de fevereiro de 2014. [Secretaria de SP informa que 260 detidos em protesto foram liberados](#); Terra. 22 de fevereiro de 2014. [SP: ato contra Copa tem prisão de jornalistas; fotógrafo do Terra é ferido](#); Nota de Rodapé. 25 de fevereiro de 2014. [Relato do repórter fotográfico Victor Moriyama, detido pela PM no Ato contra a Copa do Mundo](#); G1. 14 de julho de 2014. [Vídeo mostra agressão a jornalista durante protesto na Tijuca, no Rio](#); Brasil Post. 14 de julho de 2014. [#VergonhaNaCopa: jornalista canadense leva chute no rosto e diz ter sido roubado por PM durante ato no Rio \(VÍDEO\)](#); Mídia Ninja. 14 de julho de 2014. [Abuso de insanidade: As agressões sofridas por cada jornalista na final da Copa do Mundo no Rio de Janeiro](#); Jornalistas da Web. 14 de julho de 2014. [Sindjor Rio divulga lista de jornalistas agredidos pela polícia em manifestação na Tijuca](#); Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agredido](#); O Estado de São Paulo. 28 de junho de 2014. [Protesto perto do Maracanã acaba em confronto e 15 presos](#); Diário do Grande ABC. 29 de junho de 2014. [PM apreende 20 rojões em ato de manifestação no Rio](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

²⁴³ TvPA Start/YouTube. 8 de abril de 2014. [JL1 - Agressão ao Repórter Márcio Lins 05-04-14 Greve dos Policiais](#); G1. 7 de abril de 2014. [Polícia identifica PM suspeito de agredir jornalistas da TV Liberal](#); Comunique-se. 7 de abril de 2014. [Repórter desmaia ao ser agredido durante protesto da Polícia Militar](#).

²⁴⁴ El País. 23 de fevereiro de 2014. [Ativistas denunciam brutalidade policial durante o ato contra a Copa de São Paulo](#); GAPP - Grupo de Apoio ao Protesto Popular. 23 de fevereiro de 2014. [\[GAPP NO FRONT\]](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

²⁴⁵ G1. 13 de junho de 2014. [Ativista é presa em protesto, e Mídia Ninja denuncia agressão em BH](#); Mídia Ninja. 14 de junho de 2014. ['Vocês deviam todos morrer' diz PM para repórter NINJA presa. Leia o relato completo](#); Mídia Ninja. 14 de junho de 2014. [Repórter da Mídia NINJA e dois ativistas são liberados depois de dia na cadeia em BH](#); Forum. 14 de junho de 2014. [MP defende liberdade de imprensa após prisão de ativista em BH](#); Reporteros Sin Fronteras (RSF). 16 de junho de 2014. [Para alguns agentes da polícia militar Brasileira, o jornalismo é o "Câncer do Mundo"](#); SelesNafes.com. 24 de junho de 2014. ["Desmaiei", relata amapaense agredida por PMs em manifestação contra a Copa](#); Hoje em dia. 14 de junho de 2014. [Repórter da Mídia Ninja acusada de depredação é solta](#).

²⁴⁶ Terra. 14 de junho de 2014. [MP defende liberdade de imprensa após prisão em BH](#); Forum. 14 de junho de 2014. [MP defende liberdade de imprensa após prisão de ativista em BH](#).

²⁴⁷ Alagoas 24 horas. 22 de março de 2014. [Aposentado é expulso de Marcha com Deus por vestir vermelho](#); Comunique-se. 25 de março de 2014. [Abraji informa que fotógrafo foi agredido na Marcha da Família](#).

²⁴⁸ Jefferson foi alegadamente atingido com um cone de trânsito e hostilizado, juntamente com a repórter Carla Rodeiro, e o carro da *TV Gazeta* foi depredado. UOL. 19 de junho de 2014. ["Fomos hostilizados", diz repórter da TV Gazeta, que teve carro depredado](#); Comunique-se. 20 de junho de 2014. [Carro da TV Gazeta é depredado em](#)

- manifestantes ou pessoas não identificadas no contexto dos protestos. Também o jornalista Sérgio Moraes, da agência *Reuters*, acabou sendo ferido por uma pedra que lhe causou um traumatismo craniano leve²⁴⁹.
138. A Relatoria Especial recebeu informações de que, em 28 de agosto, o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo reverteu uma decisão de primeira instância que condenava o estado de São Paulo a indenizar o fotógrafo Alexandre Wagner Oliveira da Silveira pela perda da visão de seu olho esquerdo enquanto ele cobria um protesto em 2000. O Tribunal entendeu que a ferida do repórter Silveira teria sido, provavelmente, causada por uma bala de borracha atirada por um policial. No entanto, ponderou que a polícia teria agido no estrito cumprimento do seu dever legal de reprimir a manifestação, considerando o fechamento da rua pelos manifestantes e o arremesso de objetos contra os policiais. Nesse contexto, o Tribunal assinalou que, apesar do fato de o fotógrafo não estar participando da manifestação, o dano que lhe foi causado pela bala de borracha ocorreu por sua “culpa exclusiva”, uma vez que ele estava presente no local da manifestação. Por estar documentando o evento e não se retirar do protesto durante “a confusão” entre policiais e manifestantes, segundo o Tribunal de Justiça, ele “se colocou em situação de risco ou de perigo”²⁵⁰. Um recurso foi interposto contra a decisão²⁵¹.
139. Em comunicação de 6 de novembro, o Estado informou que a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o Ministério Público receberam denúncias de supostas agressões contra jornalistas durante manifestações ocorridas no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014. Do mesmo modo, em 21 de julho, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) também recebeu denúncias de agressões contra jornalistas no Rio de Janeiro, que foram reenviadas à Corregedoria Unificada de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e para o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Rio de Janeiro. De acordo com o Estado, a Polícia Militar do Rio de Janeiro pautou sua técnica de controle de multidões “[c]om base em instrumentos legais, de acordo com recomendações da ONU, [...] e somente utiliza materiais não letais, autorizados, regulamentados e fiscalizados pelo Exército brasileiro” e que todos os policiais militares “são orientados a proporcionar a proteção necessária para o perfeito cumprimento das atividades da imprensa”²⁵².

[ato do Movimento Passe Livre](#); Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). 2014. [Brasil](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#).

²⁴⁹ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Sem data. [Relatório de Liberdade de Imprensa](#); G1. 13 de junho de 2014. ['Veio pedra de tudo quanto é lado' diz fotógrafo ferido em protesto em BH](#); UOL. 12 de junho de 2014. [Traumatismo craniano em BH marca o dia que teve 5 jornalistas feridos](#); Terra. 13 de junho de 2014. [Fotógrafo atingido em protesto tem traumatismo craniano leve](#).

²⁵⁰ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo N° 0108144-93.2008.8.26.0000. Acórdão de 28 de agosto de 2014. Em: <http://ponte.org/wp-content/uploads/2014/09/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-Apela%C3%A7%C3%A3o.pdf>; Ver também: <https://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/show.do?processo.foro=990&processo.codigo=RMZ011UX90000>; Artigo 19. 9 de setembro de 2014. [Caso Alex Silveira: um risco para a cobertura de protestos](#); G1. 6 de setembro de 2014. [Fotógrafo diz ser 'absurda' decisão que o culpa por ferimento em protesto](#). Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo. 17 de setembro de 2014. [TJSP culpa repórter fotográfico atingido por bala de borracha](#).

²⁵¹ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo N° 010814-93.208.8.26.0000. Disponível para consulta em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/show.do?processo.foro=990&processo.codigo=RMZ011UX90000>.

²⁵² Comunicação da Missão Permanente do Brasil junto à OEA de 6 de novembro de 2014. N° 301. Informação sobre a situação dos direitos humanos durante protestos no Rio de Janeiro. Anexo III: Corregedoria Geral Unificada. Ref. Ofício SUPDH N° 315/2014 de 10 de agosto de 2014. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial

140. Adicionalmente, o Estado informou que em junho de 2014, o Ministério Público do Trabalho de São Paulo emitiu uma recomendação direcionada aos meios de comunicação, para que adotassem medidas de proteção, saúde e segurança para os seus funcionários. De acordo com o documento, “os profissionais de comunicação precisam ter toda a infraestrutura, o apoio e o equipamento de segurança necessários, que lhes permitam trabalhar sem prejudicar a saúde”²⁵³.
141. Na Declaração Conjunta sobre violência contra os jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais, adotada em 2013, indica-se que, no contexto de manifestações e situações de alta conflituosidade social, o trabalho de jornalistas e comunicadores e o livre fluxo de informações “são fundamentais para manter a população informada sobre os acontecimentos; e cumprem ao mesmo tempo um importante papel ao informar sobre a atuação do Estado [...], prevenindo o uso desproporcional da força e o abuso da autoridade”²⁵⁴. Por isso, as autoridades devem proporcionar aos jornalistas o máximo grau de garantias para que cumpram sua função. Nesse sentido, devem garantir que os(as) jornalistas não sejam detidos(as), ameaçados(as) ou agredidos(as) e que os seus direitos não sejam restringidos de qualquer forma por estarem exercendo sua profissão no contexto de uma manifestação pública. O Estado não deve proibir ou criminalizar as transmissões ao vivo dos fatos e deve se abster de impor medidas que regulem ou restrinjam a livre circulação de informações²⁵⁵. Os(as) jornalistas não devem ser citados(as) como testemunhas pelos órgãos de justiça e as autoridades devem respeitar o direito de sigilo de suas fontes de informação. Do mesmo modo, seus materiais e ferramentas de trabalho não devem ser destruídos ou confiscados²⁵⁶. As autoridades devem adotar um discurso público que contribua à prevenção da violência contra os(as) jornalistas, condenando energicamente as agressões, investigando os fatos e punindo os responsáveis, assim como estabelece o princípio 9 da Declaração de Princípios da CIDH²⁵⁷. Também é de especial importância nesses contextos que as autoridades contem com protocolos especiais para proteger a imprensa em circunstâncias de

para a Liberdade de Expressão.

²⁵³ Comunicação da Missão Permanente do Brasil junto à OEA de 6 de novembro de 2014. N° 301. Informação sobre a situação dos direitos humanos durante protestos no Rio de Janeiro. Anexo IV: Ministério Público do Trabalho de São Paulo. Recomendação N° 38471.2014. 13 de junho de 2014. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

²⁵⁴ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão e Relatora Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Liberdade de Expressão. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

²⁵⁵ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão e Relatora Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Liberdade de Expressão. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

²⁵⁶ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão e Relatora Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Liberdade de Expressão. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

²⁵⁷ [Princípio 9 da Declaração de Princípios da CIDH](#): “[o] assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

conflituosidade social e instruem as forças de segurança sobre o papel da imprensa em uma sociedade democrática²⁵⁸.

142. Além disso, conforme as informações disponíveis, centenas de manifestantes foram agredidos e detidos por membros das forças policiais durante os protestos sociais realizados em 2014. Em muitos casos, essas pessoas foram detidas e lhes foi imputado o crime de “desacato”, incluindo os advogados Daniel Biral e Sílvia Daskal, que participam de um grupo de defensores que oferece auxílio legal a manifestantes. Biral chegou a perder a consciência por conta das agressões sofridas durante sua detenção²⁵⁹. Em comunicação de 6 de novembro, o Estado informou que Biral e Daskal foram detidos por desacato, após terem empurrado dois policiais. Segundo o Estado, após tomar conhecimento das alegações sobre as agressões sofridas pelo advogado, a Secretaria de Segurança Pública orientou Biral a ir ao Instituto Médico Legal para um exame e a denunciar o fato à Corregedoria da Polícia Militar²⁶⁰.
143. Segundo as informações recebidas pela Relatoria Especial, em 13 de julho, data da partida final da Copa do Mundo FIFA 2014, agentes das forças de segurança cercaram um grupo de dezenas de manifestantes, jornalistas, defensores de direitos humanos e advogados por um período de pelo menos três horas em uma praça no Rio de Janeiro. Nessa tática policial, conhecida como “kettling” e usada para controlar multidões, diversas pessoas teriam sofrido agressões, incluindo cerca de 10 jornalistas²⁶¹. Pelo menos 6 pessoas foram detidas, quatro delas por desacato. O cerco durou até o término da partida final do campeonato mundial²⁶². A Polícia Militar informou que

²⁵⁸ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão e Relatora Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Liberdade de Expressão. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

²⁵⁹ El País. 1º de julho de 2014. [Um ato contra prisões de manifestantes acaba com cinco detidos em São Paulo](#); Justiça Global, Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Mariana Criola – Centro de Assessoria Jurídica Popular, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS), Coletivo Urucum – Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça – CE, ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. 24 de setembro de 2014. Ofício N° 38/14 JG/RJ. Disponível em: Arquivos da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão; Jornal de Hoje. 17 de junho de 2014. [Protesto contra a Copa teve duas prisões por desacato à polícia](#); G1. 13 de junho de 2014. [Protestos de quinta no Rio terminam com 12 detidos, diz polícia](#); Zero Hora. 12 de junho de 2014. [Oito são detidos por dano ou desacato durante protesto em Porto Alegre](#); Folha de São Paulo. 1º de julho de 2014. [PM usa balas de borracha contra manifestantes durante protesto em SP](#); R7. 13 de junho de 2014. [Protestos no 1º dia da Copa têm ao menos 13 detidos e 8 feridos no Rio](#); Veja. 23 de fevereiro de 2014. [PM solta 262 manifestantes presos em protesto contra Copa](#); O Globo. 23 de fevereiro de 2014. [Todos os 262 manifestantes detidos já foram liberados, diz SSP](#).

²⁶⁰ Comunicação da Missão Permanente do Brasil junto à OEA de 6 de novembro de 2014. N° 301. Informação sobre a situação dos direitos humanos durante protestos no Rio de Janeiro. Anexo I: Secretaria de Estado da Segurança Pública. Ofício Gab. Sec. N° 0685/2014. 9 de setembro de 2014. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

²⁶¹ Como descreve o parágrafo 33 deste relatório, eles seriam: Jason O’Hara, Felipe Peçanha, Bernardo Guerreiro, Mauro Pimentel, Ana Carolina Fernandes, Oswaldo Ribeiro Filho, Samuel Costa, Loloano Silva, Tiago Ramos e Augusto Lima.

²⁶² Artigo 19. 15 de julho de 2014. [Nota sobre a onda de violações no Rio de Janeiro](#); Justiça Global. 14 de julho de 2014. [Não teve democracia – Nota da Justiça Global sobre o cerco policial nos protestos durante a final da Copa](#); Terra. 13 de julho de 2014. [Protesto no RJ tem 4 detidos; fotógrafo do Terra é agredido](#); R7. 13 de julho de 2014. [Estação do metrô da Saens Peña é reaberta após ficar mais de 3 horas fechada devido à manifestação](#); O Globo. 13 de julho de 2014. [Estado de sítio na Praça Saens Peng](#); G1. 15 de julho de 2014. [Peção pede rigor em investigação de violência policial em protestos no Rio](#); Folha de São Paulo. 15 de julho de 2014. [Polícia investigará excessos da PM durante protesto contra Copa no Rio](#); BBC Brasil. 13 de julho de 2014. [Polícia usa](#)

uma investigação seria iniciada pela Corregedoria do órgão para averiguar os atos de violência reportados²⁶³.

144. Em 5 de novembro, um juiz da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo deixou sem efeito uma medida cautelar que obrigava o estado de São Paulo a elaborar, num prazo de 30 dias, um projeto de atuação da Polícia Militar no contexto de reuniões populares e manifestações²⁶⁴. A medida foi ditada em 24 de outubro pela 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, determinando que o projeto de atuação deveria incluir, entre outras coisas: a obrigação de não desconcentrar um protesto a não ser em casos extremos, por razões objetivas, conhecidas e submetidas ao controle da sociedade; a proibição do uso de armas letais e balas de borracha e a limitação a casos extremos do uso de *spray* de pimenta e gases; a identificação obrigatória dos agentes da polícia em seus uniformes; a descrição das condições nas quais uma manifestação poderá ser desconcentrada, incluindo a autoridade competente para fazer isso, as circunstâncias em que se autoriza e a obrigatoriedade de divulgar as razões, de modo que seja possível o controle judicial e administrativo; o dever de indicar ao público o nome do oficial que deverá atuar como porta-voz das forças de segurança em uma manifestação para efetuar a comunicação com os organizadores dos protestos; e a proibição da imposição de condições de tempo e lugar para o exercício do direito de reunião. De acordo com informações da 10ª Vara do Tribunal de Justiça, essas medidas não buscam gerar obstáculos à manutenção da ordem pública pelo Estado, mas garantir “o legítimo exercício da garantia fundamental de reunião, em sua convivência com o dever do Poder Público de garantir a ordem pública, levando em consideração a justa proporção entre tal direito e tal dever”²⁶⁵. A medida cautelar foi concedida no contexto de uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública contra o estado de São Paulo, em razão da atuação da força pública durante manifestações no estado desde 2011, que teria violado os direitos à liberdade de expressão e de reunião das pessoas, entre outros motivos²⁶⁶.
145. Por sua vez, o juiz da 3ª Câmara de Direito Público, ao avaliar o agravo regimental da medida cautelar, entendeu que mesmo sendo possível verificar a existência de “casos isolados de violência”, alegadamente, por parte da polícia durante as manifestações, não há evidências de abusos generalizados que justifiquem a intervenção judicial. Para o juiz, “[a] utilização de armas letais e não letais é admitida para a preservação da vida e integridade física dos policiais, sendo certo que eventuais abusos devam ser punidos e, principalmente, evitados. Mas não se pode conceber que o policial seja

violência em protesto e fere ao menos 10 jornalistas no Rio.

²⁶³ O Estado de São Paulo. 14 de julho de 2014. *PM diz que vai apurar violência policial em protesto no Rio*; G1. 15 de julho de 2014. *Pezão pede rigor em investigação de violência policial em protestos no Rio*.

²⁶⁴ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo N° 2195562-25.2014.8.26.0000. Decisão de 5 de novembro de 2014. Disponível para consulta em:

<https://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/search.do?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=2195562-25.2014.8.26.0000&dePesquisaNuUnificado=2195562-25.2014.8.26.0000&dePesquisaNuAntigo>; Brasil Post. 6 de novembro de 2014. *TJ-SP derruba liminar que proibia o uso de bala de borracha pela Polícia Militar em protestos*; Tribunal de Justiça de São Paulo. 6 de novembro de 2014. *TJSP suspende decisão que proibia uso de balas de borracha em protestos*.

²⁶⁵ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo N° 1016019-17.2014.8.26.0053. Decisão de 24 de outubro de 2014. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cpo/pg/show.do?processo.foro=53&processo.codigo=1H0006JQA0000>.

²⁶⁶ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo N° 1016019-17.2014.8.26.0053. *Ação Civil da Defensoria Pública do Estado de São Paulo de 22 de abril de 2014*.

obrigado a colocar sua vida em risco sem o direito de legitimamente se defender”. Nesse sentido, o juiz concluiu que não se pode retirar do Estado a obrigação legítima de manter a ordem pública e, por isso, ordenou a suspensão da medida cautelar ditada pela 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo²⁶⁷.

146. A Relatoria Especial também recebeu informações sobre ações penais movidas contra manifestantes e defensores(as) de direitos humanos no contexto dos protestos. Em 12 de julho, um dia antes da partida final da Copa do Mundo FIFA 2014, membros da polícia entraram nas residências dos manifestantes, apreenderam bens (entre eles, panfletos e máscaras de gás) e detiveram 19 pessoas, incluindo a advogada Eloísa Samy, que estava atuando na defesa dos direitos dos manifestantes e de adolescentes. A ação foi autorizada pela 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, que emitiu mandados de busca e apreensão e de prisão temporária contra pelo menos 26 manifestantes e defensores de direitos humanos e dos adolescentes. De acordo com a Vara Criminal, as detenções seriam necessárias porque havia “sérios indícios” de que as pessoas envolvidas estariam planejando a realização de atos de violência nos próximos dias, “a fim de aproveitar a visibilidade em decorrência da cobertura da Copa do Mundo de futebol”. Em 15 de julho, o juiz Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinou que Eloísa Samy e outras onze pessoas fossem postas em liberdade. A decisão foi adotada após diversos pedidos de *habeas corpus*. Mais tarde, em 18 de julho, o juiz da 7ª Câmara Criminal determinou que outras cinco pessoas também fossem postas em liberdade²⁶⁸.

²⁶⁷ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo Nº 2195562-25.2014.8.26.0000. Decisão de 5 de novembro de 2014. Disponível para consulta em:

https://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/search.do?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa_cdLocal=1&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=2195562-25.2014&foroNumeroUnificado=0000&dePesquisaNuUnificado=2195562-25.2014.8.26.0000&dePesquisaNuAntigo. Após a data de fechamento deste relatório, a Relatoria Especial teve conhecimento de que a Assembleia Estadual do Estado de São Paulo aprovou o Projeto de Lei 608/2013, que proíbe o uso de balas de borracha pelas forças de segurança em manifestações. O projeto foi enviado ao governador do Estado para sua aprovação ou veto e, em 19 de dezembro de 2014, o Projeto de Lei foi vetado pelo governador. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Projeto de Lei Nº 608/2013. Disponível para consulta em: <http://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/>; Folha de São Paulo. 4 de dezembro de 2014. [Alesp aprova projeto que proíbe uso de bala de borracha](#); O Globo. 4 de dezembro de 2014. [Assembleia Legislativa de São Paulo proíbe o uso de bala de borracha em manifestações](#); Associação Fundo de Auxílio Mútuo dos Militares do Estado de São Paulo (AFAM). 22 de dezembro de 2014. [VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 608/2013 - proíbe o uso de munição de elastômero \(bala de borracha\) pelos policiais da Polícia Militar e da Polícia Civil](#); G1. 20 de dezembro de 2014. [Anistia lamenta veto de proibição do uso de bala de borracha em protestos](#).

²⁶⁸ Justiça Global, Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Mariana Criola – Centro de Assessoria Jurídica Popular, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS), Coletivo Urucum – Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça- CE, ANCOB – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. 24 de setembro de 2014. Ofício Nº 38/14 JG/RJ. Disponível em: Arquivos da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão; O Estado de São Paulo. 18 de julho de 2014. [Justiça do Rio determina soltura de ativistas](#); Consultor Jurídico. 17 de julho de 2014. [Prisão de ativistas no RJ foi exercício de "futurologia", dizem especialistas](#); EBC Agência Brasil. 15 de julho de 2014. [Justiça começa a soltar ativistas presos no Rio](#); UOL. 18 de julho de 2014. [Justiça do Rio determina soltura de ativistas](#); G1. 15 de julho de 2014. [Justiça do RJ concede habeas corpus e manda soltar 12 ativistas presos](#); Exame. 18 de julho de 2014. [Justiça do Rio determina soltura de ativistas](#); EM. 18 de julho de 2014. [Justiça do Rio determina soltura de Sininho e mais quatro ativistas presos na Copa](#); EBC Agência Brasil. 12 de julho de 2014. [Polícia diz que manifestantes presos tinham materiais para usar como explosivos](#); Zero Hora. 12 de julho de 2014. ["Ela se mostrou surpresa, mas não resistiu", diz delegado que prendeu Sininho](#).

147. Conforme informações recebidas pela Relatoria, em 18 de julho, a 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro iniciou um processo penal contra 23 dos 26 manifestantes mencionados, incluindo a advogada Samy, pelo crime de formação de quadrilha. Também determinou a prisão preventiva deles com base em alegações sobre a periculosidade dos manifestantes e a necessidade de preservar a ordem pública²⁶⁹. Em 23 de julho, o juiz da 7ª Câmara Criminal cancelou as ordens de prisão após a apresentação de novas ações de *habeas corpus*. A decisão foi confirmada, em 12 de agosto, a favor de 21 dos 23 manifestantes detidos pelo pleno da 7ª Câmara Criminal. Contudo, os manifestantes foram proibidos de participar de novos protestos como uma medida cautelar²⁷⁰.
148. De acordo com as informações prestadas, em 14 de agosto, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informou ter iniciado um processo administrativo para investigar declarações críticas ao Ministério Público, feitas pelo juiz Siro Darlan durante uma entrevista a respeito do caso. O Ministério Público também teria denunciado o magistrado à Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) por seus comentários²⁷¹.
149. De acordo com o mandado de segurança²⁷² interposto pela Ordem dos Advogados do Brasil – no contexto das investigações que culminaram no processo penal por associação para delinquir contra os manifestantes –, em 2 de julho, a 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro teria ordenado a interceptação dos telefones de pelo menos quatro advogados que atuavam na defesa dos direitos dos manifestantes, incluindo os diretores do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) e a linha fixa da organização. A interceptação teria sido concedida após solicitação das autoridades policiais, que teriam alegado não haver vínculo profissional entre os advogados e as pessoas investigadas – os profissionais teriam acompanhado os manifestantes durante os protestos sem cobrar honorários. Em 14 de agosto, a Ordem

²⁶⁹ R7. 18 de julho de 2014. [Justiça do Rio aceita denúncia e decreta prisão preventiva de 23 ativistas](#); G1. 18 de julho de 2014. [Justiça aceita denúncia e manda prender 23 ativistas por atos violentos](#); EM. 18 de julho de 2014. [Justiça do Rio aceita denúncia do MP e decreta prisão preventiva de 23 ativistas](#); *Correio do Povo*. 18 de julho de 2014. [Decretada prisão preventiva de Sininho e mais 22 ativistas](#).

²⁷⁰ O Dia. 23 de julho de 2014. [Desembargador concede habeas corpus para os 23 ativistas](#); EBC Agência Brasil. 23 de julho de 2014. [Desembargador concede habeas corpus para 23 ativistas no Rio](#); Instituto de Defensores de Direitos Humanos. 23 de julho de 2014. [Desembargador concede habeas corpus a manifestantes no RJ](#); *Correio do Povo*. 12 de agosto de 2014. [Justiça do Rio de Janeiro decide manter manifestantes em liberdade](#); G1. 12 de agosto de 2014. [TJ-RJ decide que manifestantes vão responder em liberdade](#). Após a data de fechamento deste relatório, em 3 de dezembro a 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro ordenou a prisão de três das pessoas acusadas, supostamente por terem participado em uma manifestação em outubro. Uma das pessoas foi detida. Os três ativistas solicitaram um *habeas corpus* à 7ª Câmara Criminal. Em 16 de dezembro, a 7ª Câmara Criminal lhes negou o *habeas corpus*. G1. 4 de dezembro de 2014. [Defesa de Sininho e mais dois entra com habeas corpus contra prisão](#); O Dia. 4 de dezembro de 2014. [Advogados de Sininho e de mais dois ativistas pedem habeas corpus](#); R7. 9 de dezembro de 2014. [Justiça quer parecer do MP para decidir se revoga prisão de Sininho e mais 2 ativistas](#); G1. 19 de dezembro de 2014. [Nilo Batista vai ao STJ pedir liberdade de Sininho e mais 2 ativistas](#); Folha de São Paulo. 16 de dezembro de 2014. [Justiça nega habeas corpus a Sininho](#).

²⁷¹ G1. 14 de agosto de 2014. [TJ-RJ instaura processo para apurar se Siro Darlan chamou MP de 'inútil'](#); EBC Agência Brasil. 14 de agosto de 2014. [TJ do Rio abre procedimento para avaliar entrevista do desembargador Siro Darlan](#); Extra. 15 de agosto de 2014. [Ministério Público representa contra Siro Darlan no CNJ](#); O Globo. 15 de agosto de 2014. [Ministério Público vai ao Conselho Nacional de Justiça contra o desembargador Siro Darlan](#); EBC Agência Brasil. 17 de agosto de 2014. [MP recorre ao CNJ contra Siro Darlan por causa de entrevista](#); BBC Brasil. 28 de julho de 2014. [#SalaSocial: Desembargador que libertou ativistas diz que MP 'reprime pobre](#).

²⁷² Supremo Tribunal Federal (STF) [Mandado de Segurança](#). “Processo para garantir direito líquido e certo, individual ou coletivo, que esteja sendo violado ou ameaçado por ato de uma autoridade, em ato ilegal ou inconstitucional”.

dos Advogados do Brasil entrou com o referido mandado de segurança perante a 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para que se declarasse a ilicitude das interceptações mencionadas. Também requereu que fosse proibido de forma cautelar o acesso às transcrições e ao áudio das comunicações gravadas durante as interceptações dos telefones dos advogados e do DDH, bem como de qualquer outra comunicação interceptada na qual figurasse algum dos advogados, uma vez que estavam atuando no exercício de sua profissão. Em 12 de setembro, o juiz Siro Darlan, Presidente da 7ª Câmara Criminal, concedeu a medida cautelar²⁷³. Mais tarde, em 11 de novembro, o pleno da 7ª Câmara Criminal decidiu revogar a decisão que havia concedido a medida cautelar²⁷⁴.

150. Em comunicado de 6 de novembro, o Estado informou que, no país, a interceptação telefônica para a investigação e instrução penal e processual está regulada por lei. De acordo com a legislação, a interceptação está condicionada a três requisitos: uma ordem judicial; ter uma finalidade ligada a uma investigação ou instrução processual criminal e estar em conformidade com as hipóteses definidas por lei (por exemplo, apenas quando o fato puder constituir crime com pena de prisão, indícios de autoria e quando a prova não puder ser obtida por outros meios). O Estado informou que a interceptação foi ordenada pela 27ª Vara, de acordo com a legislação e sob o escrutínio do Ministério Público. Informou ainda que, em 24 de julho, a Coordenação Nacional do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) recebeu o pedido de considerar a inclusão de uma demanda relativa às dificuldades enfrentadas no trabalho de um advogado do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH). O Estado acrescentou que, em agosto, a equipe federal do programa contactou o advogado, mas, até a data da comunicação, ainda não teria recebido a documentação necessária para analisar o caso²⁷⁵.
151. A Relatoria Especial também recebeu informações sobre leis que poderiam ter um impacto negativo no exercício do direito à liberdade de expressão no contexto das manifestações. Em 10 de novembro, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por maioria de votos, declarou constitucional a Lei 6.528 de 2013. Entre outras disposições, a lei proíbe o uso de máscaras “ou qualquer outra forma de ocultar o rosto” em manifestações e determina que o direito de reunião pública deverá ser exercido “mediante prévio aviso à autoridade policial”²⁷⁶. Em sua decisão, o Tribunal

²⁷³ Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Sétima Câmara Criminal. Mandado de Segurança Nº 0042944-27.2014.8.19.0000. [Decisão de 12 de setembro de 2014](#); Ordem dos Advogados do Brasil. [Mandado de segurança com pedido de liminar](#). 13 de agosto de 2014; UOL. 23 de julho de 2014. [Advogados de ativistas tiveram conversas monitoradas](#); EBC Agência Brasil. 23 de julho de 2014. [Instituto denuncia grampo em telefones de advogados de ativistas](#); Consultor Jurídico. 14 de agosto de 2014. [OAB-RJ entra com MS para tirar de autos conversas entre advogado e cliente](#); Direito.US. 15 de agosto de 2014. [Ordem dos Advogados do Brasil \(RJ\) impetra Mandado de Segurança contra escutas entre Advogados e seus Clientes](#).

²⁷⁴ Consultor Jurídico. 15 de novembro de 2014. [Interceptação de advogados suspeitos de envolvimento em manifestação é lícito](#).

²⁷⁵ Comunicação da Missão Permanente do Brasil junto à OEA de 6 de novembro de 2014. Nº 301. Informação sobre a situação dos direitos humanos durante protestos no Rio de Janeiro. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

²⁷⁶ Estado do Rio de Janeiro. Lei Nº 6528 de 11 de setembro de 2013. [Regulamenta o artigo 23 da Constituição do Estado](#). Artigos 2 e 3; Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Justiça. Órgão Especial. [Ações Diretas de Inconstitucionalidade Nº 0052756-30.2013.8.19.0000 e 0053071-58.2013.8.19.0000](#). Acórdão de 10 de novembro de 2014; Migalhas. 11 de novembro de 2014. [Lei fluminense que proíbe máscaras em manifestações é constitucional](#).

entendeu que apesar de, à primeira vista, não ofender o caráter pacífico de uma manifestação, o uso de máscaras nesses eventos, “vinha sendo [feito] por pessoas mal-intencionadas, para transmutar esse caráter pacífico” e “praticar uma série de atividades criminosas contra terceiros pessoas, contra patrimônios, públicos e privados, e contra a própria e legítima causa política”. Assim, a proibição do uso de máscaras se justificaria na impossibilidade de individualizar e responsabilizar pessoas que estivessem cometendo crimes. De acordo com o Tribunal, “o indivíduo mascarado [é] um covarde e antidemocrático, que se esconde de todos e de si mesmo” e, por isso, a restrição legal seria adequada e proporcional para garantir os direitos dos demais manifestantes e de terceiros, uma vez que a proibição não impede o exercício do direito de reunião, mas tão somente impede o indivíduo de evadir sua responsabilidade civil, administrativa e penal “por seu atos e [...] suas opiniões”²⁷⁷.

152. De modo similar, em 29 de agosto, foi publicada a Lei Estadual N° 15.556, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo e sancionada pelo governador do estado. A lei proíbe o uso de máscaras “ou qualquer outro ornamento que possa ocultar o rosto da pessoa, ou que dificulte ou impeça a sua identificação” em manifestações e reuniões. Também requer que qualquer manifestação e reunião em local público deva ser previamente comunicada às polícias civil e militar, “na forma de regulamento expedido pela Secretaria de Segurança Pública”. A lei determina ainda que as polícias civil e militar “efetuarão as devidas intervenções legais” para a “preservação da ordem pública e social, da integridade física e moral do cidadão, do patrimônio público e particular, bem como para a fiel observância do cumprimento desta lei”²⁷⁸.
153. No contexto da audiência sobre a situação dos direitos humanos e protestos sociais no Brasil, realizada em 28 de março durante o 150º Período de Sessões, a Comissão recebeu com preocupação informações sobre os diferentes eventos ocorridos nas manifestações no país em 2013 e 2014. Nesse sentido, as organizações solicitantes enviaram informações sobre casos de violência contra manifestantes e jornalistas durante os protestos por membros da força pública e a impunidade desses crimes; as detenções e processos penais iniciados contra manifestantes; e os projetos de lei em trâmite que poderiam ter um impacto negativo nos protestos sociais. Por sua vez, o Estado informou que reconheceu publicamente o direito à manifestação e iniciou um diálogo com a sociedade civil a seu respeito. O Estado também informou que emitiu resoluções específicas relativas ao uso da força em manifestações sociais e adotou medidas para regulamentar o tema em nível federal e estadual. Por fim, informou que adotou medidas para atender as demandas geradas pelas manifestações sociais e para prevenir violações de direitos humanos nesses contextos²⁷⁹.
154. Em comunicação de 7 de julho de 2014, o Estado enviou informações adicionais relativas às manifestações sociais ocorridas no país em 2013. Nesse sentido, o Estado informou, entre outros pontos, que de acordo com a Secretaria de Segurança Pública

²⁷⁷ Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Justiça. Órgão Especial. [Ações Diretas de Inconstitucionalidade N°0052756-30.2013.8.19.0000 e 0053071-58.2013.8.19.0000](#). Acórdão de 10 de novembro de 2014.

²⁷⁸ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei N° 15.556 de 29 de agosto de 2014. [Restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que específica, e dá providências correlatas](#). Artigos 2, 4 e 5.

²⁷⁹ CIDH. 150º Período de Sessões. Audiência “Situação dos direitos humanos e protestos sociais no Brasil. 28 de março de 2014. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/audiencias/hearings.aspx?lang=es&session=134&page=3>.

- do Rio de Janeiro, a atuação das forças de segurança buscou exclusivamente a preservação da ordem pública e, assim, agiu para retirar dos protestos as pessoas que estariam cometendo atos de vandalismo. Afirmou que possíveis atos excessivos por parte da Polícia Militar foram levados ao conhecimento da Corregedoria da instituição. Informou que se estaria implementando uma portaria interministerial que estipula diretrizes para o uso da força pela polícia. Acrescentou que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aprovou uma resolução que restringe o uso de armas menos letais nas manifestações, inclusive contra profissionais da imprensa, e criou um Grupo de Trabalho sobre Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade. Por fim, informou que em março de 2014, o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia aprovou diretrizes sobre a detenção de pessoas em protestos, a utilização de armas de menor potencial e a obrigatoriedade da identificação dos policiais, entre outras medidas²⁸⁰.
155. A CIDH reiterou que a manifestação social é uma ferramenta fundamental para o trabalho de defesa dos direitos humanos e é essencial para a expressão crítica política e social das atividades das autoridades. A Comissão ressaltou que “é a princípio inadmissível a penalização *per se* das demonstrações em via pública quando realizadas no marco do direito à liberdade de expressão e do direito de reunião”²⁸¹, e que “o exercício do direito de reunião por meio da manifestação social não deve se sujeitar a uma autorização por parte das autoridades, nem a requisitos excessivos que dificultem sua realização”²⁸².
156. A Comissão também observou que é altamente preocupante a alegada utilização do poder punitivo do Estado para criminalizar os defensores de direitos humanos e a manifestação social pacífica, ou para processar penalmente os críticos ou dissidentes políticos²⁸³. A Relatoria Especial recorda que a CIDH determinou que o artigo 7.5 da Convenção Americana prevê como únicos fundamentos legítimos da prisão preventiva os riscos de que o imputado tente eludir o acionamento da justiça ou tente gerar obstáculos à investigação judicial. De acordo com a CIDH, a detenção prévia com base em uma justificativa preventiva relativa à periculosidade do imputado ou à possibilidade de um crime [ser cometido por ele] no futuro, é contrária a essa norma e ao direito à presunção de inocência²⁸⁴.
157. Do mesmo modo, a Declaração Conjunta sobre violência contra os jornalistas no contexto de manifestações sociais, adotada em 2013, indica que os direitos de reunião e liberdade de expressão “são fundamentais e sua garantia é uma condição necessária para a existência e o funcionamento de uma sociedade democrática. Um Estado pode

²⁸⁰ Comunicação da Missão Permanente do Brasil junto à OEA à Secretaria Executiva da CIDH. N° 170. 7 de julho de 2014. Disponível em: Arquivo da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão; Defesanet. 19 de junho de 2013. [Não letais e armas de fogo - Restrição e proibição - Resolução 06 do CDDPH.](#)

²⁸¹ CIDH. [Relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos](#). OEA/Ser.L/V/II.Doc.57. 31 de dezembro de 2009. § 197.

²⁸² CIDH. [Segundo relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 66. 31 de dezembro de 2011. § 139.

²⁸³ Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). 21 de fevereiro de 2014. [Comunicado de Imprensa N° 17/14. CIDH manifesta profunda preocupação com a situação dos direitos de manifestação pacífica, associação e liberdade de expressão na Venezuela.](#)

²⁸⁴ CIDH. [Relatório sobre o uso da prisão preventiva nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 46/13. 30 de dezembro de 2013. § 144.

impor limitações razoáveis às manifestações com o objetivo de assegurar sua realização pacífica, ou dispersar aquelas que se tornem violentas, desde que tais limitações sejam regidas pelos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade. Além disso, a dispersão de uma manifestação deve se justificar no dever de proteção das pessoas. É necessário que sejam utilizadas medidas mais seguras e menos lesivas para os manifestantes. O uso da força em manifestações públicas deve ser excepcional e em circunstâncias estritamente necessárias, em conformidade com os princípios internacionalmente reconhecidos”²⁸⁵.

158. Por fim, a Comissão Interamericana entendeu que qualquer tipo de ingerência arbitrária ou abusiva que prejudique a privacidade dos(as) defensores(as) de direitos humanos e de suas organizações está proibido pela Declaração e pela Convenção Americanas²⁸⁶.

E. Outras responsabilidades

159. Em 22 de abril, um juiz da 15ª Vara Criminal da Comarca de Salvador condenou o jornalista Aguirre Talento a seis meses e seis dias de prisão pelo crime de difamação, por conta de dois artigos publicados no jornal *A Tarde*. A pena foi substituída pelo mesmo tempo de trabalho comunitário e uma multa de dez salários mínimos (cerca de US\$ 2.900,00). De acordo com as informações recebidas, o jornalista foi processado por um empresário após a publicação de duas reportagens, em 2010, em que fez referência a investigações realizadas pelo Ministério Público contra o empresário e alguns de seus sócios acusados de não respeitar normas de proteção ao meio ambiente. Em seus artigos, Talento publicou que o Ministério Público teria pedido a prisão preventiva do empresário, que negou essa informação e processou o jornalista por difamação. Apesar de o jornalista ter dito que apenas transcreveu o texto que constava na denúncia penal do Ministério Público, na sentença, o juiz entendeu que Talento assumiu o risco de causar constrangimentos ao empresário ao publicar sobre sua possível prisão. O jornalista apelou da decisão²⁸⁷.
160. De acordo com as informações recebidas, em 22 de abril, a juíza da 1ª Vara Criminal do Fórum Regional de Pinheiros, em São Paulo, condenou o jornalista Ricardo Boechat, apresentador do programa “Jornal da Band” da *Rede Bandeirantes*, por calúnia contra um senador, a seis meses e 16 dias de prisão. A pena foi substituída por três meses de serviço comunitário. O caso remonta a 2011, quando Boechat fez comentários críticos em seu programa sobre uma entrevista dada pelo senador a outro jornalista da *Rádio Bandeirantes*. Na ocasião, o político teria se irritado com

²⁸⁵ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão e Relatora Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Liberdade de Expressão. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

²⁸⁶ CIDH. [Segundo relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas](#). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 66. 31 de dezembro de 2011. § 58.

²⁸⁷ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Processo Nº 0053404-65.2011.8.05.0001. Decisão de 22 de abril de 2014. Disponível para consulta em: <http://esaj.tjba.jus.br/esaj/portal.do?servico=190100>; Ver também: <http://s.conjur.com.br/dl/jornalista-condenado-prisao-juiz.pdf>; Portal Imprensa. 6 de maio de 2014. [Entidades se manifestam contra condenação de jornalista na BA e planejam ato](#); Consultor Jurídico. 28 de abril de 2014. [Juiz considera reportagem “maldosa” e condena autor à prisão](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 13 de maio de 2014. [Dois jornalistas condenados por difamação no Brasil](#); IFEX/Abraji. 1º de maio de 2014. [Defamation case leads to rare 6-month prison sentence for Brazilian journalist](#).

uma das perguntas feitas, relativa à sua aposentadoria, motivo pelo qual tomou o gravador do jornalista e apagou a entrevista. Em 28 de agosto, a Turma Recursal Criminal confirmou a condenação do jornalista²⁸⁸. Em 21 de novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por razões formais, um recurso extraordinário que lhe foi apresentado²⁸⁹.

161. Conforme informações disponíveis, em 12 de agosto, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região reverteu uma decisão de primeira instância e moveu um processo penal contra Demetrio Carta e Leandro Fortes, proprietário e jornalista da revista *Carta Capital*, respectivamente, pelo crime de calúnia contra um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Os jornalistas denunciaram o suposto envolvimento do ministro em um esquema de corrupção. De acordo com o Ministério Público, a reportagem se baseou em um documento falso. Em primeira instância, a juíza federal rejeitou a denúncia interposta e determinou que a reportagem teria se limitado a citar o documento. Também entendeu que o Ministério Público não conseguiu provar a falsidade do documento ou que os jornalistas estavam cientes dela. Em decisão de 12 de agosto, o TRF considerou, entre outros pontos, que, no crime de calúnia, o ônus da prova não recaí sobre o Ministério Público, mas sobre os acusados²⁹⁰. Por sua vez, em 2 de junho, a 21ª Vara Cível de Brasília condenou a editora de *Carta Capital* e os jornalistas Carta e Fortes a pagar R\$ 180.000,00 (cerca de US\$ 68.000,00) por uma série de reportagens críticas ao ministro do STF, incluindo as publicações objeto do processo penal. Os jornalistas apelaram da decisão²⁹¹.

²⁸⁸ Tribunal de Justiça de São Paulo. Processo N° 0017181-98.2011.8.26.0011. Disponível para consulta em: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090>; Brasil 247. 9 de maio de 2014. [Requião condena Boechat a seis meses de prisão](#); Tribuna Hoje. 11 de maio de 2014. [Ricardo Boechat é condenado por caluniar senador](#); Gazeta do Povo. 8 de maio de 2014. [Jornalista Ricardo Boechat é condenado por ofender Requião](#); JusBrasil. Sem data. [Boechat é condenado a seis meses de prisão por ofensas contra Requião](#); TV Bandeirantes/You Tube. 25 de abril de 2011. Publicado por Fato e Verdade Notícias. [Requião arranca gravador da mão de repórter da RB após pergunta sobre aposentadoria](#).

²⁸⁹ Supremo Tribunal Federal. ARE 850673 – Recurso Extraordinario com Agravo. Decisão de 21 de novembro de 2014. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4666727>;

Tribunal de Justiça de São Paulo. Processo N° 0017181-98.2011.8.26.0011. Em: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090>. Em 2 de dezembro, após a data de fechamento deste relatório, o jornalista Ricardo Boechat teria apresentado um agravo regimental à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja decisão estava pendente. Supremo Tribunal Federal. ARE 850673 – Recurso Extraordinário com Agravo. Decisão de 21 de novembro de 2014. Disponível para consulta em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4666727>; Tribunal de Justiça de São Paulo. Processo N° 0017181-98.2011.8.26.0011. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090>.

²⁹⁰ Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Recurso em Sentido Estrito N° 0008171-51.2013.4.03.6181/SP. Processo N° 2013.61.81.008171-0. Decisão de 12 de agosto de 2014. Disponível para consulta em: <http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/PesquisarDocumento?processo=201361810081710>; Justiça Federal. Seção Judiciária de São Paulo. Processo N° 0008171-51.2013.4.03.6181. Disponível em: <http://www.ifsp.jus.br/foruns-federais/>; Consultor Jurídico. 23 de agosto de 2014. [Denúncia de calúnia não precisa de exame pericial para ser recebida](#); Portal Imprensa. 13 de agosto de 2014. [Justiça acata denúncia do MPF contra "CartaCapital" por calúnia a Gilmar Mendes](#).

²⁹¹ 21ª Vara Cível de Brasília. Processo N° 2012.01.1.154969-7. Decisão de 2 de junho de 2014. Disponível em: <http://tjdf19.tjdf.jus.br/cgibin/tjcg1?NXTPGM=tjhtml105&ORIGEM=INTER&SELECAO=1&CIRCUN=1&CDNUPRO C=20120111549697>; Consultor Jurídico. 4 de junho de 2014. [Carta Capital é condenada em R\\$ 180 mil por ofender ministro Gilmar Mendes](#). Após a data de fechamento deste relatório, em 3 de dezembro de 2014 o Tribunal de Justiça do Distrito Federal aumentou o montante total da indenização devida pela editora e pelos jornalistas ao Ministro do STF, de R\$ 180.000,00 para R\$ 360.000,00 (cerca de US\$ 136.000,00). Tribunal de

162. Em decisão de 5 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por motivos formais, um recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça do estado de Sergipe que confirmava a condenação a sete meses e 16 dias de prisão (substituída pela prestação de serviços comunitários pelo mesmo tempo) do jornalista José Cristian Góes pelo crime de injúria contra o vice-presidente do Tribunal de Justiça. Com a decisão do STF, a condenação foi mantida²⁹². Assim como foi relatado anteriormente por esta Relatoria Especial, o jornalista foi condenado por conta de um artigo de ficção publicado em seu blog e narrado em primeira pessoa, sem mencionar nomes. De acordo com o Ministério Público, o jornalista escreveu o texto como uma crítica ao governador do estado, que é cunhado do vice-presidente do Tribunal de Justiça. Segundo essa interpretação, o artigo teria feito uma referência ao juiz e ofendido sua honra ao chamá-lo de “jagunço das leis”. A sentença condenatória determinou que não houve violação do direito à liberdade de expressão porque, nesse caso, coloca-se em xeque a honra e a imagem de funcionário público no exercício de suas funções. Em sua decisão, o juiz aumentou a pena aplicada em um terço, porque foi feita injúria contra um funcionário público no exercício de suas funções. Ele também considerou como uma circunstância agravante o fato de que a expressão foi difundida pela Internet²⁹³.
163. Em 28 de novembro, a 7ª Vara Cível da Comarca de Aracaju do Tribunal de Justiça de Sergipe condenou José Cristian Góes a pagar R\$ 25.000,00 (cerca de US\$ 10.000,00) ao vice-presidente do Tribunal de Justiça pelo artigo de ficção citado. O processo civil estaria vinculado ao processo penal e, por isso, o seu objeto se limitaria à estipulação do montante da indenização. Nesse sentido, ao fixar o valor, a 7ª Vara Cível ressaltou que a indenização deveria ter sido maior, mas as condições econômicas do jornalista tornariam a sentença inexecutável. A decisão aponta que o fato foi grave por ter sido praticado contra um membro do Poder Judiciário no exercício de suas funções, constituindo não apenas um ataque a sua imagem “enquanto magistrado e funcionário público”, mas também contra “a imagem e a credibilidade do próprio Poder Judiciário”²⁹⁴.
164. Em 13 de maio, a Primeira Câmara do Supremo Tribunal Federal (STF) negou uma ação de *habeas corpus* interposta pela Defensoria Pública da União a favor de uma

Justiça do Distrito Federal. 6a Turma Cível (Palácio da Justiça - Térreo). Processo APC 2012 01 1 154969-7. Decisão de 3 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://tjdf19.tjdf.jus.br/cgi-bin/tjcg1?NXTPGM=plhtml06&SELECAO=1&ORIGEM=INTER&CDNUPROC=20120111549697APC> e em <http://s.conjur.com.br/dl/acordao-tj-df-carta-capital-gilmar.pdf>; Consultor Jurídico. 3 de dezembro de 2014. *TJ do DF dobra indenização que Carta Capital pagará a Gilmar Mendes*; Portal Imprensa. 5 de dezembro de 2014. *TJ-DF aumenta indenização que "CartaCapital" deve pagar a Gilmar Mendes*.

²⁹² Supremo Tribunal Federal. ARE 811162. *Decisão de 5 de agosto de 2014*; Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. *Processo Nº 201245102580*; Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Turma Recursal do Estado de Sergipe. *Processo Nº 201301008618*; Consultor Jurídico. 2 de setembro de 2014. *STF rejeita recurso e mantém condenação de jornalista por texto ficcional*.

²⁹³ CIDH. *Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão*. Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 122; Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. Decisão de 4 de julho de 2013. *Processo Nº 201245102580*; Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Turma Recursal do Estado de Sergipe. *Processo Nº 201301008618*. *Acórdão Nº 5450* de 22 de outubro de 2013; Portal Infonet. 29 de maio de 2012. *Fu, o coronel em mim*.

²⁹⁴ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. 7ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. Processo Nº 201210701342. Decisão de 28 de novembro de 2014. Disponível em: [Processo Nº 201210701342](http://s.conjur.com.br/dl/acordao-tj-df-carta-capital-gilmar.pdf). *Sentença de 28 de novembro de 2013*.

- pessoa que estava sendo processada pela Justiça Militar pelo crime de desacato. Na ação, a Defensoria requeria a anulação do processo movido na Justiça Militar face à incompetência desta jurisdição para julgar o caso. O caso remonta a um evento ocorrido em outubro de 2011, no contexto de uma operação do Exército em uma comunidade no Rio de Janeiro. Na ocasião, a pessoa teria discutido com os militares e abaixado às calças em forma de protesto. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a lei brasileira autoriza a Justiça Militar a julgar crimes cometidos por civis contra as Forças Armadas com a intenção, entre outras, de ofender o militar, inclusive quando este estiver prestando serviços de garantia e preservação da ordem pública. Nesse sentido, o STF decidiu não admitir o *habeas corpus*²⁹⁵.
165. O princípio 10 da Declaração de Princípios da CIDH estabelece que “[a]s leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. A proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis, nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou uma pessoa pública ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Além disso, nesses casos, deve ser provado que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou que estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas”.
166. Já o princípio 11 estabelece que “[o]s funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como ‘*leis de desacato*’, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”. Da mesma forma, a Corte Interamericana determina de modo reiterado que “a aplicação da justiça militar deve estar estritamente reservada a militares em serviço ativo” e ordena que os Estados respeitem “o alcance restritivo e excepcional da jurisdição militar e excluam do âmbito dessa jurisdição o julgamento de civis”, inclusive em casos de processos por desacato²⁹⁶.
167. Quanto à eventual responsabilidade civil, a Corte Interamericana estabelece que as condenações em matéria de liberdade de expressão devem ser estritamente proporcionais, de modo que não causem um efeito inibidor sobre este direito. “O temor da sanção civil, diante das pretensões [...] de uma reparação civil extremamente elevada, pode ser em todo caso tão ou mais intimidador e inibidor para o exercício da liberdade de expressão do que uma sanção penal, pois tem o potencial de comprometer a vida pessoal e familiar de quem denuncia um funcionário público, com o resultado evidente e negativo da autocensura, tanto para o prejudicado quanto para outros potenciais críticos da atuação de um servidor público”²⁹⁷.

F. Rádios comunitárias

²⁹⁵ Supremo Tribunal Federal. HC 112932. [Decisão de 13 de maio de 2014](#); Consultor Jurídico. 14 de maio de 2014. [Compete à Justiça Militar julgar civil acusado de desacato](#).

²⁹⁶ Corte IDH. *Caso Palamara Iribarne Vs. Chile. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C, N° 135. § 124-144.

²⁹⁷ Corte IDH. *Caso Tristán Donoso Vs. Panamá. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 27 de janeiro de 2009. Série C, N° 193. § 129.

168. De acordo com as informações disponíveis, em 23 de fevereiro, o Ministério Público Federal fechou a *Rádio Muda* e apreendeu seus equipamentos de transmissão. Trata-se de uma rádio comunitária que operava há mais de 20 anos na Universidade de Campinas, no estado de São Paulo. A operação foi conduzida por solicitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), devido ao fato de que a rádio não contava com uma concessão para operar²⁹⁸.
169. Em julho, Núbia da Silva Oliveira, presidente da Associação Comunitária Coité, foi chamada à Justiça Penal para responder pelo suposto crime de “desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação”, já que era responsável pelas transmissões da *Rádio Coité FM*, meio de comunicação comunitário que opera na cidade de Coité, no estado da Bahia²⁹⁹. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, Zacarias de Almeida Silva, que teria sido dirigente da *Rádio Coité FM*, também estaria respondendo por um processo penal pelo mesmo crime, iniciado em 2013 e ainda pendente de decisão³⁰⁰.
170. Como se indicou em outras oportunidades, a utilização do direito penal para punir violações do regime de radiodifusão pode ser problemática à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesse sentido, a Relatoria Especial reitera que o estabelecimento de punições criminais para a radiodifusão comercial ou comunitária, em caso de ausência ou má utilização de uma concessão, é uma reação desproporcional³⁰¹.
171. A Relatoria também reitera sua recomendação de que “o Estado deve promover, em condições de igualdade e não discriminação, o acesso de diferentes grupos às frequências e concessões de rádio e televisão, qualquer que seja sua modalidade tecnológica. Os Estados têm a obrigação de reconhecer e facilitar o acesso igualitário das propostas comerciais, sociais e públicas de rádio e televisão, tanto ao espectro radioelétrico quanto ao novo dividendo digital. Para isso, é imprescindível a remoção de todas as restrições desproporcionais ou discriminatórias, de modo que os operadores de rádio e televisão, em quaisquer de suas modalidades, possam ter acesso às frequências e cumprir integralmente a sua missão. Os marcos estatais de regulação devem criar processos de outorga de concessões ou frequências abertos, públicos e transparentes, submetidos a regras claras e pré-estabelecidas e a requisitos estritamente necessários, justos e equitativos. Do mesmo modo, para assegurar a rádio e a televisão livre, vigorosa e diversa, os meios privados devem

²⁹⁸ Correio Popular. 24 de fevereiro de 2014. [Rádio 'Muda' é fechada após pedido da Anatel](#); G1. 24 de fevereiro de 2014. [Sem autorização da Anatel, 'Rádio Muda' é fechada na Unicamp](#); Terra. 24 de fevereiro de 2014. [Sem autorização da Anatel, "Rádio Muda" da Unicamp é fechada](#); Amarc Brasil. 18 de agosto de 2014. [Informe](#); Artigo 19. 13 de maio de 2014. [Carta de repúdio ao Ministério Público Federal pela perseguição à Rádio Muda](#).

²⁹⁹ Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Processo N° 0010631-63.2013.4.01.3304. Disponível para consulta em: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/index.php?secao=FSA>; Artigo 19. 26 de setembro de 2014. [Rádio Comunitária Coité FM enfrenta série de obstáculos para se manter no ar](#).

³⁰⁰ Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Processo N° 0000358-25.2013.4.01.3304. Disponível para consulta em: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/index.php?secao=FSA>; Artigo 19. 26 de setembro de 2014. [Rádio Comunitária Coité FM enfrenta série de obstáculos para se manter no ar](#).

³⁰¹ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 129; CIDH. [Relatório Anual 2011. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 69. 30 de dezembro de 2011. § 467.

contar com garantias contra a arbitrariedade estatal, os meios sociais devem gozar de condições que impeçam o seu controle por parte do Estado ou de grupos econômicos e os meios públicos devem ser independentes do Poder Executivo”³⁰².

G. Outras situações relevantes

172. Em 22 de agosto, a polícia estadual do Paraná deteve uma pessoa em seu local de trabalho horas depois de ela ter feito um comentário no Facebook, criticando a atuação policial durante uma blitz realizada no dia anterior. A prisão foi informada por um agente da polícia em um comentário à mesma postagem que continha o comentário crítico. Na ocasião, foi informado que a polícia continuaria investigando outras pessoas para “localizar e identificar [as pessoas] que fizeram comentários na página sobre a atuação da PM”. De acordo com as informações prestadas, o comandante da polícia afirmou que a detenção era necessária, porque o comentário crítico poderia configurar um crime contra a honra da instituição. A pessoa que postou o comentário foi liberada após prestar esclarecimentos na delegacia³⁰³.
173. Em 19 de setembro, a 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo confirmou, em uma sentença de mérito, a imposição de uma medida que proíbe o ativista Ricardo Fraga Oliveira de se manifestar contra um empreendimento imobiliário ou participar de qualquer atividade próxima ao local da construção do imóvel. A decisão também o proibiu de publicar na Internet qualquer nota em relação ao assunto. Ordenou ainda que ele retirasse da rede qualquer conteúdo sobre o fato, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (cerca de US\$ 4.000,00) por infração. De acordo com a 34ª Vara Cível, a medida se justificou por conta do impacto das manifestações do ativista sobre o exercício regular do direito à propriedade da empresa. Pelas informações prestadas, Oliveira recorreu da decisão³⁰⁴. Como este relatório informou, o caso remonta a uma decisão de 2013 da mesma Vara de Justiça, confirmada pelo Tribunal de Justiça, que proibiu Oliveira, por uma medida cautelar, de se manifestar contra o empreendimento e publicar a respeito do tema na internet, entre outros pontos. Oliveira mantinha no Facebook a iniciativa intitulada “O Outro Lado do Muro – Intervenção Coletiva”, para protestar contra a construção do lançamento imobiliário³⁰⁵.
174. Em 29 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro determinou que o canal humorístico *on-line Porta dos Fundos* e o YouTube retirassem um vídeo do ar, justificando que o seu acesso poderia causar consequências nocivas à imagem de um

³⁰² CIDH. [Relatório Anual 2010. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 5. 7 de março de 2011. § 284.

³⁰³ Yahoo! Notícias. 28 de agosto de 2014. [No Paraná, homem é preso após criticar abordagem da PM no Facebook](#); G1. 22 de agosto de 2014. [Homem é preso depois de criticar abordagem da PM no Facebook](#); Yahoo Notícias. 28 de agosto de 2014. [Homem é preso após criticar abordagem da PM no Facebook](#).

³⁰⁴ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. [Processo N° 1008543-15.2013.8.26.0100](#). Decisão de 19 de setembro de 2014; Artigo 19. 13 de outubro de 2014. [A censura continua](#); Adital. 10 de outubro de 2014. [Ativista apelará decisão judicial que le proíbe protestar en internet contra emprendimiento inmobiliario](#).

³⁰⁵ CIDH. [Relatório Anual 2013. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o estado da liberdade de expressão no continente). OEA/Ser.L/V/II.149. Doc. 50. 31 de dezembro de 2013. § 132; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. [Processo N° 1008543-15.2013.8.26.0100](#). Decisão de 6 de março de 2013; Tribunal de Justiça de São Paulo. 5ª Câmara de Direito Privado. [Processo N° 0051583-73.2013.8.26.0000](#). Decisão de 15 de maio de 2013.

candidato ao governo estadual. O vídeo, de caráter humorístico, fazia uma crítica geral aos candidatos nas eleições e citava o nome do candidato ao governo local. Um recurso contra a decisão foi interposto no Supremo Tribunal Federal (STF) e rejeitado por motivos formais³⁰⁶. Em outubro, o Google foi notificado de uma nova decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que ordenava a retirada de outro vídeo do canal *Porta dos Fundos*, que também citava o candidato ao governo estadual em um contexto humorístico³⁰⁷. Pelas informações prestadas, em 15 de outubro, as ordens de retirada teriam sido deixadas sem efeito em razão do fato de que o candidato não tinha alcançado os votos necessários para continuar concorrendo ao segundo turno das eleições³⁰⁸. De acordo com dados da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), coletados para a iniciativa “*Eleição Transparente*”, pelo menos 190 ações judiciais foram movidas junto à Justiça Eleitoral com o objetivo de evitar ou punir a divulgação de conteúdos no contexto das eleições de 2014³⁰⁹.

175. O princípio 5 da Declaração de Princípios da CIDH ressalta que “[a]s restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão”.
176. Do mesmo modo, de acordo com o princípio 11, “[o]s funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como ‘*leis de desacato*’, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”. Além disso, o princípio 10 estabelece que “[a]s leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. A proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis, nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou uma pessoa pública ou particular que tenha se envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Nesses casos, deve ser provado que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou estava plenamente consciente de estar divulgando informações falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas”.

³⁰⁶ Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Protocolo N° 158.287/2014. Decisão de 29 de setembro de 2014. Disponível para consulta em: <http://s.conjur.com.br/dl/decisao-porta-fundos-garotinho.pdf>; Folha de São Paulo. 1° de outubro de 2014. [Vídeo da Porta dos Fundos que cita Garotinho é retirado do ar pela Justiça](#); Supremo Tribunal Federal. Reclamação 18.776 Rio de Janeiro. [Decisão de 3 de outubro de 2014](#); UERJ Direitos. Reclamação com pedido urgente de concessão de liminar. 2 de outubro de 2014. Disponível para consulta em: http://uerjdireitos.com.br/wp-content/uploads/2014/10/uerjdireitos_porta-dos-fundos_rcl_uerjdireitos_02-10-14_final-assinado.pdf.

³⁰⁷ Consultor Jurídico. 6 de outubro de 2014. [TRE do Rio manda Google apagar outro vídeo do Porta dos Fundos](#); Portal Imprensa. 7 de outubro de 2014. [TRE-RJ determina que Google retire do ar outro vídeo do Porta dos Fundos](#); Brasil de Fato. 9 de outubro de 2014. [Vídeo do ‘Porta dos Fundos’ que cita Garotinho é retirado do ar pela segunda vez](#).

³⁰⁸ Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Mandado de Segurança N° 7907-04.2014.6.19.0000. Decisão de 15 de outubro de 2014. Disponível para consulta em: <http://s.conjur.com.br/dl/decisao-liminar-porta-fundos.pdf>; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Mandado de Segurança N° 7906-19.2014.6.19.0000. Decisão de 15 de outubro de 2014. Disponível para consulta em: <http://s.conjur.com.br/dl/liminar-porta-fundos-voce-me-conhece.pdf>; Consultor Jurídico. 15 de outubro de 2014. [Com derrota de Garotinho, vídeos do Porta dos Fundos voltam ao YouTube](#).

³⁰⁹ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 27 de outubro de 2014. [Eleições de 2014 tiveram quase 200 processos contra divulgação de informações](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Sem data. [Eleição Transparente](#).

CAPÍTULO III
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2013**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Tracy Robinson

Rose-Marie Belle Antoine

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

Rosa María Ortiz

Dinah Shelton

Rodrigo Escobar Gil

Secretário Executivo

Emilio Álvarez-Icaza Longoria

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 31 de dezembro de 2013

A. Avanços

177. A Relatoria Especial observa os avanços na investigação do assassinato do jornalista Valério Luiz de Oliveira. Em 27 de fevereiro, o Ministério Público de Goiás apresentou uma denúncia penal contra cinco suspeitos de terem participado do assassinato do jornalista, entre os quais estavam dois policiais e um ex-dirigente esportivo³¹⁰. Posteriormente, foram realizadas várias audiências do caso na 2ª Vara dos Crimes Dolosos Contra a Vida, em Goiânia³¹¹. No momento do fechamento deste relatório, o caso estava em fase de instrução³¹². O jornalista trabalhava na *Rádio Jornal 820 AM* e no canal *PUC-TV* da cidade de Goiânia e foi assassinado em 5 de julho de 2012. Devido a seus comentários, tinha recebido ameaças de morte e sido proibido de entrar nas instalações de um time de futebol do estado de Goiás³¹³.
178. Em 6 de agosto, João Francisco dos Santos foi condenado a 27 anos de prisão pelo assassinato do jornalista Francisco Gomes de Medeiros, ocorrido em 18 de outubro de 2010, na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Ele também foi condenado a pagar R\$ 300.000,00 (cerca de US\$ 125.000,00) à família do jornalista. O processo penal ainda prossegue contra outras cinco pessoas, entre elas um tenente-coronel e um policial militar³¹⁴. Gomes de Medeiros era diretor de notícias da *Rádio Caicó*, colaborava com o jornal *Tribuna do Norte* e mantinha um blog pessoal no qual publicava denúncias e investigações próprias. Antes de sua morte, tinha denunciado uma suposta compra de votos em troca de drogas por políticos de Caicó no primeiro turno das eleições gerais brasileiras. Devido a essas denúncias, havia recebido ameaças de morte³¹⁵.

³¹⁰ Ministério Público do Estado de Goiás. 24ª Promotoria de Justiça da Comarca de Goiânia. Processo Nº 273311-41.2012.8.09.0051. [Denúncia](#); 27 de fevereiro de 2013; Ministério Público do Estado de Goiás. 27 de fevereiro de 2013. [MP denuncia cinco por morte do radialista Valério Luiz](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 1º de março de 2013. [Ministério Público de Goiás denuncia cinco envolvidos no assassinato de comentarista esportivo](#); Folha de S. Paulo. 27 de fevereiro de 2013. [Ex-diretor de clube de futebol e PMs são denunciados por morte de jornalista](#).

³¹¹ Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 2ª Vara dos Crimes Dolosos. Processo Nº 273311-41.2012.8.09.0051. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 28 de maio de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.tigo.jus.br/index.php/consulta-processual>; Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 28 de maio de 2013. [Caso Valério Luiz: 11 testemunhas são ouvidas no segundo dia de audiência](#); O Hoje. 29 de maio de 2013. [Audiência do caso Valério Luiz é adiada](#); Globoesporte.com 2 de agosto de 2013. [Audiência da morte de Valério Luiz é suspensa em Goiânia](#); Jornal Opção. 2 de setembro de 2013. [2ª Vara Criminal realiza nova audiência do Caso Valério Luiz](#); Jornal Opção. 1º de outubro de 2013. [Audiência com Marquinhos encerra instruções do Caso Valério Luiz](#).

³¹² Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 2ª Vara dos Crimes Dolosos. Processo Nº 273311-41.2012.8.09.0051. Disponível para consulta em: <http://www.tigo.jus.br/index.php/consulta-processual>.

³¹³ CIDH. [Relatório Anual 2012. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II.147. Doc. 1. 5 de março de 2013. § 74; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 11 de julho de 2012. [Comunicado de Imprensa R 86/12. Relatoria Especial condena assassinato de comentarista esportivo no Brasil](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 9 de julho de 2012. [Um comentarista esportivo abatido em Goiânia: A pista profissional equacionada](#).

³¹⁴ Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 9 de agosto de 2013. [Atrador sentenciado pelo assassinato de jornalista brasileiro](#); Abraj. 14 de agosto de 2013. [Acusado de assassinar jornalista no RN é condenado a 27 anos de prisão](#); G1. 6 de agosto de 2013. [Assassino do radialista F. Gomes é condenado a 27 anos de prisão no RN](#); YouTube. 6 de agosto de 2013. [Assassino de F. Gomes é condenado a 27 anos de prisão](#).

³¹⁵ CIDH. [Relatório Anual 2010. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 5. 7 de março de 2011. § 69; CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 3 de novembro de 2010. [Comunicado de Imprensa R](#)

179. Em 24 de outubro, João Arcanjo Ribeiro foi condenado a 19 anos de prisão pelo assassinato do jornalista Domingos Sávio Brandão de Lima Júnior, ocorrido em 30 de setembro de 2002, em Cuiabá, no Mato Grosso. Sávio Brandão era colunista e proprietário da *Folha do Estado*, onde publicava colunas sobre atividades criminosas, jogos ilegais e corrupção no Mato Grosso. Arcanjo Ribeiro estaria envolvido com o crime organizado no estado. Ele foi condenado em primeira instância pelo Tribunal do Júri como autor intelectual do assassinato do jornalista. Quatro pessoas já foram julgadas e condenadas pelo crime. Conforme relatado, Arcanjo Ribeiro planeja apelar da decisão³¹⁶.
180. Na comunicação recebida, em 29 de maio de 2013, o Estado brasileiro informou a criação, em 2012, do Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil”, composto por autoridades do governo federal, do Ministério Público Federal e de representantes de associações e organizações de jornalistas. As funções do Grupo incluem propor medidas para a criação de um sistema de monitoramento de denúncias e o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas a esse monitoramento, além de diretrizes para a segurança dos profissionais de comunicação diante das situações de risco ocasionadas pelo exercício da profissão³¹⁷. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 2013, o Grupo de Trabalho realizou diversas reuniões e atividades, incluindo audiências públicas em vários estados da federação com o objetivo de coletar informações sobre a situação da violência contra jornalistas. Nas reuniões do Grupo de Trabalho, estiveram presentes autoridades da UNESCO, o Relator Especial das Nações Unidas de Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão e especialistas que trabalham com o tema da proteção a jornalistas no México e na Colômbia³¹⁸.
181. Conforme analisado no capítulo III deste relatório, a Relatoria recebeu informações de que, em dezembro de 2012, a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos teria destacado que o Grupo de Trabalho iria averiguar a possibilidade de criar um novo programa de proteção especial para jornalistas, ou de ampliar a iniciativa existente de proteção de defensores de direitos humanos, com a inclusão explícita de jornalistas³¹⁹. Posteriormente, em 15 de outubro de 2013, no marco da Conferência

[108/10. Relatoria Especial condena assassinato de dois jornalistas no Brasil](#); Tribuna do Norte. 21 de outubro de 2010. [Promotor oferece delação premiada](#).

³¹⁶ G1. 24 de outubro de 2013. [Arcanjo é condenado a 19 anos pela morte de empresário em Cuiabá](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 25 de outubro de 2013. [Mandante do assassinato de jornalista é condenado a 19 anos de prisão](#); Mato Grosso Notícias. 24 de outubro de 2013. [Arcanjo é condenado a 19 anos de prisão pelo assassinato de Sávio Brandão](#); Notícias Terra. 24 de outubro de 2013. [MT: bicheiro é condenado a 19 anos de prisão por mandar matar dono de jornal](#); CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Estudo especial sobre a situação das investigações sobre o assassinato de jornalistas por motivos que possam estar relacionados com a atividade jornalística \(período 1995-2005\)](#). OEA/Ser.L/V/II.131. Doc. 35. 8 de março de 2008. Pág. 80.

³¹⁷ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. N° 129. 29 de maio de 2013.

³¹⁸ Comunicação do Estado do Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. N° 301. 11 de novembro de 2013. Anexo XIV. Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil” criado pela Resolução N° 07/2012 – Relatório Parcial.

³¹⁹ O Globo. 24 de dezembro de 2012. [Governo planeja proteção a jornalistas](#); G1. 18 de abril de 2013. [Secretaria de Direitos Humanos avalia riscos para jornalistas de MG](#); BBC Brasil. 20 de dezembro de 2012. [Governo estuda criar programa de proteção a jornalistas](#); Jornal Opção. 20 de dezembro de 2012. [Jornalistas brasileiros podem ter programa exclusivo de proteção](#).

Global de Jornalismo Investigativo, a Ministra de Direitos Humanos apresentou informações sobre as atividades mais recentes do Grupo de Trabalho³²⁰.

182. Em 29 de outubro, o Estado forneceu informações atualizadas sobre o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos durante a audiência sobre a Situação de Defensores dos Direitos Humanos no Brasil, realizada durante o 149º Período de Sessões da CIDH. O Estado informou que, atualmente, 404 pessoas estão incluídas no programa. Entre elas, 218 têm o seu caso acompanhado por uma equipe técnica federal em 21 estados. Outras 186 têm o acompanhamento de equipes estaduais em seis estados da federação³²¹, que firmaram convênios para participar do programa. O Estado também informou que as equipes federais e estaduais são compostas por um total de 60 pessoas. Segundo o informado, o programa de proteção tem um orçamento de R\$ 13 milhões (cerca de US\$ 5.600.000,00) e conta com recursos adicionais e de logística fornecidos por outros órgãos do governo federal para a contratação de equipes técnicas, adoção de medidas de proteção e a realização de reuniões ordinárias, entre outros fins. O Estado reconheceu alguns desafios na implementação do programa, como o combate à violência, as ameaças sofridas pelos beneficiários, a investigação e responsabilização dos perpetradores desses crimes e a necessidade de maior apoio financeiro para que o programa possa oferecer atenção especial a todos os estados. O governo brasileiro também informou que foram contratados três consultores para elaborar o diagnóstico e a avaliação de procedimentos, normas e metodologia do programa, incluindo o desempenho dos sistemas de justiça e a estrutura das secretarias estaduais que coordenam o programa. Segundo o informado, a sociedade civil também está colaborando na identificação de ações para aperfeiçoar o programa³²².
183. Em comunicação recebida em 29 de maio, o Estado também informou que está tramitando no Congresso Nacional um projeto de lei que confere à Polícia Federal a competência para investigar crimes cometidos “contra a atividade jornalística”³²³. A Relatoria teve conhecimento de que, em 1º de abril, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional aprovou uma moção de apoio ao projeto³²⁴. De acordo com a página do Senado na Internet, a moção solicita que a lei inclua explicitamente os crimes contra todas as pessoas que exercem a atividade jornalística, incluindo os radialistas. A medida também pede celeridade e prioridade na tramitação do projeto de lei³²⁵.

³²⁰ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 16 de outubro de 2013. [País precisa garantir atuação dos profissionais de comunicação, diz ministra](#); ONU BR. 16 de outubro de 2013. [Brasil mapeia violência contra jornalistas e deve adotar plano de proteção da ONU, afirma ministra](#); Nova Brasil FM. 17 de outubro de 2013. [Grupo deve sugerir os indicadores de segurança de jornalistas da Unesco](#); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 16 de outubro de 2013. [País precisa garantir atuação dos profissionais de comunicação, diz ministra Maria do Rosário](#).

³²¹ Os Estados são Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul.

³²² CIDH. 149º Período de Sessões. [Audiência sobre Situação de Defensores de Direitos Humanos no Brasil](#). 29 de outubro de 2013.

³²³ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Nº 129. 29 de maio de 2013; Câmara dos Deputados. 13 de abril de 2011. [Projeto de Lei 1078/11](#).

³²⁴ Estadão. 2 de abril de 2013. [Conselho de Comunicação Social pede federalização de crime contra jornalista](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 1º de abril de 2013. [Conselho de Comunicação pede que radialistas sejam contemplados em PL que federaliza crimes contra jornalistas](#).

³²⁵ Senado Federal. 1º de abril de 2013. [Conselho de Comunicação formaliza apoio à federalização dos crimes](#)

184. Em 6 de agosto, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, concluiu que a operação de uma rádio comunitária sem dispor de concessão não configura o crime de “desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação”³²⁶ e que o problema deveria ser resolvido em instâncias administrativas. O caso envolvia uma ação de *habeas corpus* iniciada pelo operador de uma rádio comunitária em Santo Antônio do Matupi, município de Manicoré, no Amazonas. Na decisão, o STF concluiu que o uso não licenciado do espectro radioelétrico pela rádio comunitária não havia prejudicado ou ameaçado a segurança dos meios de comunicação e, conseqüentemente, não deveria ser sancionado pelo direito penal. O Tribunal assinalou, entre outros aspectos, que o caráter comunitário da rádio demonstrava o reduzido grau de repreensibilidade da conduta, assim como a ausência de periculosidade social na atuação do operador da rádio. Nesse sentido, o Tribunal concluiu que o direito penal não era o meio adequado para tratar do caso e reverteu a decisão de um tribunal inferior, que iniciou o processo penal contra o operador³²⁷. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal tinha decidido de forma semelhante em um caso julgado em 18 de dezembro de 2012³²⁸.
185. Em 22 de janeiro, o juiz da 25ª Vara Cível da Comarca de São Paulo decidiu de maneira favorável ao Google em um processo movido pela União Nacional de Entidades Islâmicas do Brasil (UNI), que demandou indenização por danos morais e a retirada de todos os vídeos do filme *A inocência dos muçulmanos* localizados na plataforma YouTube³²⁹. O juiz Paulo César Batista dos Santos afirmou que “o conteúdo do vídeo, ainda que de gosto bastante duvidoso, e não obstante ter sido feito como uma manifestação crítica à religião islâmica, está coberto pelo direito à livre manifestação do pensamento artístico e à livre circulação de ideias”³³⁰. Em 19 de setembro, o Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância e acrescentou que não se pode exigir dos intermediários realizar “o controle prévio de material acrescentado pelos usuários”³³¹.
186. Em 2 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que permite a publicação de biografias não autorizadas³³². O projeto, que deverá ser aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado, prevê que a “mera ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou esteja

contra jornalistas.

³²⁶ Presidência da República. [Lei 9.472 de 1997](#). Art. 183: “Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação. Pena – detenção de dois a quatro anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, e multa de R\$10.000,00 (dez mil reais)”.

³²⁷ Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. [Recurso Ordinário em Habeas Corpus Nº 118.014 – AM](#). Decisão de 6 de agosto de 2013.

³²⁸ Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. [Habeas Corpus Nº 115.729 – BA](#). Decisão de 18 de dezembro de 2012.

³²⁹ Consultor Jurídico. 24 de janeiro de 2013. [YouTube pode manter no ar vídeo criticado por islâmicos](#); Olhar Digital. 31 de janeiro de 2013. [YouTube Brasil pode manter 'Inocência dos Muçulmanos' no ar](#).

³³⁰ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 25ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. [Processo Nº 0192984-85.2012.8.26.0100](#). 22 de janeiro de 2013.

³³¹ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 4ª Câmara de Direito Privado. 19 de setembro de 2013. [Processo Nº 0192984-85.2012.8.26.0100](#).

³³² Câmara dos Deputados. 2 de abril de 2013. [Câmara aprova publicação de biografias não autorizadas](#); O Globo. 2 de abril de 2013. [Câmara aprova publicação de biografias não autorizadas](#).

inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”³³³. No momento do fechamento deste relatório, a redação final não havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados³³⁴.

B. Marco Civil da Internet

187. Durante 2013, a Relatoria acompanhou com interesse as discussões que ocorreram no Brasil sobre o Projeto de Lei nº 2.126/2111 – conhecido como “Marco Civil da Internet” –, em tramitação no Congresso Nacional³³⁵. O projeto é resultado de uma iniciativa liderada pelo Ministério da Justiça do Brasil e pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, na qual foram realizadas consultas amplas e públicas com a sociedade brasileira³³⁶. A proposta original apresentada prevê a liberdade de expressão como um dos princípios da regulação da Internet e contém disposições relativas, entre outros pontos, às salvaguardas para os intermediários, à neutralidade na rede e à promoção do acesso à Internet³³⁷. A Relatoria considera importante esta iniciativa, já que a adoção de um marco regulatório claro e que respeite a liberdade de expressão permite o exercício deste direito em condições de maior transparência, segurança jurídica e com proteções garantidas. No momento do fechamento deste relatório, o projeto continuava em discussão na Câmara dos Deputados³³⁸.

C. Assassinatos

188. Em 22 de fevereiro, foi assassinado o jornalista Mafaldo Bezerra Goes, apresentador de um programa de rádio na emissora *FM Rio Jaguaribe*, na cidade de Jaguaribe, no Ceará. De acordo com as informações recebidas, na manhã de sexta-feira, dia 22, quando saía de sua casa em direção à rádio, Bezerra foi atacado por dois desconhecidos que dispararam pelo menos cinco vezes contra ele. Conforme relatado, o jornalista havia recebido várias ameaças telefônicas devido as suas reportagens sobre crimes ocorridos na região³³⁹.

³³³ O texto original indica: “A mera ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”. Câmara dos Deputados. 15 de fevereiro de 2011. [Projeto de Lei 393/2011](#).

³³⁴ Câmara dos Deputados. 23 de outubro de 2013. [Votação do projeto que libera biografias não autorizadas deve ficar para novembro](#); Câmara dos Deputados. [Projeto de Lei 393/2011](#).

³³⁵ Câmara dos Deputados. [Projeto de Lei Nº 2126/2011](#).

³³⁶ Fundação Getúlio Vargas. 27 de setembro de 2011. [Civil Rights Framework for Internet in Brazil](#); IFEX/Article 19. 20 de setembro de 2013. [Internet bill in Brazil would guarantee network neutrality](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 7 de outubro de 2013. [Novo projeto de lei sobre a internet no Brasil pode representar tanto proteção quanto risco](#).

³³⁷ Câmara dos Deputados. [Projeto de Lei Nº 2126/2011](#).

³³⁸ Câmara dos Deputados. [Projeto de Lei Nº 2126/2011](#).

³³⁹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 28 de fevereiro de 2013. [Comunicado de Imprensa R 12/13. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 26 de fevereiro de 2013. [Jornalista que denunciava crimes em programa de rádio é morto a tiros no interior do Ceará](#); Estadão. 22 de fevereiro de 2013. [Radialista é morto no interior do CE](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 25 de fevereiro de 2013. [Local radio journalist shot dead in Brazil](#); G1. 22 de fevereiro de 2013. [Radialista é assassinado a tiros em Jaguaribe, no Ceará](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 26 de fevereiro de 2013. [Pista do narcotráfico equacionada após assassinato de jornalista no Ceará](#).

189. Em 29 de maio, o Estado do Brasil enviou uma carta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Relatoria Especial relatando sobre o assassinato de Bezerra Goes. O Estado informou que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apresentou a denúncia do caso ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO-CE) e ao Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Defesa dos Direitos da Cidadania (CAOP) do Ceará. Como já mencionado, o Estado também informou a criação do Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil” e sobre o projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, que confere à Polícia Federal a competência para investigar crimes cometidos “contra a atividade jornalística”³⁴⁰.
190. Em 8 de março, foi assassinado o jornalista Rodrigo Neto de Faria, apresentador do programa “Plantão Policial”, na *Rádio Vanguarda*, e repórter policial do jornal *Vale do Aço*, na cidade de Ipatinga, em Minas Gerais. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, o jornalista foi atacado por dois desconhecidos que dispararam pelo menos dois tiros contra ele. Neto foi levado a um hospital, onde faleceu pouco depois. Conforme relatado, o jornalista tinha recebido várias ameaças devido às suas reportagens sobre corrupção policial e crimes ocorridos na região³⁴¹. Em agosto, o Ministério Público apresentou uma denúncia à Justiça de Ipatinga contra dois homens suspeitos de terem participado do assassinato, entre eles um policial³⁴². A primeira audiência do caso foi marcada para 9 de dezembro de 2013³⁴³.
191. Em 14 de abril, foi assassinado o jornalista Walgney Carvalho, de 43 anos, fotógrafo *freelancer* que colaborava com o jornal *Vale do Aço*. Carvalho foi o segundo jornalista da publicação assassinado em 2013. De acordo com as informações recebidas, na noite do domingo, dia 14, Carvalho estava jantando em um restaurante no município de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais, quando um desconhecido se aproximou em uma motocicleta e disparou várias vezes contra ele. O jornalista cobria temas policiais. O Ministério Público denunciou uma pessoa como autora do assassinato de Carvalho, a mesma que está acusada de assassinar o jornalista Rodrigo Neto de Faria. Conforme relatado, a polícia concluiu que Carvalho foi sentenciado por ter conhecimento de fatos associados ao assassinato de Neto de Faria³⁴⁴.

³⁴⁰ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. N° 129. 29 de maio de 2013.

³⁴¹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 12 de março de 2013. [Comunicado de Imprensa R 18/13. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); International Press Institute (IPI). 11 de março de 2013. [Brazilian journalist gunned down in front of his home](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 8 de março de 2013. [Jornalista policial do interior de Minas é morto a tiros e se torna o terceiro comunicador brasileiro executado este ano](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 8 de março de 2013. [Jornalista morto a tiros no Brasil, o segundo em duas semanas](#).

³⁴² Abrajil. 23 de agosto de 2013. [Suspeitos de envolvimento na morte de jornalista respondem na justiça](#); Jornal Vale do Aço. 24 de agosto de 2013. [MP denuncia acusados de matar Rodrigo Neto](#).

³⁴³ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 15 de outubro de 2013. [Tribunal de Justiça de MG marca data da primeira audiência do caso Rodrigo Neto](#); G1. 14 de outubro de 2013. [Marcada primeira audiência sobre a morte do jornalista Rodrigo Neto](#).

³⁴⁴ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 17 de abril de 2013. [Comunicado de Imprensa R 26/13. Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). [Walgney Assis Carvalho](#); Jornal Vale do Aço. 10 de setembro de 2013. [MP denuncia “Pitote” pela execução de fotógrafo](#); G1. 23 de julho de 2013. [Polícia apresenta provas que apontam executores de jornalistas](#); Diário Popular. 14 de agosto de 2013. [Inquéritos são concluídos e suspeitos têm prisão preventiva decretada pela Justiça](#); Jornal Vale do Aço. 24 de junho de 2013. [“Pitote” também matou Carvalho, conclui PC](#).

192. Em 11 de junho, foi assassinado José Roberto Ornelas de Lemos na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Ele era diretor administrativo do jornal *Hora H* e filho do dono da empresa, José Lemos. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, na noite de terça-feira, dia 11, Ornelas de Lemos estava em uma padaria quando quatro desconhecidos dispararam pelo menos 40 vezes contra ele de dentro de um veículo. Segundo informações da imprensa, o jornalista havia recebido ameaças anteriormente, que poderiam estar ligadas a publicações no jornal *Hora H*, que circula na região da Baixada Fluminense e se dedica à cobertura de temas policiais. Ornelas de Lemos também tinha sido vítima de um atentado com arma de fogo em 2005. Pouco depois do ocorrido, as autoridades encarregadas da investigação do caso declararam à imprensa que a polícia trabalhava com a hipótese de que o crime pudesse ter relação com as atividades do jornal administrado pela vítima³⁴⁵.
193. O Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH, aprovada em 2000, assinala que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

D. Agressões, detenções e ameaças contra meios de comunicação e jornalistas durante manifestações sociais

194. A Relatoria Especial recebeu informações sobre jornalistas agredidos e detidos enquanto cobriam os protestos que ocorreram a partir de junho em várias cidades do país³⁴⁶.
195. Segundo informações recebidas pela Relatoria Especial, supostos agentes das forças de segurança teriam agredido diversos jornalistas durante esses protestos: os repórteres Félix Lima, Rodrigo Machado, Leandro Machado, Ana Krepp e a fotógrafa Marlene Bergamo, todos do jornal *Folha de São Paulo*³⁴⁷; o repórter Fernando Mellis, do portal *R7*³⁴⁸; o fotógrafo Filipe Araújo, do jornal *O Estado de São Paulo*³⁴⁹; a

³⁴⁵ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 17 de junho de 2013. [Comunicado de Imprensa R 43/13. Relatoria Especial condena assassinato de diretor de meio de comunicação no Brasil](#); G1/Agência EFE. 12 de junho de 2012. [Diretor do jornal 'Hora H' é assassinado a tiros em Nova Iguaçu](#); Folha de S. Paulo. 12 de junho de 2013. [Diretor de jornal é morto com 44 tiros no Rio](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 13 de junho de 2013. [Executivo de mídia assassinado no Brasil](#); O Globo. 12 de junho de 2013. [Diretor de jornal assassinado na Baixada já havia sofrido atentado em 2005](#).

³⁴⁶ CIDH. 20 de junho de 2013. [Comunicado de Imprensa 44/13. CIDH manifesta preocupação por detenções e agressões contra manifestantes e jornalistas durante protestos no Brasil](#).

³⁴⁷ Feridos por impactos de balas de borracha ou afetados pelo gás de pimenta. Folha de S. Paulo. 13 de junho de 2013. [Em protesto, sete repórteres da Folha são atingidos; 2 levam tiro no rosto](#); Abraj. 28 de outubro de 2013. [Chega a 102 o número de casos de agressões a jornalistas em protestos](#).

³⁴⁸ Agredido com golpes apesar de ter mostrado suas credenciais de imprensa. R7 Notícias. 11 de junho de 2013. [Repórter do R7 é agredido por policial durante manifestação em SP](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. [“Primavera brasileira”: a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 10 de julho de 2013. [SJSJ realiza ato de desagravo aos jornalistas agredidos nas manifestações](#).

³⁴⁹ Atropelado por um veículo oficial quando fotografava as manifestações. CIDH. 20 de junho de 2013. [Comunicado de Imprensa 44/13. CIDH manifesta preocupação por detenções e agressões contra manifestantes e jornalistas durante protestos no Brasil](#); Abraj. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em](#)

jornalista Gisele Brito, da *Rede Brasil Atual*³⁵⁰; o jornalista Vagner Magalhães, do portal *Terra*³⁵¹; os jornalistas Henrique Beirangê³⁵² e André Américo³⁵³, ambos do jornal *Metro*; Bruno Ribeiro e Renato Vieira, do jornal *O Estado de São Paulo*³⁵⁴; o jornalista Igor Resende, do portal *ESPN.com.br*³⁵⁵; o jornalista Vladimir Platonow, da *Agência Brasil*³⁵⁶; o cinegrafista Murilo Azevedo, do grupo *Empresa Brasil de Comunicação*³⁵⁷; o fotógrafo Almiro Lopes, do *Correio*³⁵⁸; o jornalista Luiz Paulo Montes, do *UOL*³⁵⁹; o fotógrafo Yasuyoshi Chiba, da *Agence France-Presse (AFP)*³⁶⁰; o cinegrafista Paulo Rubert, da *Rede Record*³⁶¹; o fotógrafo Ricardo Marques, do jornal *Metro*³⁶²; a repórter fotográfica Monique Renne e os fotógrafos Arthur Paganini e

[manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Estadão. 14 de junho de 2013. [Fotógrafo do 'Estado' foi atropelado pela polícia](#).

350 Recebeu golpes na nuca, no rosto e outras partes do corpo. *Rede Brasil Atual*. 14 de junho de 2013. [Podia ser você!](#); Abraj. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. ["Primavera brasileira": a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#).

351 Recebeu golpes. *Terra*. 13 de junho de 2013. [Repórter do Terra é agredido pela PM em protesto em SP](#); Abraj. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. ["Primavera brasileira": a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#).

352 Ferido por gás de pimenta no rosto. Abraj. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. ["Primavera brasileira": a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#); IstoÉ. 13 de junho de 2013. [Polícia prende 40 antes de manifestação contra aumento da passagem](#).

353 Ferido por balas de borracha. Abraj. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. ["Primavera brasileira": a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#).

354 Feridos por gás lacrimogêneo. Abraj. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Estadão. 14 de junho de 2013. [Ação deixa 105 feridos; repórter é atingido no olho](#).

355 Ferido com uma bala de borracha. *ESPN.com.br*. 17 de junho de 2013. [Repórter do ESPN.com.br toma tiro de bala de borracha da polícia e relata caos em Belo Horizonte](#); Natelinha. 18 de junho de 2013. [Repórter da ESPN Brasil leva tiro de borracha em Belo Horizonte](#); Blog SBT HD Notícias. 18 de junho de 2013. [Repórter de canal esportivo ESPN Brasil leva tiro de borracha da polícia durante protestos em BH](#).

356 Agredido por agentes de segurança de um terminal de ônibus. *Agência Brasil*. 19 de junho de 2013. [Repórter da Agência Brasil é agredido em protesto em Niterói](#); *Terra*. 20 de junho de 2013. [Repórter da 'Agência Brasil' é agredido em protesto em Niterói](#).

357 Ferido por uma granada de gás lacrimogêneo. Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. ["Primavera brasileira": a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. 20 de junho de 2013. [Jornalista é agredido por segurança em Niterói](#).

358 Ferido por uma bala de borracha. *Correio 24 horas*. 23 de junho de 2013. [Repórter do CORREIO recebe tiro de bala de borracha durante manifestação](#); *Correio Feirense*. 28 de junho de 2013. [Jornalistas e fotógrafos farão documento para enviar ao Ministério Público](#).

359 Agredido com uma bala de borracha. *UOL Notícias*. 19 de junho de 2013. [Repórter do UOL apanha da polícia e relata armadilha contra manifestantes](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. ["Primavera brasileira": a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#).

360 Agredido com golpes. João Manuel / YouTube. 27 de julho de 2013. [Fotógrafo japonês agredido pela PM durante cobertura de manifestação](#); G1. 23 de julho de 2013. [Fotógrafo da AFP ferido no Rio diz que foi atingido por polícia](#); *Terra*. 23 de julho de 2013. [Fotógrafo é agredido por PM durante cobertura de protesto no Rio](#).

361 Agredido com golpes, pontapés e gás de pimenta. *R7 Notícias*. 19 de agosto de 2013. [Protesto na Alerj acaba em confusão e jornalistas são agredidos por PMs](#); *Conexão Jornalismo*. 20 de agosto de 2013. [Jornalistas e advogados registram queixa contra PMs do Choque por agressão](#); *R7 Notícias*. 20 de agosto de 2013. [PM do Choque é autuado por agressão contra cinegrafista e abuso de poder durante protesto no Rio](#).

362 Desmaiou depois de ser atingido por spray de pimenta no rosto. Abraj. 9 de setembro de 2013. [Policiais e manifestantes agredem 20 jornalistas em protestos do 7 de Setembro](#); Associação Brasileira de Emissoras de

Breno Fortes, do *Correio Braziliense*³⁶³; o fotógrafo André Coelho, de *O Globo*³⁶⁴; os fotógrafos Fábio Braga, da *Folha de São Paulo*, Ueslei Marcelino, da *Reuters*³⁶⁵, e o repórter Júlio Molica, da *GloboNews*³⁶⁶.

196. Além disso, outros jornalistas foram feridos gravemente por disparos de balas de borracha: Fábio Braga e Giuliana Vallone, da *Folha de São Paulo*³⁶⁷, e Pedro Vedova, da *GloboNews*³⁶⁸. O fotógrafo Sérgio Silva, da agência *Futura Press*, perdeu a visão do olho esquerdo depois de ter sido ferido por uma bala de borracha³⁶⁹. O estudante Vitor Araújo, que transmitia as manifestações ao vivo pela *Basta TV*, perdeu a visão do olho direito ao ser ferido por fragmentos de uma bomba não letal³⁷⁰.
197. Conforme relatado, vários jornalistas foram detidos enquanto realizavam seu trabalho informativo durante as manifestações: o repórter Pedro Ribeiro Nogueira, do *Portal Aprendiz*³⁷¹; o repórter Leandro Machado, da *Folha de São Paulo*³⁷²; o fotógrafo

Rádio e Televisão (Abert). 13 de setembro de 2013. [Abert manifestou repúdio à violência cometida contra profissionais da imprensa no feriado de 7 de setembro.](#)

363 Monique Renne e Arthur Paganini foram atingidos por spray de pimenta, e tanto Paganini quanto Breno Fortes foram empurrados. Viomundo. 17 de setembro de 2013. [Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas viram alvo da PM em Brasília](#); *Correio Braziliense*. 7 de setembro de 2013. [Jornalistas do Correio sofrem agressões da PM durante manifestações](#); Abraji. 9 de setembro de 2013. [Policiais e manifestantes agridem 20 jornalistas em protestos do 7 de setembro.](#)

364 Ferido por uma bala de borracha nas costas. *Correio Braziliense*. 9 de setembro de 2013. [Após truculência em protesto, ato público vai pedir afastamento de capitão](#); *O Globo*. 7 de setembro de 2013. [Em Brasília, PM e manifestantes em confronto na Esplanada e perto de estádio.](#)

365 Feridos depois de perseguidos por cães da Polícia Militar. Viomundo. 17 de setembro de 2013. [Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas viram alvo da PM em Brasília](#); G1. 7 de setembro de 2013. [Fotógrafos ficam feridos após PM soltar cachorros durante protesto](#); Abraji. 9 de setembro de 2013. [Policiais e manifestantes agridem 20 jornalistas em protestos do 7 de setembro.](#)

366 Ferido por gás de pimenta. Abraji. 9 de setembro de 2013. [Policiais e manifestantes agridem 20 jornalistas em protestos do 7 de setembro](#); *GloboNews*. 7 de setembro de 2013. [Repórter da GloboNews é atingido por gás de pimenta no RJ](#)

367 CIDH. 20 de junho de 2013. [Comunicado de Imprensa 44/13. CIDH manifesta preocupação por detenções e agressões contra manifestantes e jornalistas durante protestos no Brasil](#); UOL Notícias. 13 de junho de 2013. [Repórter da TV Folha é atingida no olho por bala de borracha durante protesto em SP](#); *Folha de S. Paulo*. 13 de junho de 2013. [Em protesto, sete repórteres da Folha são atingidos; 2 levam tiro no rosto.](#)

368 TV Imagem Net. 21 de junho de 2013. [Imprensa é agridida e hostilizada durante manifestações; repórter é atingido por bala de borracha na testa](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 21 de junho de 2013. [Pedro Vedova](#); *GloboNews*. 20 de junho de 2013. [Repórter da GloboNews é ferido em protestos no Rio.](#)

369 CIDH. 20 de junho de 2013. [Comunicado de Imprensa 44/13. CIDH manifesta preocupação por detenções e agressões contra manifestantes e jornalistas durante protestos no Brasil](#); Pragmatismo Político. 4 de outubro de 2013. [Fotógrafo que perdeu a visão: "lembro da violência policial todos os dias"](#); *Revista Fórum*. 12 de julho de 2013. [Sérgio Silva: "Essas armas não vão trazer nenhum bem para a sociedade"](#); G1. 2 de outubro de 2013. [Vítimas da violência fazem ato em SP pela desmilitarização da polícia](#); Abraji. 30 de outubro de 2013. [Abraji participa de ato contra agressões a jornalistas.](#)

370 Brasil de Fato. 9 de setembro de 2013. [Polícia atira com arma letal, atropela e deixa um cego nos atos de 7 de setembro](#); *Veja São Paulo*. 7 de setembro de 2013. [Manifestante fica cego de um olho após protestos](#); *Basta TV* / YouTube. 13 de setembro de 2013. [\[Basta TV\] - Bate papo entre Vitor Araújo e Sérgio Silva.](#)

371 Detido em 11 de junho e golpeado por vários policiais no momento da detenção. Nogueira foi liberado em 14 de junho. CIDH. 20 de junho de 2013. [Comunicado de Imprensa 44/13. CIDH manifesta preocupação por detenções e agressões contra manifestantes e jornalistas durante protestos no Brasil](#); *Portal Aprendiz*. 12 de junho de 2013. [Vídeo mostra agressão a jornalista do Aprendiz](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 13 de junho de 2013. [Jornalistas brasileiros detidos enquanto cobriam protesto](#); Abraji. 12 de junho de 2013. [Abraji condena prisão e agressão de repórteres pela Polícia Militar de São Paulo](#); *Portal Aprendiz*. 14 de junho de 2013. [Repórter do Portal Aprendiz é solto após ficar preso por mais de dois dias](#); *Revista Fórum*. 14 de junho de 2013. [Repórter](#)

Leandro Moraes, do *UOL*³⁷³; o jornalista Piero Locatelli, da *Carta Capital*³⁷⁴, o fotógrafo Fernando Borges, do portal *Terra*³⁷⁵; o jornalista Francis Juliano, da *Bahia Notícias*³⁷⁶, e os jornalistas Felipe Garcia Peçanha e Felipe Gonçalves, da *Mídia Ninja*³⁷⁷.

198. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, diversos profissionais da imprensa foram agredidos também por supostos manifestantes ou pessoas não identificadas: o jornalista André Naddeo, do portal *Terra*³⁷⁸; a jornalista Rita Lisauskas, da *TV Bandeirantes*³⁷⁹; o jornalista Vinicius Segalla, do *UOL*³⁸⁰; o repórter fotográfico Tancredo Furtado, de *Rondonotícias*³⁸¹; o jornalista Richard, da *Rádio Globo AM*³⁸²; o jornalista Flávio Botelho, da *Rádio CBN*³⁸³; o repórter Marcelo

[do Portal Aprendiz é solto](#); G1. 14 de junho de 2013. [Jornalista preso durante terceiro dia de protesto em SP é solto](#).

372 Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 13 de junho de 2013. [Jornalistas brasileiros detidos enquanto cobriam protesto](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 13 de junho de 2013. [Assassinato e abusos policiais: os jornalistas pagam caro sua profissão](#); Abraji. 12 de junho de 2013. [Abraji condena prisão e agressão de repórteres pela Polícia Militar de São Paulo](#).

373 Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 13 de junho de 2013. [Jornalistas brasileiros detidos enquanto cobriam protesto](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 13 de junho de 2013. [Assassinato e abusos policiais: os jornalistas pagam caro sua profissão](#); Abraji. 12 de junho de 2013. [Abraji condena prisão e agressão de repórteres pela Polícia Militar de São Paulo](#).

374 Abraji. 13 de junho de 2013. [Jornalista da Carta Capital é preso em São Paulo por carregar vinagre na mochila](#); Carta Capital. 14 de junho de 2013. [Em São Paulo, vinagre dá cadeia](#); TV Carta / YouTube. 13 de junho de 2013. [Repórter de Carta Capital é detido por portar vinagre](#).

375 Abraji. 14 de junho de 2013. [Polícia Militar fere pelo menos 15 jornalistas em manifestação; fotógrafo corre risco de ficar cego](#); Terra. 13 de junho de 2013. [SP: fotógrafo do Terra é preso durante cobertura de protesto](#).

376 Detido pelo crime de desacato. Bahia Notícias. 23 de junho de 2013. [Polícia para quem precisa; breve relato sobre minha detenção](#); Correio 24 horas. 24 de junho de 2013. [PMs sem identificação reprimem e até prendem manifestantes; saiba como proceder](#); iBahia. 22 de junho de 2013. [Em protesto no Iquatemí, repórter é detido pela polícia](#).

377 Detidos por “incitação à violência”, supostamente por transmitir ao vivo as manifestações. “Foram presos por incitar violência dois manifestantes que transmitiam ao vivo as manifestações”. Conta Twitter da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (@PMERJ). [22 de julho de 2013-4:59 PM](#); “Felipe Garcia - preso por incitar violência”. Conta Twitter da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (@PMERJ). [22 de julho de 2013-5:46 PM](#); “Felipe Gonçalves de Assis - preso por incitar violência”. Conta Twitter da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (@PMERJ). [22 de julho de 2013-5:45 PM](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 23 de julho de 2013. [Repórteres de mídia alternativa acusados de incitação à violência](#); Terra. 22 de julho de 2013. [Rio: 2 integrantes do grupo Mídia Ninja são presos na cobertura de protesto](#).

378 Terra. 17 de junho de 2013. [Repórter do Terra é agredido durante protesto no Rio](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 18 de junho de 2013. [Profissionais de imprensa são feridos durante protesto no Rio](#).

379 Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) / Portal Imprensa Últimas Notícias. 18 de junho de 2013. [Rita Lisauskas, da Band, é agredida por manifestantes durante protesto em SP](#); Terra. 18 de junho de 2013. [SP: repórter da TV Bandeirantes é agredida em cobertura de protesto](#).

380 UOL Notícias. 18 de junho de 2013. [Manifestação em BH acaba em violência e grupo punk tenta invadir prefeitura; repórter do UOL é agredido](#); O Globo. [Agressões a jornalistas no Brasil de 11 de junho a 26 de junho](#).

381 Perseguido e ameaçado por supostos manifestantes. Portal Imprensa. 21 de junho de 2013. [Fotógrafo é perseguido por manifestantes em RO; repórter da rádio Globo AM é agredido](#); O Globo. [Agressões a jornalistas no Brasil de 11 de junho a 26 de junho](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. [“Primavera brasileira”: a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#).

382 Portal Imprensa. 21 de junho de 2013. [Fotógrafo é perseguido por manifestantes em RO; repórter da rádio Globo AM é agredido](#); O Globo. [Agressões a jornalistas no Brasil de 11 de junho a 26 de junho](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. [“Primavera brasileira”: a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#).

383 Portal Imprensa. 21 de junho de 2013. [“Foi uma violência gratuita”, diz jornalista agredido em protesto em Campinas \(SP\)](#); O Globo. [Agressões a jornalistas no Brasil de 11 de junho a 26 de junho](#); Repórteres sem

Carnaval, do jornal *O Globo*³⁸⁴; os jornalistas Júlio Molica e Antônia Martinho, da *GloboNews*³⁸⁵; o jornalista Cirilo Júnior, do portal *Terra*, o cinegrafista Sérgio Colonesi, da *Band*,³⁸⁶ e as jornalistas Izinha Toscano, do *Portal Amazônia*, e Camila Henriques, do *G1 Amazonas*³⁸⁷. Supostos manifestantes também hostilizaram o jornalista Caco Barcellos, da *TV Globo*³⁸⁸, a jornalista Camila Pereira, do *Portal D24AM*,³⁸⁹ e Marcela Lemos, da *CBN*³⁹⁰. De acordo com informações recebidas pela Relatoria, manifestantes também atacaram veículos e sedes de meios de comunicação³⁹¹.

199. Em 18 de junho, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República aprovou uma resolução que recomenda a proibição do uso de armas de fogo e a restrição do uso de armas de baixa letalidade durante manifestações e eventos públicos. De acordo com a decisão, também está proibido o uso de armas contra crianças, adolescentes, mulheres grávidas, idosos e pessoas com deficiência. A resolução determina que “as atividades exercidas por repórteres, fotógrafos e demais profissionais de comunicação são essenciais para o respeito efetivo ao direito humano à liberdade de expressão” nesses

Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. [“Primavera brasileira”: a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas.](#)

384 Ferido por uma pedra. Folha de S. Paulo. 23 de julho de 2013. [Fotógrafos ficam feridos e jornalistas acabam detidos](#); Terra. 22 de julho de 2013. [Rio: feridos em confronto com a PM são atendidos em hospital.](#)

385 GloboNews. 22 de agosto de 2013. [Equipe da GloboNews é agredida na Câmara de Vereadores do Rio](#); Abraji. 22 de agosto de 2013. [Jornalistas são agredidos e expulsos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 23 de agosto de 2013. [Jornalistas são agredidos durante cobertura na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.](#)

386 UOL Notícias. 22 de agosto de 2013. [Jornalistas são agredidos em confronto durante a CPI dos Ônibus do Rio](#); Abraji. 22 de agosto de 2013. [Jornalistas são agredidos e expulsos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro](#); Agência Brasil. 22 de agosto de 2013. [Jornalistas são agredidos durante sessão da CPI dos Ônibus na Câmara do Rio.](#)

387 Abraji. 9 de setembro de 2013. [Polícia e manifestantes agredem 20 jornalistas em protestos do 7 de setembro](#); Blog da Floresta. 7 de setembro de 2013. [Repórteres da Rede Amazônica são agredidos durante manifestação, em Manaus.](#)

388 Repórteres sem Fronteiras (RSF). 21 de junho de 2013. [“Primavera brasileira”: a crítica da mídia não legitima agressões a jornalistas](#); Último Segundo. 17 de junho de 2013. [Caco Barcellos é hostilizado por manifestantes em São Paulo](#); Terra. 17 de junho de 2013. [Manifestantes hostilizam Caco Barcellos e equipe da Globo de protesto em SP](#); O Globo. [Agressões a jornalistas no Brasil de 11 de junho a 26 de junho.](#)

389 D24AM. 20 de junho de 2013. [Repórter do Portal D24AM é xingada por manifestantes](#); Portal Imprensa. 21 de junho de 2013. [Jornalista é xingada durante protestos no AM.](#)

390 Associação Nacional de Jornais (ANJ). [Entidades nacionais rechaçam hostilidade contra repórter da CBN no Rio](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 2 de outubro de 2013. [Repórter da CBN é hostilizada durante cobertura sobre greve dos professores no Rio de Janeiro](#); O Globo. 1º de outubro de 2013. [ANJ e Abert repudiam agressão a jornalista que cobria protesto dos professores.](#)

391 Foram atacados veículos da TV Record, Grupo RBS, Rede Globo, Rede Bandeirantes e SBT. Assim também, foi atacada uma sede da Rede Globo. R7 Notícias. 18 de junho de 2013. [Criminosos colocam fogo em carro de reportagem da Rede Record no centro de São Paulo](#); 18 de junho de 2013. [Manifestantes colocam fogo em carro de emissora da TV durante protesto em São Paulo](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). 18 de julho de 2013. [ANJ condena ataques à Globo e ao SBT](#); Coletiva.net. 17 de junho de 2013. [Ataque a veículo do Grupo RBS é destaque em boletim da ARI](#); Zero Hora. 15 de junho de 2013. [Grupo RBS registra ocorrência por ameaça e veículo depredado](#); Portal Comunique-se. 18 de julho de 2013. [Sede administrativa da Globo é depredada durante manifestação](#); Adnews. 18 de junho de 2013. [Globo do Rio tem sede depredada](#); R7 Notícias. 23 de junho de 2013. [Carro de emissora da TV é atingido por outro veículo durante reportagem](#); Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). 24 de junho de 2013. [Abert repudia ataques a equipes de reportagem de emissoras](#); Terra. 19 de outubro de 2013. [Em protesto contra testes em cães, Black Blocs queimam carros da PM e da Globo](#); Terra. 19 de outubro de 2013. [Em protesto contra testes em cães, Black Blocs queimam carros da PM e da Globo.](#)

- contextos. Destaca que essas pessoas “devem gozar de proteção especial no exercício da profissão, sendo vedado qualquer óbice a sua atuação, em especial mediante uso da força”. A medida prevê ainda a criação de um Grupo de Trabalho sobre Regulamentação de Uso da Força e de Armas de Baixa Letalidade, que realizará estudos e acompanhamento do tema³⁹².
200. Em outubro, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) publicou um relatório sobre todas as agressões contra jornalistas registradas durante os protestos ocorridos desde junho em várias cidades do Brasil. Segundo a Associação, 102 jornalistas foram agredidos durante a cobertura dos protestos, 77 deles por agentes das forças de segurança³⁹³.
201. Na Declaração Conjunta sobre violência contra profissionais da imprensa no contexto de manifestações sociais, adotada em 2013, indica-se que, “no contexto de manifestações e situações de alta conflitividade social, o trabalho de jornalistas e comunicadores e o livre fluxo de informação, [...] são fundamentais para manter a população informada sobre os acontecimentos; e cumprem ao mesmo tempo um importante papel ao informar sobre a atuação do Estado [...], prevenindo o uso desproporcional da força e o abuso de autoridade”³⁹⁴. Por essa razão, as autoridades devem proporcionar aos jornalistas o máximo grau de garantias para que cumpram suas funções. Nesse sentido, devem assegurar que os profissionais não sejam vítimas de detenção, ameaça ou agressão e que seus direitos não sejam restringidos de nenhuma forma por estarem exercendo sua profissão no contexto de uma manifestação pública. O Estado não deve proibir, nem criminalizar as transmissões ao vivo dos fatos e deve abster-se de impor medidas que regulem ou limitem a livre circulação de informações³⁹⁵. Jornalistas não devem receber convocações para atuar como testemunhas em tribunais e as autoridades devem respeitar o direito à confidencialidade das fontes de informações. Os materiais e ferramentas de trabalho dos jornalistas também não devem ser destruídos nem confiscados³⁹⁶. As autoridades precisam adotar um discurso público que contribua para impedir a violência contra os profissionais, condenando energicamente as agressões, investigando os fatos e punindo os responsáveis, tal como dispõe o Princípio 9 da Declaração de Princípios da CIDH³⁹⁷. Também é de especial importância que as autoridades tenham protocolos

³⁹² Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. [Resolução N° 6 de 18 de junho de 2013](#).

³⁹³ Abraji. 28 de outubro 2013. [Chega a 102 o número de casos de agressões a jornalistas em protestos](#).

³⁹⁴ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão e Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

³⁹⁵ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão e Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

³⁹⁶ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão e Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

³⁹⁷ [Princípio 9 da Declaração de Princípios da CIDH](#): “O assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

especiais para proteger a imprensa em circunstâncias de conflitividade social e instruem as forças de segurança do Estado sobre o papel da imprensa em uma sociedade democrática³⁹⁸.

E. Outras agressões e ameaças contra meios de comunicação e jornalistas

202. A Relatoria Especial recebeu informações sobre agressões sofridas por vários jornalistas durante coberturas informativas. Supostos agentes públicos agrediram o fotógrafo Janderson Nobre, do jornal *Folha de Boa Vista*³⁹⁹. Conforme o informado, pessoas não identificadas agrediram o fotógrafo Jean Schwarz, do jornal *Zero Hora*⁴⁰⁰; o jornalista Ruy Sá Chaves, chefe de redação do jornal *O Candiru*, da cidade de Itacoatiara, no Amazonas,⁴⁰¹ e o jornalista Alex Manchini, de um jornal local de Panambi, no Rio Grande do Sul⁴⁰².
203. A Relatoria Especial recebeu informações sobre ameaças sofridas, possivelmente relacionadas ao trabalho, pelos seguintes profissionais de imprensa: o jornalista Rodrigo Lima, repórter político do jornal *Diário da Região*⁴⁰³, da cidade de São José do

³⁹⁸ Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão e Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. 13 de setembro de 2013. [Declaração conjunta sobre violência contra jornalistas e comunicadores no contexto de manifestações sociais](#).

³⁹⁹ Agredido pelo suposto Chefe da Casa Militar do Estado de Roraima, que o expulsou violentamente de um evento governamental. Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 3 de janeiro de 2013. [Repórter de Roraima acusa chefe militar de agressão](#); Fato Real. 23 de dezembro de 2012. [Chefe da Casa Militar expulsa fotógrafo da Folha durante entrega de brinquedos](#); Cyneida Correia / YouTube. 23 de dezembro de 2012. [Expulsão de repórter fotográfico da Folha de Boa Vista na entrega de brinquedos](#).

⁴⁰⁰ Agredido a golpes enquanto cobria a assembleia de trabalhadores rodoviários em Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Zero Hora. 24 de janeiro de 2013. [Após tumulto em assembleia, rodoviários fazem novo protesto na Capital](#); ZH TV. 23 de janeiro de 2013. [Vídeo mostra agressão sofrida por fotógrafo de ZH](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 31 de janeiro de 2013. [Fotógrafo é agredido em tumulto no Rio Grande do Sul; Fenaj e sindicato repudiam](#).

⁴⁰¹ Golpeado no município de Itacoatiara, estado do Amazonas, quando deixava a redação do jornal. O jornalista teve que ser internado no hospital por causa das lesões. Pelo relato apresentado, a agressão poderia ser uma represália pelas publicações do jornal, que frequentemente denuncia supostos casos de corrupção e irregularidades na administração local. O prefeito do município de Itacoatiara pediu prioridade às investigações para encontrar os responsáveis. Rede Tiradentes. 22 de abril de 2013. [Após denunciar irregularidades na prefeitura de Itacoatiara, jornalista é agredido no centro do município](#); Correio da Amazônia. 22 de abril de 2013. [Jornalista Ruy Chaves \(Candiru\) espancado em Itacoatiara](#); D24AM. 22 de abril de 2013. [Jornalista é agredido quando fechava redação em Itacoatiara](#); Amazônia na Rede. 28 de abril de 2013. [Mamoud pede investigação rigorosa da agressão contra jornalista](#); Rede Tiradentes. 23 de abril de 2013. [Itacoatiara: prefeito neqa envolvimento em agressão contra jornalista](#).

⁴⁰² Agredido por um grupo de cinco indivíduos alegadamente ligados a crimes cometidos no município de Panambi, Rio Grande do Sul, reportados pelo jornal onde trabalha. Manchini foi abordado quando jogava uma partida de futebol e precisou receber assistência médica devido às lesões causadas pelos agressores. Agora Já. 25 de abril de 2013. [Jornalista é agredido e diz ter sofrido ameaça de morte em Panambi](#); Agora Já / YouTube. 25 de abril de 2013. [AGORAJA - Jornalista é agredido e diz ter sofrido ameaça de morte em Panambi](#); R7. 26 de abril de 2013. [RS: jornalista é agredido e ameaçado de morte durante partida de futebol](#).

⁴⁰³ Ameaçado por um vereador do município de São José do Rio Preto, em São Paulo, porque o jornalista o classificou em suas publicações como um “morto vivo da política” e o mencionou como uma das autoridades com impostos atrasados. Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 11 de fevereiro de 2013. [Repórter de política é ameaçado por vereador no interior de São Paulo](#); Diário Web. 8 de fevereiro de 2013. [Vereador do PSDB ameaça de morte jornalista do Diário](#).

Rio Preto, em São Paulo, e o jornalista e blogueiro Dércio Alcântara, de João Pessoa, na Paraíba⁴⁰⁴.

204. Segundo informações recebidas pela Relatoria, vários meios de comunicação e diversos jornalistas foram vítimas de danos à propriedade. Em ocasiões diferentes, desconhecidos atentaram contra vários imóveis: dispararam contra a residência dos pais do repórter André Almenara, jornalista do programa policial “Maringá Urgente”, da *Rede Massa*⁴⁰⁵; incendiaram a sede do jornal comunitário *Voz da Comunidade* e uma das instalações do grupo *AfroReggae*,⁴⁰⁶ ambos no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e dispararam contra a casa do blogueiro Ângelo Rigon⁴⁰⁷.
205. O Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH, aprovada em 2000, assinala que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

F. Responsabilidades ulteriores

206. O jornalista Daniel José de Lima, editor do portal *Capital Social*, foi condenado pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Santo André, no estado de São Paulo, a dois meses e 15 dias de prisão pelo crime de injúria contra um conhecido empresário. O tribunal entendeu que, em seus artigos jornalísticos sobre a atuação do empresário, o repórter ofendeu sua honra e que o crime de injúria não admitia a *exceptio veritatis*. Da mesma forma, o tribunal considerou que cabia a pena de prisão porque os artigos foram publicados na Internet. No entanto, a pena de privação de liberdade foi substituída

⁴⁰⁴ Ameaçado pelo ex-prefeito do município de Brejo da Cruz, na Paraíba. De acordo com o informado, o ex-prefeito estaria incomodado com as críticas que o jornalista faz em seu blog à administração de sua esposa, prefeita do município de Pombal. Alcântara estava em um restaurante quando o ex-funcionário se aproximou e o advertiu de que deixasse de publicar sobre ele ou sobre sua esposa. Rádio Opção 104 FM. 18 de abril de 2013. [Ex-prefeito de Brejo do Cruz e atual esposo da prefeita Pollyana ameaça blogueiro em restaurante na capital](#); Patos Online. 19 de abril de 2013. [Ex-Prefeito de Brejo do Cruz e atual esposo da Prefeita Pollyana, faz tumulto em restaurante na capital](#); Blog do Dércio. 18 de abril de 2013. [Barão, marido de Polyana, tenta calar boca de jornalista; Dércio vai levar o caso à Justiça](#).

⁴⁰⁵ A residência foi atacada por um motociclista, que disparou 15 vezes contra a casa. De acordo com as informações recebidas, o jornalista havia recebido ameaças ligadas às suas reportagens. Abrají. 8 de abril de 2013. [Casa de pais de repórter policial de Maringá é alvo de atentado](#); Portal Imprensa. 8 de abril de 2013. [Após ameaças, residência dos pais de repórter policial da Rede Massa sofre atentado no PR](#); Jornal do Povo. 9 de abril de 2013. [Casa de família de repórter policial é alvo de atentado a tiros](#).

⁴⁰⁶ O incêndio destruiu todos os equipamentos e materiais do jornal. O fogo começou durante a madrugada e não se sabe se foi provocado ou se ocorreu de forma acidental. No mesmo local também funcionavam instalações do grupo *AfroReggae*, que também ficaram muito prejudicadas pelo incêndio. Rede Globo. 16 de julho de 2013. [Jornal Voz da Comunidade e a pousada do AfroReggae são incendiados](#); Jornal do Brasil. 16 de julho de 2013. [Incêndio destrói Voz da Comunidade, no Alemão](#); EBC. 16 de julho de 2013. [Incêndio destrói redação de jornal comunitário e pousada do AfroReggae no Complexo do Alemão](#); Terra. 16 de julho de 2013. [RJ: incêndio atinge redação comunitária e pousada do AfroReggae no Alemão](#).

⁴⁰⁷ O domicílio do jornalista em Maringá, no Paraná, foi atacado a tiros. Não houve feridos. Rigon é autor de um blog de notícias sobre a situação política da região e já havia recebido ameaças no passado por seu trabalho. G1. 11 de agosto de 2013. [Casa de jornalista em Maringá é alvo de tiros durante a madrugada](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná. 12 de agosto de 2013. [Nota de Repúdio](#); Abrají. 13 de agosto de 2013. [Casa de jornalista é alvo de tiros no Paraná](#).

por uma multa no valor correspondente a cinco salários mínimos⁴⁰⁸. Houve apelação da decisão⁴⁰⁹. Por outro lado, a 4ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo negou a ação de danos morais movida pelo empresário com base na publicação dos artigos mencionados, ao considerar, nomeadamente, que ele era uma figura pública e que os textos não tinham a deliberada intenção de causar danos à sua honra⁴¹⁰. Segundo a informação recebida, em 31 de outubro de 2013, a decisão civil de primeira instância foi revertida pela 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, que condenou o jornalista a pagar R\$ 30.000,00 (cerca de US\$ 13.000,00) por danos morais⁴¹¹.

207. Um juiz da 2ª Zona Eleitoral de Macapá, a pedido da Procuradoria da Fazenda Nacional, ordenou o bloqueio de contas bancárias e de bens financeiros da jornalista Alcinéa Cavalcante, condenada a pagar multas equivalentes a cerca de R\$ 2 milhões (cerca de US\$ 880.000,00) por comentários negativos feitos sobre o senador José Sarney em seu blog. A condenação resultou de uma publicação da repórter durante as eleições de 2006, na qual propôs aos leitores que imprimissem um adesivo com a frase “O carro que mais combina comigo é um camburão da polícia” e o colassem no carro de algum político. Os leitores atribuíram a frase a Sarney, entre outros políticos. A coalizão de partidos que apoiava o senador Sarney processou a jornalista. Segundo o informado, cada vez que a jornalista comentava o andamento da ação judicial em seu blog, abria-se um novo processo contra ela⁴¹². No entanto, de acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 16 de setembro, o juiz da 2ª Zona Eleitoral de Macapá determinou a liberação dos bens não embargáveis da jornalista, que incluíam sua pensão como professora aposentada⁴¹³.
208. Em 9 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que se iniciasse uma ação penal contra um deputado federal pelos crimes de calúnia e difamação. O parlamentar vai responder a um processo por ter publicado uma nota em seu blog, em 2010, afirmando ter recebido denúncia de fraude num contrato da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado de Rio de Janeiro. Na decisão do STF, está assinalado que o deputado teria acusado a licitação de estar sendo conduzida dentro de um “esquema”, a empresa vencedora – demandante no processo – teria “má fama” e figuraria entre os

⁴⁰⁸ Tribunal de Justiça de São Paulo. 4ª Vara Criminal, Foro de Santo André. [Processo N° 0024348-59.2011.8.26.0564](#); Tribunal de Justiça de São Paulo. 4ª Vara Criminal, Foro de Santo André. [Processo N° 0024348-59.2011.8.26.0564](#); 4ª Vara Criminal da Comarca de Santo André. [Processo N° 21/2013-JE](#). Sentença de 5 de abril de 2013; Consultor Jurídico. 12 de junho de 2013. [Jornalista é condenado à prisão por causa de notícias](#).

⁴⁰⁹ Tribunal de Justiça de São Paulo. Turma Recursal de Santo André. 2ª Turma Recursal Criminal. [Processo N° 0024348-59.2011.8.26.0564](#).

⁴¹⁰ Tribunal de Justiça de São Paulo. 4ª Vara Cível, Foro de São Bernardo do Campo. [Processo N° 0029905-27.2011.8.26.0564](#). Sentença de 23 de abril de 2013; Consultor Jurídico. 12 de junho de 2013. [Jornalista é condenado à prisão por causa de notícias](#).

⁴¹¹ Tribunal de Justiça de São Paulo. 4ª Câmara de Direito Privado. [Processo N° 0029905-27.2011.8.26.0564](#). Sentença de 31 de outubro de 2013.

⁴¹² 2ª Zona Eleitoral – Macapá. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. [Processo N° 12277 - EXECUÇÃO FISCAL: Estádão](#). 18 de maio de 2013. [Repórter condenada a pagar Sarney tem conta bloqueada](#); Folha de São Paulo. 26 de maio de 2013. [Sarney diz que não tem ligação com processo contra bloqueira no Amapá](#); Knight Center for Journalists in the Americas. 20 de maio de 2013. [Justiça bloqueia conta de bloqueira do Amapá condenada a pagar multa milionária a Sarney](#).

⁴¹³ 2ª Zona Eleitoral – Macapá. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. [Processo N° 12277 - EXECUÇÃO FISCAL](#). Despacho de 16 de setembro de 2013.

- quinhentos maiores devedores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Foi apontado também que o deputado teria atuado como político e não como repórter em seu blog e que ele não revelou “apenas a vontade de informar”. No voto divergente, o Ministro Joaquim Barbosa argumentou que alguns dos fatos tinham sido noticiados também por outros meios de comunicação. De acordo com ele, o blog em análise tinha a intenção de criticar a fraude denunciada no processo de licitação e que, apesar de “rude ou áspero”, seria insuficiente para configurar um crime contra a honra⁴¹⁴.
209. Em 28 de maio, o jornalista Luiz Carlos Bordoni foi condenado por um juiz da 7ª Vara Cível de Goiânia, em Goiás, a pagar ao governador do estado uma indenização de R\$ 200.000,00 por danos morais (cerca de US\$ 88.000,00)⁴¹⁵. Adicionalmente, o juiz emitiu uma medida cautelar ordenando que o jornalista retirasse de seu blog as entrevistas concedidas e todas as declarações contra o governador. No caso de não cumprimento da decisão cautelar, a pena seria a suspensão da página e o pagamento de uma multa diária de R\$ 500,00 (cerca de US\$ 220,00)⁴¹⁶. O jornalista denunciou que o governador havia cometido irregularidades no pagamento de custos da campanha eleitoral de 2010. O juiz argumentou na sentença que o jornalista não apresentou provas de suas acusações contra o representante público, causando-lhe, assim, danos morais⁴¹⁷. O jornalista anunciou que apelaria da decisão⁴¹⁸.
210. A Relatoria Especial foi informada de que, em 4 de julho, o Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju, em Sergipe, condenou o jornalista José Cristian Góes, autor de um blog no portal *Infonet*, a sete meses e 16 dias de prisão pelo crime de injúria contra o juiz Edson Ulisses de Melo, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe⁴¹⁹. A denúncia penal foi apresentada pelo Ministério Público de Sergipe em 23 de janeiro de 2013⁴²⁰, motivada por um artigo de ficção publicado pelo jornalista em seu blog em maio de 2012. Segundo a informação recebida, o artigo de Góes, intitulado “*Eu, o coronel em mim*”⁴²¹ e narrado na primeira pessoa, seria fictício e não mencionaria nomes. De acordo com o Ministério Público, o jornalista escreveu o texto como uma crítica ao governador do estado de Sergipe, que é cunhado do juiz. Segundo essa interpretação, o artigo faria referência ao juiz e teria ofendido sua honra ao

⁴¹⁴ Supremo Tribunal Federal. Inquérito 3228 – Rio de Janeiro. [Acórdão de 9 de maio de 2013](#); G1. 9 de maio de 2013. [Garotinho vira réu em ação penal no STF por calúnia e difamação](#); Migalhas. 10 de maio de 2013. [STF autoriza ação penal contra Garotinho por calúnia e difamação](#); Blog do Garotinho. 1º de junho de 2010. [Mais uma negociata na CEDAE](#).

⁴¹⁵ Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 7ª Vara Cível da Comarca de Goiânia. Processo 204511-58.2012.8.09.0051. Decisão de 28 de maio de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.tigo.jus.br/index.php/consulta-processual>.

⁴¹⁶ Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 28 de maio de 2013. [Jornalista terá de pagar R\\$ 200 mil ao governador Marconi Perillo](#).

⁴¹⁷ Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 7ª Vara Cível da Comarca de Goiânia. Processo 204511-58.2012.8.09.0051. Decisão de 28 de maio de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.tigo.jus.br/index.php/consulta-processual>.

⁴¹⁸ Terra. 28 de maio de 2013. [GO: Justiça condena jornalista a indenizar Perillo em R\\$ 200 mil](#); UOL Notícias. 28 de maio de 2013. [Jornalista que acusou Perillo é condenado a pagar R\\$ 200 mil de indenização](#).

⁴¹⁹ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. [Processo Nº 201245102580](#). Sentença de 4 de julho de 2013; Infonet. 7 de julho de 2013. [Justiça condena o jornalista Cristian Góes](#); Consultor Jurídico. 8 de julho de 2013. [Sem citar nome, jornalista é condenado por injúria](#).

⁴²⁰ Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. [Processo Nº 201245102580](#).

⁴²¹ Portal Infonet. 29 de maio de 2012. [Eu, o coronel em mim](#).

chamá-lo de “*jagunço das leis*”⁴²². Na sentença de 4 de julho de 2013, o juiz afirmou que, “da leitura da narrativa ‘*Eu, o coronel em mim*’, é possível que se faça a associação entre o Governador do Estado de Sergipe e seu cunhado, o desembargador Edson Ulisses, tendo este sido tratado como ‘jagunço das leis’. Mesmo que não haja referência expressa aos nomes dos personagens, dentro do contexto social e do âmbito de atuação das partes, sobretudo na comunidade jurídica, é perfeitamente claro o direcionamento do texto à vítima”⁴²³. O juiz acrescentou também que o caso não configuraria uma violação do direito à liberdade de expressão especialmente porque colocou em risco a honra e a imagem de um funcionário público no exercício de suas funções⁴²⁴. Ao determinar a pena, o juiz decidiu aumentá-la em um terço, assinalando que a injúria foi cometida contra um funcionário público no exercício de suas funções. Além disso, considerou como uma circunstância agravante o fato de o texto ter sido divulgado na Internet. Finalmente, substituiu a pena pela prestação de serviços comunitários durante o mesmo período⁴²⁵. Em 22 de outubro de 2013, em uma decisão de dois votos a um, o Tribunal de Justiça de Sergipe confirmou a sentença de primeira instância. No único voto divergente, o juiz relator alegou que a sanção das opiniões por meio do crime de injúria não era compatível com a Constituição brasileira e violava o princípio de *ultima ratio* do direito penal⁴²⁶. O juiz Ulisses de Melo também entrou com um processo judicial civil contra o jornalista por difamação. A ação está em andamento⁴²⁷.

211. Durante seu 149º Período de Sessões, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou uma audiência sobre “Liberdade de expressão, desacato e crimes contra a honra no Brasil”, na qual recebeu informações atualizadas sobre o marco legal brasileiro a respeito dos crimes contra a honra e as disposições relativas a desacato. Os solicitantes forneceram informações sobre processos penais iniciados contra jornalistas que se manifestaram sobre assuntos de interesse público, bem como as penas impostas. Assim, por exemplo, foram dadas informações sobre o caso do jornalista José Cristian Góes, mencionado neste relatório (*supra*), processado a pedido de um magistrado pelo crime de injúria e condenado a sete meses e 16 dias de prisão por haver publicado uma crônica fictícia. Informaram também que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo aprovou uma recomendação aos defensores para que alegassem perante os tribunais nacionais a incompatibilidade entre o crime de desacato e a Convenção Americana. Por outro lado, o Estado assinalou que os crimes contra a honra são de menor potencial ofensivo no marco jurídico atual e acrescentou informações sobre o processo de reforma do Código Penal brasileiro. Nesse sentido, o Estado afirmou que o projeto de reforma do Código

⁴²² Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. [Processo N° 201245102580](#). Sentença de 4 de julho de 2013: Brasil de Fato. 28 de janeiro de 2013. [Ministério Público denuncia jornalista por texto ficcional](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 14 de fevereiro de 2013. [Ministério Público de Sergipe processa jornalista por post ficcional; Fenaj repudia](#).

⁴²³ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. [Processo N° 201245102580](#). Sentença de 4 de julho de 2013.

⁴²⁴ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. [Processo N° 201245102580](#). [Sentença de 4 de julho de 2013](#).

⁴²⁵ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju. [Processo N° 201245102580](#). Sentença de 4 de julho de 2013.

⁴²⁶ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Turma Recursal do Estado de Sergipe. [Processo N° 201301008618](#). [Acórdão N° 5450](#) de 22 de outubro de 2013.

⁴²⁷ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. 7ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. [Processo N° 201210701342](#).

- suprimiria o crime atualmente tipificado como desacato, mas, não obstante, aumentaria em até o dobro as penas para os crimes contra a honra cometidos contra funcionários públicos no exercício de suas funções. Da mesma forma, o Estado solicitou à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA e ao Relator Especial das Nações Unidas sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão uma nota técnica sobre os dispositivos relativos aos crimes contra a honra no projeto de reforma do Código Penal⁴²⁸.
212. Em 4 de novembro, o Estado enviou informações adicionais sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de liberdade de expressão e de crimes contra a honra⁴²⁹. Entre as decisões enviadas está o caso da arguição de descumprimento de preceito fundamental, ADPF 130, na qual o Supremo Tribunal Federal declarou que a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967), instituída durante o regime militar, era incompatível com a Constituição Federal de 1988. Na decisão, o STF reconheceu a relação intrínseca entre a liberdade de imprensa e a democracia e assinalou que a prescrição legal de indenizações pecuniárias excessivas contra meios de comunicação pode constituir, em si mesma, um poderoso fator de inibição da liberdade de imprensa. O STF concluiu também que o Estado não pode, por meio de nenhum de seus órgãos, definir previamente o que pode ou não ser dito por jornalistas. Em consequência, o Tribunal declarou que a lei de imprensa era integralmente inconstitucional⁴³⁰. O Estado também enviou informações sobre importantes decisões adotadas pelo STF em casos específicos. Em um deles, o Supremo rejeitou um processo penal por difamação pela suposta ofensa à honra de uma promotora pública e concluiu que a simples crítica a um funcionário público não é suficiente para caracterizar esse crime⁴³¹. Da mesma forma, em outra decisão, o Supremo rejeitou uma decisão que condenava um jornalista a pagar uma indenização por danos morais em função de ter criticado um juiz. Naquela ocasião, o STF concluiu que uma matéria jornalística que contenha opiniões críticas sobre figuras públicas, ainda que duras ou severas, não poderia levar à responsabilização civil do jornalista, por configurar uma expressão legítima em uma sociedade democrática⁴³². A Relatoria Especial agradece ao Estado pelo envio das informações e as levará em conta para os fins devidos.
213. Em 4 de novembro, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA e o Relator Especial das Nações Unidas sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão enviaram ao Estado a nota técnica sobre as normas internacionais relativas à liberdade de expressão e os crimes contra a honra, e à

⁴²⁸ CIDH. 149º Período de Sessões. Audiência sobre liberdade de expressão, desacato e crimes contra a honra no Brasil. 29 de outubro de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/audiencias/Hearings.aspx?Lang=es&Session=132&page=1>; Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Nº 271. 18 de outubro de 2013.

⁴²⁹ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Nº 291. 4 de novembro de 2013.

⁴³⁰ Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130 Distrito Federal](#). Sentença de 30 de abril de 2009.

⁴³¹ Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. [Inquérito 2154-7 Distrito Federal](#). Sentença de 17 de dezembro de 2004.

⁴³² Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. [AG.Reg. no agravo de instrumento 705.630 Santa Catarina](#). Sentença de 22 de março de 2011.

adequação dos dispositivos relativos aos crimes contra a honra presentes no projeto de reforma do Código Penal brasileiro⁴³³.

214. O Princípio 10 da Declaração de Princípios da CIDH assinala que “[a]s leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. A proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis, nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou uma pessoa pública ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Ademais, nesses casos, deve-se provar que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou que estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas”. Adicionalmente, o Princípio 11 dispõe que “[o]s funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como *‘leis de desacato’*, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”.
215. Da mesma forma, a Corte Interamericana estabeleceu, quanto à eventual responsabilidade civil, que as condenações em matéria de liberdade de expressão devem ser estritamente proporcionais. O objetivo é que elas não causem um efeito inibidor sobre essa liberdade, já que “o temor à sanção civil, diante da pretensão [...] a uma reparação civil sumamente elevada, pode ser, de qualquer modo, tão ou mais intimidante e inibidor para o exercício da liberdade de expressão que uma sanção penal, na medida em que tem a potencialidade de comprometer a vida pessoal e familiar de quem denuncia um funcionário público, com o resultado evidente e muito negativo de uma autocensura, tanto para o prejudicado quanto para outros potenciais críticos da atuação de um servidor público”⁴³⁴.

G. Rádios comunitárias

216. Em uma audiência sobre a situação das rádios comunitárias no Brasil, realizada no âmbito do 147º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Relatoria Especial recebeu informações atualizadas sobre as dificuldades que enfrentam os operadores desses meios no país. Nesse sentido, as organizações solicitantes da audiência agregaram informações sobre as restrições existentes no marco jurídico que regulamenta as rádios comunitárias no Brasil, os obstáculos enfrentados por operadores de tais meios para a obtenção de concessões em condições não discriminatórias e o uso do direito penal para responsabilizar pessoas que operam rádios comunitárias sem concessão. Por outro lado, o Estado indicou que há diversos projetos de lei sobre o tema em tramitação no Congresso Nacional. Essas iniciativas buscariam mudar algumas das restrições existentes no marco jurídico atual, incluindo a despenalização da utilização do espectro radioelétrico por rádios

⁴³³ Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Proteção e Promoção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão. [Nota técnica sobre os parâmetros internacionais relativos à liberdade de expressão e os crimes contra a honra e a adequação dos dispositivos relativos aos crimes contra a honra presentes no projeto de reforma do Código Penal brasileiro](#). 4 de novembro de 2013.

⁴³⁴ Corte IDH. *Caso Tristán Donoso Vs. Panamá*. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 27 de janeiro de 2009, Série C, N° 193. § 129.

comunitárias que não disponham de concessão⁴³⁵. Em 21 de novembro, o Estado enviou informações adicionais a respeito das disposições penais aplicadas à operação de rádios comunitárias sem autorização, do processo para a outorga de concessão e das medidas adotadas para fortalecer o pluralismo e as pequenas rádios no país. Nesse sentido, o Estado informou, entre outros pontos, que o Plano Nacional de Outorgas para Radiodifusão Comunitária, relativo aos anos 2012 e 2013, agilizaria os processos de outorga de concessão e abarcaria os 1.425 municípios do país que ainda não dispõem de uma rádio comunitária. O Estado também informou sobre a realização de eventos de capacitação para a operação do serviço de radiodifusão comunitária e as regras para obtenção de concessões⁴³⁶.

217. Como já foi indicado em outras oportunidades, a utilização do direito penal para sancionar violações do regime de radiodifusão pode ser problemática à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesse sentido, a Relatoria reitera que o estabelecimento de sanções criminais para a radiodifusão comercial ou comunitária – que pode se ver diante de uma infração pela inexistência da concessão ou por seu uso indevido – é uma reação desproporcional⁴³⁷.

H. Outras situações relevantes

218. Uma medida cautelar da juíza da 15ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia, em Goiás, com data de 25 de janeiro, determinou que a blogueira e estudante de jornalismo Lênia Soares Santana retirasse de sua página no Facebook e de qualquer outro meio de comunicação imagens supostamente ofensivas ao governador do estado. A ordem também proíbe a comunicadora publicar esse tipo de conteúdo até o final do processo civil iniciado pelo governador de Goiás contra ela. A Justiça estabeleceu uma multa diária caso a estudante não acate a ordem⁴³⁸.
219. Em 22 de maio, uma decisão da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios concedeu uma medida de *antecipação de tutela* que impede o jornal *O Estado de São Paulo* de publicar informações declaradas sigilosas relativas à investigação policial (conhecida como Operação Boi Barrica) contra um empresário, filho do senador José Sarney, e aos processos judiciais relativos à investigação. O Tribunal assinalou que a medida não pretendia proteger a intimidade do empresário por sua notoriedade política ou social, mas decorria da necessidade de garantia do resguardo do sigilo de dados imposta pelo devido processo legal, uma vez que a

⁴³⁵ CIDH. 147º Período de Sessões. Audiência sobre a situação das rádios comunitárias no Brasil. 11 de março de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.oas.org/es/cidh/audiencias/Hearings.aspx?Lang=es&Session=131>.

⁴³⁶ Comunicação do Estado do Brasil à Secretaria Executiva da CIDH e à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Nº 316. 21 de novembro de 2013.

⁴³⁷ CIDH. [Relatório Anual 2011. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão](#). Capítulo II (Avaliação sobre o Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 69. 30 de dezembro de 2011. § 467.

⁴³⁸ Tribunal de Justiça de Goiás. 15ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia. Processo Nº 9838-31.2013.8.09.0051. Disponível para consulta em: <http://www.tigo.jus.br/index.php/consulta-processual>; Tribunal de Justiça de Goiás. 15ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia. Caso Nº 9838-31.2013.8.09.0051. Decisão de 25 de janeiro de 2013. Disponível para consulta em: <http://www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1363180386.png>; Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 14 de março de 2013. [Jornalista é proibido de citar nome do governador de Goiás em jornal e blog](#); Brasil Diário. 13 de março de 2013. [Marconi Perillo impede jornalista de citar seu nome](#); Estadão. 12 de março de 2013. [Governador de Goiás obtém liminar que proíbe jornalista de citar seu nome](#).

divulgação pode perturbar e dificultar a investigação dos fatos que poderiam fornecer a base de futura decisão em uma ação penal⁴³⁹. Uma medida cautelar que proibia a publicação de tais informações tinha sido concedida em julho de 2009 pelo magistrado Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a pedido do empresário investigado⁴⁴⁰. Em dezembro de 2009, o Supremo Tribunal Federal indeferiu, por razões formais, o recurso de reclamação impetrado pelo jornal contra a medida cautelar⁴⁴¹. No momento do fechamento deste relatório, a decisão de maio de 2013 da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que concedeu a antecipação de tutela havia sido objeto de recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal⁴⁴².

220. Em 6 de março, a 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo emitiu uma medida cautelar que proibiu Ricardo Fraga de Oliveira de se manifestar contra um empreendimento imobiliário ou de participar de qualquer outra atividade próxima do local da construção do imóvel, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (cerca de US\$ 4.500,00) por cada infração. Além disso, ele foi proibido de publicar sobre o tema na Internet ou tomar novas iniciativas com o mesmo objetivo de sua publicação “*O Outro Lado do Muro – Intervenção Coletiva*”, que ele utilizava para protestar contra a construção do empreendimento imobiliário⁴⁴³. Em 15 de maio, a 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo ampliou a cautelar concedida em primeira instância e impôs a Fraga de Oliveira a obrigação de retirar de sua página no Facebook todo conteúdo referente ao empreendimento, sob pena de uma multa diária de R\$ 1.000,00 (cerca de US\$ 450,00)⁴⁴⁴.
221. Em 27 de março, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o pastor evangélico Marco Feliciano, determinou que a segurança do local detivesse o defensor de direitos humanos Marcelo Régis, que estava presente à reunião do grupo parlamentar. Segundo informações, o presidente da Comissão afirmou que Régis o teria chamado de racista. Por isso, pediu para que a polícia prendesse o ativista. O deputado também declarou⁴⁴⁵ que o defensor havia cometido um crime existente no Código Penal brasileiro – em referência expressa aos

⁴³⁹ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5ª Turma Cível. Processo N° [0010738-66.2009.807.0000 \(Res. 65 - CNJ\)](#). Acórdão 680.569 de 22 de maio de 2013; Estadão. 22 de maio de 2013. [TJ-DF mantém censura ao 'Estado'](#); Article 19. 23 de maio de 2013. [Artigo 19 se posiciona contra censura ao Estadão](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 23 de maio de 2013. [Justiça mantém censura a Estadão, que não pode noticiar sobre Sarney desde 2009](#).

⁴⁴⁰ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5ª Turma Cível. Processo N° [0010738-66.2009.807.0000 \(Res. 65 - CNJ\)](#). Acórdão 680.569 de 22 de maio de 2013.

⁴⁴¹ Supremo Tribunal Federal. 10 de dezembro de 2009. [Medida Cautelar em Reclamação 9.428 Distrito Federal](#); Supremo Tribunal Federal. Notícias STF. 10 de dezembro de 2009. [Arquivada ação do jornal O Estado de S. Paulo contra proibição de veicular matérias sobre Fernando Sarney](#).

⁴⁴² Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5ª Turma Cível. Processo N° [0010738-66.2009.807.0000 \(Res. 65 - CNJ\)](#) e [AGD 2009 00 2 010738-6](#).

⁴⁴³ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 34ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. [Processo N° 1008543-15.2013.8.26.0100](#). Sentença de 6 de março de 2013;

⁴⁴⁴ Tribunal de Justiça de São Paulo. 5ª Câmara de Direito Privado. [Processo N° 0051583-73.2013.8.26.0000](#). Sentença de 15 de maio de 2013.

⁴⁴⁵ O áudio original indica: “Eu vou pedir para que a polícia da casa... Aquele senhor de barba me chamou de racista. Isso é crime pelo código penal. Eu quero que a polícia faça alguma coisa acerca desse desrespeito. Porque ele vai sair preso daqui porque ele me chamou de racista e tem que provar que eu sou racista. Isso é crime, artigo 138, 139 do Código Penal. Se você não contornar, você vai sair preso daqui”. Em.com.br. 28 de março de 2013. [Confusão, Marco Feliciano Decreta Prisão de Manifestante na Câmara](#).

- artigos que tipificam a calúnia e a difamação⁴⁴⁶– e teria de provar suas afirmações. Régis teve de prestar declarações junto à polícia legislativa. A detenção ocorreu em um contexto de manifestações contra a indicação do deputado Feliciano à Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, devido a seus supostos discursos negativos a respeito de pessoas LGBT e afrodescendentes⁴⁴⁷. Segundo relatado no portal da Câmara dos Deputados, o gabinete do Presidente da Comissão seria informado pela polícia se fosse identificada a prática de um crime pelo defensor e o deputado teria seis meses para iniciar um processo penal contra ele⁴⁴⁸.
222. O Princípio 5 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “as restrições à circulação livre de ideias e opiniões, bem como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo violam o direito à liberdade de expressão”.
223. Desta forma, assim dispõe o Princípio 11: “Os funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como *leis de desacato*, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação”. Adicionalmente, o Princípio 10 afirma que “as leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. Nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público, ou uma pessoa pública, ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público, a proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis. Além disso, é necessário provar que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano, ou estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas”.

⁴⁴⁶ Presidência da República. Código Penal do Brasil. [Decreto 2848 de 1940](#). 7 de dezembro de 1940. “Art. 138. - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa”. “Art. 139. - Difamar alguém, imputando-lhe um fato ofensivo à sua reputação: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa”. Assim também, o Código Penal prevê em seu artigo 141 que as penas previstas para os crimes de calúnia, injúria e difamação serão aumentadas em um terço quando o crime for cometido, entre outros, “contra funcionário público, em razão de suas funções”.

⁴⁴⁷ Câmara dos Deputados. Câmara Notícias. 27 de março de 2013. [Polícia Legislativa intervém para conter protestos contra Feliciano](#); Estadão. 27 de março de 2013. ['Democracia é isso', diz Feliciano após expulsar manifestantes da sessão](#); UOL Notícias. 27 de março de 2013. [Feliciano pede prisão de manifestante que o chamou de racista](#); Folha de S. Paulo. 27 de março de 2013. [Câmara restringe acesso a comissão presidida por Feliciano](#); G1. 7 de março de 2013. [Deputado Marco Feliciano responde por homofobia e estelionato no STF](#); R7 Notícias. 6 de abril de 2013. [Acusado de homofobia e racismo, Feliciano semeia polêmicas no Congresso](#); UOL Notícias. 31 de março de 2011 (atualizado em 1º de março de 2013). [Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado"](#).

⁴⁴⁸ Câmara dos Deputados. Câmara Notícias. 27 de março de 2013. [Polícia Legislativa intervém para conter protestos contra Feliciano](#).

CAPÍTULO IV
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2012**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Tracy Robinson

Rose-Marie Belle Antoine

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

Rosa María Ortiz

Dinah Shelton

Rodrigo Escobar Gil

Secretário Executivo

Emilio Álvarez-Icaza Longoria

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 5 de março de 2013

A. Avanços

224. Em 10 de julho, um tribunal do Espírito Santo condenou a 19 anos de prisão o ex-policial militar Cezar Narciso da Silva, acusado de ter assassinado a colonista Maria Nilce dos Santos Magalhães em 1989. O julgamento contra outro ex-policial, indiciado por ter participado do delito, ocorreria em dezembro de 2012. De acordo com as informações recebidas, o assassinato teria sido motivado pelas denúncias de tráfico de drogas feitas pela jornalista em sua coluna. Narciso da Silva recorreu da sentença⁴⁴⁹.
225. A Relatoria Especial teve conhecimento de que vários suspeitos de terem assassinado jornalistas em 2011 foram presos e estão sendo processados⁴⁵⁰. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em fevereiro, as autoridades prenderam Dailton Gomes Brasil e Josimar Soares da Silva, supostos autores do assassinato do jornalista Luciano Leitão Pedrosa, ocorrido em 9 de abril de 2011 na cidade de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. As autoridades estavam trabalhando com a hipótese de que o crime tivesse sido motivado pelas constantes denúncias feitas por Pedrosa contra ações de bandos criminosos na região⁴⁵¹. Em 15 de outubro, o prefeito de Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, entregou-se às autoridades, cumprindo ordem judicial de detenção preventiva na qual figurava como indiciado no âmbito de uma investigação pelo homicídio do jornalista Ednaldo Figueira, ocorrido em 15 de junho de 2011⁴⁵². Foi informado também que, em 25 de junho, foi detido um homem de 18 anos, suspeito do assassinato do jornalista Auro Ida, ocorrido em Cuiabá, no Mato Grosso do Sul, em 21 de julho de 2011⁴⁵³.
226. De acordo com informação recebida pela Relatoria, em 11 de fevereiro, o 6º Juizado Especial Cível de Brasília declarou improcedente o pedido de um servidor público de cobrar danos morais do jornal digital *Congresso em Foco*, tendo como base uma série de publicações sobre os salários pagos a funcionários do Legislativo. Conforme o

⁴⁴⁹ Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Projeto Impunidade. 11 de julho de 2012. [Acusado pelo assassinato de Maria Nilce dos Santos Magalhães é condenado a 19 anos de prisão](#); Folha Vitória. 11 de julho de 2012. [Acusado de matar colonista social é condenado a 19 anos de prisão, mas não vai para a cadeia](#); Tribunal de Justiça do Estado de Espírito Santo. Assessoria de Imprensa. 7 de novembro de 2012. [Júri Popular de réu do caso Maria Nilce é adiado](#).

⁴⁵⁰ Ver CIDH. Relatório Anual 2011. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (Avaliação sobre o Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 69. 30 de dezembro de 2011. § 54-59. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/anauales/2012%2003%2021%20Informe%20Anual%20REL%202011%20impresion.pdf>.

⁴⁵¹ Pernambuco.com. 17 de fevereiro de 2012. [Morte de radialista pode ter custado R\\$24 mil](#); A Voz da Vitória. 14 de fevereiro de 2012. [DHPP apresenta dois suspeitos de matar radialista Luciano Pedrosa](#); Disque Denúncia. 14 de fevereiro de 2012. *Caso Luciano Pedrosa: 2 presos*. Disponível em: <http://www.disquedenunciapc.com.br/clipping.php?id=354>.

⁴⁵² Dnonline. 15 de outubro de 2012. [Prefeito do interior do RN é preso por descumprir decisão judicial](#); Pernambuco.com. 16 de outubro de 2012 [Prefeito do interior do RN é preso por descumprir decisão judicial](#). Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2012/10/16/interna_politica,402388/prefeito-do-interior-do-rn-e-preso-por-descumprir-decisao-judicial.shtml.

⁴⁵³ Globo. 26 de junho de 2012. [PM prende suspeito de encomendar morte de jornalista em Cuiabá](#); Página Única. 27 de setembro de 2012. [Mandante da morte de Auro Ida pode ficar menos de três anos detido](#); Várzea Grande Notícias. 26 de junho de 2012. [Um dos suspeitos de assassinar jornalista Auro Ida é preso em Cuiabá](#).

relatado, o juiz Ruitemberg Nunes Pereira concluiu que “o simples fato de se divulgar que determinado servidor público percebe determinada remuneração não é causa de danos morais” e que o interesse público de tal informação é inequívoco. Para o juiz, está claro que a liberdade de expressão não implica somente a publicação de informações “favoráveis”, “inofensivas”, ou “indiferentes”, mas, também, inclui expressões que provocam “desconfortos”, “inquietações” ou “constrangimentos”. Na avaliação do juiz, o magistrado deve “ter em conta que a cada condenação que impõe a um veículo de imprensa, nas suas mais diversas formas e instrumentos, está inibindo o exercício futuro da liberdade de expressão e com isso reduzindo as possibilidades dos avanços na seara da aprendizagem democrática”⁴⁵⁴.

227. De acordo com informação recebida, um juiz da 2ª Vara Cível de Porto Alegre negou o pedido de uma empresa de que fossem retiradas informações sobre a mesma do jornal digital *AntiCartel.com*. Segundo o informado, com base em documentos oficiais e judiciais, o *AntiCartel.com* teria divulgado uma série de operações irregulares da empresa. O juiz concluiu que as matérias acusadas estavam “amparadas no exercício do direito de informação e opinião” e que o pedido para retirá-los poderia ser entendido como “censura e violação ao direito fundamental à livre manifestação”⁴⁵⁵.
228. Em 25 de julho, um tribunal regional federal absolveu José Eduardo Rocha Santos, proprietário de uma rádio comunitária na localidade de Ilha das Flores, em Sergipe. Ele tinha sido condenado em primeira instância a dois anos e seis meses de prisão por operar a emissora de rádio sem concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). De acordo com o informado, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região considerou que o funcionamento, sem permissão, de rádios comunitárias de baixa potência, cobertura limitada e sem fins lucrativos não configura um crime, mas uma falha administrativa. Além disso, o tribunal e o Ministério Público reconheceram que a emissora não operava de forma clandestina e cumpria uma importante função social em sua comunidade⁴⁵⁶.
229. Em 8 de agosto, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu que a imprensa tem o direito de revelar qualquer material vazado por agentes do Estado sem que isso dê lugar a qualquer processo legal. Adicionalmente, afirmou que o respeito à confidencialidade cabe somente às autoridades judiciais ou policiais responsáveis por manterem o sigilo. A decisão foi tomada em resposta a uma ação civil pública contra a *TV Globo*, processada por conta da divulgação do conteúdo de uma chamada

⁴⁵⁴ 6º Juizado Especial Cível. Sentença de 11 de fevereiro de 2012. Processo 2011.01.1.200509-0. Texto Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/supersalarios/caso-sindilegis-leia-integra-da-decisao-do-juiz-ruitemberg-nunes-pereira/>; Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. 15 de fevereiro de 2012. *Juiz Absolve Congresso em Foco no Caso Sindilegis*; Congresso em Foco. 3 de fevereiro de 2012. *Juiz decide unir ações contra Congresso em Foco*; 6º Juizado Especial Cível. Decisão Interlocutória. 1º de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/supersalarios/leia-a-integra-da-decisao-de-ruitemberg-nunes-pereira/>.

⁴⁵⁵ Diário de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. 14 de junho de 2012. Sentença de 14 de junho de 2012. Expediente 001/1.12.0134180-0 (CNJ: 0004671-94.2012.8.21.1001). Disponível em: [http://www.trjrs.jus.br/busca/?tb=proc](http://www.trjrs.jus.br/busca/?tb=proc;); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 30 de julho de 2012. *Jornalista é alvo de ação para retirar reportagens de site*.

⁴⁵⁶ Jornal JURID. 25 de julho de 2012. *Decisão judicial absolve proprietário de rádio comunitária irregular*; Poder Judiciário. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. APELAÇÃO CRIMINAL 7736 - SE (2005.85.00.004229-0). Disponível em: http://www.trf5.jus.br/data/2012/07/200585000042290_20120726_3722519.pdf

telefônica interceptada pela polícia, que vincularia a parte supostamente ofendida a pessoas ligadas a atividades criminosas⁴⁵⁷.

230. Em 7 de agosto, a Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo declarou improcedente um recurso de indenização por danos morais contra a *TV Globo* por ter divulgado, em 2001, uma reportagem sobre supostas irregularidades na venda de bens sob custódia judicial. O Tribunal considerou que não deve ser deduzido do texto jornalístico “qualquer conotação injuriosa a impor a indenização por danos morais, pois não se verifica qualquer tipo de abuso no direito/obrigação de informar”⁴⁵⁸.
231. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 18 de outubro, foi criado o Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil”, com base na aprovação de uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O grupo é composto por autoridades estatais, membros do Ministério Público e representantes da sociedade civil. Suas funções incluem analisar denúncias referentes à situação de violência contra profissionais de comunicação social no exercício de suas funções; propor ações que auxiliem a criação de um sistema de monitoramento de denúncias de violações aos direitos humanos dessas pessoas, bem como medidas que visem ao aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para esse segmento; e propor diretrizes para a efetiva segurança dos profissionais de comunicação diante de situações de risco decorrentes do exercício da profissão⁴⁵⁹.
232. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 13 de novembro de 2012, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa. Entre as suas funções, o fórum deverá produzir dados estatísticos relativos a ações judiciais em matéria de liberdade de imprensa e estudar decisões judiciais sobre o mesmo tema em países democráticos. Uma das finalidades do fórum é facilitar a melhor compreensão dos problemas jurídicos suscitados em virtude do exercício da liberdade de imprensa. A resolução também prevê que o fórum deverá atuar de forma integrada com escolas de magistratura e instituições de formação e especialização de juízes, buscando aprofundar estudos sobre o assunto. O fórum está composto por membros de associações de imprensa, representantes do Conselho Nacional de Justiça e juízes, entre outros⁴⁶⁰.

⁴⁵⁷ Tribunal de Justiça. Poder Judiciário São Paulo. 8 de agosto de 2012. Acórdão. Registro: 2012.0000397331. Disponível em: <https://conjur.com.br/dl/decisao-globo2.pdf>; Consultor Jurídico. 15 de agosto de 2012. [Imprensa tem direito de divulgar material sob sigilo](#).

⁴⁵⁸ Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 7 de agosto de 2012. Acórdão. Registro 2012.0000384930. Disponível em: <https://conjur.com.br/dl/acordao-apelacao-9286888-5420088260000.pdf>; Consultor Jurídico. 21 de agosto de 2012. [TJ-SP rejeita ação de R\\$7 milhões contra a TV Globo](#).

⁴⁵⁹ Presidência da República do Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Resolução N° 07. 18 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/resolucoes/2012/resolucao-07-profissionais-de-comunicacao>

⁴⁶⁰ Poder Judiciário do Brasil. Conselho Nacional de Justiça. 13 de novembro de 2012. Resolução N° 163. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_163_2012.pdf; Agência CNJ de Notícias. 13 de novembro de 2012. [Criado fórum para monitorar processos relativos à liberdade de imprensa](#).

B. Assassínatos

233. A Relatoria Especial foi informada dos assassinatos do jornalista Mário Randolpho Marques Lopes e de sua companheira, Maria Aparecida Guimarães, ocorridos na madrugada de 9 de fevereiro em Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, na noite de 8 de fevereiro, pelo menos três desconhecidos teriam sequestrado o jornalista e a sua companheira dentro da residência do casal. Na manhã seguinte, os cadáveres foram encontrados na rua de um bairro de Barra do Piraí com ferimentos de bala. Mário Randolpho Marques Lopes era editor chefe do jornal eletrônico *Vassouras na Net*, da localidade de Vassouras, no qual fazia fortes críticas e denúncias contra funcionários públicos locais. Marques Lopes havia sido vítima de um primeiro ataque em julho de 2011, quando sofreu vários ferimentos de bala⁴⁶¹.
234. Em 12 de fevereiro, o jornalista Paulo Roberto Cardoso Rodrigues foi assassinado em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. De acordo com as informações recebidas, na noite de 12 de fevereiro, dois homens que estavam em uma motocicleta dispararam contra o veículo que ele conduzia. Conhecido como Paulo Rocaró, o comunicador Cardoso Rodrigues foi ferido gravemente. Ele foi levado ainda com vida a um hospital, mas morreu horas depois. Com uma longa trajetória em meios de comunicação, Cardoso Rodrigues era o editor chefe do *Jornal da Praça* e fundador da página de notícias na Internet *Mercosul News*. O jornalista tinha uma posição crítica sobre autoridades locais. As investigações preliminares da polícia consideraram muito provável que o crime tenha relação direta com as investigações realizadas pelo jornalista⁴⁶².
235. A Relatoria Especial foi informada do assassinato do jornalista e blogueiro político Décio Sá, ocorrido em 23 de abril na cidade de São Luís, no Maranhão. Segundo o informado, Sá estava em um restaurante quando um pistoleiro entrou no local e o atingiu com vários tiros pelas costas. O secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluísio Mendes, declarou que o crime havia sido um assassinato por encomenda destinado a executar o jornalista. O secretário ordenou a criação imediata de uma força tarefa especial para investigar o atentado e identificar os responsáveis. Ele assegurou que se realizariam todas as investigações para evitar a impunidade no caso. Sá trabalhava como jornalista da área de política no jornal *O Estado do Maranhão* e também escrevia em um blog de sua autoria chamado *Blog do Décio*, no qual denunciava esquemas de corrupção. O blog tinha se convertido em um dos mais lidos da região⁴⁶³. Em 13 de junho, autoridades policiais do Maranhão apresentaram à

⁴⁶¹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 13 de fevereiro de 2012. Comunicado de Imprensa R17/12. [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão condena o assassinato de jornalista na República Federativa do Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 10 de fevereiro de 2012. [Asesinam a periodista que informaba sobre corrupción en Brasil](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). 10 de fevereiro de 2012. [ANJ repudia assassinato de jornalista em Barra do Piraí \(RJ\)](#).

⁴⁶² CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 15 de fevereiro de 2012. Comunicado de Imprensa R18/12. [Relatoria Especial condena o novo assassinato de jornalista na República Federativa do Brasil](#); Folha de São Paulo. 16 de fevereiro de 2012. [Polícia diz acreditar que jornalista de MS foi morto por vingança](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). 14 de fevereiro de 2012. [ANJ pede rápida apuração sobre assassinato de jornalista](#).

⁴⁶³ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 26 de abril de 2012. Comunicado de Imprensa R40/12. [Relatoria Especial repudia homicídio de jornalista e blogueiro político no Brasil](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 24 de abril de 2012. [O Jornalista e blogueiro Décio Sá morto a tiros](#); Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. 27 de abril de 2012. [Preocupa a ACNUDH tendencia de asesinatos de periodistas que dañan el ejercicio de la libertad de expresión en Brasil](#).

imprensa seis suspeitos, detidos como supostos autores materiais e intelectuais do crime. Um capitão da Polícia Militar também foi detido. O crime teria sido motivado por publicações do jornalista em seu blog⁴⁶⁴.

236. Em 5 de julho, o jornalista esportivo Valério Luiz de Oliveira foi assassinado em Goiânia, capital de Goiás. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, um motociclista disparou várias vezes contra o comunicador quando ele saía da emissora onde trabalhava, a *Rádio Jornal 820*. Segundo o informado, Valério Luiz era considerado uma figura crítica no jornalismo esportivo de sua região. Devido a seus comentários, tivera sua entrada proibida nas instalações de um time de futebol de Goiás e recebera ameaças de morte havia pouco tempo. Ele também trabalhava no *Canal PUC TV*. As autoridades policiais de Goiás iniciaram imediatamente um inquérito⁴⁶⁵.
237. A Relatoria também foi informada do assassinato de Eduardo Carvalho, proprietário e editor do jornal eletrônico *UH News*, ocorrido em 21 de novembro, na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, um desconhecido disparou vários tiros contra Carvalho enquanto ele se encontrava em frente de sua residência. Segundo o informado, o jornalista tinha recebido graves ameaças devido às denúncias que publicava contra a polícia e funcionários locais de Mato Grosso do Sul⁴⁶⁶.
238. O Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH, aprovada em 2000, dispõe que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

C. Agressões e ameaças contra jornalistas e meios de comunicação

239. De acordo com as informações recebidas, repórteres do *Jornal do Litoral* foram intimidados por supostos agentes de segurança privada, em 30 de dezembro de 2011, depois de o jornal publicar uma reportagem sobre abusos cometidos por um serviço de vigilância de condomínios de luxo. Segundo o informado, uma equipe de segurança

⁴⁶⁴ Governo do Estado do Maranhão. Polícia Civil. Sem data. *SSP apresenta mandantes e executor da morte do jornalista Décio Sá*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t2cv0oyYI2U&list=UUt2QbwQTb3smCcfN0dtdeOA>; Estadão. 13 de junho de 2012. [Polícia maranhense esclarece caso de assassinato de jornalista e prende 7](#).

⁴⁶⁵ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 11 de julho de 2012 Comunicado de Imprensa R86/12. [Relatoria Especial condena o assassinato de comentarista esportivo no Brasil](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 9 de julho de 2012. [Um comentarista esportivo abatido em Goiânia: A pista profissional equacionada](#); UNESCO. 18 de julho de 2012. [Director-General calls for investigation into the killing of Brazilian journalist Valério Luiz de Oliveira](#).

⁴⁶⁶ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 27 de novembro de 2012. Comunicado de Imprensa R139/12. [Relatoria Especial condena assassinato de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 26 de novembro de 2012. [Jornalista brasileiro é morto em Campo Grande](#); Globo. 22 de novembro de 2012. [Jornalista é morto a tiros em frente de casa em Campo Grande](#).

- de um condomínio abordou o veículo em que viajavam os repórteres, pedindo explicações sobre a reportagem e perguntando pelo paradeiro do autor⁴⁶⁷.
240. A Relatoria Especial foi informada de uma série de ataques contra as instalações de meios de comunicação. Conforme relatado, na madrugada de 4 de fevereiro, dois homens em uma motocicleta fizeram três disparos contra o escritório da *TV Oeste*, emissora afiliada da cadeia *TV Bahia*, em Barreiras. O ataque, que ocorreu no contexto de uma greve da Polícia Militar, não deixou feridos, mas danificou a fachada e a porta principal do edifício⁴⁶⁸. A Relatoria Especial foi informada também que, em 8 de fevereiro, um incêndio destruiu os equipamentos da rádio comunitária *Ibicoara FM*, em Ibicoara, na Bahia. De acordo com os dados recebidos, durante a madrugada, alguns desconhecidos forçaram a porta da emissora, lançaram líquidos inflamáveis e atearam fogo nos equipamentos. O diretor da rádio, Emerson Silva Bispo, afirmou que, um mês antes, a emissora tinha transmitido programas críticos às autoridades locais⁴⁶⁹. Em 8 de fevereiro, outro incêndio destruiu parcialmente o edifício onde funciona o jornal *Folha do Boqueirão* em Curitiba, no Paraná. O jornal é de propriedade do vereador Francisco Garcez, que preside o Conselho de Ética da Câmara Municipal. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, antes do incêndio, o diretor do jornal teria recebido várias ameaças⁴⁷⁰. Em 13 de setembro, um explosivo destruiu as instalações da *Rádio Farol*, localizada em União dos Palmares, em Alagoas. A emissora pertencia ao deputado federal João Caldas e fazia críticas ao prefeito local⁴⁷¹.
241. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 23 de julho, um funcionário do alto escalão da cidade de Redenção, no Pará, insinuou a uma jornalista e a um fotógrafo do jornal *O Globo* que eles poderiam aparecer mortos. A equipe jornalística investigava denúncias de corrupção na cidade⁴⁷². Ainda em julho, o repórter André Caramante, do jornal *Folha de São Paulo*, foi ameaçado em uma página do Facebook, depois de publicar uma reportagem em que criticava o discurso violento de um ex-comandante da Polícia Militar e candidato a vereador⁴⁷³. Em 18 de agosto, agentes de segurança do município de Bacabal, no Maranhão, agrediram o cinegrafista da emissora *TV Difusora*, Romário Alves, quando ele gravava a inauguração de uma praça pública. Segundo o informado, o cinegrafista se recusara a sair do local público. Diante da sua negativa, acabou sendo golpeado e tendo sua
-
- ⁴⁶⁷ Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 3 de janeiro de 2012. [Sindicato repudia ameaças aos jornalistas do Diário do Litoral, no Guarujá](#); Portal Imprensa. 3 de janeiro de 2012. [Diário do Litoral denuncia ameaças a jornalistas no Guarujá \(SP\)](#).
- ⁴⁶⁸ Correio. 4 de fevereiro de 2012. [TV Oeste, afiliada da Rede Bahia, é alvo de tiros em Barreiras](#); TV Globo. 4 de fevereiro de 2012. [Homens atiram contra sede da TV Oeste, afiliada da TV Bahia](#).
- ⁴⁶⁹ Itaberaba Notícias. 9 de fevereiro de 2012. [Rádio Comunitária é incendiada no interior da Bahia](#); Correio. 8 de fevereiro de 2012. [Rádio comunitária é incendiada no município de Ibicoara](#).
- ⁴⁷⁰ Paraná Online. 8 de fevereiro de 2012. [Incêndio causa destruição em sede de jornal](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 8 de fevereiro de 2012. [Incêndio destrói sede de jornal de vereador no Paraná](#).
- ⁴⁷¹ Repórteres sem Fronteiras (RSF). 17 de setembro de 2012. [Campanha das municipais manchada por assassinato de proprietário de jornal](#); Tribuna Hoje. 13 de setembro de 2012. [Criminosos explodem Rádio Farol, de deputado federal em União](#).
- ⁴⁷² Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 26 de julho de 2012. [Equipe da Globo é ameaçada em município do interior do Pará](#); Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 27 de julho de 2012. [DH investiga ameaça a jornalistas do "Globo"](#).
- ⁴⁷³ Brasil de Fato. 19 de julho de 2012. [Repórter da Folha relata ameaças depois de denúncia contra a PM](#); Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 17 de julho de 2012. [Sindicato repudia intimidações de coronel da PM a jornalista](#).

câmara danificada pelas supostas autoridades locais⁴⁷⁴. De acordo com informação recebida, em 30 de agosto, um veículo do canal de televisão *TV Aratu* foi atingido por balas no bairro de Pirajá, em Salvador, na Bahia⁴⁷⁵. Em 1º de setembro, Monize Taniguti, diretora da publicação semanal *O Jornal*, de Guaíra, no estado de São Paulo, foi agredida quando levava em seu carro centenas de exemplares da publicação para ser distribuídas. Os agressores roubaram os exemplares e a ameaçaram⁴⁷⁶. A Relatoria Especial também foi informada sobre as ameaças de morte contra o jornalista André Caramante, especializado na área de segurança pública, e sua família. Ocorridas em setembro, as intimidações obrigaram o jornalista a sair do país. De acordo com investigações, os constrangimentos teriam relação com uma nota crítica que ele publicou sobre um ex-integrante da polícia e vereador eleito da cidade de São Paulo⁴⁷⁷.

242. A Relatoria Especial foi informada de diversas agressões e supostas tentativas de censura contra comunicadores ocorridas no contexto das eleições municipais de 7 de outubro. Segundo o informado, em 13 de setembro, o jornalista Marcelo Rocha e o fotógrafo Emmanuel Pinheiro, da revista *Época*, foram ameaçados por caminhoneiros na cidade de Betim, Minas Gerais, quando faziam uma reportagem sobre supostos pagamentos que esses trabalhadores teriam recebido de um candidato à prefeitura, e foram obrigados a apagar as imagens gravadas⁴⁷⁸. Em 16 de setembro, o repórter Wal Alencar, da televisão *Sistema Monólitos*, foi golpeado por um simpatizante de um candidato a prefeito no município de Quixadá, no Ceará, quando cobria uma atividade política⁴⁷⁹. O jornalista Luis Schwelm, da *Record News*, foi agredido, em 17 de setembro, enquanto cobria um comício de um candidato à prefeitura de Estreito, no Maranhão, e, posteriormente, recebeu ameaças dos supostos agressores⁴⁸⁰. Além desses casos, depois de publicado o resultado das eleições de 7 de outubro, a casa do jornalista Armando de Amorim Anache, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, foi atacada com artefatos explosivos por supostos simpatizantes do prefeito daquela

⁴⁷⁴ Associação Brasileira de Imprensa (ABI). 20 de agosto de 2012. [ABI repudia violência no Maranhão](#); Gazeta da Ilha. 20 de agosto de 2012. [Equipe da TV é agredida em Bacabal](#).

⁴⁷⁵ Folha de São Paulo. 31 de agosto de 2012. [Carro de equipe de reportagem é alvo de tiros na Bahia](#); Bahia Notícias. 30 de agosto de 2012. [Carro da TV Aratu é atingido por seis tiros no Boiadeiro](#).

⁴⁷⁶ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 4 de setembro de 2012. [Jornalista é agredida e tem jornais roubados no interior de SP](#); Globo. 2 de setembro de 2012. [Diretora de jornal é agredida em canal de Guaíra, SP](#).

⁴⁷⁷ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 9 de outubro de 2012. [Abraji lamenta afastamento de André Caramante e cobra investigação rápida das ameaças](#); Época. 8 de outubro de 2012. [Um repórter ameaçado de morte](#).

⁴⁷⁸ Época. 22 de setembro de 2012. [As práticas eleitorais arcaicas que ainda persistem no Brasil](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 19 de setembro de 2012. [Além de censura, jornalistas brasileiros sofrem agressões frequentes de candidatos na campanha eleitoral](#).

⁴⁷⁹ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 19 de setembro de 2012. [Repórter é agredido ao cobrir suposto evento político no Ceará](#); Tribuna Hoje. 18 de setembro de 2012. [Repórter é agredido e continua a gravar com rosto ensanguentado](#).

⁴⁸⁰ Tribuna do Tocantins. 19 de setembro de 2012. [Jornalista é agredido durante comício da candidata Verbena Macedo](#); Almanaque da TV. 25 de setembro de 2012. [Em comício, jornalista da Record News é agredido violentamente](#); YouTube / Luis Schwelm. 19 de setembro de 2012. [Agressão a Repórter Luis Schwelm-Estreito/MA](#).

- cidade. O jornalista denunciava casos de corrupção e já teria sido vítima, anteriormente, de outras agressões e ameaças de morte⁴⁸¹.
243. Segundo as informações recebidas, a jornalista Vânia Cardoso, da *TV Record*, de Xinguara, no Pará, denunciou à polícia um suposto plano para assassiná-la, provavelmente, comandado por um homem já detido e sobre quem ela teria feito uma reportagem em 2011⁴⁸². Da mesma forma, a Relatoria Especial foi informada que, na noite de 29 de novembro, a casa de Antônio Fabiano Portilho Coene, editor da página digital de notícias *Portal i9*, foi atacada com disparos e um coquetel molotov. Portilho Coene tinha escrito sobre o suposto tráfico de influências que comprometia autoridades na fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai⁴⁸³.
244. A Relatoria Especial manifesta especial preocupação com a situação do jornalista Mauri König, que teve de abandonar a cidade de Curitiba, no Paraná, com sua família, diante das graves ameaças recebidas logo depois de publicar uma série de reportagens investigativas sobre supostos atos de corrupção policial. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 17 de dezembro de 2012, o escritório do jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, recebeu inúmeras chamadas telefônicas nas quais se alertava que o jornalista estaria em perigo. Em pelo menos uma dessas chamadas, o autor se identificou como agente policial e alertou König de que supostos membros da segurança pública planejavam agredi-lo. Segundo as investigações, o jornalista estava recebendo ameaças desde maio de 2012, quando dera início à publicação das reportagens sobre supostos atos de corrupção⁴⁸⁴.
245. Como já foi citado, o Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da CIDH, aprovada em 2000, dispõe que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

D. Responsabilidades ulteriores

246. A Relatoria Especial recebeu informação relativa ao fechamento do jornal *JÁ*, em fevereiro de 2012, como consequência de uma condenação civil de indenização por danos morais ocorrida em 2003. O *JÁ* era um jornal mensal de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tinha 26 anos de existência e uma circulação de 5.000 exemplares. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, o caso teve origem em uma

⁴⁸¹ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 31 de outubro de 2012. [Jornalista é ameaçado em Aquidauana, MS](#); Correio de Corumbá. 31 de outubro de 2012. [Armando Anache denuncia “ataque” após eleição em Aquidauana](#).

⁴⁸² PA 24hs Digital. 24 de novembro de 2012. [Repórter da TV ameaçada de morte em Xinguara](#); Estado do Tapajós. 28 de novembro de 2012. [Xinguara: repórter da TV Record está com medo de ser assassinada](#).

⁴⁸³ IFEX / Repórteres sem Fronteiras (RSF). 4 de dezembro de 2012. [News website owner’s home attacked in Brazil](#); Associação de Entidades Jornalísticas Argentinas (ADEPA). 6 de dezembro de 2012. [Atentan contra domicilio de periodista brasileiro](#).

⁴⁸⁴ Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 18 de dezembro de 2012. [Jornalista brasileiro Mauri König escondido após receber ameaças](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 19 de dezembro de 2012. [Repórter ameaçado no Paraná deverá sair do país](#); International Press Institute (IPI). 19 de dezembro de 2012. [Prize-winning Brazilian journalist forced to leave home after threat](#).

publicação de maio de 2001, que denunciava suposta malversação de fundos públicos por parte de uma empresa estatal da qual participava o familiar de um ex-governador. Por conta de sua investigação, o autor da reportagem e diretor fundador do *JÁ*, Elmar Bones da Costa, ganhou dois prêmios jornalísticos no Brasil. A família mencionada na reportagem iniciou um processo penal contra o jornalista, além de uma ação civil contra o *JÁ*. Em 2002, o jornalista foi absolvido em primeira e em segunda instância penal pelos crimes de calúnia e difamação. Na sentença, os juízes reconheceram a ausência de dolo na publicação e o fato de que se tratava de um assunto de interesse público. Na via civil, o jornal foi condenado na apelação. No entanto, a sentença não fez referência à absolvição do jornalista em matéria penal nem aplicou o critério de “real malícia” para estabelecer a responsabilidade do jornal. Em 2005, a justiça ordenou o embargo dos bens da empresa. Em 2009, quando o pagamento ordenado à *JÁ* somava US\$ 32.000,00, a Justiça impôs um bloqueio de 20 por cento das receitas brutas do jornal. Em 2010, as contas pessoais de Bones e de seu sócio, o jornalista Kenny Braga, foram congeladas. No ano anterior, os acusadores teriam oferecido um acordo ao jornal. No entanto, o mesmo, que implicava em pagar a indenização em 100 quotas mensais, publicar uma nota a respeito dos demandantes e retirar de circulação o exemplar do jornal que relatava a história do caso judicial, foi rejeitado pelo jornalista. Em 2012, devido as dívidas acumuladas e a insolvência financeira, Elmar Bones decidiu fechar o jornal⁴⁸⁵.

247. Em outubro, uma juíza processou o blogueiro Leonardo Sakamoto por danos morais. A base da ação foi um artigo em que Sakamoto criticava uma decisão da juíza, que teria, supostamente, prejudicado os direitos dos trabalhadores de uma empresa agrícola. No entanto, o tribunal rejeitou uma solicitação de medida cautelar que buscava retirar o mencionado artigo do blog e proibir que o nome da juíza aparecesse nos textos de Sakamoto⁴⁸⁶.
248. Segundo o Princípio 10 da Declaração de Princípios da CIDH, “as leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. Nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público, ou uma pessoa pública, ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público, a proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis. Além disso, é necessário provar que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou que estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas”.
249. Da mesma forma, a Corte Interamericana estabeleceu, quanto à eventual responsabilidade civil, que as condenações cíveis em matéria de liberdade de expressão devem ser estritamente proporcionais, de forma a não causar um efeito

⁴⁸⁵ Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. 18 de dezembro de 2003. Apelação civil N° 70005439948. Disponível em: http://www3.tjrs.ius.br/site_php/consulta/download/exibe_documento.php?codigo=487056&ano=2003; Observatório da Imprensa. 25 de janeiro de 2012. *Vitória da truçulência. O jornal JÁ fechou*; Sul21. 16 de janeiro de 2012. *Elmar Bones: “Acordo com Rigotto seria trair o jornalismo”*; You Tube/ Ruidit, Ronaldo. 11 de setembro de 2011. *Jornal JÁ, o caso Rigotto*; Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 12 de fevereiro de 2012. *Após assédio judicial, jornal de bairro de Porto Alegre é obrigado a fechar*.

⁴⁸⁶ Consultor Jurídico. 25 de outubro de 2012. *Juíza processa blog por texto sobre decisão judicial*; Portal Imprensa. 25 de outubro de 2012. *Juíza processa blog do Sakamoto por texto sobre libertação de escravos*; Blog do Sakamoto. 25 de outubro de 2012. *Juíza quer censurar este blog por relatar decisão em caso de libertação de escravos*.

inibidor sobre essa liberdade, já que “o temor à sanção civil, ante a pretensão [...] de uma reparação civil sumamente elevada, pode ser, de qualquer modo, tão ou mais intimidante e inibidor para o exercício da liberdade de expressão que uma sanção penal, no tanto em que tem a potencialidade de comprometer a vida pessoal e familiar de quem denuncia um funcionário público, com o resultado evidente e muito negativo de autocensura, tanto para o prejudicado como para outros potenciais críticos da atuação de um servidor público”⁴⁸⁷.

E. Reformas legais

250. De acordo com informação recebida, em 7 de agosto, o Senado aprovou em segundo turno uma Proposta de Emenda Constitucional que torna obrigatória a obtenção de diploma, expedido por uma instituição oficial de ensino, para o exercício da profissão de jornalista. De acordo com o informado, o projeto baseia-se em uma disposição constitucional segundo a qual todas as profissões devem ser reguladas pelo Poder Legislativo. A reforma deve ser aprovada pela Câmara dos Deputados⁴⁸⁸. A Relatoria observa que, mediante decisão de 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal havia abolido a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo⁴⁸⁹.

F. Internet e liberdade de expressão

251. Em 2012, a Relatoria acompanhou com interesse os debates sobre o Projeto de Lei No. 2.126/2011, também conhecido como “Marco Civil da Internet”, em discussão no Congresso Nacional⁴⁹⁰. O projeto é produto de uma iniciativa liderada pelo Ministério da Justiça e o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Vargas e foi objeto de consultas amplas e públicas com a sociedade brasileira⁴⁹¹. O projeto estabelece a liberdade de expressão como um dos princípios da regulação em matéria de Internet e contém disposições relativas, entre outros pontos, à responsabilidade dos intermediários, à neutralidade na rede e à promoção do acesso à Internet. A Relatoria considera importante esta iniciativa, já que a adoção de um marco regulatório claro e que respeite a liberdade de expressão permite o exercício desse direito em condições de maior transparência, segurança jurídica e com garantias de proteção. Esse projeto torna-se mais importante ainda, quando se leva em consideração os vários casos que ocorreram em 2012, nos quais intermediários que fornecem aplicativos na Internet foram objeto de ordens judiciais, como se menciona a seguir.

252. Segundo as informações recebidas, a justiça eleitoral do Mato Grosso do Sul ordenou que fossem excluídos do YouTube (propriedade do Google) os vídeos que se referiam em termos críticos a um candidato à prefeitura de Campo Grande. Diante do suposto não cumprimento da decisão judicial, em 26 de setembro de 2012, Fabio José Silva Coelho, diretor do Google Brasil, acabou sendo detido por um breve período. Além

⁴⁸⁷ Corte IDH. *Caso Tristán Donoso Vs. Panamá. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 27 de janeiro de 2009. Série C, N° 193. § 129.

⁴⁸⁸ Senado Federal. Sem data. [Proposta de Emenda à Constituição Nº 33 de 2009](#); Globo. 7 de agosto de 2012. [Senado aprova exigência de diploma para jornalistas](#); Último Segundo. 7 de agosto de 2012. [Senado aprova diploma obrigatório para jornalista](#).

⁴⁸⁹ CIDH. Relatório Anual 2009. Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Capítulo II (Avaliação sobre o Estado da Liberdade de Expressão no Continente). OEA/Ser.L/V/II. Doc. 51. 30 de dezembro de 2009. § 62. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/pdf%20files/RELEAnual%202009.pdf>.

⁴⁹⁰ Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. [Projeto de Lei N° 2.126/2011](#).

⁴⁹¹ Fundação Getúlio Vargas. 27 de setembro de 2011. [Civil Rights Framework for Internet in Brazil](#).

disso, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral ordenou também o bloqueio do YouTube na cidade de Campo Grande e, se possível, em todo o estado de Mato Grosso do Sul durante 24 horas⁴⁹².

253. A informação recebida indica ainda que um juiz eleitoral no estado da Paraíba ordenou a retirada de um vídeo do YouTube que se referia em termos críticos a um candidato à prefeitura de Campina Grande. Diante do suposto descumprimento da ordem, foi ordenada a detenção do diretor financeiro do Google Brasil, Edmundo Luiz Pinto Balthazar, em 14 de setembro⁴⁹³. No dia seguinte, a ordem de prisão foi revogada mediante a concessão de uma medida liminar⁴⁹⁴.
254. A Relatoria Especial foi informada de que um juiz eleitoral do Amapá ordenou ao jornal *O Estado de São Paulo* que retirasse uma nota publicada no blog do jornalista João Bosco Rabello, com base na suposta violação da lei eleitoral. A medida foi impugnada pelo Ministério Público e revogada pelo mesmo juiz em 25 de setembro⁴⁹⁵. No mesmo dia, o Tribunal de Justiça de São Paulo ordenou ao YouTube que retirasse do ar vídeos com cenas do filme “A Inocência dos Muçulmanos”, em resposta a um processo iniciado pela União Nacional de Entidades Islâmicas. A decisão, apoiada na resposta violenta ao filme em outros países e na natureza ofensiva do mesmo, estava acompanhada também de uma multa de R\$ 10.000,00 (cerca de US\$ 5.000,00) por cada dia de atraso em seu cumprimento⁴⁹⁶. Segundo a informação recebida, a justiça eleitoral do estado de São Paulo ordenou que o jornalista Márcio Francisco retirasse de seu blog (hospedado no blogspot.com, de propriedade do Google) determinado conteúdo avaliado como ofensivo pela prefeita de Ribeirão Preto. Em 28 de setembro, um juiz novamente ordenou a detenção de Edmundo Luiz Pinto Balthazar, diretor financeiro do Google, diante do suposto descumprimento da decisão judicial⁴⁹⁷. No dia seguinte, a ordem de prisão foi suspensa por conta da concessão de uma medida liminar⁴⁹⁸.
255. A Relatoria Especial recorda que, na Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e Internet adotada em 2011, o Relator Especial das Nações Unidas para a

⁴⁹² BBC Mundo. 25 de setembro de 2012. [Ordenam a detenção do presidente do Google Brasil](#); Globo. 26 de setembro de 2012. [Após ser ouvido na PF, diretor-geral no Brasil é liberado, diz Google](#).

⁴⁹³ Último Segundo. 14 de setembro de 2012. [Juiz eleitoral da Paraíba manda PF prender diretor do Google no Brasil](#); Globo. 14 de setembro de 2012. [Juiz eleitoral da PB decreta prisão de diretor do Google Brasil](#); Migalhas. 18 de setembro de 2012. [Revoçada ordem de prisão contra diretor do Google](#).

⁴⁹⁴ Justiça eleitoral do Estado de Paraíba. Juiz Miguel de Britto Lyra Filho. Medida liminar de 15 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20120918-05.pdf

⁴⁹⁵ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 25 de setembro de 2012. [Abraji lamenta censura a blog de O Estado de S. Paulo](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 24 de setembro de 2012. [Justiça Eleitoral obriga blog de jornal a tirar post do ar por “culto à imagem negativa” de candidato a prefeito](#); Estadão. 25 de setembro de 2012. [Ministério Público pede revocação da censura ao blog](#); Estadão. 25 de setembro de 2012. [Juiz revoga censura que ele próprio impôs ao blog](#).

⁴⁹⁶ Correio. 26 de setembro de 2012. [Tribunal de Justiça de SP determina ao YouTube a retirada do ar de trechos de filme anti-Islã](#); BBC Mundo. 26 de setembro de 2012. [Tribunal brasileiro ordena ao YouTube remover vídeos que causaram protestos](#).

⁴⁹⁷ Migalhas. 27 de setembro de 2012. [Juiz em Ribeirão Preto adverte que também poderá pedir prisão de diretor do Google](#); Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo. Juiz Sylvio Ribeiro de Souza Neto. Auto. N° 144-80.2012.6.26.0305. 28 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20121001-02.pdf

⁴⁹⁸ Migalhas. 1º de outubro de 2012. [TRE/SP suspende persecução criminal contra diretor do Google](#); Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Habeas Corpus N° 627-55.2012.6.26.0000. 29 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20121001-01.pdf

Liberdade de Opinião e de Expressão, a Representante para a Liberdade dos Meios de Comunicação da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), a Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos para a Liberdade de Expressão e a Relatora Especial sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) afirmaram que “nenhuma pessoa que ofereça unicamente serviços técnicos de internet como acesso, buscas ou conservação de informações em memória cache deverá ser responsável por conteúdos gerados por terceiros e que se difundam por meio desses serviços, sempre que não intervir especificamente em tais conteúdos nem se negar a cumprir uma ordem judicial que exija a sua eliminação quando estiver em condições de fazê-lo”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁹

Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Liberdade de Opinião e de Expressão, Representante para a Liberdade dos Meios de Comunicação da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, e Relatora Especial sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). 1º de junho de 2011. [Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e Internet](#).

CAPÍTULO V
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2011**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Luz Patricia Mejía

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

María Silvia Guillén

Dinah Shelton

Rodrigo Escobar Gil

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 30 de dezembro de 2011

A. Avanços

256. A Relatoria Especial manifesta sua satisfação com a aprovação no Senado Federal da Lei Geral de Acesso à Informação Pública, em 25 de outubro, e sua sanção pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro. A lei terá vigência a partir de 16 de maio de 2012, tempo necessário para sua regulamentação e para que as instituições façam as devidas adaptações para cumprir o disposto na nova legislação. O projeto de lei foi apresentado ao Congresso em 2009 e aprovado na Câmara dos Deputados em 2010. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, a lei prevê entre suas diretrizes que, como princípio geral, toda informação em poder do Estado é pública e o sigilo será excepcional. A diretriz elimina o sigilo perpétuo para documentos de governo; limita a 25 anos o prazo máximo de sigilo para as informações qualificadas como “ultrassecetas”, com uma única prorrogação; cria a categoria de informações “classificadas”, que permanecerão na confidencialidade por 15 anos, e a de informação “sigilosa”, que será confidencial por cinco anos. Os dados que tratem de violações de direitos humanos executadas por agentes públicos ou a mando dos mesmos não poderão ser submetidos a restrições de acesso. Qualquer pessoa poderá pedir permissão a informações públicas. Um órgão responsável deverá concedê-la de imediato e de forma gratuita, ou informar a data na qual a informação será entregue. A lei garante a possibilidade de que se recorra a instâncias superiores para impugnar a negativa de acesso à informação. Uma Comissão Mista de Avaliação de Informações, composta por ministros e representantes do Poder Legislativo e Judiciário, avaliará a cada quatro anos a classificação de informações e se encarregará de resolver, em última instância, a impugnação a negativas de acesso. O tratamento da informação pessoal deverá ser feito de modo transparente e com respeito à intimidade, à vida privada, honra e imagem das pessoas. Estará sujeito a um prazo máximo de restrição de 100 anos, exceto quando haja consentimento para divulgá-la da parte da pessoa aludida ou em cumprimento de uma ordem judicial, de requerimentos médicos ou para usos estatísticos que não impliquem identificar o indivíduo. A restrição de acesso a informações pessoais não poderá ser invocada para prejudicar a investigação de irregularidades nas quais a pessoa aludida possa estar implicada ou em ações destinadas a recuperar dados históricos de relevância⁵⁰⁰.
257. A Relatoria Especial registra com satisfação a aplicação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) a jornalistas sob ameaça ou em circunstância de risco excepcional. Segundo o informado, o jornalista Wilton Andrade dos Santos, da emissora *Milenius FM* do município de Itaporanga D’Ajuda, em Sergipe, recebeu a proteção do programa depois de sofrer agressões em 17 de dezembro de 2010, quando homens desconhecidos atiraram coquetéis molotov contra sua residência e incendiaram seu carro. Segundo o informado, o jornalista tinha denunciado supostas irregularidades no município e, por conta disso, recebido ameaças de morte. De acordo com a informação, Santos e sua família foram protegidos pelo programa depois do atentado e retornaram de Brasília a Itaporanga D’Ajuda, em 19 de março, acompanhados por membros da Força Nacional, treinados no programa sob os auspícios da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria

⁵⁰⁰

Presidência da República. [Lei N° 12.527 de 18 de novembro de 2011. Lei Geral de Acesso à Informação Pública](#); O Estado de São Paulo. 18 de novembro de 2011. [Dilma sanciona Comissão de Verdade e lei de Acesso à informação nesta sexta-feira](#); Senado Federal. 26 de outubro de 2011. [Senado rejeita possibilidade de sigilo eterno para documentos de governo](#).

Nacional de Segurança Pública e da Polícia Militar do Distrito Federal, instituições que seguiriam acompanhando o caso⁵⁰¹.

258. A Relatoria Especial teve conhecimento da captura, em 22 de dezembro de 2010, de uma pessoa acusada de participar do assassinato do jornalista Aristeu Guida da Silva, dono do jornal *A Gazeta*, ocorrido em São Fidélis, no estado do Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1995. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, a polícia prendeu Isael dos Anjos Rosa na cidade de Três Rios, no estado do Rio, como suspeito de estar envolvido em vários crimes, entre eles o do jornalista. Guida da Silva foi assassinado depois de publicar uma série de artigos sobre fatos de corrupção no município de São Fidélis. As investigações judiciais do crime revelaram que o assassinato havia sido ordenado pelas pessoas denunciadas e executado por um grupo local de extermínio⁵⁰².

B. Assassinatos

259. Durante 2011, a Relatoria Especial recebeu informações relativas a seis casos de assassinatos contra comunicadores no Brasil, que poderiam ter tido origem nas atividades profissionais das vítimas. A Relatoria reitera a obrigação do Estado de investigar os crimes, identificar e julgar os suspeitos e providenciar reparação adequada aos familiares das vítimas. Tais ações são imprescindíveis para impedir a impunidade e evitar a repetição dos fatos.

260. A Relatoria Especial teve conhecimento do assassinato do jornalista Luciano Leitão Pedrosa, em 9 de abril, na cidade de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, dois desconhecidos seguiram o jornalista até um restaurante, onde um deles disparou contra sua cabeça. Leitão Pedrosa era apresentador do programa "Ação e Cidadania", na *TV Vitória*, e também trabalhava na *Rádio Metropolitana FM*. Ele cobria diariamente as notícias policiais e era conhecido por denunciar constantemente as ações de bandos de criminosos e questionar as autoridades locais. Familiares relataram que o jornalista tinha recebido várias ameaças de morte⁵⁰³.

261. De acordo com as informações recebidas, em 3 de maio, foi assassinado o proprietário e repórter do jornal *Panorama Geral*, Valério Nascimento, na localidade de Rio Claro, no Rio de Janeiro. Segundo o informado, Nascimento foi encontrado sem vida na entrada de sua casa e seu corpo tinha várias perfurações a bala. Além do *Panorama Geral*, o jornalista tinha lançado uma nova publicação e, na última edição desse

⁵⁰¹ YouTube. 17 de dezembro de 2010. [Atentado contra o jornalista e radialista Wilton Andrade](#); A Tribuna Cultural. 19 de março de 2011. [Radialista retorna a Sergipe sob proteção da Força de Segurança Nacional](#); Secretaria de Direitos Humanos. [Proteção a Defensores de Direitos Humanos](#).

⁵⁰² Sociedade Interamericana de Imprensa. 23 de dezembro de 2010. *Acusado do assassinato de Aristeu Guida da Silva é preso 15 anos depois*. Disponível em: <http://www.impunidade.com/noticia.php?id=628&idioma=br>; Diário do Vale. 22 de dezembro de 2010. [Acusado de matar jornalista em São Fidélis é preso em Três Rios](#).

⁵⁰³ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 11 de maio de 2011. Comunicado de Imprensa R44/11. [Relatoria Especial condena dois crimes contra jornalistas no Brasil](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). 13 de abril de 2011. [ANJ repudia assassinato do apresentador Luciano Pedrosa](#); Comitê para Proteção dos Jornalistas (CPJ). 11 de abril de 2011. [Periodista brasileiro de rádio y televisión asesinado a balazos](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 22 de abril de 2011. [Um jornalista assassinado, a investigação não avança](#).

veículo, tinha denunciado uma série de supostas irregularidades na administração pública da localidade de Bananal⁵⁰⁴.

262. Em 15 de junho, foi assassinado o comunicador e dirigente político Edinaldo Filgueira, na localidade de Serra do Mel, no Rio Grande do Norte. De acordo com a informação disponível, três homens se aproximaram de Filgueira quando saía de seu trabalho e dispararam pelo menos seis tiros contra ele. Filgueira tinha sido presidente do Partido dos Trabalhadores em Serra do Mel e escrevia em um blog sobre assuntos políticos e regionais. O comunicador tinha recebido ameaças de morte depois de publicar um artigo em que criticava autoridades municipais. Nos dias 2 e 3 de julho, a polícia capturou cinco pessoas, acusadas de estarem envolvidas no assassinato do jornalista. Também foram confiscadas armas e munições, que poderiam ter sido usadas no atentado. Membros do Ministério Público responsáveis pelo inquérito declararam aos meios de comunicação que o ataque contra Filgueira foi motivado por suas publicações⁵⁰⁵.
263. Em 22 de julho, o jornalista Auro Ida foi assassinado em Cuiabá, no Mato Grosso. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, Auro Ida estava dentro de seu automóvel quando pelo menos um desconhecido se aproximou, pediu à mulher que acompanhava o jornalista que saísse do carro e disparou várias vezes contra ele. O deputado e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, José Riva, declarou a meios de comunicação locais que o jornalista comentara com ele que vinha sofrendo ameaças há várias semanas, devido a reportagens nas quais estava trabalhando. Auro Ida era jornalista especialista na área de política, fundador da *Mídia News* e colunista na página eletrônica *Olhar Direto*. Em sua longa carreira, trabalhou no jornal *A Gazeta*, em diversas rádios e revistas e foi secretário de Comunicação do governo de Cuiabá⁵⁰⁶. Em 24 de outubro, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso comunicou que o crime foi motivado por razões passionais. Segundo o informado, a polícia capturou dois suspeitos de terem participado no homicídio do jornalista. Entre eles, o suposto autor material do crime, que teria sido contratado pelo ex-marido da namorada de Ida⁵⁰⁷.
264. A Relatoria Especial foi informada do assassinato do jornalista radiofônico Vanderlei Canuto Leandro, ocorrido em 1º de setembro na cidade de Tabatinga, no Amazonas.

⁵⁰⁴ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 11 de maio de 2011. Comunicado de Imprensa R44/11. [Relatoria Especial condena dois crimes contra jornalistas no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 4 de maio de 2011. [Dueño de periódico brasileño asesinado a balazos](#); UNESCO. 9 de maio de 2011. [Director – General condemns murder of Brazilian journalist Valério Nascimento](#).

⁵⁰⁵ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 14 de julho de 2011. Comunicado de Imprensa R69/11. [Relatoria Especial condena assassinato de bloquero no Brasil e reconhece a rápida atuação das autoridades para investigar o crime](#); Rádio Santa Cruz. 16 de junho de 2011. [Morte em Serra do Mel pode ter sido crime eleitoral, diz presidente do PT](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 8 de julho de 2011. [Cinco sospechosos detenidos en el asesinato de un editor y político brasileño](#); Portal Imprensa. 7 de julho de 2011. [Grupo acusado de matar jornalista é preso no RN](#).

⁵⁰⁶ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 28 de julho de 2011. Comunicado de Imprensa R78/11. [Relatoria Especial condena novo assassinato de jornalista no Brasil](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 27 de julho de 2011. [Periodista político asesinado en Brasil](#); Olhardireto. 22 de julho de 2011. [Riva diz que Auro Ida sofria ameaças e cobra agilidade nas investigações](#).

⁵⁰⁷ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 24 de outubro de 2011. [Journalist shot in July was victim of a passion crime](#); SóNotícias. 17 de outubro de 2011. [Presos dois por morte do jornalista Auro Ida; um seria o atirador](#).

De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, desconhecidos em uma motocicleta dispararam contra o jornalista quando ele voltava para casa à noite. Vanderlei Canuto Leandro trabalhava como apresentador do programa *Sinal Verde*, da emissora bilíngue *Rádio Frontera*, em Tabatinga, na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. Ele era reconhecido pelas denúncias que fazia de supostos casos de corrupção no município. Em maio, o jornalista tinha denunciado ao Ministério Público as graves ameaças de morte que vinha recebendo, supostamente proferidas por uma autoridade municipal⁵⁰⁸.

265. Em 6 de novembro, foi assassinado Gelson Domingos da Silva, cinegrafista da *TV Bandeirantes*, durante a cobertura de uma operação policial contra supostos traficantes de drogas na favela Antares, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Segundo as últimas imagens captadas, o cinegrafista, posicionado atrás de um dos policiais que participavam da operação e protegido com um colete à prova de balas, filmava um intenso tiroteio quando foi atingido no peito por um disparo supostamente proveniente de uma das pessoas perseguidas pela polícia. O projétil perfurou o colete. Embora o jornalista tenha sido prontamente atendido, ele morreu antes de chegar a um centro médico. Segundo o informado, os jornalistas e a polícia foram atacados em uma zona que, minutos antes, havia sido declarada segura. A Relatoria também foi informada sobre os esforços da polícia para atender o cinegrafista ferido e proteger os demais jornalistas na cobertura dessa situação de risco extremo. As autoridades capturaram várias pessoas suspeitas e estavam investigando a autoria do crime⁵⁰⁹.
266. O Princípio 9 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

C. Agressões e ameaças a meios de comunicação e jornalistas

267. Em 23 de março, um desconhecido disparou contra o blogueiro Ricardo Gama, que acabou sendo ferido na cabeça. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, o comunicador estava no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, quando foi atacado pelo agressor de dentro de um automóvel. Testemunhas do atentado auxiliaram o blogueiro e o levaram a tempo a um hospital. Ricardo Gama, que também é advogado, publica um blog com seu nome, onde costuma tratar de assuntos polêmicos sobre temas políticos e policiais. Em publicações anteriores à agressão, ele tinha feito comentários sobre pessoas que abasteciam de drogas os bairros populares,

⁵⁰⁸ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 15 de setembro de 2011. Comunicado de Imprensa R102/11. [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão condena o assassinato de jornalista de rádio no Brasil](#); Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). 16 de setembro de 2011. [La SIP repudia quinto asesinato de periodista en Brasil](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 13 de setembro de 2011. [Vanderley Canuto, quinto periodista asesinado en 2011](#).

⁵⁰⁹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 10 de novembro de 2011. Comunicado de Imprensa R119/11. [Relatoria Especial lamenta a morte do cinegrafista brasileiro](#); Intercambio Internacional por la Libertad de Expresión. 9 de novembro de 2011. [Periodista asesinado en fuego cruzado mientras cubría operación policiaca](#); O Globo. 6 de novembro de 2011. [Veja como o cinegrafista da BAND foi morto durante operação do BOPE no Rio de Janeiro](#). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=endscreen&v=JMt70iM879c&NR=1>

além de críticas à gestão dos governos estadual e local. Após a sua recuperação, Gama continuou atualizando a página na Internet com os mesmos temas⁵¹⁰.

268. Em 4 de janeiro, foi atacado a tiros, em Aguaí, no estado de São Paulo, o carro do jornalista Jorge Chahad, assessor de imprensa da prefeitura e repórter do semanário *O Imparcial*, onde escreve sobre política local e corrupção⁵¹¹.
269. A Relatoria Especial foi informada das ameaças e agressões sofridas, em 6 de janeiro, por uma equipe da televisão *RBS TV*, em Indaial, estado de Santa Catarina, quando investigava uma denúncia de supostas irregularidades cometidas por empresários locais. Segundo o informado, o repórter Francis Silvy e os cinegrafistas Márcio Ramos e Andrei Luis foram ameaçados com uma arma de fogo, golpeados e perseguidos quando tentavam entrevistar as pessoas denunciadas⁵¹².
270. A Relatoria Especial teve conhecimento do atentado, em 17 de janeiro, contra a residência do jornalista Orley Antunes, diretor do jornal *Morretes Notícia*, no Paraná. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, desconhecidos derrubaram a porta da residência e lançaram uma bomba caseira que quebrou vidros. Não houve feridos⁵¹³.
271. A Relatoria Especial foi informada do ataque com disparos contra um helicóptero da *TV Globo* no Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 2011. De acordo com o informado, uma equipe jornalística da televisão cobria uma operação policial em favelas da cidade quando foi alvo dos disparos. Não houve feridos, mas o helicóptero precisou realizar um pouso de emergência⁵¹⁴.
272. Conforme as informações recebidas pela Relatoria, o jornalista Victor Soares, da *Victorpress Fotojornalismo*, foi agredido, em 30 de março, durante a cobertura de uma operação da Polícia Federal, em Manaus, que investigava um esquema de fraudes existente na cidade. Um advogado suspeito de participar do esquema ameaçou e atacou o jornalista, além de danificar seu equipamento fotográfico⁵¹⁵.
273. Em 3 de junho, um vereador do município de Paço do Lumiar, no Maranhão, agrediu o jornalista Moreira Neto depois de ele ter publicado denúncias sobre supostas

⁵¹⁰ Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 24 de março de 2011. [Bloqueiro brasileiro crítico baleado em Brasil](#); Repórteres sem Fronteiras. 24 de março de 2011. [Suspeita de represália: Bloqueiro é atacado a tiros no Rio](#); O Globo. 23 de março de 2011. [Bloqueiro Ricardo Gama é baleado em Copacabana](#).

⁵¹¹ Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). 26 de janeiro de 2011. [Condena la SIP atentado contra periodista brasileño](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). Julho 2011. [Relatórios de Atividades e de Liberdade de Imprensa](#). Pág. 54.

⁵¹² Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) / IFEX. 14 de janeiro de 2011. [Equipo de televisora sufre agresiones y amenazas](#); TV Globo. 7 de janeiro de 2011. [TV Globo - Repórter da RBS TV SC é agredido durante reportagem em Indaial](#). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2ZpXPfx4Ldw>.

⁵¹³ Folha. 21 de janeiro de 2011. [Casa de diretor de jornal é alvo de bomba no Paraná](#); Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). 26 de janeiro de 2011. [Condena la SIP atentado contra periodista brasileño](#). Disponível em: http://www.sipiapa.com/v4/comunicados_de_prensa.php?idioma=sp&seccion=detalles&id=4512.

⁵¹⁴ Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) / IFEX. 27 de janeiro de 2011. [Narcotraficantes atacan helicóptero de TV Globo](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). 2 de janeiro de 2011. [ANJ condena ataque a helicóptero da Globo](#).

⁵¹⁵ A Crítica. 2 de abril de 2011. [Agredido na operação Sol Dourado, fotojornalista denuncia advogado](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). Julho 2011. [Relatórios de Atividades e de Liberdade de Imprensa](#). Pág. 53.

- irregularidades que teriam participação do político. Segundo o informado, o vereador golpeou Moreira Neto e danificou seu equipamento fotográfico⁵¹⁶.
274. Conforme as informações recebidas pela Relatoria, o repórter e editor da revista *Veja*, Rodrigo Rangel, foi ameaçado e agredido por um lobista em um restaurante de Brasília em 6 de agosto. Segundo o informado, o jornalista entrevistava o lobista sobre denúncias relativas a irregularidades cometidas com a participação de funcionários públicos. Por conta disso, o entrevistado ameaçou o comunicador e sua família. Rodrigo Rangel foi golpeado, lançado contra uma mesa e teve seu bloco de notas roubado⁵¹⁷.
275. Em 3 de outubro, desconhecidos dispararam contra a casa do jornalista Francisco Cidimar Ferreira Sombra, apresentador de programas sobre temas sociais e políticos na rádio comunitária *Araibu FM* de Russas, no Ceará⁵¹⁸.
276. A Relatoria Especial teve conhecimento de um ataque contra o veículo do jornalista Sérgio Ricardo de Almeida da Luz, ocorrido em 5 de outubro. Luz foi atingido por seis disparos quando se encontrava em frente à sua casa em Toledo, no Paraná. De acordo com o informado, o jornalista é proprietário do semanário *Gazeta do Oeste* e estava investigando o aumento aparentemente injustificado do patrimônio de um funcionário público⁵¹⁹.
277. A Relatoria Especial teve conhecimento de que, em 3 de março, um comboio de veículos das forças especiais Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), da Polícia Militar de Goiás, passou com as luzes e sirenes de emergência ativadas em frente ao jornal *O Popular*. Nesse dia, o jornal tinha publicado uma reportagem com informações sobre uma investigação federal a respeito de um grupo de extermínio que envolveria membros da corporação policial. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, o desfile de unidades policiais foi interpretado pelo jornal como um ato de intimidação. Segundo o informado, o comandante da ROTAM de Goiás foi afastado do cargo e o funcionamento das forças especiais da Polícia Militar de Goiás foi suspenso. Tanto o comandante quanto os policiais participantes do comboio foram submetidos a medidas disciplinares⁵²⁰.
278. A Relatoria Especial teve conhecimento de que, em janeiro, o jornalista Luis Cardoso recebeu repetidas ameaças de morte depois de ter publicado artigos sobre uma ordem de captura contra o prefeito de Barra do Corda, no Maranhão, que havia

⁵¹⁶ Associação Nacional de Jornais (ANJ). Julho 2011. [Relatórios de Atividades e de Liberdade de Imprensa](#). Pág. 54; Journalism in the Americas. 3 de junho de 2011. [Vereador agride jornalista em Paço do Lumiar](#).

⁵¹⁷ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 6 de agosto de 2011. [Abraji lamenta e repudia agressão a jornalista em Brasília](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). Disponível em: <http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/noticias/anj-divulga-nota-condenando-agressao-a-editor-de-veja/>; Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) / IFEX. 27 de agosto de 2011. [Lobista agride a editor de revista Veja](#).

⁵¹⁸ Ceará é Notícia. 4 de outubro de 2011. [Radialista de Russas sofre atentado na noite desta segunda-feira](#); TV Russas. [Radialista Cid Ferreira sofre atentado em sua residência](#).

⁵¹⁹ Portal Imprensa. 6 de outubro de 2011. [Atentado](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 6 de outubro de 2011. [Jornalista policial tem carro baleado em atentado no Paraná](#).

⁵²⁰ Associação Nacional de Jornais (ANJ). 3 de março de 2011. [ANJ repudia ação intimidatória da PM goiana contra O Popular](#); Folha. 4 de março de 2011. [Chefe da PM em Goiás é afastado por suspeita de intimidar jornal](#).

escapado das autoridades. Nos telefonemas, o perpetrador das ameaças advertia o jornalista de que sabia onde ele morava e que o mataria⁵²¹.

279. O Princípio 9 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

D. Responsabilidades ulteriores

280. A Relatoria Especial recebeu informações de que, em 28 de junho, a Polícia Federal de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, indiciou o jornalista Allan Abreu, do *Diário da Região*, por divulgar informações protegidas por segredo de Justiça. O jornalista negou-se a revelar sua fonte. O caso teve origem depois de o jornal publicar, em maio, dois relatórios com informações provenientes de escutas telefônicas realizadas pela polícia em uma operação que, durante um ano, havia investigado uma rede de corrupção. Em 18 de julho, a Polícia Federal de São José do Rio Preto decidiu que, por hora, não processaria o diretor executivo do *Diário da Região*, Fabrício Carareto, investigado por ter autorizado a publicação dos artigos⁵²².
281. O Princípio 8 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “todo comunicador social tem o direito de reserva de suas fontes de informação, anotações e arquivos pessoais e profissionais”.

E. Condicionamentos prévios

282. Segundo informações recebidas pela Relatoria, em 15 de julho, foi confiscada a edição do jornal *Daqui*, de Montes Claros, em Minas Gerais, atendendo a uma solicitação do prefeito e em cumprimento de uma medida cautelar do juiz Marco Antônio Ferreira da 3ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros. A edição confiscada publicava na primeira página uma reportagem com informações sobre supostas irregularidades cometidas pelo prefeito com fundos municipais. A retirada do jornal dos postos de venda coincidiu com uma visita do governador de Minas Gerais ao município naquele dia. Segundo o informado, a ordem para confiscar as publicações foi executada por policiais de Montes Claros⁵²³.
283. A Relatoria Especial teve conhecimento de uma medida cautelar, com data de 2 de setembro e concedida pelo juiz de Apelação Leonel Pires Ohlweiler, da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que proibiu o jornal *Zero Hora* e

⁵²¹ Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Abril 2011. [Informe por país: Brasil](#); Portal Comunique-se. 16 de janeiro de 2011. [Jornalista é ameaçado de morte após publicar decreto de prisão de prefeito no MA](#).

⁵²² Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Outubro 2011. [Informe por país: Brasil](#); FM Diário. 28 de junho de 2011. [Polícia Federal indícia jornalista do diário](#); Meionorte. 30 de junho de 2006. [Jornalista é indiciado pela Polícia Federal após se negar a revelar sua fonte](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). Julho 2011. [Relatórios de Atividades e de Liberdade de Imprensa](#). Pág. 59.

⁵²³ *Daqui*. 26 de agosto de 2011. [Censurado](#); *Daqui*. 14 de julho de 2011. [Prefeito língu solta é desmoralizado](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ). Julho de 2011. [Relatórios de Atividades e de Liberdade de Imprensa](#). Pág. 60; Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Outubro 2011. [Informe por país: Brasil](#).

outros meios do grupo *RBS* de publicar o nome ou a imagem de um vereador do município de Dom Pedro de Alcântara, sob pena de receber uma multa diária de R\$ 1.000,00. O vereador tinha sido mencionado em reportagens sobre supostas irregularidades investigadas e apontadas pelo Ministério Público. Após um recurso, a medida foi revogada em 15 de setembro⁵²⁴.

284. De acordo com informações recebidas pela Relatoria, em 6 de setembro, a juíza substituta Adriana Garcia Rabelo, do Juizado de Primeira Instância de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, emitiu uma medida cautelar para que a revista *Viver Brasil* suprimisse temas de sua edição e retirasse da Internet uma informação sobre supostas irregularidades cometidas pelo prefeito de Nova Lima. Na medida cautelar, a juíza ordena à revista abster-se de praticar “qualquer ato que possa ou venha ofender a imagem e a honra do requerente por qualquer meio” e abster-se de distribuir os exemplares da edição 65 da revista *Viver* em Nova Lima⁵²⁵.
285. O Princípio 5 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “a censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação por meio de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão”.

F. Reformas legais

286. A Relatoria Especial tomou conhecimento de que o Senado aprovou em primeiro turno, em 30 de novembro, a Proposta de Emenda Constitucional 33/2009 que restabelece a exigência do diploma de curso superior como requisito para o exercício da profissão de jornalista⁵²⁶. A aprovação ocorreu apesar de, em 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal ter declarado inconstitucional a exigência do diploma de jornalista como condição para o exercício da atividade profissional. Com fundamento expresso nos padrões interamericanos vigentes, o Tribunal tinha destacado que essa disposição contraria o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos⁵²⁷. Apesar disso, a nova proposta foi aprovada, anteriormente, na Câmara dos Deputados

⁵²⁴ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 2 de setembro de 2011. [Abraji condena censura judicial a grupo RBS](#); Associação Nacional de Jornais (ANJ); 2 de setembro de 2009. *ANJ condena decisão da Justiça do Rio Grande do Sul que determina a não citação de vereador em noticiário*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/anj-condena-decisao-da-justica-do-rio-grande-do-sul-que-determina-nao-citacao-de-vereador-em-noticiario-2702920>; Portal Imprensa. 16 de setembro de 2011. [Justiça derruba censura ao Grupo RBS, que denunciava “Farra das Diárias”](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 15 de setembro de 2011. [Justiça do Rio Grande do Sul suspende censura à RBS](#).

⁵²⁵ Viver Brasil. Setembro de 2011. [Lei da mordaca](#); Estadão. 15 de setembro de 2011. [Em Minas Gerais, revista é obrigada a recolher edição](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). 14 de setembro de 2011. [Abraji condena censura judicial a revista de MG](#).

⁵²⁶ Senado Federal. Sem data. [Proposta de Emenda à Constituição. PEC 33/2009](#).

⁵²⁷ CIDH. Relatório Anual 2009. OEA/SER.L/V/II. Doc. 51. 30 de dezembro de 2009. Volume II: *Relatório Anual da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão*. Capítulo II (Avaliação sobre o Estado da Liberdade de Expressão no Continente). § 62. Disponível em: <http://www.cidh.org/pdf%20files/RELEAnual%202009.pdf>.

e, agora, no Senado⁵²⁸. A emenda ainda deverá ser votada em segundo turno pelo plenário do Senado. No momento do fechamento deste relatório, não havia data marcada para a votação. Se for aprovada em segundo turno no Senado, a proposta será enviada novamente à Câmara dos Deputados⁵²⁹.

287. O Princípio 6 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “toda pessoa tem o direito de externar suas opiniões por qualquer meio e forma. A associação obrigatória ou a exigência de títulos para o exercício da atividade jornalística constituem uma restrição ilegítima à liberdade de expressão. A atividade jornalística deve reger-se por condutas éticas, as quais, em nenhum caso, podem ser impostas pelos Estados”.

⁵²⁸ Agência Câmara de Notícias. 14 de julho de 2010. [Comissão aprova obrigatoriedade de diploma para jornalistas](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 1 de dezembro de 2011. [Senado brasileiro aprova proposta que restabelece exigência de diploma para jornalistas](#).

⁵²⁹ G1. 30 de novembro de 2011. [Senado aprova em primeiro turno exigência de diploma para jornalista](#).

CAPÍTULO VI
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2010

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Luz Patricia Mejía

Felipe González

José de Jesús Orozco Henríquez

María Silvia Guillén

Dinah Shelton

Rodrigo Escobar Gil

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 7 de março de 2011

288. A Relatoria Especial observa os avanços nas investigações do atentado contra o jornal *Correio Popular*, ocorrido em 21 de janeiro de 2009 em Campinas, estado de São Paulo. Em 1º de fevereiro de 2010, de acordo com as informações recebidas pela Relatoria, Wanderson Nilton de Paula Lima, conhecido como “Andinho”, declarou à Justiça haver organizado – da prisão onde se encontrava – o atentado contra o jornal. Um grupo de indivíduos lançou duas granadas contra a sede do diário. Felizmente, os artefatos não explodiram. Paula Lima declarou que o atentado foi uma represália contra o jornal por ter publicado uma reportagem sobre seus crimes e uma crônica de seu casamento na prisão⁵³⁰.
289. A Relatoria Especial também foi informada que, em 27 de março de 2010, três policiais militares e um empresário foram condenados pelo assassinato do jornalista Luiz Carlos Barbon Filho, ocorrido em maio de 2007, em Porto Ferreira, no estado de São Paulo. De acordo com a informação recebida, um policial apontado como o autor dos disparos que resultaram na morte do jornalista ainda não foi processado. Barbon Filho, de 37 anos, tinha investigado casos associados à corrupção policial e à prostituição infantil⁵³¹.
290. A Relatoria Especial manifesta sua satisfação com a aprovação pela Câmara dos Deputados, em 13 de abril de 2010, do projeto de lei sobre o direito de acesso à informação. Para que o projeto se converta em lei, ainda deverá ser aprovado pelo Senado e assinado pelo Presidente. Segundo informações recebidas pela Relatoria, em 16 de junho de 2010, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou o projeto de lei, mas ainda estaria pendente sua aprovação por parte de duas comissões adicionais do Senado⁵³². A Relatoria Especial pede com insistência que as autoridades do Brasil apoiem essa importante reforma legislativa.
291. Em 12 de maio de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva emitiu o Decreto Nº 7.177, modificando algumas disposições do Plano Nacional de Direitos Humanos relativas à regulação dos meios de comunicação. Com as alterações, foi eliminada a parte do mencionado plano que propunha penalidades como advertências, multas, suspensão da programação e fechamento de emissoras de rádio e televisão que infringissem os direitos humanos e condicionavam a renovação das concessões públicas ao cumprimento dessas garantias⁵³³.
292. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em 16 de julho de 2010, um tribunal regional federal condenou o governo brasileiro a pagar R\$ 50.000,00 (aproximadamente US\$ 28.000,00) por danos morais a uma repórter independente

⁵³⁰ Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) / IFEX. 12 de fevereiro de 2010. [Sospechoso de atentar contra diario confiesa el crimen un año después](#); Folha de São Paulo. 2 de fevereiro de 2010. [Andinho confessa ser o mandante de ataque a jornal de Campinas \(SP\)](#).

⁵³¹ Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). 30 de março de 2010. [CPJ hails convictions in 2007 murder of Brazilian journalist](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 29 de março de 2010. [Três policiais militares condenados pelo assassinato do jornalista Luiz Barbon Filho em 2007](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 30 de março de 2010. [Cuatro condenados a prisión por el asesinato de periodista en Brasil](#).

⁵³² Article 19 / IFEX. 23 de junho de 2010. [Access to information bill passed by Senate Commission](#); Article 19 / IFEX. 14 de abril de 2010. [Congress passes right to information bill](#).

⁵³³ Decreto Nº 7.177 de 12 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2186875/decreto-7177-altera-anexo-do-decreto-que-aprovou-o-programa-nacional-de-direitos-humanos>; Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 14 de maio de 2010. [Presidente de Brasil suprime artículos polémicos sobre medios en programas de derechos humanos](#).

- da *Editora Abril*, que tinha sido agredida física e verbalmente, em 1999, por soldados da Polícia do Exército no Rio de Janeiro. As agressões contra a repórter ocorreram depois de ela ter fotografado um jornalista sendo atacado pelo mesmo grupo de soldados⁵³⁴.
293. Segundo informações recebidas pela Relatoria, em 4 de agosto de 2010, a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo ordenou a suspensão do pagamento de uma indenização de R\$ 593.000,00 (aproximadamente US\$ 335.000,00) por parte do jornal *Debate*, de Santa Cruz do Rio Pardo, no estado de São Paulo. Um juiz entrou com processo contra o jornal em 1995, contrariado com um artigo denunciando que sua casa e seu telefone eram financiados pela prefeitura municipal⁵³⁵.
294. Em 23 de agosto de 2010, o Ministério Público Federal reconheceu em um comunicado o direito dos meios de comunicação de manterem o sigilo sobre suas fontes. Segundo informações recebidas pela Relatoria, o Ministério Público abriu um inquérito para determinar como a imprensa do Mato Grosso do Sul teve acesso a documentos que demonstravam o uso de um sistema de gravação de vídeo, no âmbito de investigações criminais, na prisão federal de segurança máxima de Campo Grande. No mencionado comunicado, o Ministério Público defendeu a legitimidade da investigação, mas assinalou que não estaria obrigando os meios de comunicação a revelar as fontes que consideram sigilosas⁵³⁶.
295. Em 26 de agosto de 2010, segundo as informações recebidas pela Relatoria, um ministro do Supremo Tribunal Federal suspendeu a aplicação de uma disposição da Lei nº 9.504/97 que proíbe, em época de eleição, “usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação”⁵³⁷. O Ministro Ayres Britto considerou que tal norma “visa a coibir um estilo peculiar de fazer imprensa”, que utiliza esses recursos como “técnicas de expressão da crítica jornalística”⁵³⁸. A normativa gerou protestos de jornalistas e humoristas. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) interpôs um recurso de inconstitucionalidade contra a mesma, que resultou em sua suspensão⁵³⁹.
296. A Relatoria recebeu a informação de que, em 14 de dezembro de 2009, José Givonaldo Vieira, proprietário e diretor da *Rádio Bezerras FM*, foi assassinado na cidade de

⁵³⁴ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 16 de julho de 2010. [Justiça brasileira condena União a indenizar repórter agredida há dez anos no Rio](#); Estadão. 16 de julho de 2010. [União terá de indenizar repórter agredida há dez anos](#).

⁵³⁵ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 5 de agosto de 2010. [Tribunal suspende dívida que fecharia jornal Debate no interior de São Paulo](#); Estadão. 4 de agosto de 2010. [TJ suspende dívida que fecharia jornal no interior de SP](#).

⁵³⁶ Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. 23 de agosto de 2010. [Nota sobre garantias do segredo de justiça e da liberdade de imprensa](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 24 de agosto de 2010. [MPF reconhece sigilo da fonte em inquérito sobre vazamento de escutas em presídio de Campo Grande](#).

⁵³⁷ Supremo Tribunal Federal. [Decisão de 26 de agosto de 2010](#). Ministro Relator: Ayres Britto; Repórteres sem Fronteiras (RSF). 27 de agosto de 2010. [O Supremo Tribunal Federal suspende a proibição do direito à caricatura durante a campanha eleitoral](#).

⁵³⁸ Supremo Tribunal Federal. [Decisão de 26 de agosto de 2010](#). Ministro Relator: Ayres Britto.

⁵³⁹ BBC Mundo. 23 de agosto de 2010. [Los humoristas brasileños, contra la campaña electoral sin chistes](#); Conjur. 26 de agosto de 2010. [Britto derruba censura a humor político](#).

Bezerras, em Pernambuco, quando saía da emissora. Segundo a informação recebida, um indivíduo se aproximou do carro de Vieira e disparou várias vezes contra ele, atingindo o seu peito e a sua cabeça. Vieira acabou falecendo pouco depois em um hospital próximo. Alguns meios de comunicação locais informaram que o jornalista havia tido problemas com políticos do município⁵⁴⁰.

297. Em 18 de outubro de 2010, o repórter de rádio Francisco Gomes de Medeiros foi assassinado na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Segundo foi informado à Relatoria, um indivíduo fez vários disparos contra ele em frente à sua residência. O jornalista foi levado com vida a um hospital local, mas acabou falecendo. Um dia depois do crime, a polícia prendeu uma pessoa que admitiu ter cometido o assassinato por vingança, por conta de artigos publicados por Gomes em 2007, que foram usadas por um tribunal para condená-lo à prisão. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, Gomes trabalhava como diretor de notícias da *Rádio Caicó*. Ele também colaborava com o jornal *Tribuna do Norte* e tinha um blog pessoal em que publicava denúncias e investigações próprias. Pouco antes de sua morte, Gomes teria denunciado uma suposta compra de votos em troca de drogas por políticos da comunidade de Caicó no primeiro turno das eleições gerais brasileiras. Em decorrência dessa publicação, havia recebido ameaças de morte⁵⁴¹.
298. A Relatoria Especial recorda que o Princípio 9 da Declaração de Princípios assinala que “O assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.
299. A Relatoria Especial foi informada de que, em 8 de fevereiro de 2010, o estúdio da *Rádio Nova Coari*, na localidade de Coari, no Amazonas, foi completamente destruído por um incêndio intencional, de acordo com relatos da polícia local e da imprensa. Apesar do ataque, ninguém ficou ferido. Aguinaldo Mendes, proprietário e diretor da emissora, disse não ter provas sobre os autores do atentado, mas destacou que, cada vez que a rádio faz uma reportagem crítica sobre a prefeitura local, a emissora é atacada. Em agosto e setembro de 2009, a rádio foi objeto de ataques semelhantes⁵⁴².
300. Em 14 de abril de 2010, o apresentador de televisão e produtor de rádio Handson Laércio, em Bacabal, no Maranhão, sofreu um ferimento de bala. As informações indicam que, no ataque, ocorrido fora de sua casa, o jornalista foi ferido na mão ao tentar se proteger do disparo. Handson Laércio dirige um programa na *TV Mearim* e

⁵⁴⁰ Comitê para Proteção dos Jornalistas (CPJ). 15 de dezembro de 2009. [Media owner shot to death in northeastern Brazil](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF). 17 de dezembro de 2009. [O dono de rádio e jornal e diretor de um programa morre baleado em Pernambuco](#).

⁵⁴¹ CIDH. Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. 3 de novembro de 2010. Comunicado de Imprensa R108/10. [Relatoria Especial condena assassinato de dois jornalistas no Brasil](#); Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). 20 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www1.sipiapa.org/sip-condena-assassinato-no-brasil-e-pede-investigacao-imediata-portugues/>; Tribuna do Norte. 21 de outubro de 2010. [Promotor oferece delação premiada](#).

⁵⁴² Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 12 de fevereiro de 2010. [Radio in Coari, north of Brazil, is set on fire](#); Article 19. 12 de fevereiro de 2010. [Brazil: Arson attack destroys radio's broadcasting studio](#). Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-arson-attack-destroys-rádio-s-broadcasting-studio.pdf>.

- outro, com temática policial, em uma emissora de rádio local. Ele estaria recebendo ameaças diárias⁵⁴³.
301. Em 20 de maio de 2010, o jornalista Gilvam Luiz Pereira, fundador e editor do jornal *Sem Nome*, em Juazeiro do Norte, no Ceará, foi sequestrado e torturado por quatro homens. Segundo as informações recebidas pela Relatoria, ele ficou em poder dos sequestradores por cerca de 20 minutos, até que o carro no qual se encontrava foi interceptado pela polícia. Os criminosos conseguiram escapar, abandonando o jornalista amarrado, ferido e inconsciente. As informações indicam que Pereira tinha publicado artigos acusando o prefeito local de irregularidades e fraude. Em junho de 2010, de acordo com o informado, três pessoas foram acusadas do crime, sendo que duas delas eram policiais locais que trabalhavam como guarda-costas do prefeito⁵⁴⁴.
302. Em maio de 2010, Renato Santana, jornalista do jornal *Tribuna de Santos*, recebeu ameaças e foi pressionado por membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Segundo as informações recebidas pela Relatoria, o jornalista tinha publicado uma série de reportagens sobre esquadrões da morte no município de Santos, São Paulo⁵⁴⁵.
303. Em 10 de julho de 2010, Rodrigo Santos, jornalista da *Rádio Cidade* de Brusque, em Santa Catarina, foi atacado por Delfim Peixoto Neto, assessor da Federação de Futebol Catarinense e filho do presidente da entidade. Conforme informações recebidas pela Relatoria, Santos publicou em seu blog que Peixoto Neto estaria interferindo indevidamente na seleção de árbitros. As informações indicam que Santos perdeu a consciência em consequência do ataque e foi levado a um hospital⁵⁴⁶.
304. Em 20 de julho de 2010, uma bomba de fabricação caseira foi lançada na sede da *RPC TV*, em Curitiba, no Paraná. Segundo as informações recebidas pela Relatoria, um homem encapuzado lançou um tubo de PVC carregado com pólvora no pátio da empresa. A bomba bateu em um muro e produziu um incêndio. De acordo com a informação, ninguém se feriu⁵⁴⁷.
305. Em 8 de agosto de 2010, o jornalista Bruno de Lima foi agredido e ameaçado de morte na cidade de Cajazeiras, na Paraíba. Conforme denunciado pelo jornalista, a agressão foi perpetrada por um agente da Polícia Militar em um centro comercial da cidade. De

⁵⁴³ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 22 de abril de 2010. [Journalist is assaulted in the Northeast of Brazil](#); Repórteres sem Fronteiras (RSF) / IFEX. 22 de abril de 2010. [Television presenter targeted in gunfire attack](#).

⁵⁴⁴ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) / IFEX. 28 de maio de 2010. [Kidnapped journalist accuses politicians of being behind attack](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 10 de junho de 2010. [Police accuse three men of torturing editor in northeast Brazil](#).

⁵⁴⁵ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 25 de maio de 2010. [Jornalista que denunciou grupo de extermínio na Baixada Santista sofre intimidação e ameaças](#); Jornalistas de São Paulo. 21 de maio de 2010. [Jornalista que denunciou grupos de extermínio na Baixada Santista sofre ameaças](#).

⁵⁴⁶ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 13 de julho de 2010. [Radialista é agredido por assessor da Federação Catarinense de Futebol](#); Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). 5-9 de novembro de 2010. [Information by country: Brazil](#).

⁵⁴⁷ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 21 de julho de 2010. [Sede da RPC TV em Curitiba é atacada com bomba caseira](#); Gazeta do Povo. 21 de julho de 2010. [Sede da RPCTV em Curitiba é alvo de bomba caseira](#).

acordo com Lima, as agressões seriam uma forma de represália por conta de reportagens feitas por ele sobre um caso de pedofilia⁵⁴⁸.

306. Em agosto de 2010, o jornalista Stuart Júnior, autor do blog *Jornal Regional MA*, foi agredido durante um evento de comemoração da reeleição do prefeito de São Mateus, no Maranhão. Segundo a informação recebida, guardas do prefeito golpearam o jornalista, que foi socorrido por pessoas presentes à cerimônia⁵⁴⁹.
307. Em 1º de novembro de 2010, a gráfica do jornal *Correio Mariliense*, em Marília, São Paulo, foi assaltada por desconhecidos. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, os criminosos levaram um computador e ferramentas específicas para a impressão do jornal. Também provocaram um curto-circuito no sistema elétrico e incendiaram vários pontos do edifício, gerando danos de aproximadamente US\$ 30.000,00. O ataque não causou nenhuma vítima. As informações recebidas pela Relatoria indicam que o ataque pretendia desestabilizar o trabalho do jornal, que foi obrigado a ter seus exemplares impressos em uma gráfica externa⁵⁵⁰.
308. O Princípio 9 da Declaração de Princípios dispõe que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.
309. Em maio de 2010, segundo as informações recebidas pela Relatoria, um técnico em computação confessou ter enviado mensagens eletrônicas falsas em nome do jornalista Chico Otávio, do jornal *O Globo*, a pedido do magistrado Roberto Wider, ex-corregedor geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De acordo com o informado, Otávio denunciou em seus artigos que o magistrado estava envolvido em um sistema de venda de sentenças, o que teria provocado a demissão de Wider. Segundo as informações recebidas pela Relatoria, o técnico afirmou que o objetivo do envio das mensagens eletrônicas era atingir a credibilidade do jornalista⁵⁵¹.
310. Em julho de 2010, a jornalista Vânia Costa, do jornal *O Mato Grosso*, denunciou que estava sendo perseguida desde que começou a investigar um suposto desvio de fundos na cidade de Sinop, no Mato Grosso. De acordo com informações da jornalista, ela foi abordada três vezes por supostos agentes da polícia, que exigiam acesso aos documentos de sua investigação. Depois disso, foi perseguida enquanto dirigia o seu

⁵⁴⁸ Portal Imprensa. 9 de agosto de 2010. [Jornalista da PB diz ter sofrido ameaças de morte por matéria sobre pedofilia](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 10 de agosto de 2010. [Em período eleitoral, jornalistas denunciam agressões na Paraíba e no Maranhão](#); Paraíba Urgente. 9 de agosto de 2010. [Em Cajazeiras, Secretário desmente ameaça de morte a Bruno e vai acionar Justiça](#).

⁵⁴⁹ Portal Imprensa. 9 de agosto de 2010. [Jornalista teria sido agredido por prefeito da cidade de São Mateus \(MA\)](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 10 de agosto de 2010. [Em período eleitoral, jornalistas denunciam agressões na Paraíba e no Maranhão](#).

⁵⁵⁰ Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) / IFEX. 15 de novembro de 2010. [Ataque contra imprensa de diário](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 4 de novembro de 2010. [Jornal Correio Mariliense é vítima de ataque no interior de São Paulo](#).

⁵⁵¹ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 21 de maio de 2010. [Jornalistas repudiam campanha difamatória contra repórter do Globo](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 10 de maio de 2010. [Abraji acompanha com apreensão investigações sobre envio de e-mails falsos em nome de jornalista de "O Globo"](#).

- carro por três homens de moto, um dos quais sacou uma arma para obrigá-la a parar⁵⁵².
311. Em agosto de 2010, a repórter Márcia Pache, da *TV Centro Oeste*, denunciou ações de intimidação do vereador Lourivaldo Rodrigues de Moraes, da cidade de Pontes e Lacerda, no Mato Grosso. Em 28 de junho de 2010, o vereador agrediu fisicamente a repórter quando ela tentava entrevistá-lo sobre um processo judicial contra ele. A agressão foi filmada e posteriormente divulgada⁵⁵³.
312. O Princípio 5 da Declaração de Princípios assinala que “a censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação difundida através de qualquer meio de comunicação oral, escrito, artístico, visual ou eletrônico, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão”.
313. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, em maio de 2010, um juiz da 1ª Vara Cível de Santo André, no estado de São Paulo, proibiu o *Diário do Grande ABC* de publicar artigos associando o prefeito de São Bernardo do Campo à questionada decisão da prefeitura de se desfazer de carteiras escolares que supostamente estavam em bom estado. Segundo informado à Relatoria, logo depois de uma reportagem do jornal sobre o tema, em fevereiro de 2010, o prefeito recorreu aos tribunais para demandar seu direito a réplica, a uma indenização por danos morais e à medida de censura mencionada acima⁵⁵⁴.
314. De acordo com informações recebidas pela Relatoria, em setembro de 2010, a decisão de um juiz do Mato Grosso proibiu o *Grupo Gazeta de Comunicação* – o maior do estado – de divulgar notícias sobre o candidato a senador Carlos Abicalil, afirmando que ele seria a favor da descriminalização do aborto. O candidato ingressou com uma queixa junto à Justiça Eleitoral, alegando estar sendo prejudicado pelos artigos. O grupo de comunicação revelou que, quando era deputado federal, Abicalil teria pedido a análise de um projeto de lei sobre a descriminalização do aborto⁵⁵⁵. A Relatoria solicitou informação ao Estado brasileiro sobre esses fatos. Em sua resposta, o Estado informou que o processo foi arquivado em 27 de setembro de 2010⁵⁵⁶.
315. Segundo informações recebidas pela Relatoria Especial, em 12 de setembro de 2010, a polícia do Mato Grosso do Sul confiscou 850 exemplares da revista semanal *Impacto Campo Grande*, que continham informações críticas sobre o governador André

⁵⁵² Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 29 de julho de 2010. [Jornalista de Mato Grosso que investigava desvio de verbas sofre perseguição](#); Folha de São Paulo. 23 de julho de 2010. [Jornalista de MT diz que é perseguida e registra boletim de ocorrência](#).

⁵⁵³ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 7 de agosto de 2008. [Repórter denuncia vereador no Mato Grosso por novas intimidações](#); UNESCO. 29 de junho de 2010. [UNESCO condemns violence against journalist from Mato Grosso](#).

⁵⁵⁴ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 14 de maio de 2010. [ANJ denuncia censura prévia a jornal paulista](#); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) / IFEX. 20 de maio de 2010. [“Diário do Grande ABC” forbidden from reporting on case implicating town mayor](#).

⁵⁵⁵ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 18 de setembro de 2010. [Liminar proíbe jornal de publicar matérias negativas sobre candidato no Mato Grosso](#); Circuito Mato Grosso. 17 de setembro de 2010. [Deu no A Gazeta: ANJ condena censura prévia](#).

⁵⁵⁶ Comunicação do Estado brasileiro à Relatoria, 9 de dezembro de 2010, § 14-15 e Anexo 9.

Puccinelli, candidato à reeleição. Além disso, esta Relatoria foi informada de que policiais haviam retido durante várias horas o diretor da revista, o jornalista Mario Pinto, na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (DEPAC) de Campo Grande⁵⁵⁷. A Relatoria solicitou informações ao Estado brasileiro sobre esses fatos. Em sua resposta, em 9 de dezembro de 2010, o Estado informou que, em 8 de abril de 2010, o juiz Aldo Ferreira da Silva Júnior concedeu uma ordem judicial a favor de André Puccinelli proibindo a revista *Impacto Campo Grande* de publicar reportagens com conteúdo ou imagens ofensivas contra ele. O Estado informou também que a revista havia contestado a ação, que foi impugnada por Puccinelli em 23 de julho de 2010. No momento do fechamento deste relatório, o processo ainda estava pendente de conclusão⁵⁵⁸.

316. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, uma atuação oportuna do Procurador da República evitou que as autoridades do estado de Tocantins impedissem a distribuição da revista *Veja* em 26 de setembro de 2010. Segundo informações recebidas pela Relatoria, em 24 de setembro de 2010, um magistrado do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins proibiu a divulgação de notícias sobre uma investigação do Ministério Público de São Paulo que envolvia o governador do Tocantins, Carlos Gaguim. Segundo foi informada esta Relatoria, dezenas de meios de comunicação tinham sido notificados da decisão judicial e recebido ordens de que se abstivessem de utilizar, de qualquer forma, direta ou indireta, a publicação dos dados relativos à investigação realizada pelo Ministério Público de São Paulo. Essa decisão judicial foi utilizada para tentar impedir que circulasse no Tocantins a revista *Veja* de 26 de setembro de 2010, que incluía uma reportagem sobre a investigação do Ministério Público. Para isso, as autoridades estaduais tentaram confiscar, em 25 de setembro, os exemplares da revista no Tocantins. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, foi necessário que o Procurador da República, Álvaro Lotufo Manzano, solicitasse a ajuda da Polícia Federal para impedir a ação das autoridades estaduais e permitir que os exemplares da revista chegassem ao centro de distribuição⁵⁵⁹. A Relatoria solicitou ao Estado brasileiro informações sobre esses fatos. Em sua resposta, o Estado informou que, em 27 de setembro de 2010, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins revogou, em sessão extraordinária, a medida cautelar emitida em 24 de setembro, por constituir censura prévia⁵⁶⁰.
317. Conforme informações recebidas pela Relatoria, até novembro de 2010, continuava vigente a ordem judicial que proíbe o jornal *O Estado de São Paulo* de publicar informações sobre a investigação da Polícia Federal contra o empresário Fernando

⁵⁵⁷ Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) / IFEX. 21 de setembro de 2010. [Police seize newspapers, detain journalist in Mato Grosso do Sul](#); Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 14 de setembro de 2010. [Jornal de Campo Grande é confiscado por criticar governador](#).

⁵⁵⁸ Comunicação do Estado do Brasil à Relatoria Especial, 9 de dezembro de 2010, § 7-13 e Anexos 5-8.

⁵⁵⁹ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 26 de setembro de 2010. [Justiça Eleitoral proíbe imprensa de divulgar notícias contra governador do Tocantins](#); Portal Imprensa. 27 de setembro de 2010. [Justiça de TO proíbe 84 veículos de comunicação de citar investigação contra governador](#); Portal Imprensa. 27 de setembro de 2010. [Veja é distribuída em TO após intervenção da Polícia Federal, diz bloqu coast](#).

⁵⁶⁰ Comunicação do Estado brasileiro à Relatoria, 9 de dezembro de 2010, § 5 e Anexo 3.

Sarney, filho do atual presidente do Senado brasileiro. Tal ordem está em vigor desde 31 de julho de 2009⁵⁶¹.

318. Com relação aos fatos mencionados, o Princípio 5 da Declaração de Princípios da CIDH dispõe que “a censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação através de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão”. A Relatoria reitera, também, informações contidas em seu Relatório Anual 2009, no sentido de que “a possibilidade de os juízes adotarem medidas preliminares no decurso dos processos relativos ao exercício da liberdade de expressão levanta a possibilidade de que, em sua execução, tais decisões possam constituir uma forma de censura prévia”.
319. Em 10 de junho de 2010, de acordo com as informações recebidas pela Relatoria, a Anatel fechou e confiscou os equipamentos da *Rádio Comunitária de Santa Cruz do Sul*, no Rio Grande do Sul. No entanto, os dados recebidos pela Relatoria indicam que a emissora funcionava legalmente. Mas o governo argumentou que a emissora estava fora das especificações técnicas estabelecidas. Na ocasião, o representante da rádio foi detido⁵⁶².
320. Em 21 de julho de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que cria uma Comissão Interministerial encarregada de propor revisões no marco regulatório das telecomunicações e radiodifusão do país. A comissão é formada por vários funcionários do Governo e contempla a participação de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como de representantes do setor privado⁵⁶³.
321. O Princípio 12 da Declaração de Princípios assinala que “os monopólios ou oligopólios na propriedade e controle dos meios de comunicação devem estar sujeitos a leis antimonopólio, uma vez que conspiram contra a democracia ao restringirem a pluralidade e a diversidade que asseguram o pleno exercício do direito dos cidadãos à informação. Em nenhum caso, essas leis devem ser exclusivas para os meios de comunicação. As concessões de rádio e televisão devem considerar critérios democráticos que garantam uma igualdade de oportunidades de acesso a todos os indivíduos”.
322. Em 19 de agosto de 2010, a Associação Nacional de Jornais do Brasil (ANJ) anunciou a decisão de criar um conselho de autorregulação. Segundo informações recebidas pela Relatoria, o conselho deveria começar a funcionar até o final de 2010, contaria com

⁵⁶¹ Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). 5-9 de novembro de 2010. [Resolutions: Brasil](#); O Estado de São Paulo. 31 de julho de 2010. [Um ano sob censura](#).

⁵⁶² Adital. 11 de junho de 2010. [Anatel cierra y retiene equipos de radio comunitaria con licencia autorizada](#); Centro de Mídia Independente. 18 de junho de 2010. [Fechada de forma truculenta a rádio comunitária de Santa Cruz do Sul](#).

⁵⁶³ [Decreto que “Cria Comissão Interministerial para elaborar estudos e apresentar propostas de revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão”](#). 21 de julho de 2010; Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) / Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 26 de julho de 2010. [Gobierno brasileño revisará normas de telecomunicaciones y radiodifusión](#).

sete membros na sua composição e examinaria assuntos relativos aos profissionais dos meios de comunicação afiliados à ANJ⁵⁶⁴.

⁵⁶⁴

Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 20 de agosto de 2010. [Jornais brasileiros anunciam criação de conselho de autorregulamentação até o fim do ano](#); Jornal GGN. 20 de agosto de 2010. [Jornais terão órgão de autorregulação](#).

CAPÍTULO VII
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2009**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Luz Patricia Mejía

Felipe González

Clare Kamau Roberts

Florentín Meléndez

Paolo G. Carozza

Víctor E. Abramovich

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 30 de dezembro de 2009

323. A Relatoria Especial destaca a decisão do Supremo Tribunal Federal que, em 30 de abril, declarou a inconstitucionalidade da Lei de Imprensa de 1967. A antiga determinação, aprovada durante a ditadura militar, impunha duras sanções pelos crimes de difamação e injúrias e permitia a censura prévia, entre outras medidas restritivas do exercício do direito à liberdade de expressão⁵⁶⁵. A Relatoria Especial também enaltece que, em 17 de junho, o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional a exigência do diploma de jornalista e o registro no Ministério do Trabalho como condições para o exercício da atividade jornalística. Com fundamento expresso nos padrões interamericanos vigentes, o tribunal destacou que essa disposição contraria o artigo 13 da Convenção Americana⁵⁶⁶. Essas decisões judiciais constituem um avanço exemplar em matéria de liberdade de expressão e deixam evidente a importância de adequar as legislações nacionais aos padrões do Sistema Interamericano.
324. A Relatoria Especial foi informada de que, em maio de 2009, Cássio Santana foi sentenciado a 23 anos de prisão por ter participado no assassinato do jornalista e radialista Nicanor Linhares, ocorrido em Fortaleza em 2003⁵⁶⁷. A Relatoria Especial insta o Estado a que dê continuidade em seus esforços para identificar, julgar e punir os outros responsáveis por este crime.
325. A Relatoria Especial também tomou conhecimento de que o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre acesso à informação. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, a iniciativa, que materializa uma promessa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vai abranger toda a administração pública, tanto em nível federal como estadual e municipal⁵⁶⁸. A Relatoria Especial insta o Estado a levar em consideração os padrões do Sistema Interamericano em matéria de liberdade de expressão durante a discussão do projeto no Congresso Nacional⁵⁶⁹. O Princípio 4 da Declaração de Princípios destaca que “o acesso à informação [...] é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito”.
326. Em 25 de março de 2009, a polícia deteve cinco pessoas suspeitas de participarem do atentado, em 21 de janeiro, contra a sede do grupo de comunicações RAC (*Rede*

⁵⁶⁵ Supremo Tribunal Federal. 30 de abril de 2009. [Supremo julga Lei de Imprensa incompatível com a Constituição Federal](#); Repórteres sem Fronteiras. 1º de maio de 2009. [O Supremo Tribunal Federal revoga a Lei de 1967: “Uma grande vitória para a liberdade de imprensa”](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 7 de maio de 2009. [In victory for press, high court strikes down repressive law](#); Sociedade Interamericana de Imprensa. 5 de maio de 2009. [Benepósito de la SIP por la abolición de ley de prensa restrictiva en Brasil](#).

⁵⁶⁶ Supremo Tribunal Federal. 17 de junho de 2009. [Supremo decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo](#); Relatoria Especial - CIDH. 22 de junho de 2009. [Comunicado de Imprensa N° R38/09](#); Sociedade Interamericana de Imprensa. 19 de junho de 2009. [Satisface derogación de exigencia de título universitario en Brasil](#).

⁵⁶⁷ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 28 de maio de 2009. [CPI hails conviction in 2003 journalist murder in Brazil](#); TV Verdes Mares. 27 de maio de 2009. [Cassio Santana é condenado](#); O Globo. 27 de maio de 2009. [Pistoleiro acusado de matar radialista no Ceará é condenado a 23 anos de prisão](#).

⁵⁶⁸ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 12 de maio de 2009. [Gobierno brasileño envía proyecto de ley de acceso a la información al Congreso](#); Article 19. 13 de maio de 2009. [Brazil: Lula sends access to information bill to Congress](#); Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. 19 de maio de 2009. [Después de más de media década de movilización, el gobierno brasileño envía proyecto de ley de acceso al Congreso](#).

⁵⁶⁹ CIDH. Relatório Anual 2008. Volume II: Relatório Anual da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. [Capítulo III: Marco jurídico interamericano do direito à liberdade de expressão](#).

- Anhanguera de Comunicações*), que edita o jornal *Correio Popular* em Campinas, no estado de São Paulo. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, as pessoas detidas foram acusadas de ligação com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). No atentado, foram lançadas duas granadas contra o edifício da RAC, que não chegaram a explodir⁵⁷⁰.
327. Em 12 de agosto, os ex-policiais Odin Fernandes da Silva e Davi Liberato de Araújo foram condenados a 31 anos de prisão por pertencerem à milícia que sequestrou e torturou, em maio de 2008, um grupo de jornalistas do jornal *O Dia* na favela Batan, no Rio de Janeiro. De acordo com as informações recebidas, a equipe jornalística de *O Dia* foi sequestrada depois de se instalar na favela durante duas semanas para investigar as atividades do grupo ilegal⁵⁷¹.
328. A Relatoria Especial foi informada, em 21 de setembro, que o governo do estado da Bahia vai indenizar a família do jornalista Manoel Leal de Oliveira, assassinado na cidade de Itabuna, em 14 de janeiro de 1998, supostamente, por membros da força pública. De acordo com as informações recebidas, o governador da Bahia, Jaques Warner, anunciou que a família do jornalista receberá uma indenização de R\$ 100.000,00 (aproximadamente US\$ 57.600,00)⁵⁷².
329. Durante o ano de 2009, a Relatoria Especial recebeu informações sobre atos de agressão e ameaças contra jornalistas por parte de membros da força pública, pessoal de segurança e particulares. Também foi informada sobre ataques a meios de comunicação. Em 12 de fevereiro, o jornalista Roberto Gomes Barbosa, do *Canal TV Liberal* e da rádio *Continental*, foi agredido por Marcos Soares, funcionário da Secretaria do Governo da prefeitura de Campo dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. De acordo com as informações recebidas, a agressão ocorreu no prédio da *Continental*, pouco depois de Gomes Barbosa ter denunciado uma suposta irregularidade na concessão de uma frequência de rádio e o suposto uso indevido de alguns meios de comunicação por parte da prefeitura. Barbosa registrou queixa contra Soares na delegacia local⁵⁷³.
330. A Relatoria Especial também recebeu informação de que, em 11 de março, o fotógrafo Fabiano Rocha, do jornal *Extra*, foi atacado por guardas de segurança do município de

⁵⁷⁰ Folha de S. Paulo. 25 de março de 2009. [Policia prende cinco suspeitos de jogar granadas em jornal de Campinas \(SP\)](#); JusBrasil. 25 de março de 2009. [Gaeco ajuda a prender suspeitos de atentado a jornal em Campinas](#).

⁵⁷¹ ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). 18 de agosto de 2009. [Justiça condena responsáveis por torturar equipe do O Dia](#); Globo.com. 12 de agosto de 2009. [Justiça condena acusados de torturar jornalistas na Favela do Batan](#); Comunique-se. 12 de agosto de 2009. [Decretada prisão de acusados de torturar jornalistas na favela do Batan](#); IFEX. 19 de agosto. [Former police officers sentenced for torturing "O Dia" journalists](#)

⁵⁷² ABRAJI. 23 de setembro de 2009. [Bahia vai indenizar família de jornalista assassinado](#); Sociedade Interamericana de Imprensa. 18 de setembro de 2009. [Medida de un gobierno estatal de Brasil fortifica lucha de la SIP contra la impunidad](#).

⁵⁷³ Instituto Prensa y Sociedad. 23 de fevereiro de 2009. [El periodista Roberto Gomes Barbosa agredido tras denunciar gestión irregular en municipio](#); ABRAJI. 16 de fevereiro de 2009. [Jornalista denuncia agressão por funcionário público no interior do RJ e pede proteção ao Ministério Público](#).

São Gonçalo, no Rio de Janeiro, quando tirava fotos na rua onde reside a prefeita da cidade⁵⁷⁴.

331. Nos últimos dias de junho, o jornalista Ronaldo Lázaro Tiradentes, da estação de rádio e televisão *Tiradentes*, denunciou o Ministro de Transportes, Alfredo Nascimento, à Polícia Federal do Amazonas por uma suposta agressão ocorrida no estacionamento do aeroporto de Manaus⁵⁷⁵.
332. Em 16 de julho, Antonio Carlos Argemi, fotógrafo do *Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS)*, foi detido por desacato pela Polícia Militar enquanto fazia fotos de um protesto em frente à casa da governadora do estado, Yeda Crusius, em Porto Alegre, capital do estado⁵⁷⁶.
333. Nas últimas semanas de julho, o jornalista Carlos Baía, diretor do Departamento de Jornalismo da rádio *Metropolitana* de Bacarena, no Pará, recebeu inúmeras ameaças de morte por telefone logo depois de denunciar supostas irregularidades na contratação de pessoal da prefeitura local⁵⁷⁷.
334. Em 23 de agosto, na cidade de Coari, no Amazonas, a repórter Paula Litaiff e o repórter Alerson Sicsu, do *Diário do Amazonas*, sofreram agressão e ameaças enquanto cobriam uma convenção da coalizão política “Unidos por Coari”⁵⁷⁸.
335. Em 28 de setembro, o jornalista Rafael Dias, do *Diário de Pernambuco*, foi golpeado por dois indivíduos que se identificaram como filhos do vereador Luis Vidal, de Recife, falecido dois dias antes, em 26 de setembro. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, os supostos agressores atacaram o jornalista em represália a um artigo publicado sobre o pai deles⁵⁷⁹.
336. Em 5 de outubro, o jornalista Wellington Raulino, proprietário do canal de televisão *Integração*, sofreu uma tentativa de homicídio por indivíduos armados na cidade de Uruçuí, no Piauí. De acordo com a denúncia, os responsáveis estariam ligados ao

⁵⁷⁴ Centro Knight para Jornalismo nas Américas. 13 de março de 2009. [Agriden a fotógrafo brasileiro durante reportaje](#); Repórteres sem Fronteiras. 18 de março de 2009. [Photographer Fabiano Rocha attacked outside mayor's home in Rio de Janeiro suburb](#).

⁵⁷⁵ ABRAJI. 7 de agosto de 2009. [A journalist from CBN Manaus was assaulted by the Transport Minister](#); Portal Imprensa. 29 de junho de 2009. [Ministro dos Transportes agride jornalista da CBN de Manaus](#).

⁵⁷⁶ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 16 de julho de 2009. [Freelance photographer detained in southern Brazil](#); ABRAJI. 22 de julho de 2009. [Fotógrafo é detido por PM de Porto Alegre ao cobrir protesto em frente à casa da governadora Yeda Crusius](#).

⁵⁷⁷ ABRAJI. 3 de agosto de 2009. [Director of radio journalism in Pará is threatened with death after denouncing irregularities involving the city hall](#); ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). 4 de agosto de 2009. [Jornalista sofre ameaça de morte após denunciar prefeitura](#).

⁵⁷⁸ SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa). Informe Brasil 2009. [Ameaças a jornalistas no Amazonas](#); ABRAJI. 28 de agosto de 2009. [Repórteres dizem ter sido agrididos por segurança de ex-prefeito cassado de Coari, no Amazonas](#).

⁵⁷⁹ ABRAJI. 1º de outubro de 2009. [Repórter é agridido em Pernambuco](#); FENAJ. 30 de setembro de 2009. [Repórter é agridido dentro da redação de jornal em Recife](#).

- prefeito do município, Valdir Soares da Costa, a quem o jornalista acusara diversas vezes de desviar fundos públicos⁵⁸⁰.
337. Em janeiro, supostos seguidores da Igreja Renascer, atacaram uma equipe de jornalistas que cobria o desabamento do teto de sua sede mundial localizada em Cambuci, São Paulo⁵⁸¹.
338. A Relatoria Especial recebeu informações de que, em 4 de junho, Laércio Ribeiro, editor de notícias policiais do jornal *O Diário*, de Mogi das Cruzes, em São Paulo, recebeu pelo menos três chamadas telefônicas anônimas com ameaças contra sua vida. De acordo com os dados recebidos, as autoridades iniciaram uma investigação depois de o repórter ter apresentado a denúncia ao Ministério Público. Segundo o jornalista, as ameaças poderiam ter ligação com os artigos publicados pelo jornal sobre supostos atos de corrupção no município⁵⁸².
339. Em 30 de junho, Fabrício Ribeiro Pimenta, jornalista especializado em temas ambientais, foi agredido enquanto tirava fotos de uma marmoraria na cidade de Serra, no Espírito Santo. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, o dono do estabelecimento golpeou o jornalista na cabeça com uma ferramenta pesada⁵⁸³.
340. Em 27 de agosto, a sede da *Rádio FM de Marília*, no estado de São Paulo, foi atacada por quatro indivíduos que, depois de amarrar o guarda de segurança, destruíram os seus transmissores. De acordo com as informações recebidas, a rádio esteve fora do ar durante três horas e logo voltou a funcionar com um equipamento de transmissão de emergência. José Ursillo, diretor da emissora, denunciou o atentado à polícia local e à Polícia Federal⁵⁸⁴.
341. Em 20 de outubro, o jornalista espanhol Francho Barón, do *El País*, foi atacado e ameaçado de morte por supostos traficantes de drogas em uma favela do Rio de Janeiro. Barón foi atacado quando tentava cobrir os confrontos entre traficantes e a polícia no Morro dos Macacos⁵⁸⁵.
342. A Relatoria Especial manifesta sua preocupação pelos fatos relatados e recorda ao Estado que o Princípio 9 da Declaração de Princípios assinala que “o assassinato, o

⁵⁸⁰ ABRAJI. 13 de outubro de 2009. [Jornalista diz ter sofrido tentativa de homicídio no Piauí](#); Cabeça de Cuia. 6 de outubro de 2009. [Jornalista Wellington Raulino sofre tentativa de homicídio no Piauí](#).

⁵⁸¹ ABRAJI. 23 de janeiro de 2009. [Fiéis da Igreja Renascer agridem jornalistas que tentavam cobrir desabamento de teto](#); Sociedade Interamericana de Imprensa. [Informe Brasil. Reunión de Medio Año, Asunción, Paraguay](#).

⁵⁸² ABRAJI. 10 de junho de 2009. [Editor de jornal O Diário, de Mogi das Cruzes \(interior de São Paulo\), é ameaçado de morte por telefone](#); Portal Imprensa. 4 de junho de 2009. [Editor de polícia do jornal O Diário, de Mogi das Cruzes, recebe ameaças de morte](#); O Diário. 4 de junho de 2009. [Jornalista é perseguido e recebe três ameaças](#).

⁵⁸³ ABRAJI. 24 de agosto de 2009. [Jornalista é agredido enquanto fotografava marmoraria no Espírito Santo](#); Repórteres sem Fronteiras. Setembro de 2009. [The dangers for journalists who expose environmental issues](#). Disponível em: http://www.rsf.org/IMG/rapport_en_md.pdf

⁵⁸⁴ ABRAJI. 2 de setembro de 2009. [Rádio de Marília sofre atentado e tem equipamento destruído](#); Portal Imprensa. 28 de agosto de 2009. [Emissora de rádio de Marília \(SP\) sofre atentado e tem equipamento de transmissão danificado](#).

⁵⁸⁵ Instituto Prensa y Sociedad. 26 de outubro de 2009. ["El País" daily newspaper correspondent threatened](#); *El País* de Madrid. 23 de outubro de 2009. [Entrevista en Hora 25 al periodista Francho Barón atacado en una favela de Brasil](#).

sequestro, a intimidação e as ameaças aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.

343. Durante o ano de 2009, a Relatoria Especial continuou recebendo informações sobre decisões judiciais que proibiram a circulação prévia de informações de interesse público. Em 19 de março, Benedito Helder Afonso Ibiapina, juiz do estado do Ceará, proibiu temporariamente que o jornal *O Povo* publicasse informações relativas a uma investigação federal sobre operações financeiras de um empresário. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, a decisão do juiz também abrangia outras rádios, canais de televisão e páginas na Internet do grupo *O Povo*⁵⁸⁶.
344. Em 31 de julho, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proibiu o jornal *O Estado de S. Paulo* e o seu portal na Internet de publicar qualquer informação relativa à investigação federal de um suposto caso de corrupção envolvendo Fernando Sarney, filho do ex-presidente do país e atual presidente do Senado, José Sarney⁵⁸⁷.
345. A Relatoria Especial recorda ao Estado que o artigo 13[2] da Convenção Americana sobre Direitos Humanos salienta que o exercício da liberdade de expressão não pode estar sujeito a censura prévia. O Princípio 5 da Declaração de Princípios assinala que “a censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação através de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão”.
346. A Relatoria Especial foi informada sobre a decisão judicial de primeira instância que obrigou o jornal *O Estado de Minas* a publicar, em sua edição de 29 de março, em várias de suas páginas, o direito de resposta da Universidade Federal de Minas Gerais a uma reportagem sobre supostas irregularidades em um concurso para cargos docentes. De acordo com as informações recebidas, em 28 de março, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu suspender a ordem de publicação⁵⁸⁸.
347. A Relatoria Especial também recebeu informações sobre a abertura de processos judiciais contra jornalistas que publicaram informações de interesse público ou expressaram suas opiniões sobre assuntos que interessam à sociedade. Em 26 de janeiro, os jornalistas Renata Modesto e Marcos Junqueira, do jornal *Comércio de*

⁵⁸⁶ ABRAJI. 26 de março de 2009. “*O Povo*” newspaper subject to temporary injunction. Disponível em: http://www.ifex.org/brazil/2009/03/26/o_povo_newspaper_subject_to_temporary/; Ceará é Notícia. 21 de março de 2009. [Justiça Federal nega censura contra O Povo, mas censura permanece.](#)

⁵⁸⁷ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 31 de julho de 2009. [Judge orders censorship in Brazilian corruption case](#); Associação Nacional de Jornais. 15 de setembro de 2009. [Censura a “O Estado” faz 60 dias](#); ABRAJI. 11 de setembro de 2009. [Censura ao jornal O Estado de S. Paulo completa dois meses.](#)

⁵⁸⁸ Sociedade Interamericana de Imprensa. 31 de março de 2009. [La SIP califica de censura derecho de réplica desproporcional en caso del diario “Estado de Minas”](#); ABRAJI. 30 de março de 2009. [Abraji considera que sentença contra “O Estado de Minas” contraria a Constituição e a liberdade de expressão.](#)

- Franca*, no estado de São Paulo, foram notificados sobre a reabertura de um processo contra eles pelo crime de difamação. O caso tinha sido iniciado em dezembro de 2007, quando eles foram acusados de ofender a honra de um membro da força pública de Franca, a quem haviam denunciado por abuso de autoridade⁵⁸⁹.
348. A Relatoria Especial também foi informada de que, em meados de 2009, o jornal *Integração*, da cidade de Tatuí, e o *Jornal da Cidade*, de Adamantina, em São Paulo, foram processados por reproduzir fielmente informações publicadas em outros meios. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, o presidente da Associação de Diários do Interior de São Paulo (Adjori-SP), Carlos Balladas, afirmou que os processos seriam uma tentativa de intimidar os dois jornais. Balladas assinalou que todos os diários, especialmente os pequenos, são constantemente ameaçados. E que geralmente, os processos são infundados⁵⁹⁰.
349. Em 16 de setembro, o jornalista norte-americano Joe Sharkey foi informado de que enfrentava um oneroso processo civil devido a um comentário que ele nega ter feito. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, uma mulher do estado do Paraná ingressou com uma ação judicial, solicitando a retratação pública de Sharkey e o pagamento de aproximadamente US\$ 280.000,00 por considerar que ele havia ofendido a honra do Brasil em seu blog e na cobertura que realizou de um acidente de avião ocorrido no país em 2006. A demandante acusou Sharkey, que sobreviveu ao acidente, de classificar o Brasil como um país “arcaico” e seus cidadãos como “idiotas”⁵⁹¹.
350. Conforme destacou a Relatoria Especial em seu Relatório Anual 2008, apesar das importantes decisões adotadas nos últimos anos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior Eleitoral, subsistem no ordenamento jurídico brasileiro os tipos penais de difamação, calúnia e injúria que, em sua aplicação concreta, poderiam constituir obstáculos para o pleno exercício da liberdade de expressão. Não existe também um padrão que permita diferenciar entre as expressões relativas a funcionários públicos em exercício de suas funções e as expressões sobre particulares, de forma tal que os jornalistas possam contar com uma margem de segurança suficiente para informar sobre assuntos de interesse público sem o temor de serem presos ou de perderem seu patrimônio. A Relatoria Especial também ressalta que, quando as expressões se referem a assuntos de interesse público, é indispensável assegurar que a indenização decretada não seja desproporcional e que não crie um efeito dissuasor sobre a circulação de informações e ideias. Observa-se, além disso, que a possibilidade de que os juízes adotem medidas preliminares no decurso dos processos relativos ao exercício da liberdade de expressão levanta a possibilidade de que essas medidas, em sua execução, possam constituir uma forma de censura prévia.

⁵⁸⁹ Instituto Prensa y Sociedad. 4 de fevereiro de 2009. [Reabren proceso por difamación contra los periodistas Renata Modesto y Marcos Junqueira](#); ABI (Associação Brasileira de imprensa). 6 de fevereiro de 2009. [Comércio da Franca tem apoio da ABI](#).

⁵⁹⁰ ABRAJI. 30 de junho de 2009. [Two newspapers sued](#); Blog do José Reiner. 27 de junho de 2009. [A democracia e os jornais locais](#).

⁵⁹¹ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 27 de setembro de 2009. [U.S. reporter faces 'insult' suit in Brazil air crash aftermath](#); Paraíba Paradise. 27 de setembro de 2009. [Freelance US journalist sued for defamation in Brazil](#). Disponível em: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5jln4LKEMN1BCmNWWGfmQuJF6CFYlg>.

351. Com relação a rádios comunitárias, a Relatoria Especial pondera sobre o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, em janeiro, que exime essas emissoras de responsabilidade penal quando operam sem concessão⁵⁹². Como já foi assinalado pela Relatoria Especial em diversas ocasiões, o Estado deve agir com a máxima prudência na aplicação do direito penal em qualquer área relacionada à liberdade de expressão. É também indispensável que os sistemas jurídicos em matéria de radiodifusão sejam regidos pelos princípios do pluralismo e da diversidade⁵⁹³.
352. Sobre este assunto, foi relatado que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva outorgou duas concessões de rádio e duas de televisão à Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, cujo principal mantenedor seria o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo, que completou 50 anos. De acordo com as informações recebidas, trata-se da única concessão dessa natureza⁵⁹⁴. A Relatoria Especial recorda o Princípio 12 da Declaração de Princípios assinalando que: “As concessões de rádio e televisão devem considerar critérios democráticos que garantam uma igualdade de oportunidades de acesso a todos os indivíduos”.
353. A Relatoria Especial recebeu informações de que, em janeiro, a juíza federal Paula Mantovani determinou o arquivamento da investigação sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em uma prisão da ditadura militar brasileira em 25 de outubro de 1975. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, a juíza arquivou o caso ao acatar o argumento da Procuradoria Criminal do Ministério Público Federal de São Paulo, assinalando que o processo penal estava prescrito e não haveria possibilidade de considerar a morte do jornalista como um crime contra a humanidade⁵⁹⁵.

⁵⁹² Article 19. 10 de fevereiro de 2009. *Brazil: Lula to decriminalise unlicensed community rádio*. Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-lula-to-decriminalise-unlicensed-community-rádios.pdf>; Agência Brasil. 16 de janeiro de 2009. *Governo quer descriminalizar rádios comunitárias*.

⁵⁹³ CIDH. Relatório Anual 2008. Volume II: Relatório Anual da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Capítulo III: Marco Jurídico Interamericano sobre o Direito à Liberdade de Expressão. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2008sp/INFORME%20ANUAL%20RELE%202008.pdf>.

⁵⁹⁴ Associação Mundial de Rádios Comunitárias. 20 de maio de 2009. *Gobierno otorga concesiones de radio y televisión a sindicato*. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=node/990>; Notícias Terra. 14 de maio de 2009. *Lula concede TVs e rádios a fundação mantida por sindicato*.

⁵⁹⁵ ABRAJI. 6 de fevereiro de 2009. *Federal judge closes investigation into journalist Vladimir Herzog's murder in 1975*; JusBrasil. 14 de janeiro de 2009. *Juíza arquiva caso Herzog, que julga prescrito*.

CAPÍTULO VIII
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2008**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Luz Patricia Mejía

Felipe González

Clare Kamau Roberts

Florentín Meléndez

Paolo G. Carozza

Víctor E. Abramovich

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 25 de fevereiro de 2009

354. Em 10 de março, durante o 131º Período de Sessões, a CIDH realizou uma audiência pública sobre as restrições indiretas à liberdade de expressão no Brasil. Participaram da audiência representantes do Estado e de organizações não governamentais de direitos humanos. Para a preparação desta seção do Relatório Anual 2008, a Relatoria Especial utilizou as informações entregues pelas duas representações na ocasião⁵⁹⁶.
355. A Relatoria Especial parabeniza a decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu temporariamente, em 21 de fevereiro, vinte artigos da Lei de Imprensa, de 1967 (Lei 5.250), em resposta a uma solicitação de arguição de descumprimento de preceito fundamental. Esta medida implica também a suspensão dos processos judiciais instaurados ao abrigo de tais disposições. Em setembro, o tribunal estendeu a suspensão da medida por mais seis meses⁵⁹⁷.
356. Em junho, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou uma decisão determinando que os candidatos podem conceder entrevistas e expor suas propostas, apesar do disposto pela Lei 9.504 de 1997, que proíbe a transmissão de propaganda eleitoral três meses antes das eleições. Em julho, o tribunal também declarou que o conteúdo jornalístico não constitui propaganda eleitoral⁵⁹⁸.
357. O jornalista Walter Lessa de Oliveira, do canal de televisão da Assembleia Legislativa do estado de Alagoas, foi assassinado na cidade de Maceió, capital do estado. Segundo informaram as autoridades policiais à imprensa local, a suspeita inicial era de que o crime pudesse estar associado ao exercício da atividade jornalística⁵⁹⁹. No entanto, o inquérito penal concluiu que o crime não teria tal relação⁶⁰⁰. A Relatoria Especial elogia a atuação das autoridades e espera que o caso seja devidamente esclarecido.

⁵⁹⁶ A delegação do Governo era composta por Márcia Maria Adorno Cavalcanti Ramos e Camila Serrano Giunchetti, da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores; Bartira Nagaro, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e Celso Augusto Schröder, da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ). As organizações não governamentais de direitos humanos que solicitaram a audiência pública foram o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a Article 19. O áudio da audiência está disponível em: <http://www.cidh.org/Audiencias/seleccionar.aspx>.

⁵⁹⁷ Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Decisão de 27 de fevereiro de 2008: *Med. Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130-7 Distrito Federal*. Relator: Min. Carlos Britto. Arguente: Partido Democrático Trabalhista – PDT. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=334922>; Article 19. 22 de fevereiro de 2008. *Brazil: Twenty articles of the Press Law deemed incompatible with the Constitution*. Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/newsletters/newsletter-winter-2007-spring-2008.pdf>; Repórteres sem Fronteiras. 29 de fevereiro de 2008. *Federal Supreme Court opens way to final repeal of 1967 Press Law*; 5 de setembro de 2008. *Brazil: Court extends partial suspension of 1967 law for another six months*.

⁵⁹⁸ Repórteres sem Fronteiras. 9 de julho de 2008. *Folha de São Paulo and Veja win appeal against “premature electoral propaganda” fines*; Article 19. 10 de julho de 2008. *Brazil: Electoral Court Overthrows Fines Applied to the Press for Interviewing Prospective Candidate*. Disponível em: <https://www.article19.org/data/files/pdfs/press/brazil-electoral-court-overthrows-fines-applied-to-the-press-for-interviewin.pdf>.

⁵⁹⁹ Relatoria Especial – CIDH. 11 de janeiro de 2008. *Comunicado de Imprensa N° 183/08*; Repórteres sem Fronteiras. 9 de janeiro de 2008. *Brazil – Public TV cameraman gunned down in Alagoas State, revenge killing by drug trafficker suspected*; Article 19. 8 de janeiro de 2008. *Brazil: Journalist assassinated in Alagoas*. Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-journalist-murder.pdf>.

⁶⁰⁰ Alagoas 24 Horas. 16 de outubro de 2008. *Caso Walter Lessa* Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). 17 de dezembro de 2008. *FIJ pede liberação de jornalista preso no Protesto dos Sapatos*. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2407>.

358. A Relatoria Especial recebeu denúncias de ataques a meios de comunicação e de agressões contra jornalistas que investigavam supostos atos de corrupção no decorrer do ano. De acordo com as informações recebidas, em alguns desses casos, os agressores eram funcionários públicos. De qualquer maneira, a Relatoria Especial elogia o fato de que, em grande parte desses casos, as autoridades tenham atuado de forma rápida e eficaz para capturar os responsáveis. Foi dada atenção especial ao que aconteceu com a equipe de jornalistas do jornal *O Dia*, que investigava secretamente a presença e as operações de grupos paramilitares em um bairro do Rio de Janeiro. Em 14 de maio, os jornalistas foram descobertos, torturados e detidos durante oito horas por encapuzados. Os repórteres foram posteriormente liberados sob a ameaça de não revelar a identidade de seus captores. As autoridades iniciaram uma investigação e detiveram várias pessoas acusadas de terem cometido o crime⁶⁰¹. Também foram recebidas informações sobre agressões às equipes do programa *TV Diário*⁶⁰², da *TV Bandeirantes*⁶⁰³, e do jornal *Folha de São Paulo*. Nos dois casos, os jornalistas estavam investigando atos de corrupção⁶⁰⁴.
359. Em outros casos, agentes de segurança impediram que jornalistas do canal *RIC-TV*⁶⁰⁵, da *TV Educativa* (TVE)⁶⁰⁶, e do jornal *O Estado*⁶⁰⁷ fizessem a cobertura de

⁶⁰¹ Sociedade Interamericana de Imprensa. 2 de junho de 2008. [SIP condena o sequestro e a tortura de jornalistas investigativos brasileiros](#); CNW. 2 de junho de 2008. [Brazil – Call for Federal Commission of Enquiry after paramilitaries kidnap and torture three O Dia employees](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 2 de junho de 2008. [Brazil: CPJ appalled by reported torture of journalists, driver](#); Repórteres sem Fronteiras / IFEX. 6 de junho de 2008. [Fugitive police inspector named as leading suspect in “O Dia” torture case, another suspect arrested](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 16 de junho de 2008. [Militia leader accused of torturing reporters surrenders](#); Folha Online. 31 de julho de 2008. [Juiz decreta prisão preventiva de suspeitos de torturarem jornalistas](#). Disponível em: <http://www.hojenoticias.com.br/brasil/juiz-decreta-prisao-preventiva-de-suspeitos-de-torturarem-jornalistas/>; Repórteres sem Fronteiras / IFEX. 15 de dezembro de 2008. [Four new arrests in investigation into abduction of newspaper employees](#); Reuters. 4 de Junho de 2008. [Policia de Rio detiene a sospechosos de secuestrar periodistas](#).

⁶⁰² De acordo com as informações recebidas, em 15 de maio de 2008 o repórter Edson Ferraz, da *TV Diário*, sofreu um atentado com arma de fogo enquanto dirigia seu veículo em um subúrbio de São Paulo. O jornalista estava cobrindo casos de corrupção, extorsão, roubo e lavagem de dinheiro, que, segundo suas investigações, poderiam envolver alguns membros da polícia. O jornalista indicou que o ataque foi uma forma de intimidação que o obrigou a abandonar a cidade com sua família. Repórteres sem Fronteiras. 19 de maio de 2008. [Brazil – Shooting attack on TV Reporter in São Paulo Suburb, Police Suspected](#); Article 19. 21 de maio de 2008. [Brazil: Article 19 condemns attack against journalist covering police corruption](#). Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-article-19-condemns-attack.pdf>; Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 21 de maio de 2008. [Hooded gunman shoot at TV reporter’s car](#).

⁶⁰³ De acordo com as informações recebidas, em 20 de julho de 2008 dois indivíduos não identificados atearam fogo na residência do jornalista crítico Jeso Carneiro, na cidade de Santarém. Embora não tenha havido vítimas como consequência do ataque, a residência sofreu sérios danos. Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 24 de julho de 2008. [Critical journalist’s home set on fire in the northern Amazon region](#); Article 19. 25 de julho de 2008. [Brazil: Article 19 Condemns Attack on Journalist’s home in Pará](#). Disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/4891d2862.pdf>.

⁶⁰⁴ Pelas informações recebidas, em 26 de outubro de 2008, o jornalista Graciliano Rocha, do jornal *Folha de São Paulo*, foi atacado na cidade de Porto Alegre por pessoas que apoiavam o prefeito local, José Fogaça, em represália pela cobertura negativa de sua gestão. Rocha foi agredido verbalmente enquanto esperava para entrar em uma conferência de imprensa fora da sede da campanha. Posteriormente, Rocha foi golpeado e chutado por um grupo de pessoas. Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 26 de outubro de 2008. [Political activists attack journalist in Porto Alegre](#); Aquidauana News. 27 de outubro de 2008. [Eleições: Jornalista de MS é agredido na rua em Porto Alegre](#).

⁶⁰⁵ De acordo com as informações recebidas, em 10 de março de 2008 a jornalista Simone Munhoz e o cinegrafista Marcelo Dorce, do canal *RIC-TV*, foram ameaçados por um agente policial na cidade de Almirante Tamandaré, no Paraná. Os comunicadores haviam terminado de gravar dentro do edifício da prefeitura quando um agente policial que trabalhava como guarda do edifício tentou confiscar seus equipamentos e avisou que apagaria as

determinados fatos. Por último, três fotógrafos de diferentes meios de comunicação do Rio de Janeiro foram agredidos e ameaçados por indivíduos não identificados, enquanto cobriam a visita de um senador⁶⁰⁸.

360. O Princípio 9 da Declaração de Princípios dispõe que “o assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça aos comunicadores sociais, assim como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e limitam severamente a liberdade de expressão. É dever dos Estados prevenir e investigar essas ocorrências, sancionar seus autores e assegurar reparação adequada às vítimas”.
361. No que se refere à abertura de processos judiciais contra jornalistas e meios de comunicação, durante a audiência, realizada em 10 de março, as entidades petionárias indicaram que: (a) na maioria dos casos, os processos judiciais têm relação com investigações de corrupção ou com questões de interesse público, e os demandantes são servidores públicos no exercício de suas funções; (b) existem normas incompatíveis com os padrões do Sistema Interamericano sobre liberdade de expressão, tais como a lei de imprensa, normas eleitorais, normas penais e normas relativas à responsabilidade civil; (c) quando se admitem essas denúncias, os juízes podem ditar medidas preliminares para suspender a circulação de informações e opiniões, o que pode se converter em um mecanismo de censura prévia; (d) existe um grande número de ações judiciais e processos em curso; (e) em muitos casos, se optou por apresentar queixas, simultaneamente, como uma estratégia de silenciar os meios de comunicação e os jornalistas; (f) não há uma diferença em termos jurídicos entre as ações judiciais contra particulares e as dirigidas contra funcionários públicos; e (g)

gravações. O policial seguiu os repórteres até o carro e lhes apontou uma arma. As autoridades policiais anunciaram uma investigação da conduta do agente e o prefeito da cidade pediu desculpas pelo incidente ao canal. Article 19/IFEX. 17 de março de 2008. [Two television journalists harassed, threatened by policeman in Paraná while investigating childcare shortage.](#)

⁶⁰⁶ Pelas informações recebidas, em 5 de outubro de 2008 um agente policial agrediu a equipe jornalística da TV Educativa (TVE) quando esta tentava cobrir um incidente que ocorreu durante as votações municipais em Salvador, na Bahia. Os jornalistas tentaram filmar um grupo de policiais que estava atacando alguns eleitores, mas, quando um deles percebeu, exigiu que destruíssem o registro, jogou o equipamento no chão e disparou seis vezes sobre a câmara. A polícia de Salvador emitiu prontamente um comunicado rechaçando essa conduta e anunciando a investigação do culpado. Posteriormente, o agente agressor foi suspenso e processado por um tribunal militar. ABRAJI/IFEX. 13 de novembro de 2008. [Military police lieutenant turns on cameraman filming police attack on voters.](#)

⁶⁰⁷ De acordo com as informações recebidas, em 18 de dezembro de 2008 o jornalista Sérgio Gobetti, do jornal O Estado de São Paulo, foi agredido por um agente de segurança da Câmara dos Deputados em Brasília. O jornalista foi detido quando tentava entrar para cobrir a votação do orçamento federal, porque sua identificação não estava visível; logo o guarda o agarrou pelo pescoço e tentou enforcá-lo quando lhe pediu que mostrasse sua identificação. O incidente ocorreu diante de um membro do Congresso e foi registrado por uma câmara de segurança. Segundo as informações prestadas, o guarda foi suspenso pelo presidente da Câmara. O Estado de São Paulo. 19 de dezembro de 2008. [Seguranças da Câmara agridem repórter do 'Estado'](#); ABRAJI / IFEX. 23 de dezembro de 2008. [Journalist attacked by security guard.](#)

⁶⁰⁸ Pelas informações recebidas, em 26 de julho de 2008 três fotógrafos dos jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* que cobriam uma visita do senador Marcelo Crivella durante sua campanha para a prefeitura foram agredidos por homens armados da comunidade (Complexo do Alemão). Foram abordados e ameaçados após fotografarem um grupo de jovens que lhes haviam gritado que não queriam ser fotografados. Os agressores advertiram os repórteres de que não poderiam sair do bairro se não apagassem as fotos e ameaçaram agredi-los caso fossem publicadas. Os repórteres fingiram deletá-las e foram liberados. Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 28 de julho de 2008. [In Rio de Janeiro, armed men threaten photographers covering political campaign](#); Sociedade Interamericana de Imprensa. [Informe Brasil. 64va Asamblea Geral, Madrid, España.](#)

as indenizações decretadas judicialmente não levam em conta as normas em matéria de liberdade de expressão e representam montantes desproporcionais, que geram um efeito inibidor sobre os jornalistas e os meios de comunicação. As organizações destacaram que esses problemas estão concentrados, principalmente, nos juízes de primeira instância e que, enquanto se resolvem os recursos judiciais disponíveis, as pessoas prejudicadas são forçadas a assumir custos econômicos, de tempo e emocionais muito pesados.

362. Os representantes do Estado indicaram que o sistema jurídico brasileiro prevê um marco para a proteção do direito à liberdade de expressão e garantiram que os juízes o têm incorporado em suas decisões. Nesse sentido, destacaram a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender vários artigos da Lei de Imprensa. Também explicaram que não existe evidência clara de um aumento no número de ações judiciais contra jornalistas e meios de comunicação. Os representantes do Estado assinalaram que o montante das indenizações concedidas em vários desses casos equivale, em média, a R\$ 60.000,00⁶⁰⁹. No entanto, negaram que esses valores sejam exorbitantes, já que são somas similares às decretadas pela Corte Interamericana em decisões semelhantes. Sustentaram, além disso, que, no estabelecimento de valores indenizatórios por violações aos direitos humanos, a capacidade de pagamento de quem comete a violação não deve ser um critério relevante, já que, em primeiro lugar, se deve atender a magnitude do dano causado à vítima. Em resposta à pergunta de um membro da comissão sobre a existência de um teste diferenciado para os processos contra jornalistas por palavras relativas a funcionários públicos no exercício de suas funções, os representantes do Estado indicaram que não existe tal diferença e que a lei se aplica a particulares e funcionários estatais em igualdade de condições. Especificaram, no entanto, que os juízes entendem que a liberdade de expressão protege tanto as expressões consideradas favoráveis como as falas perturbadoras, ofensivas ou chocantes. Também explicaram que certas leis criminalizam os delitos de difamação, injúria e calúnia. Porém, de acordo com as normas do Sistema Interamericano, essas disposições têm um âmbito limitado de aplicação. Por conta disso, muitas demandas têm sido rejeitadas. Nesses casos, acrescentaram que os juízes dos tribunais mais elevados têm aplicado um padrão probatório que exige a demonstração da vontade de ofender, ou intenção dolosa, por parte de quem se expressa. Por último, em resposta à pergunta de um membro da comissão sobre a autoridade judicial para ditar medidas preliminares destinadas a suspender ou evitar a circulação de uma opinião ou informação, os representantes assinalaram que os juízes podem reter os documentos objetos de controvérsia para evitar danos irreparáveis pela difusão de expressões potencialmente lesivas, até que se adote uma decisão sobre os méritos das partes. Acrescentaram que, de qualquer forma, tais decisões podem ser objeto de recursos.
363. A Relatoria Especial adverte que, apesar das importantes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, permanecem no sistema jurídico brasileiro os crimes de difamação, calúnia e injúria, que não foram objeto de suspensão judicial e que, em sua aplicação concreta, poderiam constituir obstáculos para o pleno exercício da liberdade de expressão. Além disso, não existe uma norma que permita diferenciar entre as expressões relativas a funcionários públicos no exercício de suas funções e as expressões sobre particulares, de forma tal que os

⁶⁰⁹ Em janeiro de 2009, esta soma equivalia a aproximadamente US\$ 28.000,00.

jornalistas possam contar com uma margem de segurança suficiente para informar sobre assuntos de interesse público sem o temor de serem presos ou perderem seu patrimônio. Observa-se, também, que a possibilidade dos juízes adotarem medidas preliminares no curso dos processos relativos ao exercício da liberdade de expressão levanta a possibilidade de que essas decisões possam constituir, em sua execução, uma forma de censura prévia. A Relatoria Especial também destaca que, nos casos em que se alega a violação de um direito pessoal pelo exercício da liberdade de expressão, e quando isso envolve assuntos de interesse público, é indispensável assegurar que a indenização decretada não seja desproporcional e que não gere um efeito dissuasivo sobre a circulação de informações e ideias.

364. Nessa mesma linha, em 2008, a Relatoria Especial recebeu informações sobre casos de ordens judiciais restritivas ou de processos que podem constituir restrições à liberdade de expressão. São processos judiciais por injúria, calúnia e difamação, como os movidos por funcionários públicos contra a diretora do jornal *Recomeço*, de Leopoldina, Minas Gerais⁶¹⁰, ou contra o jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul⁶¹¹. Ou demandas iniciadas por particulares, como foi o caso das ações movidas por mais de uma centena de membros de uma igreja evangélica contra os jornais *Folha de São Paulo*, *A Tarde*, de Salvador, e *Extra*, do Rio de Janeiro, que questionavam, entre outros temas, o manejo dos recursos de tal congregação⁶¹².
365. Particular atenção recebeu a sanção imposta, em janeiro, a Maria da Glória Costa Reis, editora de um jornal escrito por detentos na cidade de Leopoldina. A jornalista foi condenada a quatro meses de prisão – posteriormente, convertidos em uma multa –, por ter publicado um artigo em que criticava as condições de vida dos presos e considerava inaceitável “a convivência de magistrados [...] e advogados” com “tamanho barbaridade”. Embora o artigo não mencionasse nomes nem cargos específicos, o juiz José Alfredo Jünger de Souza Vieira, encarregado da supervisão das prisões locais na época em que o artigo foi publicado, abriu um processo criminal contra a jornalista,

⁶¹⁰ Article 19. 21 de fevereiro de 2008. *Article 19 condemns criminal defamation sentence against teacher who reported on prison conditions*. Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-def-teacher-eng.pdf>.

⁶¹¹ Pelas informações recebidas, em 5 de dezembro de 2008 o jornal *Pioneiro* e o empresário Airton Zanandrea foram condenados em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Caxias do Sul, ao pagamento de uma multa por terem atentado contra a honra do juiz Sérgio Fusquine Gonçalves. De acordo com o tribunal, o atentado contra a honra do juiz resultou da publicação no jornal, em novembro de 2007, de uma carta dirigida pelo empresário Zanandrea ao editor do jornal. A carta foi enviada em reação à publicação de uma reportagem sobre as decisões do juiz Gonçalves, que havia concedido liberdade provisória a uma pessoa acusada de furto. Conjur. 11 de dezembro de 2008. [Jornal do RS é condenado por comentário ofensivo ao leitor](#); Inácio Pereira. 12 de dezembro de 2008. [Juiz gaúcho receberá indenização de R\\$ 64 mil](#).

⁶¹² Segundo as informações recebidas, nos primeiros dois meses de 2008 mais de cem ações judiciais foram movidas em diferentes lugares do país por membros da Igreja Universal do Reino de Deus contra três meios de comunicação (*Folha de São Paulo*; *A Tarde*, de Salvador; e *Extra*, do Rio de Janeiro) e seus jornalistas. Em janeiro de 2009, praticamente todas as denúncias foram rejeitadas, ou por terem sido consideradas inadmissíveis, ou porque se entendeu que, ao registrá-las, os denunciadores haviam agido de má fé, casos nos quais foram multados a favor dos jornais. No entanto, mais de quarenta dessas ações estavam pendentes de solução. Sociedade Interamericana de Imprensa / IFEX. 25 de fevereiro de 2008. [“A Tarde”, “Extra” and their journalists also targets of barrage of lawsuits by evangelical church’s members; IAPA warns of attempt to silence media](#); Article 19 / IFEX. 31 de janeiro de 2008. [Wave of defamation lawsuits filed by evangelical church members a clear attempt to intimidate the press](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 18 de fevereiro de 2008. [More than 50 civil defamation suits filed against daily and reporter](#).

- que foi condenada pelo crime de difamação com base em disposições da Lei de Imprensa⁶¹³.
366. O Princípio 10 da Declaração de Princípios salienta que as leis de privacidade “não devem inibir nem restringir a investigação e difusão de informação de interesse público”; enquanto que o Princípio 11 destaca que “os funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade”.
367. A Relatoria Especial também manifesta sua preocupação com o processo judicial iniciado contra uma revista para adultos, acusada do crime de injúria religiosa. Segundo a informação recebida, em agosto, um juiz do Rio de Janeiro ordenou à revista *Playboy* que retirasse de circulação os exemplares da edição que incluía fotografias de uma modelo seminua ao lado de símbolos religiosos. O processo foi movido pelo Instituto Juventude Pela Vida, do Rio de Janeiro, e por um sacerdote de Goiás com o argumento de que as fotografias ofendiam os sentimentos religiosos dos crentes⁶¹⁴.
368. A este caso, somam-se outros exemplos de restrições judiciais à difusão de ideias ou opiniões, como os processos e ordens judiciais movidos contra o semanário *Tribuna das Águas*,⁶¹⁵ de Águas de Lindóia, em Minas Gerais, e contra a *Folha de São Paulo*⁶¹⁶.
369. O artigo 13[2] da Convenção Americana sobre Direitos Humanos assinala que o exercício à liberdade de expressão não pode estar sujeito à censura prévia. O Princípio 5 da Declaração de Princípios assinala que “a censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação através de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos à livre circulação informativa, violam o direito à liberdade de expressão”.
370. A Relatoria Especial recebeu informações de que, em maio, ordens judiciais proibiram a realização de manifestações públicas que buscavam promover modificações na

⁶¹³ Article 19. 21 de fevereiro de 2008. *Article 19 condemns criminal defamation sentence against teacher who reported on prison conditions*. Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-def-teacher-eng.pdf>; Época. 14 de março de 2008. *A professora que incomodou a Justiça*.

⁶¹⁴ Conjur. 26 de agosto de 2008. *Juiz impede Playboy de usar fotos com temas religiosos*; Agência Digital de Notícias. 2 de agosto de 2008. *Proíbem em Brasil revista Playboy*.

⁶¹⁵ De acordo com as informações recebidas, em 24 de março de 2008 uma corte civil na cidade de Águas de Lindóia proibiu que o semanário local *Tribuna das Águas* publicasse os nomes de funcionários governamentais ou suas imagens em relação com os serviços, obras, atos ou programas da administração pública, sob pena de incorrer em pesadas multas diárias em caso de desobediência. Foi informado que o semanário apelou da decisão judicial, mas não se sabe o resultado da apelação. Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 24 de março de 2008. *São Paulo court bans local paper from printing officials' names*.

⁶¹⁶ Pelas informações recebidas, em outubro de 2008 um juiz eleitoral ordenou à *Folha de São Paulo* que retirasse de sua versão digital uma reportagem originalmente publicada em 2005, relativa a Luiz Marinho, candidato nas eleições de 2008 na cidade de São Bernardo do Campo (São Paulo). Embora os conteúdos da reportagem não tivessem sido controvertidos no momento de sua publicação, a coalizão que apoiava o candidato argumentou que seus oponentes estavam utilizando tais conteúdos para prejudicá-lo politicamente. De acordo com o juiz, a decisão se fundamentou no fato de que é proibido que a propaganda política se aproveite de fatos que possam caluniar, difamar ou insultar um candidato. ABRAJI / IFEX. 22 de outubro de 2008. *Electoral judge orders website to remove report on Worker's Party candidate*; Folha de São Paulo. 11 de outubro de 2008. *Marinho obtém liminar para tirar da internet notícia publicada na Folha*.

legislação penal vigente em nove cidades brasileiras. As decisões afirmavam que tais manifestações constituíam apologia e instigação ao crime. A Relatoria Especial recorda que, salvo os casos de expressões que, nos termos do artigo 13[5] da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, constituam claramente “propaganda a favor da guerra” ou “apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à violência ou qualquer outra ação ilegal semelhante contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas”, as marchas cidadãs pacíficas no espaço público são manifestações protegidas pelo direito à liberdade de expressão⁶¹⁷.

371. A Relatoria Especial está observando o processo judicial em curso no Supremo Tribunal Federal que revê a obrigatoriedade de um diploma para o exercício do jornalismo em conformidade com o Decreto-lei nº 972/69, que regulamenta a Lei de Imprensa⁶¹⁸. A Relatoria Especial recorda ao Estado que, em conformidade com a jurisprudência da Corte Interamericana, este tipo de exigência constitui uma restrição à liberdade de expressão, incompatível com o artigo 13 da Convenção Americana. O Princípio 6 da Declaração de Princípios assinala que “toda pessoa tem o direito de externar suas opiniões por qualquer meio e forma. A associação obrigatória ou a exigência de títulos para o exercício da atividade jornalística constituem uma restrição ilegítima à liberdade de expressão”.
372. Finalmente, a Relatoria Especial manifesta sua preocupação com as informações recebidas a respeito de controles arbitrários sobre o exercício da liberdade de expressão em três casos. A circulação do diário *Jornal Atual*, da cidade de Itaguaí, no estado do Rio, foi reduzida substancialmente devido à negativa de vários pontos de distribuição de continuar vendendo o jornal. Conforme o informado, esses pontos pertencem a uma mesma pessoa, que poderia ter interesse em evitar a difusão dos artigos de crítica política deste jornal⁶¹⁹. A Relatoria também recebeu informações de que pessoas armadas compraram, aproximadamente, 30.000 exemplares do jornal *Extra*, na região da Baixada Fluminense, com o propósito de impedir sua circulação. Em alguns casos, essas pessoas ameaçaram os distribuidores. A edição incluía uma reportagem crítica sobre um grupo de deputados que buscava apresentar sua candidatura nas eleições⁶²⁰. Por último, pessoas não identificadas roubaram 10.000 cópias do jornal *Foco Popular*, de Seropédica. A edição reproduzia uma reportagem do jornal *Extra* sobre supostas irregularidades cometidas por um funcionário público⁶²¹. A Relatoria Especial foi informada de que os dois últimos casos estão sendo investigados pelas autoridades policiais.

⁶¹⁷ Article 19. 15 de maio de 2008. *Peaceful marches for legalization of marijuana suppressed, various demonstrators detained over pamphlets, other written material*. Disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-marijuana-march.pdf>.

⁶¹⁸ Sociedade Interamericana de Imprensa. *Informe Brasil. 64va Asamblea Geral, Madrid, España*; Intervezes. 10 de outubro de 2008. [STF pode derrubar diploma para jornalista](#).

⁶¹⁹ ABRAJI / IFEX. 17 de novembro de 2008. [Newspaper's circulation reduced after it publishes articles criticizing mayor](#); Jornal da ABI. Novembro de 2008. [Prefeito de Itaguaí ameaça jornalista](#).

⁶²⁰ ABRAJI. 1º de outubro de 2008. [Abraji considera atentado à democracia compra maciça de exemplares do Extra no RJ](#); Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 29 de setembro de 2008. [Edition of Brazilian daily bought by force](#); Extra. 29 de setembro de 2008. [Polícia monta operação de guerra e Extra chega às mãos dos leitores da Baixada Fluminense nesta segunda-feira](#).

⁶²¹ ABRAJI/IFEX. 7 de outubro de 2008. [Journalist reportedly targeted in bomb attack; bandits obstruct the circulation of newspapers in two more cities](#); The Guardian. 19 de novembro de 2008. [Brazil papers disrupted by gangsters](#).

CAPÍTULO IX
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2007**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Freddy Gutiérrez Trejo

Evelio Fernández Arévalos

Clare Kamau Roberts

Florentín Meléndez

Paolo G. Carozza

Víctor E. Abramovich

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretária Executiva Adjunta

Elizabeth Abi-Mershed

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 8 de março de 2008

373. A Relatoria Especial condena os assassinatos de dois jornalistas ocorridos no Brasil em 2007, por motivos que poderiam estar ligados ao exercício da profissão. Reitera, também, seu apelo às autoridades para que esses crimes sejam investigados; que se determine se os homicídios estavam ou não relacionados com o exercício do direito à liberdade de expressão e os responsáveis sejam encaminhados à Justiça. O fotógrafo Robson Barboza Bezerra, que trabalhava como *freelancer* para vários jornais do Rio de Janeiro, foi assassinado a tiros quando voltava para casa em 8 de fevereiro. Bezerra tinha apresentado uma denúncia sobre ameaças e agressões, que estava sendo investigada judicialmente. Da mesma forma, o jornalista Luiz Carlos Barbom Filho, que trabalhava para o *JC Regional* e para o *Jornal do Porto*, foi assassinado na cidade de Porto Ferreira, em São Paulo. Em 2003, o repórter tinha escrito uma reportagem sobre uma rede de prostituição infantil, na qual estariam envolvidos políticos e empresários. Desde então, recebia constantes ameaças⁶²².
374. A Relatoria Especial elogia, no entanto, o progresso no caso do jornalista paraguaio Samuel Román, assassinado em 2004. O autor intelectual do crime, Eurico Mariano, ex-prefeito da cidade de Coronel Sapucaia, no Mato Grosso, foi condenado a 17 anos e nove meses de prisão.
375. Por outro lado, a Relatoria Especial expressa preocupação diante dos casos de jornalistas baleados em 2007. O locutor de rádio João Alckmin foi atacado em novembro. Amaury Ribeiro Júnior, repórter do *Correio Braziliense*, foi alvo de três disparos em setembro.
376. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria Especial, em pelo menos seis ocasiões, em 2007, os tribunais de Justiça proferiram sentenças que proibiram meios de comunicação de publicar um artigo ou transmitir uma reportagem por televisão, de mencionar ou referir-se a uma alta autoridade ou a um parente de um funcionário do alto escalão do governo. A Relatoria faz um chamado ao Estado brasileiro para que torne efetiva a proibição da censura prévia, tal como prevê o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

⁶²²Comunicado de Imprensa disponível em: <http://www.cidh.oas.org/relatoria/showarticle.asp?artID=695&IID=2>.

CAPÍTULO X
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2006**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Freddy Gutiérrez Trejo

Evelio Fernández Arévalos

Clare Kamau Roberts

Florentín Meléndez

Paolo G. Carozza

Víctor E. Abramovich

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretário Executivo Adjunto

Ariel Dulitzky

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 3 de março de 2007

A. Princípio 5 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Censura prévia, interferência, pressões diretas ou indiretas)

377. Em 17 de maio, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá determinou que o semanário *Folha do Amapá* tirasse de sua página na Internet a edição de 12 de maio de 2006, por considerar que reportagens ali publicadas feriam a reputação do governador. O semanário removeu a edição, mas recorreu da decisão⁶²³.
378. Em 29 de maio, o juiz da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, determinou que o jornal *O Correio do Estado* pagasse R\$ 500,00 de multa por cada cópia distribuída de edições que citassem o ex-prefeito André Puccinelli sem reunir os requisitos de "objetividade da informação", "verificação das fontes" e "imparcialidade e independência". O jornal recorreu da decisão em 20 de abril⁶²⁴.
379. Em 26 de julho de 2006, uma sentença do Tribunal Superior Eleitoral proibiu a distribuição da edição de maio da *Revista do Brasil*. De acordo com as informações recebidas, o tribunal proibiu tanto a reprodução impressa da revista quanto a versão na Internet. A decisão foi motivada pela suposta propaganda eleitoral contra um dos candidatos à Presidência da República⁶²⁵.
380. Em 19 de agosto, os exemplares da edição número 9 da *Revista do Observatório Social* foram confiscados por ordem de um juiz de Ouro Preto, em Minas Gerais. De acordo com informações recebidas pela Relatoria, a edição denunciava a utilização ilegal de mão de obra infantil por mineradoras multinacionais que operam na região⁶²⁶.
381. Em 27 de agosto, um juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal proibiu todos os meios de comunicação em sua jurisdição de divulgar o conteúdo ou mencionar a existência de uma gravação que teria registrado uma suposta conversa entre dois políticos. A informação foi revelada ao público através do blog do jornalista Ricardo Noblat, vinculado à página de Internet do jornal *O Estado de São Paulo*. Naquela noite, um funcionário do Poder Judiciário foi até a sede do jornal, em Brasília, para entregar a ordem de proibição de divulgação. No preâmbulo da decisão, o magistrado afirmou que a divulgação da conversa poderia prejudicar eleitoralmente os políticos⁶²⁷.
382. Em 30 de agosto, a Polícia Federal entrou na sede do semanário *Hoje*, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para confiscar computadores e material da redação. A diretora do jornal, Joseti Alves, disse que o semanário foi acusado de violar as leis

⁶²³ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 2 de junho de 2006. [Tribunais qarantem mandados judiciais contra dois jornais](#).

⁶²⁴ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 2 de junho de 2006. [Courts grant injunctions against two newspapers](#).

⁶²⁵ Congresso em Foco. 9 de agosto de 2006. [Sindicatos paulistas fazem protesto contra censura](#). Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/sindicatos-paulistas-fazem-protesto-contr-a-censura/>.

⁶²⁶ O Jornalista. 22 de agosto de 2006. [Justiça apreende revista que denunciou trabalho infantil](#).

⁶²⁷ Repórteres sem Fronteiras. 6 de setembro de 2006. [Atos de censura e apreensão de material de redação às vésperas das eleições gerais](#).

eleitorais por ter publicado artigos sobre supostas irregularidades na gestão de um ex-ministro do turismo⁶²⁸.

383. Em 25 de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná proibiu a imprensa de relatar uma operação policial, a pedido de um candidato a governador⁶²⁹.

B. Princípio 8 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Direito de todo comunicador social de manter a confidencialidade de suas fontes, notas e arquivos pessoais e profissionais)

384. Em 31 de outubro, três jornalistas da revista *Veja* foram pressionados a revelar suas fontes de informação em interrogatórios realizados pela Polícia Federal na cidade de São Paulo⁶³⁰.

C. Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Homicídio, sequestro, intimidação e/ou ameaças a comunicadores sociais e destruição material dos meios de comunicação)

385. Em 18 de maio, três pessoas armadas atacaram a gráfica do jornal *Tribuna Livre* em São Paulo. De acordo com as informações recebidas, os indivíduos golpearam vários empregados e fizeram uma advertência de que o jornal deveria parar de publicar notícias relativas à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC)⁶³¹.

386. Em 20 de julho, foi assassinado o empresário jornalístico Manoel Paulino da Silva, fundador e proprietário do jornal *Hoje Jornal*, em São Bernardo do Campo, São Paulo. De acordo com as informações recebidas pela Relatoria, ele dirigia seu carro na cidade de Guarujá quando indivíduos não identificados se aproximaram em outro veículo e dispararam várias vezes em sua direção. Em seguida, o veículo conduzido pelo jornalista bateu em um muro e pegou fogo⁶³².

387. Em 24 de julho, foi assassinado o jornalista Ajuricaba Monassa de Paula. Conforme informações recebidas pela Relatoria, Monassa de Paula morreu depois de ser atacado por um vereador da cidade de Guapimirim, no Rio de Janeiro. Antes do golpe fatal, os dois tiveram uma discussão numa praça pública em frente a inúmeras

⁶²⁸ Repórteres sem Fronteiras. 6 de setembro de 2006. [Atos de censura e apreensão de material de redação às vésperas das eleições gerais.](#)

⁶²⁹ Repórteres sem Fronteiras. 28 de outubro de 2006. [Sentenças judiciais desfavoráveis à imprensa nas vésperas do segundo turno das eleições.](#)

⁶³⁰ Repórteres sem Fronteiras. 3 de novembro de 2006. [Três jornalistas são vítimas de pressões da Polícia Federal](#); ABC Color. 1 de novembro de 2006, [Condena la SIP intimidación contra periodistas brasileños.](#)

⁶³¹ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 19 de maio de 2006. [Jornal atacado no rastro de onda de crimes.](#)

⁶³² Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo. 20 de julho de 2006. [Gerente de jornal é assassinado em Guarujá](#); Terra Notícias. 20 de julho de 2006. [Dono de jornal é assassinado no litoral de SP](#); Sociedade Interamericana de Imprensa. 26 de julho de 2006. [La SIP pide investigación por asesinato de periodista en Brasil.](#) A Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão se pronunciou sobre esse assassinato por meio do seu Comunicado de Imprensa 146/06, [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão deplora os assassinatos de dois jornalistas no Brasil e pede a devida investigação](#), 28 de julho de 2006.

testemunhas. O jornalista publicava, ocasionalmente, notícias criticando a atuação do vereador e a gestão do Município⁶³³.

388. Em 29 de agosto, o jornalista Roberto Baía, correspondente do jornal *Tribuna de Alagoas*, em *Arapiraca*, denunciou ter recebido ameaças de um deputado estadual depois de publicar um artigo sobre a suposta venda de votos no interior do estado⁶³⁴.
389. Em 17 de setembro, a jornalista Karla Konda, do jornal *Bom Dia*, foi agredida fisicamente. De acordo com as informações recebidas, a repórter tentava cobrir uma festa organizada por um deputado do estado de São Paulo. Ao se identificar como repórter a um assessor da campanha do deputado, Konda recebeu um soco no rosto e chutes nas pernas. A festa tinha como objetivo angariar votos, o que é ilegal.⁶³⁵
390. Em 19 de outubro, o jornalista Roberto Pazzianotto, do jornal *Dois Pontos*, foi ameaçado de morte por um capitão da Polícia Militar em São Paulo, supostamente por suas reportagens sobre a participação do agente policial em uma briga⁶³⁶.
391. Em 23 de outubro, cerca de vinte soldados da Polícia do Exército de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, agrediram os fotógrafos Adriano Hany, da página eletrônica *Campo Grande News*, e João Carlos Castro, do jornal *Folha do Povo*. Os dois fotógrafos cobriam a morte de um soldado em um quartel militar⁶³⁷.

D. Princípios 10 e 11 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Uso das leis sobre difamação por funcionários públicos e leis sobre desacato)

392. Em 14 de junho, Edilberto Resende da Silva, Jairo Batista Nascimento e Ermógenes Jacinto de Sousa foram condenados em primeira instância a oito meses de detenção e multa pelo crime de calúnia, tendo como base a Lei de Imprensa. O processo foi iniciado em consequência da publicação de informações sobre um comandante da Polícia Militar da cidade de Jara, estado de Rondônia, no jornal *Resistência Camponesa*. Os condenados e as organizações denunciantes do fato alegam que este processo judicial é parte das perseguições que o jornal sofre da polícia e de políticos locais devido às denúncias que publica frequentemente⁶³⁸.

⁶³³ Portal Imprensa. 26 de julho de 2006. [Cale a boca jornalista - Assassinado o carioca Ajuricaba de Monassa](#); UOL Notícias. 27 de julho de 2006, [RSF denuncia morte de jornalista no Rio de Janeiro](#); Repórteres sem Fronteiras. 27 de julho de 2006. [Jornalista septuagenário é espancado até a morte por vereador](#). A Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão pronunciou-se sobre esse assassinato por meio de seu Comunicado de Imprensa 146/06, [Relatoria Especial para a Liberdade de expressão deplora os assassinatos de dois jornalistas no Brasil e pede a devida investigação](#), 28 de julho de 2006.

⁶³⁴ *Tribuna de Alagoas*. 30 de agosto de 2006. [Deputado José Pedro ameaça jornalista da Tribuna](#).

⁶³⁵ Instituto Prensa y Sociedad / IFEX. 25 de setembro de 2006. [Asesor de diputado agrede a periodista](#).

⁶³⁶ Ifex. 9 de novembro de 2006. [Policia amenaza de muerte a periodista](#).

⁶³⁷ Instituto Prensa y Sociedad. 26 de outubro de 2006. [Militares agreden a fotógrafos en cuartel](#).

⁶³⁸ Associação Brasileira de Imprensa. 3 de agosto de 2006. [Liga camponesa denuncia perseguição](#).

CAPÍTULO XI
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO NO BRASIL EM 2005**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Membros

Paulo Sérgio Pinheiro

Freddy Gutiérrez Trejo

Evelio Fernández Arévalos

Clare Kamau Roberts

Florentín Meléndez

Susana Villarán de la Puente

José Zalaquett

Secretário Executivo

Santiago A. Canton

Secretário Executivo Adjunto

Ariel Dulitzky

Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 27 de fevereiro de 2006

A. Princípio 5 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Censura prévia, interferência e pressões diretas ou indiretas)

393. Em 4 de maio, a Justiça determinou o recolhimento de todas as cópias de um livro do jornalista e escritor Fernando Morais. De acordo com relatos da imprensa local, o juiz Jeová Sardinha de Morais, da 7ª Vara Cível de Goiânia, capital de Goiás, emitiu um mandato de apreensão de todos os exemplares do livro *Na Toca dos Leões*, tirando-o de circulação em todo o país. A decisão atendeu a um pedido do deputado federal Ronaldo Caiado. O parlamentar tinha interposto uma ação civil e penal por difamação contra Morais e uma denúncia civil contra a *Editora Planeta*, que publicou o livro e foi obrigada a retirar todos os exemplares das livrarias do país em um prazo de 20 dias. A *Editora Planeta*, que imprimiu 50.000 exemplares do livro, impugnou a ordem. O livro de Morais, publicado no início de abril, relata a história da agência de publicidade W/Brasil e contém entrevistas com seus principais sócios. Na obra, um dos sócios da agência afirma que, em sua candidatura à presidência, em 1990, Caiado teria dito que a esterilização de mulheres resolveria o problema da superpopulação do Nordeste. Caiado, no entanto, diz que nunca fez tal declaração. A decisão do juiz Sardinha, em 4 de maio, reforçou sua ordem anterior, de 13 de abril, na qual ordenava o confisco de todos os exemplares do livro dos escritórios da *Editora Planeta*, em São Paulo. Além disso, o escritor e seu editor foram proibidos de dar declarações sobre o livro aos meios de comunicação. Também foi imposta uma multa de R\$ 5.000,00 (cerca de US\$ 2.000,00) por qualquer violação dessa ordem. Em 21 de outubro, uma nova decisão da Justiça determinou, por unanimidade, a anulação da ordem de retirada do livro de circulação⁶³⁹.
394. Em 15 de maio, um juiz proibiu que a *Rede Amazônica de Televisão*, afiliada da *Rede Globo* em Rondônia, divulgasse uma reportagem sobre corrupção no estado, envolvendo o governador e deputados estaduais. Por volta das 19:50, minutos antes de entrar no ar o programa dominical *Fantástico*, da Rede Globo, com uma matéria sobre a suposta corrupção de legisladores de Rondônia, funcionários judiciais chegaram aos estúdios da *Rede Amazônica de Televisão* e apresentaram a ordem de proibição de difusão da reportagem em âmbito nacional. A emissora foi obrigada a cancelar a apresentação do programa e divulgar, em seu lugar, uma mensagem – sobre uma tela em branco –, informando que o Tribunal de Justiça de Rondônia tinha ordenado o cancelamento da divulgação da notícia. Em Rondônia, apenas as pessoas que tinham conexão de televisão por satélite puderam ver a reportagem. A *Rede Globo* divulgou o material na íntegra através de suas outras associadas no Brasil, afirmando não ter recebido cópia da ordem de proibição em tempo hábil. A matéria baseava-se em vários vídeos feitos pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol, que enfrenta um processo de *impeachment* por conspiração para cometer crimes e fraudes na outorga de contratos públicos. Os vídeos, supostamente filmados na casa de Cassol no final de 2003, mostravam legisladores do estado solicitando dinheiro para retirar seu apoio ao processo de *impeachment*. Mais cedo, no mesmo dia, 19 dos 24 deputados estaduais, afirmaram que os vídeos poderiam ser uma montagem com o objetivo de prejudicar suas reputações e solicitaram a proibição de sua difusão. Por volta das 19:45 daquele dia, o juiz Gabriel Marques ordenou a proibição da difusão das filmagens. Em um parecer breve, escrito a mão, afirmou que a divulgação dos vídeos,

⁶³⁹ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 13 de maio de 2005. [Judqe orders book seizure](#); Folha de São Paulo. 21 de outubro de 2005. [Justiça libera livro de Fernando Morais](#).

- sem dar aos legisladores a oportunidade de defesa, causaria dano as suas vidas privadas, honra e reputação. Ele também disse que provocaria um dano a Rondônia e a seu povo e determinou uma multa diária de R\$ 200.000,00 (US\$ 87.000,00) pelo descumprimento da ordem. Em 16 de maio, afirmando que a *Rede Globo* já havia divulgado o conteúdo dos vídeos em todo o Brasil, os legisladores estaduais, que apoiaram a proibição anteriormente, pediram ao juiz Marques que a revogasse. Em 17 de maio, a *Rede Amazônica de Televisão* divulgou a íntegra da matéria em Rondônia⁶⁴⁰.
395. Em 24 de junho, um tribunal de São Paulo impediu que a revista *ProTeste* distribuísse uma publicação com um artigo sobre os resultados de seus exames de avaliação de medicamentos estabilizadores da pressão sanguínea. O processo contra a revista, publicada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, foi iniciado por dois fabricantes de medicamentos que não estavam de acordo com os resultados. A porta-voz da associação, Vera Lúcia Ramos, disse que o tribunal de São Paulo proibiu que a *ProTeste* revelasse os nomes das duas empresas envolvidas. Devido à ordem judicial, a revista teve de atrasar a distribuição do exemplar, eliminar o artigo e reimprimir a tiragem de 155.000 exemplares. Vera Lúcia Ramos afirmou que a *ProTeste* apelaria da decisão. Acrescentou, ainda, que a ação legal era desnecessária, dado que a revista sempre ofereceria aos fabricantes a possibilidade de defender seus produtos. A associação de consumidores que publica a *ProTeste* é uma organização da sociedade civil que atua no interesse público e já divulgou os resultados de mais de 60 testes comparativos de diversos produtos desde 2002. A revista é distribuída entre os membros da associação⁶⁴¹.
396. Em 1º de setembro, o juiz José Alonso Beltrame Júnior, da 10ª Vara Cível de Santos, em São Paulo, expediu uma ordem proibindo que o jornal *A Tribuna* informasse sobre um caso judicial que envolvia a apropriação indevida de fundos públicos. O jornal está sujeito a uma multa de R\$ 50.000,00 (aproximadamente US\$ 21.000,00) a cada vez que desobedecer a ordem judicial. Em agosto, *A Tribuna* informou que uma Comissão Especial de Inquérito estava investigando o desvio de fundos pela prefeitura de Santos. Como resultado da investigação, Sônia Maria Precioso de Moura, funcionária da prefeitura, foi acusada de ter defraudado o estado em mais de US\$ 700.000,00, desviando fundos para contas fantasmas. Posteriormente, o advogado da funcionária pública argumentou que os procedimentos legais deveriam ter caráter confidencial e pediu ao juiz Beltrame Júnior que estabelecesse restrições à imprensa. A decisão do juiz Beltrame Júnior foi contestada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). *A Tribuna* planeja apelar da determinação judicial⁶⁴².

B. Princípio 9 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Homicídio, sequestro, intimidação e/ou ameaças a comunicadores sociais e destruição material dos meios de comunicação)

397. Em março, o editor chefe de um jornal catarinense, que denunciou um caso de corrupção policial, foi atacado por pistoleiros. Dois homens não identificados

⁶⁴⁰ Comitê para a Proteção dos Jornalistas. 15 de maio de 2005. [Rede Amazônica de Televisão – Censored.](#)

⁶⁴¹ Instituto Prensa y Sociedad / IFEX. 29 de julho de 2005. [Sao Paulo court forces consumers' organization to remove its report on medication tests from magazine.](#)

⁶⁴² Instituto Prensa y Sociedad / IFEX, com informações fornecidas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. 8 de setembro de 2005. [Judge prohibits newspaper from reporting on trial.](#)

dispararam contra Maurício Melato Barth, proprietário e editor chefe do jornal bimensal *Info-Bairros*, que se encontrava em sua casa, na cidade de Itapema, em Santa Catarina. Ele foi atingindo duas vezes nas pernas. Em recuperação, Barth deverá ficar 15 meses sem caminhar. Como ele e sua família precisaram se esconder, o jornal deixou de ser publicado. O ataque aconteceu depois da publicação de uma série de artigos que denunciavam a corrupção governamental em Itapema, cidade de cerca de 30.000 habitantes no estado de Santa Catarina. Barth disse que recebeu ameaças telefônicas anônimas antes de receber os disparos. Ele acredita que o ataque tenha sido resultado do trabalho feito pelo jornal. André Gobbo, editor chefe do *Jornal Independente*, de Itapema, também disse acreditar que o ataque foi em represália à cobertura dos casos locais de corrupção pelo *Info-Bairros*⁶⁴³.

398. Em 4 de maio, André Lima, fotógrafo do jornal *Diário do Nordeste*, foi perseguido pela Polícia Militar em Fortaleza, no Ceará, quando cobria uma manifestação contra a construção de uma linha elétrica de alta tensão nos bairros de Zizi Gavião e Conjunto São Miguel. Lima disse que a Polícia Militar estava atuando com violência contra os manifestantes. Ao ver que ele tirava fotografias, três policiais o ameaçaram. O fotógrafo disse que um dos oficiais pisou nele e, em seguida, outros dois se aproximaram e apreenderam seu equipamento. Também fizeram ameaças de destruir sua câmara e exigiram que entregasse o rolo de filme. Lima explicou que se tratava de uma câmara digital. Ele foi detido pela polícia até mostrar as imagens que tinha feito. A polícia se negou a comentar o incidente. Afirmou apenas que o caso está sendo investigado. Em 9 de maio, o jornal publicou um relato do incidente, com o registro de fotografias. Os proprietários do jornal não irão apresentar queixa contra a polícia. Mas avisaram que Lima entrou em contato com o sindicato dos jornalistas do Ceará e está disposto a iniciar uma ação judicial por danos morais e materiais⁶⁴⁴.
399. O jornalista Fernando de Santis informou ter recebido ameaças anônimas de morte nos dias 9 e 13 de abril pelo telefone de sua casa em Ilhabela, no litoral de São Paulo. A pessoa que ligou ameaçou também matar seu filho de um ano de idade. Desde 2003, Santis vem investigando casos de corrupção envolvendo o governo do prefeito de Ilhabela, Marco de Jesus Ferreira. O jornalista acredita que o prefeito teria participação nas recentes ameaças. Apesar de não ter provas sobre a origem dos constrangimentos, o jornalista disse que os mesmo começaram depois que ele começou a publicar matérias sobre corrupção. Santis pediu ajuda ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que apresentou uma denúncia formal à Secretaria de Segurança Pública do estado. Embora o jornalista tenha sido procurado pelo vice-prefeito, ainda não lhe foi oferecida proteção. Ele afirma não se sentir seguro e está disposto a abandonar Ilhabela⁶⁴⁵.
400. Em 17 de maio, pessoas não identificadas atearam fogo na residência da jornalista Sandra Miranda, em Palmas, capital de Tocantins. Miranda edita o jornal independente *Primeira Página* e trabalha como jornalista há 22 anos. A polícia considera que o incêndio, apesar de ter causado danos em apenas um dos cômodos da casa, foi deliberado. A jornalista acredita que os ataques foram, provavelmente, uma

⁶⁴³ Comitê para a Proteção dos Jornalistas / IFEX. 11 de abril de 2005. [Editor goes into hiding after attack.](#)

⁶⁴⁴ Instituto Prensa y Sociedad / IFEX, com informações fornecidas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. 30 de maio de 2005. [Photographer harassed in Ceará state.](#)

⁶⁴⁵ Instituto Prensa y Sociedad / IFEX, com informações fornecidas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. 19 de maio de 2005. [Ilhabela-based journalist receives death threats.](#)

- resposta à linha editorial independente do *Primeira Página* e a sua frequente investigação e crítica à administração do governador Marcelo Miranda. Como exemplo, relatou que, em dezembro de 2004, o jornal mencionou que o governador e sua esposa tinham “parentes misteriosos” e que, na folha de pagamento do estado, havia empregados inexistentes. A jornalista ingressou na Justiça uma ação contra o governador. De acordo com as informações disponíveis, Sandra Miranda não conseguiu publicar o *Primeira Página* desde o incêndio. A jornalista pediu proteção policial para ela e seus dois filhos, mas não recebeu assistência alguma até a data dessa publicação. O incidente ainda está sendo investigado. Além do incêndio, o esposo da jornalista, Reynaldo Soares de Oliveira Silva, foi seguido por uma camionete suspeita quando caminhava perto de sua residência. Em 30 de agosto, o político ameaçou Sandra, advertindo o irmão dela, José Valdemir Miranda, que também é jornalista, durante uma cerimônia oficial. O governador disse que não permitiria a publicação de nenhuma outra notícia de ataque a sua família e que, se a lei não parasse isso, ele mesmo tomaria providências⁶⁴⁶.
401. Em 20 de maio, Joacir Gonçalves da Silva, editor do jornal regional *Enfoque Social*, de Itaquaquecetuba, em São Paulo, disse ter recebido ameaças de morte do prefeito Armando Tavares Filho, mais conhecido como “Armando da Farmácia”. O jornalista publicou informações revelando que o prefeito tinha problemas com o Tribunal de Contas devido à aquisição de merenda escolar sem licitação, no valor de mais de 7 milhões de reais⁶⁴⁷.
402. Em 16 de junho, o jornalista Efrém Ribeiro, do jornal *Norte*, de Teresina, no Piauí, foi atacado pelo deputado estadual Homero Castelo Branco (PFL-PI) em um corredor da Assembleia Legislativa. O motivo do ataque foi um artigo publicado por Ribeiro no dia anterior, afirmando que o procurador Carlos Eduardo Oliveira Vasconcelos teria acusado o deputado de fraude, falsificação de documento público e crime tributário junto a um Tribunal Regional Federal⁶⁴⁸.
403. Em 21 de junho, uma equipe da *TV Globo* apresentou denúncia à polícia de São Paulo acusando ter sido agredida por três pessoas. O assistente Marçal Queiroz, o jornalista Lúcio Sturm e o cinegrafista Gilmário Batista foram golpeados quando filmavam uma reportagem sobre a crise no Partido dos Trabalhadores em frente à sede da agremiação política, no centro de São Paulo. Batista conseguiu filmar o rosto dos atacantes e entregou a filmagem ao chefe de polícia Mário Jordão, que considerou as imagens como prova do ataque e da ameaça de morte formulada pelos três homens⁶⁴⁹.
404. Em 29 de junho, o legislador Raul Freixes, do Partido dos Trabalhadores, atacou o jornalista Paulo Fernandes, do jornal *O Estado de São Paulo*, durante uma sessão da Assembleia Legislativa. Quando o jornalista perguntou a Freixes sobre o processo em que é acusado de malversação administrativa pelo Ministério Público estadual em

⁶⁴⁶ Repórteres sem Fronteiras / IFEX. 21 de setembro de 2005. [State governor threatens journalist](#); Instituto Prensa y Sociedad / IFEX, com informações fornecidas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. 7 de junho de 2005. [Independent newspaper editor's house set on fire in Tocantins state](#).

⁶⁴⁷ Sociedade Interamericana de Imprensa, [Informe Anual sobre Brasil](#).

⁶⁴⁸ Sociedade Interamericana de Imprensa, [Informe Anual sobre Brasil](#).

⁶⁴⁹ Sociedade Interamericana de Imprensa, [Informe Anual sobre Brasil](#).

Aquidauana, o legislador ficou irritado, empurrou o jornalista, tomou o gravador de suas mãos e jogou o equipamento no chão⁶⁵⁰.

405. O vereador e radialista José Cândido de Amorim Filho, de 45 anos, foi assassinado em 1º de julho, quando chegava à *Rádio FM Alternativa*, em Carpina, a 65 km de Recife, em Pernambuco. Segundo testemunhas, quatro homens em duas motocicletas dispararam contra o carro de Amorim, atingindo-o dez vezes no peito e na cabeça. O filho do radialista, que se encontrava na estação de rádio no momento do crime, levou o pai imediatamente ao hospital, onde ele acabou falecendo. Amorim era apresentador do programa "Jota Cândido" em que denunciava casos de corrupção. Além de jornalista, ele também era vereador em Carpina pelo Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) e tinha sido um dos autores de um decreto que proibia o nepotismo no governo municipal. Em 21 de maio, tinha sido vítima de um atentado do qual havia escapado ileso⁶⁵¹.
406. Vários casos de ataques e de intimidação ocorreram durante o mês de agosto, três deles no estado de Tocantins. Salomão Aguiar, da *TV Palmas*, foi atacado na primeira semana de agosto por um oficial de justiça, quando cobria uma operação policial de controle de ruídos na capital do estado. O funcionário, que não queria que filmassem seu carro, desferiu um soco no rosto de Aguiar, causando lesões. Em 11 de agosto, a polícia tentou deter cinegrafistas e jornalistas dos canais de televisão *TV Palmas* e *TV Anhanguera* e do *Jornal do Tocantins*, que cobriam uma coletiva de imprensa no Ministério Público em que dois policiais civis foram acusados de extorsão. Em 17 de agosto, o vereador Fábio Martins atacou Edson Rodrigues, editor chefe do semanário *Paralelo 13*, durante uma audiência pública em Palmas. Em 14 de agosto, de acordo com executivos do *SBT*, Amélia Denardin, chefe de pessoal do prefeito de Altamira, no Pará, atacou Odair Oliveira, funcionário do canal de televisão, durante os jogos indígenas do estado e tentou impedi-lo de filmar. O *SBT* apresentou denúncia do fato⁶⁵².
407. O carro do repórter fotográfico Leandro Nunes foi vandalizado nas primeiras horas da manhã de 5 de setembro. Os agressores quebraram os vidros e deixaram uma nota que dizia "Te peguei". Nunes trabalha para o *Jornal de Rondônia*. O carro estava estacionado dentro da garagem de sua casa na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia. Nunes, que cobre temas policiais da cidade, disse que não havia recebido nenhuma ameaça antes do incidente, mas suspeitava de algumas pessoas, entre elas, o fiscal do IBAMA, José Magalhães. O fiscal, que é vizinho do repórter, foi detido durante uma operação policial em 18 de agosto, mas foi liberado depois. Nunes fotografou o fiscal quando este se encontrava na prisão. O repórter fotográfico apresentou uma denúncia por danos materiais na Delegacia de Polícia de Ji-Paraná. Como não tem certeza sobre quem seria o autor da atentado, ele não denunciou o fato como uma ameaça⁶⁵³.

⁶⁵⁰ Sociedade Interamericana de Imprensa, [Informe Anual sobre Brasil](#).

⁶⁵¹ Associação Interamericana de Imprensa. 14 de julho de 2005. [Cameraman shot in Buenaventura, Colombia; another journalist receives death threat in Mexico; IAPA calls for probes into journalists' murders, assaults in Brazil and Venezuela](#).

⁶⁵² Repórteres sem Fronteiras / IFEX, com informações fornecidas pela Federação Nacional dos Jornalistas. 7 de setembro de 2005. [Shooting of Rio journalist caps bad month for Brazilian press](#).

⁶⁵³ Instituto Prensa y Sociedad / IFEX, com informações fornecidas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ABRAJI. 16 de setembro de 2005. [Photojournalist's car damaged by vandals](#).

408. Em 9 de setembro, três homens encapuzados atearam fogo a um edifício onde funcionam o *Diário de Marília* e as estações de rádio *Diário FM* e *Dirceu AM*, em Marília, no estado de São Paulo. O fogo consumiu a maior parte do edifício, sede da *Central Marília Notícias*, o grupo de comunicações proprietário do jornal e das duas estações de rádio. O vigia noturno Sérgio Silva de Araújo, que se encontrava sozinho no edifício no momento do atentado, disse que uma mulher, de cerca de 20 anos, apareceu às 3 horas da madrugada afirmando que precisava enviar uma mensagem a uma das estações de rádio. Quando o guarda abriu a porta para receber a mensagem, três encapuzados forçaram a entrada e o ameaçaram com armas de fogo. No início, pediram para que fossem levados até o cofre da empresa, mas, em seguida, derramaram gasolina e atearam fogo. O incêndio destruiu quase 80 por cento do prédio. O editor chefe do *Diário de Marília*, José Ursílio de Souza, disse acreditar que o ataque foi uma represália deliberada contra o jornal, que fazia críticas aos políticos locais⁶⁵⁴.

C. Princípios 10 e 11 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (Uso das leis sobre difamação por funcionários públicos e leis sobre desacato)

409. Em 28 de abril, o comentarista esportivo Jorge Kajuru foi condenado a 18 meses de detenção noturna no contexto de uma condenação por conta de uma ação penal por difamação. Desde 28 de maio, Kajuru, cujo verdadeiro nome é Jorge Reis da Costa, foi obrigado a permanecer em um dormitório penitenciário de Goiânia das 20:00 às 6:00 da manhã. Com a decisão judicial, Reis não poderia sair de Goiânia sem autorização do juiz. As restrições provavelmente prejudicaram o trabalho de Kajuru, que vive em São Paulo e trabalha para a rede de televisão *SBT*. A ação penal por difamação contra o jornalista teve como origem comentários feitos por ele, em janeiro de 2001, na rádio *K* de Goiânia, da qual era proprietário na época. Kajuru afirmou que a estação de televisão *TV Anhanguera*, filiada da *Rede Globo* em Goiás, havia obtido os direitos de difusão do campeonato de futebol de Goiás devido a sua estreita relação com o governo estadual. O grupo *Organizações Jaime Câmara*, proprietário da *TV Anhanguera* e de vários jornais e estações de rádio, e seu presidente, Jaime Câmara Júnior, interpuseram uma denúncia penal contra Kajuru, afirmando que a honra e a reputação deles tinham sido prejudicadas. Em junho de 2003, o juiz Alvarino Egídio da Silva Primo, da 12ª Vara Criminal de Goiânia, declarou Kajuru culpado por difamação. Os advogados do comentarista esportivo apresentaram vários recursos ao Tribunal de Justiça de Goiás e ao Tribunal Superior de Justiça, a segunda instância judicial. No entanto, a condenação foi mantida. Em março, o Tribunal de Justiça de Goiás ordenou a execução da sentença. Os advogados de Kajuru disseram que solicitariam permissão para que seu cliente cumprisse a sentença em São Paulo, de acordo com o noticiado na imprensa local. Kajuru é conhecido por suas opiniões controversas e é objeto de inúmeras ações judiciais, civis e penais por difamação⁶⁵⁵.

410. Em julho, Ancelmo Gois, colunista do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, foi objeto de um processo depois de revelar em sua coluna uma disputa entre dois juízes locais. Em 27 de fevereiro de 2004, na coluna intitulada “Duelo de Titãs”, Gois escreveu que o

⁶⁵⁴ Repórteres sem Fronteiras / IFEX. 9 de setembro de 2005. [Arsonists torch daily newspaper and two radio stations](#). Ver também o Comunicado de Imprensa do Escritório do Relator Especial para a Liberdade de Expressão Nº 128/05, 14 de setembro de 2005, incluído no Anexo 8 deste relatório.

⁶⁵⁵ Comitê para a Proteção dos Jornalistas / IFEX. 18 de maio de 2005. [Journalist gets 18 months detention on defamation charge](#).

juiz Francisco José de Azevedo havia perdido uma ação civil e sido condenado a pagar danos de R\$ 170.000,00 (US\$ 74.000,00) à juíza Cristina Sobral Bittencourt. De acordo com o jornalista, a juíza Bittencourt teria entrado com uma ação depois de Azevedo acusá-la de corrupção e expedir uma ordem de arresto contra ela. O juiz Azevedo protocolou uma queixa contra o jornalista na Procuradoria Geral do Rio de Janeiro. Em março de 2004, foi aberto inquérito indiciando Gois e uma fonte não identificada de sua coluna como coacusados. Também foi imputado a eles o crime de violação do sigilo das ações judiciais. O promotor pediu a Gois que revelasse sua fonte, o que foi negado pelo jornalista. Se fosse condenado, Gois poderia ter recebido pena de dois a seis anos de prisão. De acordo com relatos da imprensa local, embora um tribunal civil inicialmente ordenasse que os procedimentos legais que envolviam os juízes Azevedo e Bittencourt fossem mantidos em segredo, uma instância superior revogara a ordem, o que permitiu que a sentença judicial contra Azevedo fosse publicada no *Diário Oficial* do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e em sua página na Internet. Em 28 de julho, Gois entrou com um pedido de *habeas corpus*. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ordenou a suspensão das ações penais contra ele até poder reunir mais informações. Em 11 de agosto, os juízes, por dois votos a um, cancelaram a ação penal contra Gois, entendendo que suas ações não constituíam crime. A decisão do Tribunal de Justiça também reconheceu o direito do jornalista de manter a confidencialidade de suas fontes⁶⁵⁶.

411. Um importante jornalista brasileiro tem sido objeto de assédio judicial e deve permanecer no país para dar andamento a 18 ações judiciais movidas contra ele. Lúcio Flávio Pinto, editor chefe do jornal quinzenal *Jornal Pessoal*, de Belém, no Pará, foi ameaçado, atacado fisicamente e alvo de dezenas de ações penais e civis por difamação. Pinto disse que foi processado por poderosos juízes, proprietários de meios de comunicação, políticos e empresários inconformados com suas denúncias de narcotráfico, devastação ambiental e corrupção política e empresarial. Todos os processos são baseados na Lei de Imprensa de 1967, instituída durante a ditadura militar. A lei prevê sanções severas, inclusive prisão⁶⁵⁷.

D. Avanços

412. Em 25 de maio, um júri no Rio de Janeiro sentenciou Elias Pereira da Silva, suspeito de ser chefe do tráfico de drogas, a 28 anos e seis meses de prisão pelo brutal assassinato de Tim Lopes, jornalista investigativo da *TV Globo*. Lopes foi torturado e assassinado com um machado, em junho de 2002, quando investigava a proliferação de festas com drogas e sexo envolvendo menores em uma favela do Rio. Pereira da Silva foi o primeiro de sete acusados no processo por homicídio do renomado jornalista⁶⁵⁸. Em 14 de junho, Cláudio Orlando do Nascimento foi declarado culpado do mesmo crime e sentenciado a 23 anos e seis meses de prisão. De acordo com as

⁶⁵⁶ Conjur. 11 de julho de 2005. [Ancelmo Gois, O Globo. Legal action.](#)

⁶⁵⁷ Comitê para a Proteção dos Jornalistas / IFEX. 16 de novembro de 2005. [Top journalist held hostage by punitive lawsuits.](#)

⁶⁵⁸ Comitê para a Proteção dos Jornalistas / IFEX. 30 de maio de 2005. [Jury convicts suspected drug lord in murder of investigative reporter.](#)

informações da imprensa local, a causa contra os demais acusados continua pendente⁶⁵⁹.

413. Em 1º de maio, Célio Alves dos Santos foi sentenciado a 17 anos e seis meses de prisão pelo homicídio de Brandão Lima Júnior, da *Folha do Estado*, ocorrido em 30 de setembro de 2002. Em 16 de junho, João Leite foi sentenciado a 15 anos e dois meses de prisão pelo mesmo crime. Hércules de Araújo Agostinho foi condenado em dezembro de 2003 pelo mesmo crime e está cumprindo sentença de 18 anos de prisão⁶⁶⁰.
414. Em 22 de agosto, a mais alta instância judicial do Brasil, o Supremo Tribunal Federal, determinou que o governo não pode impor sanções penais por críticas jornalísticas, assinalando que se trata de um direito implícito dentro do quadro maior da liberdade de imprensa. O caso envolvia a ação penal por “subversão contra a segurança nacional” no exercício profissional contra um editor e dois jornalistas da revista *Veja*. O Tribunal considerou que a acusação do governo representava um desafio ao direito à crítica jornalística, que constituía um assunto de liberdade de expressão e, portanto, estava dentro de sua jurisdição. Sobre essa questão, o Tribunal sustentou que o governo não pode legitimamente apresentar acusações penais por críticas jornalísticas, pois estas são um direito constitucional⁶⁶¹.

⁶⁵⁹ Associação Interamericana de Imprensa / IFEX. 22 de junho de 2005. [IAPA praises convictions of journalists' murderers in Brazil, asks Mexican officials to be firmer against the assailants.](#)

⁶⁶⁰ Associação Interamericana de Imprensa / IFEX. 22 de junho de 2005. [IAPA praises convictions of journalists' murderers in Brazil, asks Mexican officials to be firmer against the assailants.](#)

⁶⁶¹ Para mais detalhes sobre este caso, ver a seção sobre jurisprudência interna no Capítulo III deste relatório.